



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DIEGO MICHEL NASCIMENTO BEZERRA

**A GRAMATIZAÇÃO DO APURINÃ NO SÉCULO XIX:
LÍNGUA, SUJEITO E ESPAÇO**

**CAMPINAS,
2021**

DIEGO MICHEL NASCIMENTO BEZERRA

**A GRAMATIZAÇÃO DO APURINÃ NO SÉCULO XIX:
LÍNGUA, SUJEITO E ESPAÇO**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador a: Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Coorientadora: Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida pelo aluno Diego Michel Nascimento Bezerra, e orientada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira

**CAMPINAS,
2021**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

B469g Bezerra, Diego Michel Nascimento, 1984-
A gramatização do apurinã no século XIX : língua, sujeito e espaço / Diego Michel Nascimento Bezerra. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Ana Cláudia Fernandes Ferreira.
Coorientador: Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Gramatização. 2. Linguagem e línguas. 3. Sujeito (Psicanálise). 4. Espaço. 5. Língua Apurinã. I. Ferreira, Ana Cláudia Fernandes, 1973-. II. Zuccolillo, Carolina Maria Rodríguez, 1964-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The grammatization of the apurinã in the 19th century : language, subject and space

Palavras-chave em inglês:

Grammatization

Language and languages

Subject (Psychoanalysis)

Space

Apurinã

Área de concentração: Linguística

Títuloção: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Ana Cláudia Fernandes Ferreira [Orientador]

José Edicarlos de Aquino

Águeda Aparecida da Cruz Borges

José Horta Nunes

Fátima Cristina da Costa Pessoa

Data de defesa: 16-08-2021

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7489-7610>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6638368567255738>



BANCA EXAMINADORA:

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

José Horta Nunes

José Edicarlos de Aquino

Fátima Cristina da Costa Pessoa

Águeda Aparecida da Cruz Borges

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

*Quando se quer liquidar os povos,
se começa a lhes roubar a memória.*

Milan Kundera

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antonio e Braselina, pelo carinho, cuidado e zelo.

À minha orientadora Ana Cláudia pela sábia instrução ao longo desta pesquisa.

À minha coorientadora Carolina pelo conhecimento compartilhado.

Aos membros da banca, Águeda, Fátima, Edicarlos, José Horta, Greciely, Lauro e Juciele pela leitura e avaliação desta tese.

Às minhas tias, Jaciete e Graciete, pela presença terna e amável.

Às minhas amigas, Shara, Marina, Rebeca, Iolene e Sâmela pela motivação e apoio.

Aos meus primos, Roberta, Rayana, Gabriela, Geovana e Tobias, pelo incentivo constante.

Aos meus amigos, Alex, Luis, Jeferson, Victor, Pedro e Marcelo, pelas escutas e conselhos.

Ao programa de Pós-Graduação de Linguística do IEL pelo cuidado com nossa permanência.

Aos técnicos e auxiliares do Instituto de Estudos da Linguagem pelo suporte inestimável.

Aos apurinólogos Sidney, Bruna, Patrícia e Marília, sempre solícitos às minhas dúvidas.

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem por toda empatia e atenção.

Aos povos aruák, em particular os apurinã, pela beleza de sua história e cultura.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de investigação a gramatização da *língua apurinã* (*pupýkary sãkyri*) que é falada originalmente ao longo do rio Purus, entre os estados brasileiros do Acre e do Amazonas. O início da gramatização dessa língua pode ser datado a partir da segunda metade do século XIX. Ele se dá a partir do contato entre indígenas e ocidentais na conjuntura imperial brasileira. Nesse período, expedições oficiais e científicas e uma estação missionária cumpriram um papel determinante no reconhecimento deste rio, bem como na divulgação de suas particularidades ao resto do mundo. Diante da necessidade de dizer o desconhecido, essas expedições e essa missão aportaram informações cartográficas, etnográficas e linguísticas. Nestes registros são descritas distintas sociedades indígenas, suas línguas e suas ocupações, o que faz deles materiais incontornáveis para compreender a interpretação do ocidental. Nos anais desse reconhecimento, palavras de origem indígena dessa região foram evocadas para designar lugares, povos, seres e objetos. Nos anais desse reconhecimento, fatos das línguas autóctones começam a compor o corpo de um trabalho de descrição. Diante deste objeto de investigação, visamos reconstituir as formas pelas quais a língua originária da sociedade apurinã se torna produto na reflexão ocidental, compreendo que saberes (o que), que sujeitos (quem) e que espacialidades (onde) estiveram em jogo no início de sua gramatização. A elaboração desse objetivo se apoia sob o horizonte teórico da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise de Discurso (AD), no qual propomos uma abordagem materialista das ideias sobre a língua apurinã produzidas pelo homem branco. Daquele horizonte, exploramos a noção de *gramatização* (AUROUX, [1992] 2014) como processo pelo qual uma língua é descrita e instrumentada. Deste, exploramos as reflexões de Pêcheux (2014a) e de Rodriguez-Alcalá (2011, 2019) sobre a constituição das evidências do *sentido*, do *sujeito* e do *espaço* enquanto resultados de processos simbólicos e políticos que se operam na história. Para operacionalizar as leituras, adotamos as noções de *discrepância* (PÊCHEUX, 2014a) e de *metalinguagem* (AUTHIER-REVUZ, 1998; 1999) tanto para caracterizar o espaço de memória que determina a produção da imagem dessa língua quanto para caracterizar os pontos de autonomia. A montagem do *corpus* se deu em torno de um arquivo de textos do século XIX que contivessem os itens lexicais Purus e apurinã, observando seus distintos registros ortográficos. A partir disso, foram agrupados para análise três relatórios de militares, dois relatos de um viajante naturalista e a gramática/vocabulário de um catequista. Procedemos a uma leitura acerca da formulação de discursos sobre os *espaços*, os *sujeitos* e as *línguas* relacionadas aos primeiros momentos do contato do ocidental com o apurinã. Constatamos que a imagem do apurinã, nesta conjuntura, se inicia pela unidade da palavra indígena no cerne de uma prática etnográfica e cartográfica e prossegue com as primeiras categorizações gramaticais e com a organização de uma nomenclatura do apurinã. A análise dos documentos revela o espraiamento gradativo do olhar e do avanço colonizador no Purus que produz um discurso das descobertas no e pelo qual se formulam os primeiros saberes linguísticos do apurinã.

Palavras-chave: Gramatização, Língua, Sujeito, Espaço, Apurinã.

ABSTRACT

This work has as object of investigation the grammatization of the *Apurinã language* (*pupÿkary sãkyri*) which is originally spoken along the Purus River, between the Brazilian states of Acre and Amazonas. The beginning of the grammatization of this language can be dated from the second half of the 19th century. It takes place through contact between Indians and Westerners in Imperial Brazilian. During this period, official and scientific expeditions and a missionary station played a decisive role in the recognition of this river, as well as in the dissemination of its particularities to the rest of the world. Faced with the need to tell the unknown, these expeditions and this mission provided cartographic, ethnographic and linguistic information. These records describe different indigenous societies, their languages and their occupations, which makes them essential materials to understand the interpretation of the Westerner. In the annals of this recognition, words of indigenous origin in this region were evoked to designate places, peoples, beings and objects. In the annals of this recognition, facts from indigenous languages begin to compose the body of a work of description. Given this object of investigation, we aimed to reconstitute the ways in which the original language of the Apurinã society becomes a product of Western reflection, understanding which knowledges (what), which subjects (who) and which spatialities (where) were at play in the beginning of its grammatization. The elaboration of this objective is based on the theoretical horizon of the History of Linguistic Ideas and of Discourse Analysis, in which we propose a materialist approach to the ideas on the Apurinã language produced by the white man. From that horizon, we explored the notion of grammatization (AUROUX, [1992] 2014) as a process by which a language is described and instrumented. Therefrom, we explored the reflections of Pêcheux (2014a) and Rodriguez-Alcalá (2011; 2019) on the constitution of evidence of *sense*, *subject* and *space* as results of symbolic and political processes that operate in history. To operationalize the readings, we adopted the notions of *discrepancy* (PÊCHEUX, 2014a) and *metalanguage* (AUTHIER-REVUZ, 1998; 1999) both to characterize the space of memory that determines the production of the image of this language and to characterize the points of autonomy. The corpus was assembled by an archive of texts from the 19th century that contained the lexical items Purus and apurinã, observing their distinct orthographic records. Therefrom, three reports from military personnel, two reports from a naturalist traveler and the grammar/vocabulary of a catechist were grouped for analysis. We proceeded to a reading on the formulation of discourses on the *spaces*, *subjects* and *languages* related to the first moments of the Westerner's contact with Apurinã. We found that the image of apurinã, at this juncture, begins with the unity of the indigenous word at the heart of an ethnographic and cartographic practice and continues with the first grammatical categorizations and the organization of a nomenclature of apurinã. The analysis of the documents reveals the gradual spread of the gaze and the colonizing advance on the Purus, which produces a discourse of discoveries in and through which the first linguistic knowledges on Apurinã are formulated.

Keywords: Grammatization, Language, Subject, Space, Apurinã.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but l'investigation sur le processus de grammatisation de la langue *apurinã*, parlée premièrement entre les habitants aux bords du fleuve Purus, qui baigne les états brésiliens Acre et Amazonas. La grammatisation a commencé à la deuxième moitié du XIXe siècle, à partir des échanges entre les indiens et les occidentaux au temps de la monarchie brésilienne. Pendant cette période, des expéditions scientifiques officielles et une station missionnaire ont rempli un très important rôle dans la reconnaissance de ce fleuve, ainsi que dans la divulgation de ses particularités au monde entier. Face au besoin de montrer l'inconnu, ces expéditions et la mission ont apporté des informations cartographiques, ethnographiques et linguistiques. Dans ces rapports ont été décrites des différentes sociétés indiennes, leurs langues et leurs occupations. Il s'agit donc des matériaux incontournables pour comprendre l'interprétation des occidentaux. Dans les annales de reconnaissance, des mots d'origine indienne de ce région ont été évoqués pour désigner lieux, peuples, êtres et objets. Ces documents ont donné aussi des informations sur les langues autochtones. En face de ces éléments, nous voulons reconstruire les façons dont la langue originaire de la société *apurinã* est devenue important dans la réflexion occidentale. Cela permettra de comprendre les savoirs, les sujets et les espaces où le processus de grammatisation a eu lieu. Le but de ce travail est lié à l'histoire des idées linguistiques (HIL) e à l'analyse de discours (AD). Nous proposons donc une approche matérialiste des idées sur la langue *apurinã* produite par l'homme blanc. Nous considérons la notion de *grammatisation* (AUROUX, [1992] 2014) en tant que processus par lequel une langue est décrite et instrumentalisée. Nous utilisons les réflexions de Pêcheux (2014a) et de Rodriguez-Alcalá (2011; 2019) sur la constitution des évidences de *sens*, de *sujet* et d'*espace* comme conséquences des processus symboliques et politiques qui s'opèrent dans l'histoire. Pour faire ces lectures, nous prendrons les notions de divergence (PÊCHEUX, 2014a) et de métalangage (AUTHIER-REVUZ, 1998; 1999) pour définir l'espace de mémoire qui détermine la production de l'image de cette langue, ainsi que pour caractériser les points d'autonymie. La construction du *corpus* s'est passée autour d'un archive des textes du XIXe siècle qui contient les points lexicales Purus et *apurinã*, notant leurs registres orthographiques. À partir de cela, ont été rassemblés trois rapports militaires, deux rapports d'un voyageur naturaliste et la grammaire/vocabulaire d'un catéchiste. Nous procédons à une lecture sur les discours sur les *espaces*, les *sujets* et les *langues* liées aux premiers moment de contact des occidentaux avec l'*apurinã*. Nous constatons que l'image de l'*apurinã*, dans ce cadre, commence par l'unité d'un mot indien à l'intérieur d'une pratique ethnographique et cartographique, et poursuit avec les premiers catégorisations grammaticales et avec l'organisation d'une nomenclature de l'*apurinã*. L'analyse des documents montre la propagation gradative du regard et de l'avancée colonisateur au Perus, ce que produit un discours des découvertes par lequel se formulent les premiers savoirs linguistiques d'*apurinã*.

Mots-clés: Grammatisation, Langue, Sujet, Espace, Apurinã.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Documentos do <i>corpus</i>	62
Quadro 02: Topônimos no relatório de Matos (1845).....	91
Quadro 03: Etnônimos no relatório de Matos (1845).....	93
Quadro 04: Topônimos no relatório de Mattos (1855).....	111
Quadro 05: Etnônimos no relatório de Mattos (1855).....	114
Quadro 06: Topônimos em Coutinho (1863).....	129
Quadro 07: Etnônimos em Coutinho (1863).....	136
Quadro 08: Antropônimos indígenas em Coutinho (1863).....	137
Quadro 09: Utilização evidente de palavras indígenas em Coutinho (1863).....	138
Quadro 10: Definições, comentários e explicações em Coutinho (1863).....	140
Quadro 11: Esquemas das estruturas da M.A. em Coutinho (1863).....	141
Quadro 12: Topônimos em Chandless (1866).....	154
Quadro 13: Etnônimos em Chandless (1866).....	156
Quadro 14: Utilização evidente de palavras indígenas em Chandless (1866).....	157
Quadro 15: Definições e traduções em Chandless (1866).....	158
Quadro 16: Esquemas das estruturas da M.A. em Chandless (1866).....	159
Quadro 17: Comparação de unidades lexicais de tradução do apurinã.....	176
Quadro 18: Instrumentos lexicográficos do apurinã.....	176
Quadro 19: Fatores ligados à produção lexicográfica de Chandless (1866; 1867).....	177
Quadro 20: Cópia do parágrafo 01 do prefácio.....	186
Quadro 21: Cópia do parágrafo 02 do prefácio.....	187
Quadro 22: Cópia do parágrafo 03 do prefácio.....	188
Quadro 23: Cópia do parágrafo 04 do prefácio.....	189
Quadro 24: Cópia do parágrafo 05 do prefácio.....	189
Quadro 25: Cópia do parágrafo 06 do prefácio.....	190
Quadro 26: Cópia do parágrafo 07 do prefácio.....	191
Quadro 27: Cópia do parágrafo 08 do prefácio.....	192
Quadro 28: Cópia do parágrafo 09 do prefácio.....	193
Quadro 29: Cópia do parágrafo 10 do prefácio.....	193
Quadro 30: Cópia do parágrafo 11 do prefácio.....	195
Quadro 31: Cópia do parágrafo 12 do prefácio.....	196
Quadro 32: Cópia do parágrafo 13 do prefácio.....	198
Quadro 33: Cópia do parágrafo 14 do prefácio.....	198
Quadro 34: Cópia do parágrafo 15 do prefácio.....	199
Quadro 35: Cópia do parágrafo 16 do prefácio.....	200
Quadro 36: Cópia do parágrafo 17 do prefácio.....	201
Quadro 37: Cópia do parágrafo 18 do prefácio.....	201
Quadro 38: Cópia do parágrafo 19 do prefácio.....	201
Quadro 39: Cópia do parágrafo 20 do prefácio.....	202
Quadro 40: Cópia do parágrafo 21 do prefácio.....	202
Quadro 41: Cópia do parágrafo 22 do prefácio.....	203
Quadro 42: Cópia do parágrafo 23 do prefácio.....	203
Quadro 43: Cópia do parágrafo 24 do prefácio.....	203
Quadro 44: Cópia do parágrafo 25 do prefácio.....	204

Quadro 45: Atribuição da escrita alfabética ao apurinã em vários autores.....	210
Quadro 46: Forma e pronúncia das vogais em Polak (1894).....	211
Quadro 47: Os empregos de R e de L na ortografia de Polak (1894).....	213
Quadro 48: Os empregos de N na ortografia de Polak (1894).....	214
Quadro 49: Os empregos de <i>ŋ</i> e de <i>ÿ</i> na ortografia de Polak (1894).....	215
Quadro 50: O emprego do Ç na ortografia de Polak (1894).....	216
Quadro 51: O emprego de S na ortografia de Polak (1894).....	217
Quadro 52: O emprego de CH da ortografia de Polak (1894).....	217
Quadro 53: Partes do discurso na gramática de Polak (1894).....	224
Quadro 54: Partes do discurso na gramática de Polak (1894) – continuação.....	225
Quadro 55: Partes do discurso na gramática de Polak (1894) – continuação.....	225
Quadro 56: Projeção da noção de artigo sobre a língua apurinã.....	228
Quadro 57: O nome em apurinã conforme classificação de Polak (1894).....	229
Quadro 58: A marca morfológica de número em apurinã.....	230
Quadro 59: A marca morfológica do gênero em apurinã.....	230
Quadro 60: A formação de nomes em apurinã.....	231
Quadro 61: A formação de nomes em apurinã – continuação.....	231
Quadro 62: Marcação morfológica da posse atributiva.....	231
Quadro 63: O adjetivo em apurinã conforme Polak (1894).....	233
Quadro 64: O grau comparativo dos adjetivos conforme Polak (1894).....	235
Quadro 65: Adjetivos transformados em verbos.....	235
Quadro 66: Pronomes em apurinã conforme Polak (1894).....	236
Quadro 67: Numerais em apurinã conforme Polak (1894).....	237
Quadro 68: A posse em apurinã conforme Polak (1894).....	237
Quadro 69: Demonstrativos em apurinã conforme Polak (1894).....	238
Quadro 70: Os interrogativos em apurinã conforme Polak (1894).....	238
Quadro 71: Os relativos em apurinã conforme Polak (1894).....	239
Quadro 72: Traços da morfologia verbal em apurinã conforme Polak (1894).....	240
Quadro 73: Primeiro paradigma verbal do apurinã.....	241
Quadro 74: Perfeito definido em apurinã conforme Polak (1894).....	242
Quadro 75: Modo imperativo em apurinã conforme Polak (1894).....	243
Quadro 76: Presente contínuo em apurinã conforme de Polak (1894).....	243
Quadro 77: A preposição em apurinã conforme Polak (1894).....	244
Quadro 78: O advérbio em apurinã conforme Polak (1894).....	245
Quadro 79: A interjeição em apurinã conforme Polak (1894).....	246
Quadro 80: A conjunção em apurinã conforme Polak (1894).....	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – Orientações teórico-metodológicas da pesquisa.....	29
1.1. O Programa História das Ideias Linguísticas	29
1.2. O nascimento das metalinguagens	31
1.3. Uma circunscrição da gramatização massiva das línguas do mundo	38
1.4. O conceito de gramatização: descrever e instrumentalizar uma língua	44
1.5. A relação língua-sujeito-espaço e o processo da gramatização.....	49
1.6. A <i>discrepância</i> na constituição dos sentidos, dos sujeitos e dos espaços	54
1.7. Da seleção, da segmentação e da análise do material	62
1.7.1. Do arquivo ao <i>corpus</i>	62
1.7.2. Do <i>corpus</i> à formulação	63
CAPÍTULO 2 – A gramatização do apurinã à luz das relações entre línguas, sujeitos e espaços: a produção do saber nos primeiros relatos e relatórios sobre o rio Purus	68
2.1. Sujeito, língua e espaço no relatório de Matos (1845): o papel das nomeações na constituição da imagem da língua apurinã	83
2.2. Sujeito, língua e espaço no relatório de Mattos (1855): o papel das nomeações na constituição da imagem da língua apurinã	104
2.3. Sujeito, língua e espaço no relatório de Coutinho (1863): o papel das nomeações e das definições na constituição da imagem da língua apurinã	120
2.4. Sujeito, língua e espaço nos relatos de Chandless (1866, 1867): nomeações, definições e comentários linguísticos na constituição da imagem da língua apurinã.....	149
CAPÍTULO 3 – A gramatização do apurinã à luz das relações entre línguas, sujeitos e espaços: o saber linguístico na missão anglicana do Médio-Purus	178
3.1. Discrepância e metalinguagem no prefácio de <i>A Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language</i> , de Polak (1894)	183
3.1.1. Uma circunscrição cartográfica e etnográfica da língua apurinã.....	185
3.1.2. Uma contextualização do modo de aproximação do objeto-língua.....	194
3.1.3. Incompletudes nas observações: um primeiro recorte de saberes	199
3.2. A representação da língua-objeto em <i>A Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language</i> , de Polak (1894).....	204
3.2.1. A ortografia conforme a distinção nome, forma e som	208
3.2.2. As partes do discurso: categorias, exemplos, regras e paradigmas	220

3.2.3. Lexicografia: vocabulário de nomes e vocabulário de verbos.....	247
3.3. Mais algumas palavras sobre a obra de Polak (1894)	264
CONCLUSÃO	271
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

INTRODUÇÃO

A questão central de uma semântica discursiva, que se pretenda materialista, a partir dos trabalhos de Pêcheux (2015a/b; 2014a/b), é postular a constituição da evidência do *sentido* das palavras e das expressões baseada no princípio da contradição. E, ao mesmo tempo, compreender a tensão entre a memória e atualidade na produção dos sentidos e na constituição da evidência do *sujeito*, que está condenado a interpretar, a dizer o real, a nomear o desconhecido. Estas duas evidências se acham enraizadas em uma série de processos discursivos anteriores e exteriores à atualidade de cada *situação de enunciação*¹ em que se enxergam os sentidos e os sujeitos sob o efeito, respectivamente, da transparência da linguagem e da origem de si. Essa anterioridade/exterioridade aponta para o fato de que tais evidências são produzidas por continuidades e descontinuidades histórico-discursivas que operam na produção/reprodução das relações sociais. E, no avançar histórico, o significante (a palavra, o sintagma, a sentença, o dito de modo geral) emerge como resultado da tensão entre a *estrutura* e o *acontecimento*, em cada formação social.

A *história*, assim, é o que já está significado, discursivizado, estruturado enquanto memória coletiva. “Não há história sem discurso” (ORLANDI, 2008, p. 18). O *acontecimento* é a possibilidade do novo na interpretação. Nesse jogo, as coisas ou os fatos no mundo, ao cobrarem sentido, são significados na materialidade das línguas por relação a séries de predicação anteriores e exteriores. Nesse processo, o nome adquire certa estabilidade semântica na história.

Os sentidos, deste modo, são efeitos de discurso “[produzidos pelo] contato entre ideologia e linguagem” (COURTINE, 2016, p. 14). Em função desse contato, compreendemos que “O político habita as palavras, porque os sentidos estão sempre em disputas na história” (NASCIMENTO, 2019, p. 21). Os sentidos, desta perspectiva, são ilusões subjetivo-referenciais, como ensina Pêcheux (2014a):

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, e sua relação com a literalidade

¹ Assumimos para essa expressão a posição não idealista de Orlandi (2017, p. 15), para quem a concretude de tal *situação* é articulada pelo “conjunto de fatos dados em que nos inserimos, mas que nos precede e nos transcende”. Assim, a situação concreta de fala é determinada pela ideologia, onde o Interdiscurso é um de seus aspectos materiais como desvendou Pêcheux (2014a). No “teatro da enunciação”, desta forma, assumimos que o sujeito não é a origem de si e nem os sentidos são transparentes, mas resultam – sentido e sujeito – de condições de produção que os antecedem. Isso porque “cada um de nós, ao surgir no mundo, já encontra um mundo” (ORLANDI, 2017, p. 15).

significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (p. 146).

Posto isto, o motivo da presente tese foi o interesse em compreender, inicialmente, os processos discursivos relacionados ao *nome* de uma sociedade indígena e ao *nome* da língua falada por ela. Dois efeitos de literalidade, duas ilusões subjetivas em uma área específica do conhecimento, a Linguística. Trata-se dos sentidos da palavra *apurinã*, tais como reproduzidos nos discursos metalinguísticos mais recentes. Dois trabalhos, aí, merecem destaque por inaugurarem trajetórias de interpretação na segunda metade do século XX. São as descrições linguísticas de Pickering (1971) em *Apurinã Grammar: Preliminary Version* e as de Facundes (2000) em *The language of the apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)*. Nestas obras, sob o efeito da evidência, a palavra *apurinã* entra, em certas formulações, com sentidos de *people* e *society* e, em outras, com sentidos de *grammar* e *language*. Nestes dois estudos, *apurinã* funciona como evidência na leitura do saber linguístico (uma língua por relação a si mesma) e do saber etnográfico (uma língua falada por uma sociedade²).

Essa compreensão inicial culminou na publicação de um artigo intitulado *A produção histórico-discursiva do nome da língua apurinã* (cf. BEZERRA, 2020). Em função do arquivo revisado para sua elaboração, fui conduzido, invariavelmente, a olhar para um conjunto de explicações e constatações linguísticas, etnográficas e cartográficas que iam além dos estudos de Pickering (1971) e de Facundes (2000). Estas explicações e constatações achavam-se dispersas em textos que estabeleciam um domínio de memória singular vinculado a essa nomeação. Isso tudo me levou a seguinte inquietação: como se produz a imagem que fazemos de uma língua enquanto unidade isotópica, homogênea e idêntica a si mesma? Reformulando: Como uma língua se torna uma evidência, objeto de reflexão, alvo da interpretação pelo sujeito? Uma nova reformulação: Como uma língua se torna uma exterioridade em relação à própria linguagem, exigindo nomes a partir dos quais ela possa ser interpretada, a partir de uma metalinguagem?

Desta maneira, para compreender o acontecimento da língua *apurinã* enquanto objeto de saber, de saída, deparei-me com processos de repetição de sentidos em um arquivo textual

² Do ângulo de nosso observatório em AD-HIL, mobilizamos, em nossa tese, as noções de *sociedade* e de *povo*, como formas sinônimas e como categorias de descrição e análise, para nos referirmos aos *apurinã*. Não mobilizamos, como categorias de descrição e análise, termos como *civilização* ou *cultura*, comuns nos discursos colonialistas ou mesmo antropológicos, uma vez que esses termos atualizam uma memória na qual as formas de vida social são hierarquizadas a partir da centralidade, e suposta superioridade, “das formas de vida do Ocidente cristão como modelo para as sociedades conquistadas” (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 62).

do século XIX. Observei que *aporinás* (cf. MATOS, 1845), *apolinas* (cf. MATTOS, 1855), *ipurinás* (cf. COUTINHO, 1863; POLAK, 1894), *hypurinás* (cf. CHANDLESS, 1866) já apontavam para processos discursivos, em inglês e em português, que davam legibilidade à existência de uma sociedade autóctone ao longo da bacia hidrográfica do rio Purus, bem como, à língua por ela falada.

Estes registros são pistas do *caráter material do sentido* que põem em xeque o laço entre o real da história e o real da língua, no Purus, na segunda metade do século XIX. Na tarefa de dizer o Purus ao Ocidente, nomeações “pululavam”, saltavam aos olhos, sendo que umas foram “capturadas”, outras “escaparam”. No entorno deste rio, nesse período, as palavras *reconhecimento* e *exploração* estavam na base dos interesses políticos que fundam os percursos do ocidental rumo ao que ainda não lhe era evidente, conhecido. De um lado, coletores, estudiosos, práticos de navegação, missionários, regatões, expedicionários. De outro, indígenas de várias sociedades. As sondagens do mundo, nesta época, não possuíam a rapidez e a precisão para a descrição geográfica que é característica dos satélites artificiais, dos *softwares* e dos *drones* que temos hoje. A produção do saber sobre terras distantes dos centros de poder demandava o envio de sujeitos com o instrumental tecnológico e com os saberes até então produzidos pelo Ocidente.

É preciso informar o desconhecido! É preciso dizer o real! Uma prática discursiva que responde a uma vontade estatal: reconhecer, demarcar e manter a posse do território. Os efeitos disso são perceptíveis na divulgação das particularidades do Purus ao resto do Brasil para atrair povoadores. Os relatos de Labre (1872; 1888a/b) são exemplos tácitos de uma prática panfletária para mobilizar mão-de-obra para os interesses comerciais na região. Uma demanda por pessoas que se intensifica com o estabelecimento de empresários seringalistas brasileiros e estrangeiros nos vales dos rios Acre e Alto Purus, levando a um litígio, de 1895 a 1903, entre Brasil, Peru e Bolívia pelo controle do território do atual estado do Acre, anexado ao Brasil em 07 de abril de 1904. Tratava-se de uma área, até então povoada apenas por indígenas, conhecida como “*Tierras non Descubiertas*” (VITAL, 2016, p. 17), embora pertencesse legalmente à Bolívia pelo Tratado de Ayacucho de 1867. Imaginários nacionais foram aí confrontados, forjando algumas das últimas fronteiras do expansionismo territorial brasileiro. Um rumo na história pelo qual se definiu a face socioeconômica contemporânea do Purus. É por meio do discurso das descobertas do lado brasileiro, em função de seu imaginário nacional, que não apenas se informa, mas se estabelece a conquista dessa região.

Como parte desta conjuntura, o saber produzido sobre o Purus passa, no século XIX, pela interpretação que se faz das línguas, dos sujeitos e dos espaços. Necessidade de saber, inicialmente cartográfica que não deixa de ser etnográfica e linguística em sentido amplo, mas que, depois, se torna também uma necessidade de saber específica, não apenas sobre o espaço a ser nomeado, mas também sobre os sujeitos que ocupam esse espaço e as línguas por eles faladas. São discursos cujos sentidos enredam o olhar dos primeiros viajantes, missionários, comerciantes e colonos. Nesse entrecruzamento de dizeres, os saberes sobre o apurinã são produzidos no “contorno” das informações cartográficas e etnográficas desta região. Diante disso, meu percurso teórico-metodológico de análise dos estudos sobre o apurinã, uma das várias línguas indígenas faladas no Purus³, se ancora na seguinte afirmação de Orlandi (2008):

No caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o índio, enquanto sujeito, mas sobre a própria existência do sujeito índio. E, quando digo Estado, digo Estado brasileiro do branco. Estado que silencia a existência do índio enquanto parte e componente da cultura brasileira (p. 66).

É baseado nesta afirmação da autora que elaboro minhas interrogações em torno da produção da imagem desta língua pela perspectiva ocidental. Um processo de descrição e instrumentalização linguística que é fruto do *contato* e *confronto* entre o indígena e o branco. Um processo de transferência tecnológica que se inicia inscrito na política do Império brasileiro e que continua após a proclamação da República.

Diante dos documentos que analiso, procuro pensar este processo tendo em vista o lugar do indígena que também me constitui. Embora apagado da minha identidade pela imposição cultural da colonização europeia, este lugar me significa, ainda que sob a modalidade do esquecimento. E que, de alguma forma, desejo tributar em função de uma memória que foi violentamente arrancada de meus antepassados indígenas⁴.

Falar da produção da imagem de uma língua significa contar uma história do saber sobre ela. Desejo, neste sentido, dar visibilidade à trajetória histórico-discursiva da produção

³ Atualmente no Purus, além da língua apurinã, são faladas as línguas paumari, deni, banawa, suruwaha, jamamadi e jarawara. Estas línguas são classificadas como arawá.

⁴ Para esta afirmação, considero o trabalho de arquivo de Junior (2013) por meio do qual indica o sistema de missões que funcionou no Marajó Oriental no século XVIII, a partir do qual se edificaram suas atuais cidades e distritos. Nesta região, particularmente no espaço geográfico da atual cidade de Soure, onde eu e alguns de meus antepassados nascemos, havia, até 1757, segundo notícia histórica de Ferreira (1783), dois aldeamentos sob a administração temporal e espiritual dos padres capuchinhos de Santo Antônio, o do Menino Deus e o de São José do Mondim. Tendo sido aquele aldeamento elevado à condição de vila após 66 anos do início de sua formação, temos em 1823, a seguinte contagem: “[Soure] tem 316 vizinhos dos quais 26 são brancos, 44 indianos, 83 mamelucos, 40 mulatos, 07 curibocas, 11 cafuzos e 155 escravos” (BAENA, [1833] 2004, p. 281).

da *língua imaginária*⁵ de uma sociedade autóctone do Purus diante das formas de colonialismo linguístico, cultural e territorial. Para isso, enfoco na elaboração dos saberes *metalinguísticos* que edificam a imagem da língua da sociedade apurinã. Pretendo percorrer, ao lado disso, o processo de *gramatização* que vai desde a produção de conhecimentos gerais e dispersos até a produção da primeira gramática e do primeiro vocabulário da língua apurinã. Este estudo, portanto, visa trazer uma reflexão sobre os percursos de sentidos dos saberes que tornam a língua falada pelos apurinã em objeto do conhecimento humano, manipulado em vocabulários e gramáticas a partir do século XIX.

Se, para contar uma história, não se deve deixar de detalhar as circunstâncias pelas quais um fato ocorre, então, para realizar as vontades de pesquisa elencadas no parágrafo anterior, devo explicitar as conjunturas que moldam os saberes sobre o apurinã. Devo, portanto, indagar sobre o que, o quem, o onde, o quando dos acontecimentos ligados a sua gramatização. Essas indagações dizem respeito à posição teórica e epistemológica que assumo para selecionar os documentos que são objetos de análise e compor uma consequente reflexão sobre o trabalho a respeito desta língua. Logo, ao considerar que a gramatização do apurinã é resultado de um processo simbólico e político que se opera na história, apoio-me em uma visão materialista do que seja a língua (o que), o sujeito (quem) e o espaço (onde).

Nesse prospecto teórico e epistemológico, é possível observar como língua, sujeito e espaço estão ligados à constituição do tempo, não necessariamente cronológico, mas discursivo, histórico. Ou seja, vemos que não há tempo histórico fora do *movimento* destas três realidades simbólicas; isto é, não há história fora de condições de produção específicas de produção do discurso. É em função desse movimento que o homem, animal simbólico, interpreta o real, lhe atribui sentidos. O que se explica pelo fato de o homem não acessar o real diretamente, mas pela relação imaginária que ele tem com a realidade natural e social. “O homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de sentidos específicos” (ORLANDI, 2008, p. 43).

Assim, o avanço colonizador sobre os rios amazônicos, inevitavelmente, vai exigindo interpretação diante do desconhecimento, de descoberta, do novo. Novas margens de

⁵ A noção de *língua imaginária*, por oposição a *língua fluida*, é proposta por Orlandi (1985, 2009b) e Orlandi e Souza (1988). A noção refere-se à produção histórica dos conhecimentos metalinguísticos ordenados sob a forma de objetos-ficção que visam à descrição e/ou normatização de uma língua em um território, isto é, instrumentos tecnolinguísticos, tais como, glossários, vocabulários, dicionários, gramáticas etc.

interpretação a forjar a história. E, nesse avanço, as viagens, as expedições, as missões, as fazendas públicas, as fortificações militares são as primeiras formas pelas quais o contato entre indígenas e ocidentais se estabelece na Amazônia. Um confronto de imaginários que se presentifica na enunciação dos distintos documentos produzidos nesse período, especificamente sobre o rio Purus. Nestes escritos, podemos ler que a narração/descrição do novo, sob a ótica ocidental, se constrói incorporando elementos das línguas/culturas dos povos contatados.

Nisso, línguas não autóctones (inglês, português e alemão) cumprem um papel particular, pois, no choque com o desconhecido, elas tendem a explicar o novo por meio do significante indígena – nomes de acidentes geográficos, de animais, de pessoas, de utensílios, de plantas etc. Do contato que aí se dá, constroem-se redes de sentidos que orientam a interpretação sobre o Purus no sentido de informá-lo aos centros de poder do Ocidente. O real da língua se insinua aí, apropriadamente, como real histórico⁶: na calha sul da Bacia Amazônica, a relação entre língua, acontecimento e memória começa a produzir os primeiros sentidos para explicar não apenas os acidentes geográficos, a fauna e a flora, mas também as línguas, os sujeitos e os espaços de vida desse lugar.

Situo, nesse sentido, o início da produção do conhecimento linguístico do apurinã dentro de um processo tardio de colonização na América se o compararmos aos primeiros períodos de formação da sociedade e território brasileiros⁷. Um rastro material desta formação está na produção do léxico brasileiro (cf. NUNES, 2006). No espectro da colonização que constitui o Brasil, elementos linguísticos indígenas, tais como os das línguas gerais, por

⁶ Se, em dado momento, a linguagem enquanto acontecimento cobra sentidos, exige uma representação de si como objeto a partir da percepção dos sujeitos, porque não a considerar como uma exterioridade (histórica) a ela mesma? Na conexão entre os programas *História das Ideias Linguísticas* e *Análise de Discurso*, compreende-se que a linguagem se torna uma exterioridade (histórica) em relação a si própria, quando ela, atravessada pelo ideológico, instaura uma discursividade sobre suas próprias estruturas, explicando-as. Uma discursividade da qual os sistemas de notação *meta-* das línguas naturais, terminologias de descrição e de instrumentação linguística, dão testemunho em todas as tradições gramaticais tais como, a hindu, a chinesa, a greco-latina... Isso porque uma língua é uma realidade natural e social, ou seja, “a língua fala do mundo e está no mundo” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 244). Essa apreensão discursiva da atividade metalinguística está presente em Culioli e Desclès (1981) que delimitam o discurso metalinguístico à atividade reflexiva do linguista e do gramático. Aprece, também, em J. Rey-Debove (1986) que a classifica, ao mesmo tempo, como *corrente* e como *científico-didático*. E é retomada em Authier-Revuz (1998), no detalhamento da modalização autonímica da enunciação, quando ela trata das formas de metalinguagem nas línguas naturais.

⁷ Recordamos que a gramatização do apurinã se dá depois de um primeiro momento da gramatização de línguas indígenas nos estados coloniais portugueses a partir do século XVI, e no mesmo momento da gramatização brasileira do português no século XIX. Contudo, a gramatização do português pelos brasileiros e gramatização das línguas indígenas (nos períodos colonial e imperial) responde a interesses diferentes. A gramatização das línguas autóctones visava, nas duas conjunturas, o contato para controlar politicamente as populações indígenas. A gramatização brasileira do português visava à constituição da identidade nacional do Brasil, enquanto Estado recém-independente.

exemplo, passam a significar na fala cotidiana dos brasileiros – pium, carapanã, o sufixo - rana, capim, mandioca etc. Na colonização tardia do Purus, por comparação, vemos que, para além das vicissitudes geográficas e recursos naturais a serem informados, emergem também nomes para interpretar as inúmeras sociedades autóctones e as línguas por elas faladas.

Ou seja, uma nova discursividade emerge em função das relações indígena-ocidental que vão direcionando os sentidos da/na história do Purus. Relações entre o simbólico e o político e entre a memória e o acontecimento na definição dos rumos da colonização deste rio que é visível nas ações de reconhecimento e de posse por distintos sujeitos imbuídos de autoridade na sociedade imperial brasileira – o prático Manuel Urbano da Encarnação, o cartógrafo naturalista William Chandless, o coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, dentre outros – que agem como “sujeitos da nomeação” (NUNES, 2006, p. 62). Porém, como se verá pelas análises, elementos lexicais de distintas sociedades do Purus também testificam a voz de indígenas na cena do reconhecimento. O que permite a caracterização destes, também, enquanto *sujeitos da nomeação*.

Assim sendo, diante da conjuntura histórica do contato no Purus, procurei, para elaborar minhas questões de pesquisa, seguir os passos de Orlandi (2008, p. 19) que, em sua obra *Terra à vista*, embarcou “no caminho de desconstrução de um certo olhar que não nos dá outro direito senão o de termos particularidades, singularidades, peculiaridades culturais”. Um olhar que nos reduz historicamente, enquanto brasileiros, ao exotismo e que, ao mesmo tempo, mantém esquecida a memória de nossa ancestralidade indígena: o brasileiro é brasileiro desde sempre. Isso porque, como sintetiza Orlandi (2008, p. 66), o legado cultural indígena, na formação da identidade brasileira, “é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado”.

Isto significa que, mesmo marcados com traços fisionômicos e culturais indígenas, os brasileiros veem e sentem o mundo, primordialmente, pela memória ocidental. Isso porque “os discursos de construção do ‘outro’” (ORLANDI, 2008, p. 11), no caso da colonização no Brasil, forjam uma política que leva, justamente, a medidas de desconstrução deste outro. Isto é, “o discurso da descoberta” (ORLANDI, 2008, p. 12), no sentido de dar a conhecer novas realidades, possibilita condições de interpretabilidade para que o Estado estenda sua jurisdição, impondo sua homogeneidade: aí temos mecanismos como o descimento do indígena de suas malocas para estruturar aldeamentos; a descrição dos vernáculos indígenas

para substituí-los pela língua oficial do Estado; o estudo da cosmovisão indígena para, então, classificá-la como diabólica, subvertendo-a como folclore-superstição.

Ao seguir tais passos, reconheço, de antemão, que a gramatização da língua apurinã está inscrita no discurso das descobertas. Não exatamente sob as mesmas condições históricas das unidades coloniais portuguesas na América do Sul até 1774, data da integração do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e do Estado Maranhão e Piauí ao Estado do Brasil, momento importante para o processo de constituição de um imaginário do Brasil enquanto unidade nacional⁸. Mas sob as condições históricas próprias do regime imperial brasileiro (1822-1889), que já eram bem diferentes. De todo modo, no ideário imperial de expansão colonialista (linguística, cultural e territorial) sobre o qual se assenta a formação do Brasil, a palavra “descoberta” relaciona-se tanto às práticas de produção do conhecimento quanto às práticas de conquista e posse. A “descoberta” gera conhecimento e o anseio de sua propriedade. “O descoberto é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. O primeiro passo para que se assente sua posse” (ORLANDI, 2008, p. 17).

Reconheço, portanto, na expressão *discurso da descoberta* sentidos que operaram tanto no imaginário do período colonial quanto no imaginário do período imperial: um regime simbólico e político de produção de saberes sobre o desconhecido, bem como de produção do arquivo desses saberes. O *conhecimento* aí significa a produção do saber (caracterizado ou não como científico e com suas finalidades políticas) a partir da descoberta, do achado, do encontro. O termo *conhecimento* remete, ao mesmo tempo, neste discurso, a uma ação e ao produto dessa ação. Orlandi (2008, p. 18) constata, a partir da análise de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, que “há uma cumplicidade do discurso das descobertas com o científico que lhe dá um modo de existência ideológico, que vai assim resultar em um ‘fechamento’: descobrir é dizer o conhecido”. As cartas cartográficas, os relatos etnográficos e as descrições linguísticas, que analiso, são materialidades tácitas dessa cumplicidade.

No discurso das descobertas, os saberes produzidos *no e sobre o Purus*, mediante o confronto dos imaginários indígena e ocidental, respondem, como parte da realidade humana, “a decisões políticas, não conscientes, inscritas em condições históricas particulares” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2019, p. 135). Nesse lugar de interpretação, o topônimo Purus é

⁸ Para aprofundar a questão das trajetórias e divisões administrativas dos estados coloniais portugueses na América do Sul antes de 1774, conferir Santos (2011) e Tavares (2008). Do lado da historiografia e do arquivo, estes autores afirmam, por exemplo, que o Estado colonial do Grão-Pará e Maranhão gozava da mesma autonomia política/jurídica que possuía o Estado colonial do Brasil, ambos igualmente subordinados à metrópole portuguesa.

uma nomeação que favorece a uma leitura pela qual se vai homogeneizando o olhar colonizador sobre esta região desconhecida a ser inserida nas engrenagens do império brasileiro e do capitalismo mundial. Conforme revela Nunes (2006), nomear é uma “tarefa” demandada pela necessidade de dizer o desconhecido. No lastro dos primeiros discursos das descobertas do Purus, as nomeações atuam como primeiras “setas” a orientar as sucessivas ações de reconhecimento e de posse. Nesse sentido, diante dos saberes cartográficos, etnográficos e linguísticos relativos a este rio, cabe compreender, em particular, os processos discursivos pelos quais se instaura a gramatização da língua da sociedade apurinã. Em virtude disso, levanto as seguintes questões:

- (i) Que línguas, que obras, que teorias, que instituições e que locutores estão na base do processo de gramatização da língua indígena apurinã mediante o contato cultural no Purus do século XIX?
- (ii) Como se configura a relação entre o processo de nomeação (topônimos, etnônimos, antropônimos etc.) nos discursos das descobertas do Purus e as primeiras descrições de fatos linguísticos do apurinã?
- (iii) Como se dá determinação histórico-discursiva dos primeiros conhecimentos que são formulados sobre a língua apurinã, considerando-se aí o *continuum* memória, escrita e arquivo?

Responder a estas perguntas significa não apenas narrar a história do apurinã e dos saberes produzidos sobre ela. Significa não perder de vista a compreensão de suas condições históricas de produção, considerando que os saberes cartográficos, etnográficos e linguísticos que dão vislumbre à gramatização do apurinã são materialidades discursivas. São discursos pelos quais se constroem a necessária relação imaginária do colonizador com as particularidades dos espaços de vida, dos sujeitos que nele habitam e das línguas que estes falam. Em outros termos, as línguas, os sujeitos e os espaços, sob os quais se assenta a ordem humana para as sociedades em contato, são realidades históricas sem as quais a gramatização não seria possível.

Considero, ainda, que estes discursos sobre o conhecimento do desconhecido produzem efeitos para ambas as formações sociais (indígena e ocidental). O outro também espreguiça! O outro também atribui sentidos ao que lhe é estranho! Quero sustentar com isso que, no grafo oitocentista sobre os apurinã, o que passa para o registro histórico, para o arquivo, se dá a partir do olhar colonizador. Mas que, no entanto, este olhar é afetado pelo

universo simbólico e político que se lhe apresentava como exótico. Notadamente, os olhares das sociedades em contato não são simétricos e os sujeitos/grupos sociais inseridos em relações de confronto/submissão se “olham” a partir do olhar do outro/do Outro, qualquer que seja a relação de dominação em foco.

Com o intuito de responder a estas perguntas, proponho, então, um estudo filiado a um contexto epistemológico particular no quadro das ciências humanas, a saber, o desejo de conhecimento provocado pela relação entre a *História das Ideias Linguísticas* (HIL) e a *Análise de Discurso* (AD). Isso significa que as delimitações do objeto, dos objetivos e da metodologia deste trabalho se ancoram em uma perspectiva materialista da história das ideias linguísticas filiada à análise de discurso. Um modo de se fazer história das ideias que é próprio do espaço científico brasileiro desde o final da década de 1980. Por meio dele, foram realizados inúmeros estudos voltados à reconstituição, na longa duração do tempo, dos saberes sobre as línguas faladas no território nacional. Assim, mediante a especificidade do arquivo produzido por tais estudos, também ganharam folego novas investigações sobre a gramatização de línguas indígenas, tais como o tupi, o guarani e outras línguas gerais⁹.

Imerso neste contexto epistemológico, considero que o objeto da ciência, enquanto objeto de conhecimento, é desde sempre teórico, produzido pela reflexão humana. Ele não se confunde com o objeto empírico, real – eis a grande revolução epistemológica de Saussure, quando distingue entre objeto real e objeto de conhecimento. O objeto científico é algo que não é completo e nem totalmente ordenado. Posto isto, tomo como objeto de investigação não uma língua em si, mediante análise estrutural e/ou funcional, mas os saberes formulados sobre ela, os quais remetem à língua imaginária como pensada por Orlandi (1985, 2009b) e Orlandi e Souza (1988). Em outros termos, meu objeto de investigação é justamente *a gramatização da língua indígena apurinã*. Processo de descrição e instrumentação que começa vinculado a produção das primeiras nomeações e glosas que orientaram o ocidental a compreender e a colonizar o Purus.

Como objetos do conhecimento, as nomeações e os traços de metalinguagem no dizer sobre o Purus se configuraram, de um lado, pela relação entre *memória, escrita e arquivo*. E, de outro, pela questão do *contato cultural* que demandou conflitos entre imaginários sociais. Tomo, mediante esses fatos, como objeto de observação, portanto, a constituição histórica dos

⁹ Podemos tomar como ilustração dessas investigações a pesquisa de Souza (1994) que se volta a uma leitura dos processos de elaboração das gramáticas da língua Bakairi e a pesquisa de Rodríguez-Alcalá (2007) dedicada à leitura da imagem da língua guarani no Paraguai.

saberes *metalinguísticos* sobre o apurinã. Estes saberes formam um corpo de evidências histórico-discursivas sob os quais se apoia a produção de instrumentos (objetos-ficção) como lista de palavras, vocabulário, gramática e dicionário. Volto-me, necessariamente, para a produção dos sentidos (processos discursivos) pelos quais se dá estabilidade aos conhecimentos de ordem *lexical, fonético, morfológico e sintático* do apurinã em condições de produção específicas.

Ainda no sentido de responder às questões de pesquisa acima, considero teoricamente que para todas as *formulações metalinguísticas*¹⁰ – lexicais, fonéticas, morfológicas, sintáticas etc. – sob as quais se constitui a gramatização do apurinã, as materialidades das *línguas*, dos *sujeitos* e dos *espaços* funcionam, inseparavelmente, como suas condições de produção. Consequentemente, a compreensão da produção desse saber *-meta* se dá a partir de trabalhos já desenvolvidos na História das ideias linguísticas e na articulação entre História das Ideias Linguísticas (HIL) e Análise de Discurso (AD). Alguns desses trabalhos apontam para uma regularidade: a gramatização, por meio das formulações que se acham em seus instrumentos, é resultado de *discrepâncias* (PÊCHEUX, 2014a, p. 149; NUNES, 2006, p. 60) que constituem os sentidos de uma língua, dos sujeitos que a falam e dos espaços em que estes habitam. Esta compreensão, portanto, é uma chave de leitura tanto para a seleção dos documentos quanto para a análise das formulações metalinguísticas que neles aparecem.

Sob esta perspectiva teórica, assumi como *objetivo geral* a compreensão do modo como a relação entre *sujeito, língua e espaço* está presente na constituição da imagem do apurinã enquanto unidade linguística isotópica (língua imaginária) e enquanto objeto de saber da tradição gramatical ocidental. Em outros termos, objetivo compreender que fatos linguísticos (o que), que sujeitos (quem) e que formas de espacialidade (onde) estiveram em jogo no estabelecimento da gramatização do apurinã no século XIX. Para Auroux ([1992] 2014), as ciências trabalham no nível das *representações*, sem deixar de pressupor a *percepção* em seus processos de compreensão do mundo. No caso do conhecimento da língua apurinã, essa representação assume a forma específica da metalinguagem nas sociedades com

¹⁰ O dizer a língua (do ponto de vista restrito da tradição) requer termos, uma nomenclatura específica. De nossa parte (do ponto de vista do discurso), o dizer esse ‘modo como se diz a língua’ requer, igualmente, conjuntos de palavras e formulações específicas. Assim, para dizer a história das ideias sobre o apurinã, por meio da materialidade linguística, cunhamos a expressão *formulação metalinguística*. Ela tem por finalidade dar especificidade à discrepância das asserções (enunciações) sobre a língua como paráfrases já dotadas de estabilidade semântica na história, por relação a seu espaço de memória, de repetibilidade. Trata-se, portanto, de uma expressão guarda-chuva para as formas de modalização autonímica pensadas do ponto de vista da materialidade do sentido.

escrita. Assim, porque cada *formulação metalinguística* sobre esta língua carrega uma história, assumi os seguintes *objetivos específicos*:

- Analisar as primeiras interpretações sobre a sociedade apurinã em Matos (1845), Mattos (1855), Coutinho (1863), Chandless (1866) e Polak (1894).
- Mapear, nestes documentos, formulações sobre língua, sobre costumes e sobre ocupações apurinã;
- Analisar, a partir destas formulações, as *discrepâncias* na constituição de saberes sobre línguas, sujeitos e espaços nas relações do contato apurinã-ocidental;
- Descrever, a partir desses documentos, que *notações meta-* foram utilizadas no trabalho de descrição e instrumentalização do apurinã no século XIX;
- Compreender, a partir das análises e descrições, o processo histórico-discursivo que leva a gramatização do apurinã.

Embora tais objetivos indiquem os lugares de chegada em minha trajetória de compreensão da gramatização do apurinã, eles estão ligados a uma reflexão sobre atuais políticas definidas como “de revitalização” e/ou “de manutenção” e/ou “de preservação” das línguas indígenas. Diretivas que vêm adquirindo abrangência significativa no mundo. Um exemplo disso é o fato de que a UNESCO escolheu o ano de 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas. A realização destes objetivos, assim, poderá contribuir com a construção de um modelo de observatório científico, edificado na articulação entre AD e HIL, para uma reflexão aprofundada sobre a história das línguas indígenas e dos saberes sobre elas.

Ao lado disso, o aprofundamento da compreensão dos processos de gramatização das línguas indígenas pode trazer luzes para pensar criticamente o desenho das políticas linguísticas no Brasil e no mundo. É importante destacar aqui o caráter intrinsecamente contraditório de tais políticas linguísticas: mesmo bem-intencionadas, elas continuam pautadas pelos valores ocidentais, tais como o de língua, de escrita, de gramática, de escola etc. Contudo, ainda que atualmente elas ordenem um processo de transferência cultural, há uma negociação em que os sentidos que já não são mais exclusivamente direcionados pelo e para o lugar do colonizador.

Cabe dizer ainda que, diante das evidências dos *discursos das descobertas* do Purus desde o século XIX, a língua apurinã permaneceu pouco instrumentada. Após sua “descoberta” pelo Ocidente, ela permaneceu inserida marginalmente no cenário político

brasileiro, partilhando o mesmo destino de outras línguas indígenas, reconhecidas desde o século XVI. Os saberes sobre o apurinã se voltaram, na cena inicial de seu reconhecimento, à *classificação étnica* e ao *proselitismo cristão*. Como resíduo do contato cultural, surgiu aí um trabalho metalinguístico que começa pelo registro de elementos lexicais – traduções, definições e segmentações de palavras – e se estende às categorizações gramaticais – verbo, preposição, adjetivo, substantivo etc. Mesmo assim, a língua apurinã falada no século XXI, cujas descrições são “disputadas” por duas correntes linguísticas (formalismo e funcionalismo), resistiu à imposição e sobreposição de políticas integracionistas pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, as do Serviço de Proteção do Índio (SPI). Uma faceta desse integracionismo é o atual quantitativo daqueles que a falam em cada uma das unidades de seus territórios¹¹.

De qualquer maneira, há, atualmente, uma política de reafirmação de fronteiras identitárias apurinã onde se vê na instrumentalização da língua um fator de afirmação étnica. Ligada historicamente ao processo de transferência cultural desde o século XIX, a gramatização da língua desta sociedade começa a ser tomada contemporaneamente como objeto de reflexão pelos próprios apurinã. A este respeito, já se observam políticas de administração da língua¹² em suas Terras Indígenas (TI). Isso em decorrência de valores ocidentais que, agora, do lugar do antropólogo, do historiador e do linguista, passam a significar na cultura indígena sob a evidência da universalidade.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, exponho as orientações teórico-metodológicas a partir das quais exploro as questões da pesquisa. Apresento, deste modo, um panorama geral das reflexões de Auroux ([1992] 2014) sobre o

¹¹ As interpretações etnográficas que acompanham as recentes produções linguísticas do apurinã, nos séculos XX e XXI, indicam a complexa demografia da sociedade apurinã (cf. PADOVANI, 2020; CHAGAS, 2007; FACUNDES, 2000). De qualquer forma, ainda que os dados populacionais não sejam precisos, todas estas interpretações são unânimes em apontar um quadro minoritário de falantes nativos, bem como o estatuto sócio-político (língua materna ou língua segunda) do apurinã em um quadro de diglossia/bilinguismo nos territórios e comunidades dessa sociedade. A principal causa disso seria a pressão exercida pela sociedade envolvente cuja língua dominante é o português brasileiro com elevado grau de gramatização. Nesse sentido, dado o incentivo ao integracionismo pelo Estado no Purus desde o século XIX, a ecologia ou situação linguística do apurinã alterou-se significativamente e, hoje, vemos como efeito constatações como “o português é a língua principal da maioria das comunidades” (DUARTE, 2009, p. 84) ou “estima-se que menos de um quarto fala essa língua, e com diferentes graus de proficiência” (SANTOS, 2013, p. 10).

¹² Em uma rápida consulta aos instrumentos tecnolinguísticos atuais do apurinã, vemos os apurinã não mais apenas como simples informantes à disposição dos inquéritos linguísticos, sem qualquer agência sobre a descrição e instrumentação desta língua. Ainda que se trate de uma língua minorizada, já se pode tomar como acontecimento a participação política do apurinã no que poderíamos chamar aqui de *gestão da língua no território* por meio da produção de materiais didáticos (cf. DUARTE, 2009, p. 07), da elaboração de aulas (cf. FERREIRA, 2014b), de consultoria linguística (cf. PADOVANI, 2020, p. 05), para citar alguns exemplos.

nascimento das metalinguagens e das tradições de estudos da linguagem. Na esteira destas reflexões, esboço o cenário geral da gramatização massiva das línguas do mundo a partir da Europa sob a égide da tradição gramatical greco-latina. Sigo este percurso esmiuçando as questões técnicas em torno do conceito da gramatização. Na sequência, penso este conceito a partir uma visão materialista tendo como referência a relação constitutiva entre língua, sujeito e espaço como suas condições de possibilidade. Para caracterizar a produção do conhecimento metalinguístico, utilizo a noção de *discrepância* (cf. PÊCHEUX, 2014a) na explicitação de como se estabelecem, contraditoriamente, os sentidos da língua, os sujeitos do discurso e seus espaços de vida.

A partir destes pressupostos teóricos, detalho, ainda, neste mesmo capítulo, o percurso metodológico adotado para a composição do *corpus* e para as análises do material discursivo. O procedimento levou, neste sentido, a uma série de seis textos produzidos no século XIX. Trata-se dos primeiros textos a mencionar o rio Purus e a sociedade Apurinã. Realizei uma leitura das formulações desses textos sobre os espaços, os sujeitos e as línguas indígenas aí encontrados e significados, bem como sobre o avanço das ocupações ocidentais na colonização deste rio pelo Estado brasileiro. Para as análises das formulações, fiz intervir, do lado da noção de *discrepância*, os conceitos de *pré-construído* e de *articulação* (cf. PÊCHEUX, 2014a), e do lado da noção de *metalinguagem*, o conceito de *modalização autonímica* (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998; 1999).

No segundo capítulo, mediante as formulações sobre as sociedades indígenas em relatos e relatórios do século XIX, reflito sobre o processo de gramatização do apurinã por meio das *discrepâncias* de nomeações indígenas, a constituir enunciações linguísticas, etnográficas e cartográficas. A partir dos *encaixes/articulações* destas nomeações no fio discursivo do material analisado, observo a estabilidade semântica dos nomes dos lugares, das etnias, das línguas, etc. a orientar o olhar do colonizador. Construo, assim, meu gesto leitura em torno da materialidade linguística destas formulações com vistas a reconstituir histórica e discursivamente os primeiros gestos de interpretação do apurinã como uma língua idêntica a si mesma. Procuo elaborar, deste modo, uma reflexão que vai desde a busca pela presença de palavras e expressões do apurinã ao lado de outras línguas indígenas na sintaxe das línguas ocidentais até as primeiras segmentações próprias de um trabalho sistematizado sobre esta língua.

No terceiro capítulo, analiso instrumentos linguísticos propriamente ditos: uma gramática e um vocabulário “acoplados”, elaborados por um missionário anglicano. São objetos-ficção que se voltam à classificação das partes do discurso e à lematização do léxico do apurinã. Mediante as noções de *discrepância* e de *metalinguagem*, analiso, de saída, em seu prefácio, o modo como se deu a aproximação da língua-objeto e a delimitação dos pontos iniciais de uma reflexão metalinguística. Na sequência, analiso a primeira proposta ortográfica, a primeira proposta de classificação das palavras, bem como uma nomenclatura do léxico apurinã. Nesta obra, portanto, observo traços de seus exteriores discursivos (religião, naturalismo, tradição gramatical greco-latina) a determinar a construção da imagem desta língua por meio de regras, de exemplos e de categorias. Aponto também, diante destas determinações, o papel do silêncio fundador na produção destes conhecimentos metalinguísticos.

Na conclusão, comparo as regularidades do processo de significação (literalidade e opacificação) das formulações metalinguísticas – glosas, exemplos, categorias e regras – em todos os materiais analisados. Em função dessa comparação, ao considerar o tipo de relação que as modalizações autonímicas dessas formulações possuem com o interdiscurso, destaco os movimentos retóricos próprios aos discursos das descobertas do Purus. Do vislumbre dessa exterioridade discursiva nas formulações, os graus de marcação de elementos indígenas de empréstimo e de verbalização de sua fonte permitem compreender que o sujeito apurinã não é o interlocutor efetivo do saber produzido nesse momento da gramatização do apurinã. Enquanto parte de uma etnografia, o saber metalinguístico pelo qual se produz a imagem do apurinã, no século XIX, é direcionado exclusivamente para o lugar do colonizador. E isso com distintas finalidades utilitárias na produção de um arquivo de conhecimentos sobre essa região para controlar seus espaços e seus sujeitos.

CAPÍTULO 1 – Orientações teórico-metodológicas da pesquisa

Indicamos já na introdução deste estudo algumas *noções* que, de antemão, remetem a um espaço epistemológico dado, a saber: o vínculo AD-HIL. Neste capítulo, pretendemos apresentar os pressupostos que nos permitiram construir um dispositivo de leitura em perspectiva materialista voltado à história da constituição do discurso metalinguístico do apurinã.

Destacamos, para tanto, que o cerne desse vínculo é a visão histórica acerca das ciências e, particularmente, das ciências da linguagem (cf. NUNES, 2008). Isso porque os saberes ditos científicos resultam da possibilidade de o sujeito produzir discursos sobre, em suas relações sociais e políticas, as coisas e os fatos do mundo. Os saberes não são atemporais, mas respondem a condições históricas de produção.

Destacamos, também, que este vínculo não é um simples intercâmbio sem consequências de noções entre estes dois domínios das ciências humanas e sociais. Os pressupostos de ambos permitem a constituição de um observatório não idealista e não subjetivista sobre um objeto de desejo comum: os traços de memória por meio dos quais se produzem os saberes das línguas.

1.1. O Programa História das Ideias Linguísticas

É importante, antes de qualquer coisa, apresentar uma breve circunscrição institucional do trabalho com a história das ideias linguísticas.

Inscrito em um cenário acadêmico-científico internacional configurado por distintas abordagens históricas sobre as ciências linguagem (Historiografia Linguística e História da Linguística), o Programa HIL se inicia em 1984 no Departamento de Linguística da Universidade Paris VII. Nesse cenário, sua abordagem é uma nova abertura para a história das ciências, pois, diferentemente do que se vinha praticando até *Annales*, ela se ancora “na dimensão significativa dos textos que lhe serve de arquivo” (ROBIN, 2016, p. 14). Essa abordagem visa, nesse cenário e por essa perspectiva, “garantir que o mundo da pesquisa

francês tenha uma estrutura estável e visível trabalhando na história das ideias linguísticas e desempenhe um papel de liderança na disseminação do conhecimento neste campo”¹³ (FAIVRE, 2020, 01).

Para esta garantia, o Programa, diante de seus princípios gerais, não postula uma abordagem teórico-metodológica rígida e estanque. E, nesse sentido, inúmeras pesquisas ligadas a ele foram desenvolvidas tanto no espaço francês quanto em colaboração com instituições de outros países.

No caso da cooperação acadêmico-científica França-Brasil, o acordo inicial foi celebrado entre a Universidade Paris VII e a Universidade Estadual de Campinas em 1992. Essa relação materializou-se no projeto n. 138/93/97 Capes/Cofecub intitulado *Construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional* (1992-1995). A partir dessa primeira experiência franco-brasileira de colaboração em HIL, novos projetos Capes/Cofecub e novos convênios foram realizados, ampliando o raio de instituições brasileiras envolvidas no trabalho com a história das línguas e do conhecimento linguístico.

No rastro dessa expansão no Brasil, Ferreira (2018) aponta que a territorialização dos princípios gerais da HIL ocorre inicialmente mediada pela teoria materialista do discurso desenvolvida por Pêcheux (2014a/b) e Orlandi (2009a), contando também com a participação de pesquisadores de outras áreas, tais como, sintaxe, semântica, semiótica, pragmática, sociolinguística etc. (cf. FERREIRA, 2018).

Porém, no que pese esta expansão, destacamos a forte apropriação, e mesmo deslocamento, de princípios e de noções da HIL francesa pelos analistas de discurso que fazem história das ideias no espaço científico-acadêmico brasileiro. Ou seja, nas palavras de Ferreira (2018), podemos dizer que aqui ocorre “uma intervenção da análise de discurso na história das ideias linguísticas”. Na ramificação institucional do Programa HIL deste lado do Atlântico, expande-se não apenas uma demanda relativa a uma história das ideias linguística *no* Brasil, mas se produz um domínio relativo a uma história das ideias linguísticas *do* Brasil. Isto é, um modo de fazer história das ideias que é próprio do espaço científico-acadêmico brasileiro. Os interesses do Programa HIL, ao se radicarem no Brasil, impulsionaram o avanço da AD sobre os saberes metalinguísticos de línguas indígenas e do português brasileiro como língua nacional.

¹³ No original: assurer une structure stable et visible à la recherche française en histoire des idées linguistiques , et jouer un rôle moteur dans la diffusion des connaissances dans le domaine au niveau international.

1.2. O nascimento das metalinguagens

Para refletir sobre como se constituem as metalinguagens, tomamos, de saída, a noção de *arquivo* na perspectiva discursiva de Pêcheux (2014), Guilhamou, Maldidier e Robin (2016), e Ferreira (2013). Com base nestes autores, podemos dizer que em AD, o arquivo é resultante de práticas sociais e institucionais de leitura pelas quais se constituem séries textuais. Tais séries são caracterizadas por terem seus documentos definidos como provenientes de uma mesma fonte (uma questão, um autor, uma repartição, um tema, um acontecimento, uma época etc.). Assim, sua discursividade é marcada por formar conjuntos de textos, como, por exemplo, bibliotecas, cartórios, acervos, museus, fundos, repositórios, *streaming media* etc. São formas de organização que não deixam de produzir efeitos de sentidos, isto é, regimes “cristalizantes” de leitura. São feitos de arquivo construídos a partir de montagens específicas que mascaram, de certa maneira, a heterogeneidade constitutiva própria ao discurso. A reflexão de Pêcheux (2014) sobre o que é ler o arquivo hoje começa com uma epígrafe de uma passagem de Michel de Certeau¹⁴, que parafraseamos aqui para dizer que o arquivo é constituído de rastros simbólicos deixados pelo trabalho do homem sobre o registro de sua própria memória ao longo do tempo.

Posto isto, entendemos que a problemática em torno da “leitura dos arquivos” (PÊCHEUX, 2014, p. 57) atravessa a reflexão sobre os saberes linguísticos que vem sendo feita em HIL em distintos espaços acadêmicos. Do ângulo materialista da AD, esta noção nos permite pensar a expressão “temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber” (AUROUX, [1992] 2014, p 12), que tem se repetido em trabalhos nessa área. Trata-se de um gesto de interpretação não-subjetivo calcado na singularidade do texto, isto é, do documento como objeto histórico. Para nós, portanto, esta temporalidade não deixa de estar sob o efeito do arquivo.

Assim, se é em função dessa temporalidade que Auroux ([1992] 2014) diz que as instâncias que fazem o saber trabalhar não destroem seu passado – elas o organizam, o escolhem, o esquecem etc. –, consideramos aí o jogo de uma *memória discursiva* que se forja gradativamente conforme determinações e contingências de cada sociedade em cada momento

¹⁴ Trata-se da passagem “A história dos rastros do homem através de seus próprios textos permanece em grande parte desconhecida”, retirada de sua obra *A invenção do cotidiano* (cf. CERTEAU, 2014).

histórico. Em tese, o *saber linguístico*¹⁵ é produzido e reproduzido sempre na relação entre a *memória* e o *arquivo*.

Mediante isto, podemos, então, vislumbrar, de um lado, um vasto arquivo de conhecimentos linguísticos a ser tomado como “seara” do trabalho histórico. Tal seara pode ser pensada como uma dispersão de conhecimentos sobre a linguagem e as línguas que ora se avolumam e ora se esquecem. Conhecimentos que são decorrentes de atividades/domínios laborais do sujeito de linguagem (animal simbólico) em torno da escrita ao longo de milênios – escribas, copistas, tradutores, intérpretes, músicos, professores etc. O gesto analítico AD-HIL sobre este arquivo milenar o considera como não sendo transparente, mas opaco, heterogêneo. Este arquivo é o lugar a partir do qual o historiador das ideias linguísticas elabora um arquivo outro que atenda os objetivos das questões pretendidas em sua pesquisa. Um olhar discursivo que segue as trajetórias de saberes linguísticos na longa duração. Com este movimento nas redes do arquivo, se produz uma reflexão sobre a história das línguas e dos conhecimentos linguísticos.

Atravessada pela discursividade do arquivo, a perspectiva do projeto francês de História das Ideias Linguísticas, de “homogeneizar o diverso ao projetar fatos históricos em um hiperespaço” (AUROUX 1995, p. 20), tem produzido o franco desenvolvimento de estudos sobre a constituição das metalinguagens. Nesse sentido, uma terminologia própria vem sendo consolidada para explorar as formas pelas quais o saber metalinguístico se constitui no tempo. Noções como *gramatização*, *exogramatização*, *endogramatização*, *instrumento linguístico*, *revolução tecnolinguística*¹⁶, por exemplo, nos ajudam a escrever a história desse tipo de saber.

Na conceituação desta terminologia, é interessante notar que, para “sondar” a historicidade das metalinguagens em distintos arquivos, Auroux ([1992] 2014) estabelece um reconhecimento-distanciamento de abordagens historiográficas clássicas. De sua perspectiva, há um modo particular de fazer a história das ideias linguísticas. Ela pode ser vislumbrada preliminarmente pela seguinte afirmação:

¹⁵ A título de ilustração, podemos tomar a constituição da noção de *palavra* na tradição greco-latina. As predicções pelas quais se dava sua interpretação na tradição grega, na tradição latina e, posteriormente, nas tradições europeias sofreram alterações em função da confirmação ou descoberta de novas propriedades a seu respeito, tal como a noção de *radical* própria de uma morfologia derivacional, cujos pressupostos só passaram a figurar no quadro gramatical europeu a partir do contato da tradição ocidental com a tradição árabe.

¹⁶ As definições dessas e de outras noções serão dadas nas próximas seções.

[...] o historiador das ciências da linguagem é aquele que toma as ciências da linguagem como objeto, e não aquele que toma diretamente como objeto os fenômenos que as ciências da linguagem tomam como objeto (AUROUX, 1995, p. 04).

De um ângulo discursivo, podemos dizer que há um efeito de *arquivo* sobre o objeto do historiador das ciências da linguagem. Isso porque há sempre, por parte deste, um trabalho disciplinado de recorte no interior dos regimes sociais de produção, circulação e leitura dos textos, em longo prazo e em diferentes sociedades de escrita. “O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco” (GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 2016, p. 116).

Como sintoma desse efeito de leituras já-dadas pelo arquivo, Auroux ([1992] 2014) aponta o dogmatismo científico em certas releituras de antigos estudos sobre as línguas. Tendo em vista legitimar uma ou outra teoria, estas releituras não atestam a historicidade dos conhecimentos de antigas tradições. Visam apenas atestar sua própria validade científica, não trabalhando a historicidade, as filiações de sentido e as redes de memória.

Mas porque trazer à tona a questão do *arquivo* para compreender o trabalho em HIL?

Porque esse modo de fazer história demanda a montagem do *corpus* a partir de séries *arquivísticas*, cuja compilação remonta sempre às leituras de outros sujeitos do conhecimento. Leituras que respondem a exigências institucionais – de uma assembleia legislativa, de uma biblioteca, de um jornal etc. De todo modo, o historiador das ideias linguísticas constrói sua própria série documental a partir de múltiplos regimes sociais de produção, de circulação e de leitura. Mais, ele vasculha em documentos de um corpo institucional, como em uma cirurgia, “ligamentos” nodais na constituição dos saberes sobre as línguas. Saberes que surgem como acontecimentos linguístico-discursivos na tessitura da história.

Buscamos no trabalho em torno do arquivo e da montagem do *corpus* a relação entre a *descrição discursiva* e a *interpretação da história* como defendida por Guillaumou, Maldidier e Robin (2014). Para estes, não se pode fazer história das ideias sem a materialidade da língua na discursividade do arquivo. Isto é, o discurso (sua base linguística e seus processos semânticos) é o objeto de verificação da interpretação histórica em HIL. Esta perspectiva consolida, de forma incontornável, o fato de que a História é a própria textualidade (seja ela oral ou escrita), o próprio dizer, o próprio discurso.

Auroux ([1992] 2014), corroborando esse atravessamento pelo arquivo, distingue diferentes tipos de trabalhos dedicados à história dos conhecimentos linguísticos, que são decorrentes do desenvolvimento institucional da tradição escolar-universitária no século XIX. Primeiramente, segundo o autor, aqueles que visam construir uma base documentária para a pesquisa empírica, seguidos por aqueles que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam, e, por fim, os que se voltam para o passado para legitimar uma prática cognitiva contemporânea. Embora possuam grande riqueza factual e epistemológica, estes trabalhos partilham da mesma visão dogmática de ciência.

Produzindo um deslocamento em relação a estes tipos de trabalhos, este autor se deixa guiar por três princípios para compreender sob que formas o saber linguístico se constitui no tempo, bem como, o modo como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem: (i) a *definição fenomenológica do objeto*¹⁷, (ii) a *neutralidade epistemológica*¹⁸ e (iii) o *historicismo moderado*¹⁹. Para o autor, esses princípios orientam o historiador na busca por fontes documentais (às vezes perdidas ou desconhecidas) que permitem recompor os traços de memória de um saber linguístico. À luz destes princípios, um saber não é tomado como um *a priori*, mas, nas palavras do autor, “resulta a cada instante de uma interação da tradição e do contexto” (AUROUX, [1992] 2014, p. 14). Portanto, ele é um estado de representação entre um *devir* e um *povir*.

De uma perspectiva discursiva, consideramos que a interpretação metalinguística pelo sujeito se dá pelo político, pelo histórico e pelo ideológico, produzindo, por essas relações, continuidades, mudanças e apagamentos em seu processo de constituição ao longo do tempo.

¹⁷ Considera o caráter factual do objeto em suas condições históricas de produção. A definição fenomenológica do objeto em HIL refere-se ao real do *saber linguístico* na conjuntura em que ele aparece. Nesse sentido, o saber-objeto tem um funcionamento político, social e histórico que deve ser apreensível à altura de sua consciência cotidiana. Tenta-se, portanto, descrevê-lo por meio da aproximação de seu funcionamento sem recorrer à teleologia, isto é, sem explicar o passado pelo futuro, respeitando os usos conceituais e terminológicos no momento em que foram produzidos.

¹⁸ Visa assumir uma posição isenta enquanto observatório do fenômeno, não avaliando os saberes do passado com a finalidade de validar uma teoria presente. O que não significa neutralidade veridicional. Constrói uma posição de historiador que recusa uma normatividade científica que apaga o político na produção do saber. Para não contaminar a apreensão factual da causalidade histórico-discursiva do objeto, não julga com padrões atuais as representações do objeto no passado. Afasta-se, com essa atitude, do *mito de cientificidade* segundo o qual os estudos sobre a linguagem só seriam científicos do comparatismo.

¹⁹ Aceita que não há incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas teóricos específicos nascidos em culturas diferentes. A diversidade de sistemas conceituais (autóctones/ por transferência) distribuída espaço-temporalmente nas sociedades é passível de comparações entre si. Assim, o historicismo em HIL pressupõe que, embora a realidade do fenômeno (a explicação metalinguística) possa ser análoga em diferentes culturas, sua representação não deriva das mesmas causas históricas. Os valores culturais, nos quais esses conhecimentos aparecem, devem ser relativizados.

No sentido da recomposição histórica de um saber face ao arquivo, a *memória discursiva* não é o que é lembrado pelo sujeito, no sentido de um gesto individual, constituída por estímulos neuropsicológicos²⁰. A *memória* é o *interdiscurso* e, como tal, ela se constitui pelo esquecimento²¹ do sujeito. Na esteira do materialismo histórico, Nunes (2006, p. 24) afirma que “o interdiscurso é o horizonte de tudo o que já foi dito antes, independentemente de um enunciado”. Sob o mesmo ângulo, Rodríguez-Alcalá (2014) considera

[...] o *interdiscurso* enquanto conjunto de dizeres estabilizados historicamente numa sociedade dada, que instituem, nas palavras de Pêcheux, um sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas (p. 268 – itálico da autora).

Essas afirmações apontam para o fato de que toda *enunciação* ou *dizer* (as formulações que constituem o fio discursivo de uma carta, de uma homília, de uma conversa, de um anúncio, de uma regra gramatical etc.) se constitui a partir de memória como princípio de sua interpretabilidade/legibilidade.

Consideramos, a partir dessa perspectiva discursiva, que o saber linguístico é produto de um processo pelo qual um determinado saber se filia a outros saberes já existentes e, em determinada conjuntura, pode se constituir de outro modo, se desenvolver, se discursivizar, fazendo sentido. Logo, pensar a historicidade do saber linguístico a partir de uma perspectiva discursiva leva a *um trabalho específico de leitura do arquivo textual* e dos percursos temáticos nele constituídos. Da perspectiva de nosso trabalho, a leitura de arquivo, pensada a partir de Pêcheux (1982), leva em conta a *materialidade da língua* (a base linguística) e a *discursividade da história* (os processos discursivos de produção dos sentidos).

Auroux ([1992] 2014), de todo modo, para aprofundar a questão em torno do nascimento das metalinguagens, mobiliza a distinção do saber linguístico em *epilinguístico* e *metalinguístico*, com base na ideia de *atividade epilinguística* proposta por Culioli (1968a, 1968b). No saber epilinguístico (epilinguagem), o sujeito falante, de modo não consciente (ou semiconsistente – “não sabemos que sabemos”), produz espontaneamente “representações” de

²⁰ A Análise de Discurso não recusa a existência de um substrato orgânico como base neurológica da memória (cf. PÊCHEUX, 2015a). Seu método de leitura/análise de volta, no entanto, ao estatuto social da memória, perspectiva negligenciada pelos modelos puramente cognitivos.

²¹ Sobre esta questão, seguimos Pêcheux (2014a, p. 150), no sentido de caracterizar este esquecimento e suas modalidades como condições psicanalíticas da enunciação pelo sujeito: “O termo esquecimento não está designando a perda de alguma coisa que se tenha sabido [...] mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”. Assim sendo, só dizemos (só produzimos uma sequência linguística) afetados por um duplo condicionamento da ideologia como inconsciente: (i) acobertamento da defasagem entre formações discursivas e (ii) acobertamento das relações de paráfrase da sequência linguística concreta.

sua língua ligadas “a quadros sociais de memória na forma de narrativas, contos, cantos, jogos verbais [...] etc.” (COLOMBAT, FOURNIER, PUECH, 2017, p. 50). No saber metalinguístico (metalinguagem), o sujeito falante, de modo consciente, formaliza representações sobre a língua (reconhecimento de unidades e formulação de regras) com ajuda de uma terminologia, relativamente fixa e relativamente mutável, transmissível por práticas e objetos técnicos específicos. Preserva-se entre estes saberes, no entanto, uma relação de continuidade, pois a percepção necessária à atividade epilinguística está na base das representações da atividade metalinguística.

A passagem do saber epilinguístico para o metalinguístico ocorre quando a linguagem partilhada pelos grupos humanos é objetivada pela escrita e torna possível o advento dos primeiros ofícios da linguagem na história. A escrita, nessa continuidade, é apontada como o fator decisivo para a origem das metalinguagens e das tradições gramaticais. Contudo, o autor deixa claro que “se a escrita é a condição de possibilidade do saber linguístico, é, entretanto, impossível ver em seu aparecimento a verdadeira origem deste último” (AUROUX, 2014, p. 23).

Embora não produza espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, a escrita desempenha um papel fundamental na origem das tradições linguísticas. A escrita é a condição de possibilidade do saber metalinguístico por permitir uma *razão gráfica* (noção tomada emprestada de J. Goddy) que espacializa e torna visível a cadeia falada que se projeta no tempo. Indo além, podemos dizer que o processo de reprodução de alguns desses sistemas de notação vai contribuindo para torná-los “naturais”, isto é, determinados procedimentos e terminologias vão se tornando “próprios” ao trabalho com/sobre a língua (descrição, construção de paradigmas verbais, paradigmas de declinações, tradução, ensino etc.).

Resumindo: “o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver” (AUROUX, 2014, p. 25). “Alteridade que pode ter múltiplas fontes, como, por exemplo, a antiguidade de um texto escrito ou de palavras estrangeiras que se quer compreender” (AUROUX *apud* RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 198).

De todo modo, se a formulação de um saber sempre evoca uma memória discursiva, isso significa, no caso da metalinguagem, que uma proposição que descreva um aspecto da língua possui, nos termos de Auroux ([1992] 2014), uma *espessura temporal* e um *horizonte*

de retrospeção que pode ser reconstruído. Pensar essa relação do presente com o passado considerado as *condições de produção do discurso* e o *interdiscurso* permite compreender que a formulação metalinguística em uma tradição se assenta em trajetos de sentidos anteriores a partir dos quais o sujeito do conhecimento se filia. Trajetos estes que conectam sentidos e sujeitos na história, forjando tais tradições. Conexões que são possíveis e, ao mesmo tempo, apreensíveis apenas em decorrência do arquivo (do textual, do escrito).

Neste rumo, a *retrospeção* como proposta por Auroux ([1992] 2014), pode ser aqui compreendida como um movimento operado nas séries textuais do arquivo. Dito de outra forma, um movimento de redes de sentidos anteriores e exteriores, atribuídos na história, que sustentam a produção e interpretação das formulações pelo sujeito. Isso porque um saber (suas predicções em dada conjuntura) se acha filiado a uma memória, se acha relacionado a sentidos outros, seja por réplicas, por denegações, por polêmicas, por retomadas, por deslocamentos etc. O saber metalinguístico não se constrói *ex nihilo*, mas a partir de trajetos de sentidos estabelecidos em função das necessidades materiais e das relações sociais que vão se impondo aos homens. Do domínio do fogo à luz sincrotron, dos registros mnemônicos com fios aos caracteres gráficos latinos, há sempre uma enorme aventura humana!

Ao longo do processo de objetivação da alteridade linguística pela escrita, estabelecido em um intervalo temporal aberto, a língua se torna objeto da “experimentação” humana, e isso torna possível o desenvolvimento do saber metalinguístico. Nesse “*parcour*” histórico, tem-se a constituição de tradições gramaticais e a autonomização das línguas enquanto realidades isotópicas em espaços geograficamente situados. Podemos dizer que, nesse processo, vão-se constituindo línguas imaginárias, compreendidas como objetos-ficção, ou seja, como ferramentas tecnolinguísticas de diversas ordens (cf. ORLANDI, 1985; 2009b e ORLANDI E SOUZA, 1988).

Auroux ([1992] 2014), ao considerar que o nascimento, desenvolvimento e transmissão de um saber metalinguístico codificado (por meio de uma terminologia) são realidades delimitadas em um intervalo temporal aberto, destaca que a origem de uma tradição gramatical pode ser de duas ordens. Ela pode ser espontânea, como a tradição grega que, de modo independente, nasce a partir de um interesse pela lógica e pela retórica. Ou, ela pode de dar por uma transferência tecnológica, como ocorreu com a tradição latina estabelecida a partir da importação das noções da tradição grega, e, também, como os estudos dos vernáculos europeus, ameríndios, africanos etc. que foram operados, a partir de diferentes

tradições nacionais europeias, baseadas nas peças-mestras de reconhecimento da língua relativas ao modelo gramatical greco-latino.

Auroux ([1992] 2014) salienta que uma série de fatores políticos e econômicos age sobre o desenvolvimento das tradições gramaticais, sejam elas realizadas de modo *autóctone* ou por *transferência*. A compreensão de tais processos conduz a uma descrição das condições históricas de constituição dos saberes linguísticos que possibilitam o nascimento de tradições gramaticais. Dentre eles, podemos destacar “a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens [etc.]” (*ibidem*, p. 31).

Ao consideramos o arquivo textual no qual se descrevem ou se narram as novidades do Purus no século XIX, vemos que a descoberta da língua apurinã, em meio à produção de outros conhecimentos é tributária dos padrões teóricos da gramática greco-latina. Dois autores aí merecem destaque nesse reconhecimento linguístico: Chandless (1866) e Polak (1894). Ambos são os primeiros a operar a decomposição do enunciado apurinã, como será mostrado nas seções 2.4 e nas seções do capítulo 3 (*infra*). Enquanto o primeiro realiza essa operação de uma perspectiva lexicográfica; segundo o faz de uma perspectiva lexicográfica e gramatical.

1.3. Uma circunscrição da gramatização massiva das línguas do mundo

A datação dos fatos é importante quando se pretende narrar uma história que se pretende oficial. Mais importante ainda são os acontecimentos que constituem a memória desses fatos. O acontecimento é algo que está relacionado à constituição de nossas interpretações. Trata-se de um conceito que “coloca em destaque o *sentido novo* na repetição” (GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 2016, p. 118 – itálico meu). Sua apreensão-detecção analítica se dá na consistência das séries textuais do arquivo organizado-produzido em torno de fatos do mundo, como, por exemplo, a questão da *subsistência* na França do século XVIII materializa metaforicamente na coordenada ‘*pão e liberdade*’ a partir da Revolução Francesa (cf. GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014); ou a descoberta, em 1880, do patógeno denominado ‘*plasmódio*’ causador da malária, doença primitivamente chamada

de *'febre romana'*; ou a chegada dos portugueses nas Américas que materializou novos sentidos para falas cristalizadas como *'terra à vista'* (cf. ORLANDI, 2008) e *'em se plantando tudo dá'* (cf. ORLANDI, 1993), tornando-os fundadores de uma identidade nacional.

O sentido novo na repetição, assim, está ligado à constituição das interpretações de fatos vividos e de coisas percebidas pelos sujeitos de linguagem por meio da articulação entre o linguístico e o histórico. Adotamos, portanto, a noção de *acontecimento discursivo* como explicitação do mecanismo discursivo pelo qual o sentido novo entra em curso na estrutura da língua, construindo outra margem de interpretabilidade. Trata-se de um ponto de mudança/deslocamento/inovação na significação de uma palavra ou expressão a partir do qual se gera nova memória.

Queremos lembrar, com isso, que “todo fato já é uma interpretação” (PÊCHEUX, 2015b, p. 44). Aquilo que nos é dito – por meio de uma notícia, de uma fórmula matemática, dos paradigmas de uma língua, etc. – ou que dizemos são sempre interpretações. Logo, diante da necessidade de se dizer o real, sempre há a possibilidade de uma agitação nas redes de memória dos discursos (*ibidem*). A partir de um *horizonte histórico de expectativas*²², podem surgir novas filiações de sentidos da/na língua pelas quais narramos os eventos, comentamos uma descoberta, dizemos os saberes.

A datação de um fato, assim, pressupõe que seu acontecimento – seu choque com as malhas significantes – se dá mediante mecanismos históricos, sociais, ideológicos e políticos que permitiram sua produção, discursivamente. Dessa agitação, se estabelece um espaço de memória pelo qual os dizeres sobre um fato – ou a coisa – adquirem sentido. Mesmo assim, a memória em torno do acontecimento estará sempre sujeita a novas fraturas e rearranjos, estará sempre sujeita a interpretações e reinterpretações. O velho e o novo, o passado e o presente, a tradição e o contexto estão sempre em duelo a constituir os sujeitos em todas as suas formas de expressão.

Robin (2016, p. 40), nessa direção, irá dizer que “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas”. Tudo isso permite a nós, historiadores das ideias linguísticas, assumir que há

²² “Conjunto de possíveis atestados de uma situação histórica dada” (GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 2016, p. 118).

sempre o Outro, como *exterioridade rastreável*²³, sustentando o que se sabe e o modo como se diz esse saber. Vemos aí o nexó entre a exterioridade constitutiva da história e a atualidade de um acontecimento agindo na produção e na reprodução do mais tênue conhecimento sobre uma língua qualquer.

Diante da interpretação dos fatos e coisas, não poderia ser diferente na história das tradições de escrita, das tradições linguísticas e da gramatização de uma língua. Os discursos são a materialidade da história, já que “não há história sem discurso” (ORLANDI, 2008, p. 18). Deste modo, de tantos fatos a exigir interpretação, a *gramatização massiva das línguas do mundo* é um verdadeiro ponto de inflexão na ordem humana quando se pensa historicamente o saber metalinguístico. Nesse sentido, ao discutir sobre a constituição dos saberes metalinguísticos, Auroux ([1992] 2014, p. 23) observa: “quando falamos da origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de processos que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo”.

Segundo o autor, a gramatização massiva das línguas do mundo impactou diretamente a constituição e a articulação de todo o cenário científico das sociedades ocidentais a partir do século XVI. Seu desenrolar, tomado por Auroux ([1992] 2014) como a segunda *revolução tecnolinguística* (a primeira é a revolução da escrita), possui a especificidade de ser uma revolução científica e é comparável a Revolução Agrária no Neolítico e à Revolução Industrial na modernidade.

Reconhecemos, neste rumo, que essa *gramatização massiva* se inscreve como uma *grande revolução tecnológica* efetuada no curso de repetições, de deslocamentos e de rearranjos históricos. Podemos dizer que, se ela é considerada como um fato sem precedentes para Auroux ([1992] 2014) e para todos aqueles que trabalham em História das Ideias Linguísticas, isso só é possível porque essa revolução científica, assim como as demais que mencionamos, é materialidade histórica e discursiva, passível de verificação, de interpretação.

O desenvolvimento das tradições gramaticais na Europa vincula-se à emergência dos estados nacionais. Tradições pelas quais inúmeras línguas vernaculares foram tomadas como objeto de reflexão. O trecho a seguir, tirado de Auroux ([1992] 2014), permite vislumbrar o horizonte histórico que compõe essa segunda revolução:

²³ Isto é, *efeito de pré-construídos* (HENRY [1975] 1990; PÊCHEUX 2008a; COURTINE 2009), *efeito de sustentação* (PÊCHEUX 2008a) e *heterogeneidade mostrada* (AUTHIER-REVUZ, 1998), modalidades das marcas do Interdiscurso no dizer.

Vamos nos dar o longo tempo da história e considerar globalmente o desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o fim do século XIX. No curso desses 13 séculos de história vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero: *a gramatização massiva*, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo (AUROUX, [1992] 2014, p. 35 – itálico do autor).

Auroux realiza, para o período considerado, um exame sobre o processo de gramatização tendo em consideração línguas europeias, ameríndias, africanas e asiáticas. Para tanto, ele considera essencialmente gramáticas e dicionários como materiais para mapear redes de saberes linguísticos que se constituem a partir do modelo greco-latino. Esse processo de gramatização “cria uma rede homogênea de comunicação [em torno de uma mesma terminologia metalinguística] centrada *inicialmente* na Europa” (AUROUX, [1992] 2014, p. 35 – itálico meu).

Como se vê, essa segunda revolução se inicia no século V da nossa era de modo esporádico. Avoluma-se significativamente no Renascimento com a gramatização massiva das línguas do mundo e se estende até o século XX. Em uma síntese bem ilustrativa, este autor esboça um quadro cronológico²⁴ onde recorta essa escalada histórica no espaço europeu. Como resultado, temos uma cronologia que vai deste o Irlandês no século VII e se estende ao Mordive em 1838 (*ibidem.*).

O autor observa, ainda, que as civilizações árabe, indiana, chinesa e greco-latina possuíam os meios teóricos e práticos que permitiriam promover uma gramatização em larga escala de línguas do mundo. Contudo, é a partir da Europa que se desencadeia, de modo massivo, uma gramatização sem comparação. Ainda segundo Auroux ([1992] 2014), as causas desse fenômeno podem ser explicadas, inicialmente, pela fragmentação do Império Romano ocidental, seguido da formação e expansão geográfica das nações europeias. Acompanha esse processo o fato de que o latim deixa de ser língua vernacular, mas se mantém como a língua veicular da religião, da cultura letrada e da administração, passando ao estatuto de segunda língua.

Diante da herança da tradição gramatical latina, ocorre, além do mais, a partir do início da Idade Média, uma *mudança de orientação prática* do uso da gramática no espaço europeu. Nessa conjuntura, “o interesse prático da gramática se estende da filologia (no

²⁴ O quadro pode ser lido nas páginas 38 e 39 da obra *A revolução tecnológica da gramatização* (AUROUX, [1992] 2014).

sentido lato do acesso ao texto escrito), que é seu lugar de origem, em direção ao domínio das línguas” (AUROUX, [1992] 2014, p. 36). Uma transformação que afeta diretamente a constituição das disciplinas das ciências da linguagem como as conhecemos hoje.

A filologia funcionava, no espaço europeu, como trabalho de acesso ao texto escrito em face às demandas da sociedade medieval. Os conventos exerceram aí um papel capilar, pois funcionavam como lugares da vida letrada. É a partir desse trabalho filológico que a gramática se torna “uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um modo de descrevê-las” (AUROUX, [1992] 2014, p. 36). Nesse processo, a direção da alteridade da escrita muda: da compreensão de textos antigos em latim à compreensão do vernáculo na produção escrita.

A gramatização massiva das línguas conduz a operações de construção das evidências de línguas específicas em distintas sociedades (unidades isotópicas e homogêneas cujo nome se torna um significante imprescindível ao longo do tempo – o francês, o alemão, o português, o quéchua, o guarani etc.). Temos nisso o que Auroux e Mazière (2006) interpretam como fábricas de língua vernaculares que ilustram processos de autonomização. Neste quadro, o modelo da gramática latina favoreceu a construção a um quadro teórico geral de referência, cujas categorias foram traduzidas e se projetam ao longo do tempo com adaptações a outras línguas, configurando, conforme Auroux ([1992] 2014) uma espécie de *Gramática Latina Estendida* (GLE). Constatações desse quadro comum de referência podem ser lidas em distintos trabalhos que se voltam à história dos saberes metalinguísticos, tais como “*Los gramáticos medievales se limitan a reproducir la definición [del nombre] de Donato e Prisciano*” (ARELLANO, 1979, p. 65) ou “*Los gramáticos del Renacimiento se hacen eco de Donato o de Prisciano [cuanto la definición del verbo]*” (ARELLANO, 1979, p. 65).

A propósito das causas que podem desencadear a gramatização de uma língua, Auroux ([1992] 2014,) define como sendo a primeira a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, respondendo aos seguintes interesses práticos: i) acesso a uma língua de administração; ii) acesso a um *corpus* de textos sagrados; iii) acesso a uma língua de cultura; iv) relações comerciais e políticas; v) viagens; vi) implantação de doutrinas religiosas; vii) colonização. Como segunda causa, ele destaca questões políticas de manutenção de uma língua reduzida a dois interesses: i) organizar e regular uma língua literária e, ii) desenvolver uma política de expansão.

Essas duas causas são explicadas por relação a contextos sociais atrelados a distintos interesses, ligados à constituição dos estados nacionais a partir do século XVI. Mediante a expansão e concorrência entre nações “vão fazer da aprendizagem de [...] uma língua oficial uma obrigação para o cidadão” (AUROUX, [1992] 2014, p. 53). A gramatização desencadeada no Renascimento esteve associada ao deslocamento do meio linguístico do conjunto das atividades intelectuais que exigiam a escrita do latim aos vernáculos, movimento contemporâneo ao desenvolvimento da imprensa e das grandes descobertas. A imprensa, ao aumentar a difusão do livro impresso (outrora manuscrito/copiado), acarreta uma uniformização ortográfica para o mesmo idioma, o que concorreu para normalização dos vernáculos e para a redução da variabilidade geográfica. Já a exploração do planeta acarreta a gramatização simultânea de línguas da África, América e Ásia.

Ao lado disso, o trabalho deste autor mostra como a revolução tecnológica da gramatização de fundo greco-latino afetou diretamente a “estrutura” epistemológica das ciências da linguagem na passagem da linguística histórica à linguística sincrônica entre os séculos XIX e XX. Ter isso em conta será importante para reconstituirmos a gramatização do apurinã no século XIX, já que este fundo exerce um papel fundamental como exterioridade discursiva, ou seja, como memória a determinar as descrições de inúmeras línguas indígenas no Brasil.

Posto tudo isso, compreendemos que, originalmente, as gramáticas ou mesmo as listas de palavras eram artefatos que, ao serem produzidos, visavam o acesso a um corpo de técnicas de *saber-fazer* tal como se observou em distintas sociedades desde a invenção da escrita. Tais ferramentas tecnolinguísticas, logo, não são frutos de uma vontade “desinteressada” de simplesmente registrar uma língua ou tecer especulações sobre ela. Um instrumento desses comportava, em suas origens, toda uma terminologia para explicitar o funcionamento de uma língua para resolver questões de ordem prática, tais como cantar, rezar, traduzir, discursar, copiar, aprender a escrever etc.

Logo, de um ponto de vista discursivo, a produção de um instrumento linguístico se dá atrelada a relações de força (antagônicas, desiguais e contraditórias) vigentes nas sociedades em que surgem. Um caso exemplar que se dá no Renascimento europeu é a primeira gramática do castelhano. Esta gramática é instrumento de uma política estatal que marginaliza as demais línguas faladas no território espanhol (basco, catalão, galego, árabe). Esse mesmo modelo de gramática, com base na tradição greco-latina, também é usado como referência na

colonização de outros povos. Portanto, uma gramática ou mesmo uma lista de palavras foram, desde sempre, objetos técnicos, simbólicos e políticos.

1.4. O conceito de gramatização: descrever e instrumentalizar uma língua

Para tecer considerações sobre o conceito de *gramatização*, cabe, de antemão, observar que a noção de *língua*, de um ponto de vista histórico, possui um valor diferenciado daquele é que adotado com relatividade pelas tradições linguísticas. Para estas, uma língua é, geralmente, uma unidade formal ou funcional, fechada, idêntica a si mesma, isotópica. Enquanto que para a HIL, a língua é pensada como objeto construído historicamente. De uma perspectiva discursiva, a partir de Orlandi (1985, 2009b) e Orlandi e Souza (1988), a língua é vista como movimento contínuo, fluida. Consequentemente, para uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, interessa levar em conta a relação de contradição entre a *língua imaginária* das tradições linguísticas, que a tomam como unidade fechada, e a *língua fluida*, que não se fecha, não é isotópica.

Diante disso, a questão que se coloca quando se pretende fazer história das ideias linguísticas é compreender como os saberes sobre a língua se constituíram no tempo, isto é, compreender como toda uma terminologia fora produzida para explicar uma língua e mesmo o que é uma língua. Essa preocupação epistemológica em História das Ideias Linguísticas tem, no *fato da gramatização*, um lugar de reflexão incontornável.

Mas, o que seria a *gramatização* de uma língua? Para Aurox ([1992] 2014, p. 65) a gramatização é um “processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que ainda hoje são os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Uma gramática, segundo o autor, “contém (pelo menos): a) uma categorização de unidades; b) exemplos; c) regras [...] para construir enunciados” (AUROUX, [1992] 2014, p. 66). A categorização das unidades de uma língua supõe termos teóricos (as partes do discurso, suas definições e propriedades, assim como termos mais globais, tais como palavra, enunciado etc.). Isso produz os “conteúdos” específicos da descrição de uma língua. Os

exemplos constituem-se, a partir desta abstração, de um lado, como núcleo da normatização da língua e, do outro, como testemunhos perenes de uma realidade linguística.

Vemos que sob estas bases, *categorias* e *exemplos*, articula-se, então, a noção de *regra*. Em outros termos, as afirmações sobre uma mesma língua, produzidas por meio das fragmentações da cadeia de fala, assumem o caráter de *regra*. Cada afirmação, nesse sentido, possui um valor de verdade. Isso porque, conforme Auroux ([1992] 2014, p. 68), “as regras podem ser encaradas como *prescrições* [...] ou como *descrições* [...] sem que haja a absoluta solução de continuidade”. No entanto, conforme o autor, o que “uma gramática descreve são as regularidades intrínsecas à própria realidade das trocas linguísticas” e “nenhuma mudança deixa de ter regularidade” (AUROUX, [1992] 2014, p. 69).

O dicionário, por seu turno, resulta de um contínuo trabalho de produção de *listas temáticas de vocabulário, glosas interlineares agrupadas e glossários independentes alfabéticos* que caracterizou a lexicografia desde a invenção da escrita. A partir dessa herança lexicográfica, o dicionário desenvolveu-se gradualmente passando a conter, no Renascimento, *marcação gramatical, pronúncia, sinônimos, homônimos* etc.

Mediante a especificidade destes dois tipos de tecnologias linguísticas, Auroux (2006) ensina que a prática languageira humana preexiste a qualquer atividade de descrição e instrumentação gramatical. Nesse sentido, a metalinguagem que conduz a uma fragmentação da cadeia de fala de uma língua estará sempre relacionada à abstração de uma realidade pré-existente. Por esse motivo, essas tecnologias linguísticas são entendidas como projeções desta realidade. Logo, a gramática ou o dicionário são subespaços de representação, por meio dos quais se cria uma imagem de língua.

Esta explanação aponta para o fato de que antes da formulação do conjunto de *regras* de uma língua, por meio da representação de suas regularidades, o que se encontra primariamente é, conforme Auroux ([1992] 2014), a *variabilidade linguística*. Ele atribui o termo de *hiperlíngua* a uma realidade linguística (pré-)existente (à descrição/análise). O sujeito que produz um artefato linguístico “enfrenta”, necessariamente, a volatilidade do funcionamento linguístico, não mensurável em sua totalidade, parcialmente representável. Isto é, o gramático ou o lexicógrafo se encontra diante de um espaço-tempo de comunicação caracterizado pela *liberdade de variação e pelas discontinuidades dialetais*.

Em diferentes caminhos teóricos de reflexão, como apontamos anteriormente, Orlandi (1985, 2009b) e Orlandi e Souza (1988), a partir da análise de discurso, propõem a noção de *língua fluída* para discutir a impossibilidade de fixação do *todo da língua* por qualquer tipo de descrição e normatização, já que esse todo (*real da língua*) é constituído pelo movimento, pela fluidez, pela diversidade, pela variabilidade. A partir destas autoras, compreendemos, portanto, a língua como móvel e dinâmica por excelência; ela se caracteriza por sempre extravasar as formas de contenção produzidas pelas descrições e instrumentações linguísticas no espaço e no tempo.

De todo modo, Aurox ([1992] 2014, p. 70) observa que a *gramatização* é uma atividade política e técnica que “apoiando-se sobre uma discussão do que seja o ‘bom uso’, vai reduzir essa variação”. Segundo o autor, a partir do Renascimento, a gramatização das línguas aliada à imprensa e à estandardização da ortografia, incita a redução de tal variabilidade.

Um exemplo sensível desse processo de redução da variabilidade linguística é a descrição/instrumentação do francês a partir do início do século XVIII. Há um considerável número de registros gramaticais desse período que demonstram as assimetrias de formas languageiras no espaço francês, sem que se tome qualquer forma “variante” como mais legítima que outra (cf. RIKCARD, 1978). No entanto, “a partir de 1750, todas as gramáticas [do francês] funcionam a partir das mesmas formas”²⁵ (AUROUX, 2006, p. 09). Esse trabalho de restrição de formas variantes do francês pela gramatização permitiu, conforme este autor, fabricar um estado particular de língua. Temos aí a redução do francês a uma imagem de língua homogênea e idêntica a si mesma.

Outros exemplos de gramatização podem ser igualmente elencados, tais como a do quéchua ou a do guarani na América. O que é comum, por exemplo, a cada uma dessas três reduções gramaticais²⁶ – do francês, do quéchua e do guarani – é que gramática e dicionário, desde que haja uma taxa significativa de uso, “não deixam intactas as práticas linguísticas humanas” (AUROUX, [1992] 2014, p. 70). Eles modificam a ecologia da comunicação humana e o estado do patrimônio linguístico.

²⁵ No original: dès 1750 toutes les grammaires travaillent sur les mêmes formes.

²⁶ A expressão *redução gramatical* explícita, na ótica da Aurox e Mazière (2006), a unificação e fixação de práticas languageiras, a partir das quais se produz um modelo *standard* de língua a ser seguido como norma, ao dotar, imaginariamente, certas formas linguísticas como mais legítimas, como mais corretas que outras.

Com o intuito de demonstrar a instrumentalidade da gramática ou do dicionário, Auroux ([1992] 2014) os compara a ferramentas. Objetos técnicos manuseáveis pelo homem que impactam o ambiente. Assim,

[...] do mesmo modo como um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, [um artefato linguístico] prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência do mesmo locutor (AUROUX, [1992] 2014, p. 70).

Esta comparação é indicativa do funcionamento técnico e político desses artefatos. No dicionário monolíngue, por exemplo, figuram uma quantidade significativa de palavras, muitas das quais não figuram na competência linguística do sujeito que o maneja.

Outra especificidade do conceito de gramatização deve ser considerada: a posição dos sujeitos do conhecimento em relação à língua-objeto a ser descrita/instrumentada. Esta especificidade atravessa a constituição de qualquer artefato tecnolinguístico. Listas de palavras, tratados, gramáticas, traduções, glosas interlineares etc. Trata-se da constituição do “observatório” linguístico presente tanto nas tradições gramaticais autóctones (como a indiana) quanto nas tradições que se dão por transferência (como a latina).

A gramatização pode surgir de modo autóctone ou por transferência. Para ambos os casos, o domínio técnico de uma terminologia metalinguística associado à situação do sujeito que efetua a descrição segundo ele seja ou não falante nativo da língua que descreve é decisivo para caracterizar a posição do observatório no processo de gramatização. Trata-se dos conhecimentos que se entrecruzam na figura do autor de um artefato linguístico: o domínio da língua materna, o domínio de uma língua outra, o domínio da escrita e o domínio de uma terminologia metalinguística.

As tradições não autóctones se dão por transferência tecnológica entre línguas, sempre vinculada a uma transferência cultural mais ampla. Duas direções, aí, emergem: quando a importação dos conhecimentos técnicos se dá por estrangeiros temos um processo de *exotransferência*; quando, no entanto, essa importação é feita por nativos temos um processo de *endotransferência*. Segundo Auroux (2014), os desdobramentos destes processos são, respectivamente, *exogramatização* e *endogramatização*.

Mediante essas especificações, podemos dizer que fora do esquema de transferência só há *endogramatização*, pelo fato de que as tradições autóctones são originalmente

monolíngues e não terem por objetivo o aprendizado de uma língua, mas a compreensão de textos antigos.

No caso da gramática e vocabulário do apurinã elaborado por Polak (1894) temos um trabalho de *exogramatização* por *exotransferência*. Seu autor, um holandês naturalizado britânico, ao aprender a falar esta língua indígena, então, sem tradição escrita, seleciona dados que lhe permitem elaborar categorização e explicações linguísticas a partir do modelo gramatical latino.

No final das contas, na compreensão histórica dos fatores mais gerais da fabricação de uma língua imaginária, consideram-se as especificações de distintos instrumentos linguísticos para atestar seu estatuto, endógeno ou exógeno em dada cultura. E observar nisso o quão importante é cada um desses instrumentos na gramatização de uma língua, no sentido de compreender o lugar que cada um ocupa nos regimes sociais de produção, circulação e leitura de textos do arquivo de uma época. E, deste modo, fazer história das ideias linguísticas.

No caso da *exogramatização*, em particular, a posição do observatório de gramatização se estabelece como elemento de um amplo processo de transferência cultural que envolve formas de colonização.

Em todos os casos, a produção de gramáticas ou dicionários não é uma mera descrição da língua natural. Há sempre relações de poder em jogo. É nesse sentido que “Os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar a teorias sobre o nascimento da história das escritas; eles são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações” (AUROUX, [1992] 2014, p. 66).

No que pese a especificidade do conceito de gramatização, o *boom* das descrições e instrumentações linguísticas a partir do Renascimento foi marcado por uma visão mitológica aos poucos abandonada por uma visão mais laica nas ciências da linguagem, de acordo com AUROUX ([1992] 2014). Ainda segundo este autor, esse desenvolvimento científico ocasionou, por um lado, o abandono completo do procedimento etimológico medieval, e, por outro lado, a conexão e acessibilidade à mesma rede teórica de formas. Ela gera a unidade necessária para a autonomização da linguística enquanto disciplina.

1.5. A relação língua-sujeito-espço e o processo da gramatização

O processo de *gramatização* das línguas do mundo é determinado historicamente. A gramatização de uma língua, como mostra Auroux ([1992] 2014), se estabelece em dado contexto social e está atrelada a interesses específicos. Esse processo de instrumentar e descrever uma *língua* pressupõe, assim, *sujeitos* e *espaços* igualmente determinados historicamente. Logo, para abordar discursivamente a determinação histórica do processo de gramatização, assumimos, de saída, que “a relação do espaço com a linguagem e com os sujeitos falantes que o habitam é, da perspectiva do discurso, uma relação constitutiva” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 82). Isso significa aceitar a historicidade da gramatização, considerando a não dissociabilidade entre uma *língua*, os *sujeitos* que a falam e os *espaços* em que estes vivem. A instrumentação e a descrição linguística, sob esse prisma, podem ser estudadas a partir do cotejo de noções como as de discurso, de espaço, de sujeito, de obra, de autor, de acontecimento e de territorialidade.

Tomar a gramatização sob a ótica dos processos discursivos significa pensá-la como parte da realidade humana, tal qual compreende Herbert (1967) a partir de Lacan e Althusser. Isto é, uma realidade que não é estritamente biossocial, mas constituída pelo inconsciente e pelo ideológico. E como aspectos fundamentais desta realidade, os *sentidos* das línguas, os *sujeitos* e os *espaços*, mesmo aparentando, não são evidências transparentes de uma realidade natural (ou mesmo divina). Estes três aspectos resultam de processos simbólicos e políticos que se dão na história, não sendo reflexos diretos de leis naturais (necessárias e imutáveis, mas fora da história) ou de desígnios divinos. “Reconhecer o corte simbólico do qual se constitui a vida humana significa considerar que a ordem humana não é o reflexo da natureza, mas o resultado de um trabalho sobre ela” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005, p. 19). É, justamente, em razão desse corte que os instrumentos linguísticos se forjam e fixam a imagem de uma língua em dado contexto social.

Inscritos nessa realidade, tais instrumentos – glossários, dicionários, gramáticas etc. (formas do saber metalinguístico) –, respondem a “decisões políticas, não conscientes, que atendem a interesses sociais” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011b, p. 247). Logo, eles não são uma simples representações da língua; eles são também ferramentas que produzem subjetividades e espacialidades, ou seja, produzem formas de identificação social. Assim,

como resultado dessa relação constitutiva sujeito-língua-espço, Rodríguez-Alcalá (2011a) mostra, ao relacionar a história do conhecimento linguístico à história da cidade, que o *processo de gramatização é parte do processo de urbanização*, ambos inscritos numa mesma memória de permanência.

De todo modo, na constituição dessa ordem, tanto os sentidos da língua quanto seus sujeitos falantes e os espaços que estes habitam se apresentam como se fossem realidades evidentes. Eles se apresentam com obviedade, estabilizados, como realidades sempre já dadas. São, contudo, “ilusões subjetivas” (ORLANDI, 2006, p. 21; AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17), realidades opacas, cuja produção histórica (simbólica e política) é ocultada, dissimulada.

Como forma de desconstruir tais ilusões, tomamos os seguintes cuidados: para a evidência de que (i) o *sujeito* é a origem ou causa de si – do que pensa, do que fala – consideramos, como afirmado por Pêcheux (2014a), a partir de Althusser, que “os sujeitos não são [mero] reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas)” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 245); para a evidência de que (ii) a *linguagem* possui sentidos transparentes, consideramos que “a linguagem não é um código transparente que permite etiquetar as coisas” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2019, p. 135); para a evidência de que (iii) o *espço* se apresenta como neutro, exterior e anterior aos sujeitos e aos sentidos, postula-se que o mundo, enquanto espaço de vida humana, não se confunde com o espaço de vida físico, condição pura da vida orgânica. Em nossa abordagem, portanto, entendemos essas evidências ou ilusões subjetivas como efeitos ideológicos elementares, cuja produção é mediada pelo discurso enquanto “rede de significantes – nomes comuns, nomes próprios, efeitos de *shifting*, construções sintáticas etc.” (PÊCHEUX, 2014a, p. 143).

Diante do exposto, entendemos que o espaço da vida humano é constituído simbolicamente por sujeitos na história. Este espaço, deste modo, se constitui como descontinuidade por relação ao mundo físico/natural. Uma relação apoiada nos mesmos processos discursivos que estão na base da produção dos sentidos da *língua*, dos *sujeitos* falantes, bem como do *espço* de vida com suas edificações, sua funcionalidade, sua estética, sua partilha. A linguagem, por meio da memória (em termos de exterioridade, de historicidade), constrói-significa as formas históricas de espacialidade – vilas, malocas, aldeias, cidades etc. e vice-versa, de modo que as línguas são apreendidas como “dado” ou “fato” em distintas circunscrições territoriais, geográficas. Compreensão esta que encontra

lastro na reflexão de Henry (2014, p. 49) sobre a questão da unificação política do Estado alemão: “a linguagem aparece como constituinte de certa identidade nacional, cultural etc.”.

Orlandi ao pensar sobre as evidências postuladas e desenvolvidas por Althusser e Pêcheux (as do sujeito e dos sentidos), advoga que elas são produzidas num mesmo processo histórico. Na continuidade de tal reflexão, Rodríguez-Alcalá (2005, p. 17) expande esta compreensão sobre o “trabalho simbólico-e-político sobre o real natural que se opera na/pela língua e do qual resulta e se desenvolve a vida humana”. Ela advoga que a produção histórica do *espaço* de vida humano, como condição do social, pode ser incorporada “ao mesmo gesto epistemológico realizado em relação aos sujeitos e à linguagem” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2019, p. 137). Assim, à reflexão da relação constitutiva entre *sentido* e *sujeito*, une-se a produção do *espaço* de vida humana, a partir da contradição que se explica pelas desigualdades inerentes às relações de poder.

Notadamente, este espaço é constituído por relações entre os sujeitos, isto é, por relações sociais (visíveis enquanto evidências, tais como o seio familiar, os rituais sagrados, a domesticação da terra, o ensino das técnicas, a produção do saber etc.). Nisso, “o corpo dos sujeitos e o corpo [de qualquer espaço de sociabilidade] são um só” (ORLANDI, 2004 apud BORGES, 2018, p. 41). Os indivíduos, deste modo, para serem sujeitos de uma configuração espacial (seja uma maloca ou uma cidade, por exemplo, com sua organização territorial e suas relações políticas) precisam estar assujeitados aos discursos, isto é, a uma rede de significantes, a uma memória sob os qual se efetiva a identificação social.

Podemos dizer, portanto, que onde há linguagem, há língua, há sujeitos, há espaços com suas regras de convívio. Isso porque não existe uma relação de precedência entre qualquer “elemento” da tríade *língua*, *sujeito* e *espaço*, pela qual se produz o social. Estes “elementos” se constituem num mesmo processo simbólico que se dá na história. Processo que os formula como evidências por relação a uma exterioridade específica que permanece opaca. Os traços dessa exterioridade, contudo, determinam, como lastros de memória, a discrepância de uma palavra, de um equipamento urbano, de uma posição sujeito. Cabe recordar que os rastros ideológicos (políticos e simbólicos) desse processo são apagados, funcionando sob a modalidade do esquecimento.

Neste sentido, as malocas, as aldeias, as vilas, as freguesias ou as cidades, formas materiais de estruturação do espaço de vida, são produzidas a partir de continuidades e

descontinuidades históricas. E a linguagem, ao longo desse movimento, é a base pela qual se dá coesão a qualquer forma de sociabilidade-espacialidade.

Nessa direção, Pêcheux (1997) diz que

Na base econômica, no próprio interior das condições materiais de produção capitalistas: **necessidades na organização do trabalho, da mecanização e da standardização que impõem uma comunicação sem equívocos** – clareza lógica das instruções diretivas, propriedade de temas utilizados etc. (p. 26, negrito meu).

Vê-se, nesta constatação, a imposição de uma comunicação sem equívoco (que apaga a materialidade equívoca da linguagem e da língua), no desenvolvimento da sociedade capitalista, como esse “algo a concatenar” os sujeitos nas relações de produção por meio da formulação dos contratos.

Podemos, por conseguinte, escandir a compreensão de que a linguagem é um elemento decisivo do espaço de sociabilidade humana a outras formas de estar no mundo para além do urbano e da sociedade capitalista. O espaço de vida do sujeito apurina, por exemplo, nos momentos iniciais do contato com os ocidentais, é interpretado pelos expedicionários a partir de sua relação com o que se entende ser a língua falada em cada agrupamento humano desta sociedade.

A partir de uma posição materialista, notamos que o *contato/confronto* entre sociedades distintas pode ser pensado levando em conta a relação constitutiva entre linguagem, sujeito e espaço. Consequentemente, a leitura do contato/confronto entre *indígenas* e *ocidentais* nas Américas pode ser feita pela historicidade da produção destas três evidências para cada formação social: a evidência do sujeito, a evidência da linguagem, a evidência do espaço.

A *exogramatização de uma língua indígena*, mediante as conjunturas em contato/confronto linguístico, especificamente, ao se instaurar como parte de um processo de transferência cultural maior, pode ser encarada como resultado dessa relação constitutiva, que molda a ordem humana, cuja interpretação é produzida, de maneira predominante, a partir de uma perspectiva europeia sobre o sujeito, o espaço e a linguagem.

Os instrumentos linguísticos, aí produzidos, são materiais pelos quais se podem atestar traços de memória que entram em choque no contato/confronto, forjando a “paisagem” das

discrepâncias enunciativas na colonização no Purus. As estruturas de listas ou vocabulários bilíngues termo-a-termo (inglês-apurinã, português-apurinã etc.) são exemplos desse tipo de enunciação cindida entre duas memórias para gerir o contato e garantir a posse. Discrepâncias que forjam o dizer a partir da memória ocidental em confronto com a memória apurinã, relativas a formações sociais distintas. Tais discrepâncias produzem e reproduzem, enquanto modalidades de assujeitamento às formações sociais ocidentais e indígenas, os efeitos da transparência do sentido, da unicidade dos sujeitos e da neutralidade de seus espaços.

A compreensão da discrepância na produção dos saberes sobre uma língua permite observar uma *lista de palavras*, um *vocabulário*, uma *gramática* como espaços de atualidade por relação às redes de significação de tudo o que já foi definido. Ou seja, estes instrumentos atualizam memórias. Analisá-los permite, portanto, refletir, ao mesmo tempo, sobre os processos de transferência tecnolinguística e sobre as formas de dominação e/ou apagamento do outro culturalmente diferenciado. Eles reproduzem não apenas sentidos que fixam a imagem de uma língua enquanto unidade homogênea. Eles, também, sustentam interpretações acerca do que seria a identidade dos sujeitos implicados no processo e interpretações sobre seu espaço de vida como unidade homogênea. Expressões como “uma nação, uma língua”, “demarcação de territórios”, “delimitação de fronteiras”, “*geossociolinguística*” etc. são sintomas dessa do espaço pela língua.

A partir da teorização, em análise de discurso, sobre o sujeito, a linguagem e o espaço, o presente estudo busca compreender como espaços, sujeitos e línguas vão se tornando objeto do conhecimento nos materiais analisados. As noções teóricas da análise de discurso, que são ponto de partida para o trabalho, não devem se confundir com as noções que vão sendo construídas nos relatos, gramática e vocabulário. A interpretação de língua, de sujeito e de espaço nesses textos é objeto das análises. Um processo de tomada de posição que se apoia nas relações estabelecidas entre língua, sujeito e espaço que não são naturais, mas construídas simbólica e politicamente na história. Trata-se, em última análise, da apreensão do efeito-leitor dessa posição de interpretação que se dá a partir do que a análise de discurso chama de evidência do sujeito, de evidência da linguagem e de evidência do espaço.

Interessa, assim, estudar como a língua vai sendo construída como objeto do conhecimento, como a língua vai sendo simbolizada e instrumentada politicamente. Interessa estudar como isso vai sendo feito ao mesmo tempo em que o espaço vai sendo tomado como um objeto do conhecimento, como ele vai sendo simbolizado e construído como unidade. O

que requer pensar qualquer espaço de vida humano como materialmente determinado. E, ao lado disso, interessa estudar como o sujeito falante, significado como sendo sujeito desse espaço e dessa língua, vai se tornando igualmente como objeto do conhecimento, sendo simbolizado. O que requer uma concepção de sujeito enquanto posição de interpretação constituída pelos sentidos em rede, que são ideológicos.

O presente trabalho, deste modo, busca estudar como vão sendo produzidas e reproduzidas nos discursos do século XIX as relações entre línguas, sujeitos e espaços no Purus. Isso nos permite compreender aspectos do imaginário (da atualidade) da ordem humana nessa região relativos ao contato cultural apurinã/ocidental. Imaginário do qual a gramatização participa com seus instrumentos tecnológicos.

1.6. A *discrepância* na constituição dos sentidos, dos sujeitos e dos espaços

A questão da *discrepância* comparece nos estudos discursivos de Pêcheux (2014a) quando este autor traz uma discussão sobre as considerações de Frege a respeito do sentido, da referência e da pressuposição. Essa discussão visa pensar a interpelação-identificação ideológica que tem por base os processos discursivos. Trata-se de uma reflexão que produz consequências teóricas importantes para a AD. A respeito desta questão, Pêcheux (2014a) diz o seguinte:

Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, na qual o discurso do ateísmo militante nega, na “proposição em seu todo”, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?

Foi isso que levou P. Henry a propor o termo “pré-construído” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático (p. 88-89).

Desse modo, a discrepância se dá por uma relação dissimétrica entre “dois domínios de pensamento”, entendidos como discursos, entre o que é construído em um enunciado e o que é pré-construído. É uma discrepância na qual “o sujeito encontra um desses domínios

como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, preexiste ao sujeito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 93). De modo que Pêcheux (2014a) expõe duas formas básicas de discrepância: uma que se dá pelo *efeito de pré-construído* e outra que se dá pelo *efeito de sustentação*. São efeitos de sentidos de palavras e expressões mediados por construções anteriores, e não por uma relação direta entre o que é construído na língua e o objeto no mundo. Esses dois efeitos estão na base qualquer processo enunciativo, pois o sujeito é levado a dizer por relação aos já-ditos circulantes enquanto condição de sua enunciação.

Outra forma de pensar linguisticamente “o discurso do Outro” se dá pela noção de *heterogeneidade mostrada*, como desenvolvida por Authier-Revuz (1998; 1999). Essa noção exprime duas “singularidades” do processo de formação da sequência linguística, do dito: uma que engendra a *modalização autonômica da enunciação* (M.A.) e a outra que engendra as formas de *representação do discurso outro* (R.D.A.: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre). A apropriação materialista da noção de *heterogeneidade* pela AD requer, no entanto, observações. A primeira é o fato de as formas morfossintáticas da M.A. e da R.D.A. estarem condicionadas pelos mesmos efeitos de pré-construído e da articulação pelo qual se produz qualquer enunciação sob o efeito ou da transparência ou da opacificação. A segunda é o fato de que sua teorização demonstra a eficácia da interpretação materialista do *interdiscurso*, pois estas formas de *heterogeneidade* do dizer demonstram a presença do discurso outro por meio de estruturas linguísticas específicas. Voltaremos a este ponto na seção metodológica.

Mediante aos efeitos ou formas básicas de discrepância que mencionamos, regularidades (repetições) e deslizamentos (derivadas) de sentidos podem ser analisados a partir de duas operações básicas: uma no eixo sintático (dessuperficialização) e outra no eixo semântico (dessintagmatização). Pelo primeiro se reconhece a estrutura gramatical da enunciação e, depois, pelo segundo se põem em relação contrastiva os elementos da descrição gramatical de cada enunciação segmentada. O resultado da conexão entre estes dois eixos deve apontar para as relações parafrásticas ou de substitutibilidade que estão na base de um discurso.

Conforme depreendemos em Pêcheux (2014a), a AD, como método de leitura, repousa na (ou revela a) *discrepância* que funciona sempre por contradição. Isso porque, ao ler de modo contrastivo um *corpus* de formulações ou de sequências segmentadas, e ao ter em vista

relações sintagmas (no nível da sintaxe) e paradigmas (no nível da semântica), esta leitura, não subjetiva, se assenta no caráter lógico-linguístico da *saturação* do nome. Em outros termos, o nome só significa se margeado por seus traços de memória, isto é, por suas relações de predicação anteriores. Com isso vemos a contradição inerente à discrepância, que reside no fato de que a condição material de existência do nome (enquanto estabilização do acontecimento, elemento lexicalizado) se acha constitutivamente “presa” aos já-ditos, seu exterior discursivo. Para dizermos essa contradição em outros termos: não há nome (elemento saturado) a não ser por aquilo que pode figurar como dizeres sobre ele (suas predições, sequências não saturadas).

Em resumidas linhas, podemos dizer que no gesto de análise de discurso, são efetuados recortes da cadeia sintagmática entre espaços em branco, dessuperficializados e dessintagmatizados, por onde se “rastreia” essa *discrepância*. Trata-se de uma articulação de eixos que se volta, essencialmente, à compreensão de problemáticas-questões histórico-discursivas. A análise visa mostrar como as interpretações são produzidas e reproduzidas na/pela língua, em dada conjuntura, em dado imaginário, atreladas às relações de poder de cada formação social.

Assim sendo, pensado a partir da autonomia relativa da sintaxe, o par *encaixe do pré-construído* e *articulação do enunciado* ajuda a compreender o modo pelo qual uma *formulação* (as noções de frase ou de sentença consideradas em sua historicidade) adquire sentido por relação ao interdiscurso, aos ecos históricos da ideologia na língua.

O *encaixe do pré-construído*, bem como suas possibilidades de substituição no lugar vazio deixado pela função gramatical (sujeito, objeto, predicativo etc.), na estrutura da formulação se dá mediado por seu espaço de memória (seu interdiscurso). Em outras palavras, o nome/palavra – a “evidência” lexical – funciona no encaixe sintático como elemento pré-construído, ou seja, como efeito de uma anterioridade e exterioridade. O encaixe do pré-construído, desta forma, relaciona-se à saturação do nome, ao ponto que, como lemos em Pêcheux (2014a, p. 90), “o nome próprio (sob a forma parafrástica: “aquele que [...]”) é resultante, precisamente, da operação de determinação ‘levada ao extremo’”.

Podemos, ainda, a partir deste efeito subjetivo de anterioridade, tomar dois sintagmas nominais como ilustração. ‘*A tomada da Bastilha*’ que se nominalizou a partir de um evento específico ocorrido na Revolução Francesa e ‘*a facada do dia seis*’ que se nominalizou a

partir de um atentado a um presidenciável ocorrido no estado brasileiro de Minas Gerais. Estes dois sintagmas carregam uma história linguística e discursiva a partir de acontecimentos específicos: o primeiro se refere ao ocorrido no dia 14 de julho de 1789 em que bastilha **foi tomada** pelas massas parisienses; o segundo se refere ao ocorrido no dia 06 de setembro de 2018 um presidenciável **foi esfaqueado** em Juiz de Fora, MG. Notadamente, cada sintagma nominal (ou nome) carrega uma memória estabelecida a partir de um acontecimento dado e a noção de pré-construído veicula a possibilidade de detecção dos rastros da história linguística e discursiva.

Os topônimos são um grupo de nomes saturados – nomes próprios – que, em nosso *corpus*, permitem ilustrar o funcionamento pré-construído. Os processos discursivos de constituição dos topônimos, seja nas línguas indígenas seja nas línguas ocidentais, possuem diversas “motivações” semânticas que exigiriam análises diversas. A título de ilustração, podemos considerar, olhando para os documentos de nosso *corpus*, de modo particular, o nome de um rio no encaixe sintático dos discursos colonialistas sobre o Purus: o rio *Manoel Urbano*. Tratava-se, até a viagem de Chandless (1866), de um acidente geográfico sem designação na memória ocidental. A detecção de seus rastros histórico-discursivos na língua não ocorre, evidentemente, por nominalização, como no caso dos acontecimentos mencionados no parágrafo anterior.

Ademais, no próprio texto deste viajante, não identificamos um efeito sintático na formulação do topônimo pelo qual se observariam índices de seu exterior discursivo. O que não significa a ausência um de lastro de memória deste nome de rio, *Manoel Urbano*, dado seu acontecimento, sua “descoberta”. Esse nome já entra na ordem das repetições, na posição sintática de sintagma nominal. Mas, em outras partes do próprio texto de Chandless (1866) e em textos de outros autores, podemos ver funcionar um processo de *reescrituração* (cf. GUIMARÃES, 2018).

Deste modo, a nomeação *Manoel Urbano*, como designação de um curso fluvial, achasse associada a traços de exterioridade como de “rio” (SAMM, 1876, p. 279), de “principal afluente do Alto-Purus” (CUNHA, [1906] 2006, p. 05), de “varadouro” (*ibidem*), de “rio *Shamboyo* (o *Manoel Urbano*, de Chandless)” (*ibidem*), de “um dos confluente do Purus” (FREITAS, 1900, p. 45), por exemplo. É por este lastro de memória, como princípio da legibilidade deste topônimo, que ocorre seu encaixe na atualidade de uma enunciação do século XXI: “No entanto, entre os rios Iaco e Manoel Urbano, ele teria encontrado inúmeras

moedas bolivianas e peruanas, das quais as peruanas seriam em maior número” (LINK, 2021, p. 259). Acha-se, nesta citação, o encaixe do nome *Manoel Urbano*, saturado como nome próprio de um rio, cuja significação se dá por homonímia em relação ao seu funcionamento enquanto antropônimo, nome de pessoa.

A *articulação* ou *efeito de sustentação*, por seu turno, diz respeito aos mecanismos linguístico-discursivos pelos quais se estabelecem as conexões entre as funções gramaticais preenchidas pelo nome/palavra, bem como entre as sentenças; ou seja, esse segundo processo diz respeito ao mecanismo semântico que garante a coerência entre “argumentos” de uma proposição/formulação/asserção (subordinadas, coordenadas etc.); é o mecanismo pelo qual se produz linearidade da formulação por meio das relações de coerência no encadeamento das palavras, sintagmas, sentenças, produzindo, desta forma, o fio do discurso do sujeito²⁷, isto é, o texto. Logo, a articulação se explica por uma espécie de não-saturação do sentido, pois o nome funciona sempre por uma série de predicções que funcionam como seus não-ditos, os quais são margem de sua determinação semântica.

Diante disso, compreende-se discursivamente que certos arranjos sintáticos funcionam no fio discursivo como índices de sua exterioridade: formas nominalizadas (cf. SERIOT, 1896), anáforas (cf. MARANDIN, 1986), orações relativas (cf. HENRY, [1975] 1990) ou sintagmas adjetivais (cf. INDURSKY, 2013). Estes índices trazem à superfície linguística, na atualidade de uma enunciação, margens ínfimas de significação (de predicção) a determinar a interpretação, com sentidos que oscilam entre essenciais (explicativos) e contingentes (restritivos).²⁸ Como exemplo: “Não ‘fuzile’ os metalúrgicos sem discernimento” (PÊCHEUX, 2015a, p. 140), em que *sem discernimento* pode, nesse arranjo, determinar o sentido de *os rebeldes* ou de *não fuzile*, uma ambiguidade que se resolve em função de seu exterior histórico-discursivo e das condições de produção.

Nisso, a construção discursiva dos referentes é mediada por substituições orientadas ou não orientadas, isto é, distintas relações de sentido entre palavras e expressões: metonímia, polissemia, metáfora, sinonímia etc. A esse respeito, podemos, também, tomar como exemplo desses índices, que “expõem” traços do exterior discursivo, os casos de modalização autonímica (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998) que operam a balizagem – escolha e fixação – do

²⁷ Ou seja, “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto de fenômeno de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar de fio discursivo” (PÊCHUX, 2014a, 153).

²⁸ A este respeito ver as análises de Pêcheux (2015a) no artigo intitulado *Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês*.

sentido do elemento portador da autonomia, evidenciando, conforme Orlandi (1998), a relação consciente do sujeito com a heterogeneidade, no próprio desdobramento do fio do discurso, do dizer.

Esses mecanismos de constituição discursiva do referente produzidos pela discrepância vão fazer com que, na sociedade brasileira do século XIX, o nome *ipuriná* como designação de uma sociedade indígena soe de modo transparente, com obviedade. Para tal sociedade imperial, o nome *ipuriná* acaba por designar a língua falada por esta mesma sociedade assim designada: *ipuriná*. Uma necessidade de conhecimento que se impõe linguística e historicamente diante do real do mundo. Lembrando que a relação entre acontecimento e memória é considerada por Orlandi (2008) ao propor que a interpretação do mundo é uma condição eterna do sujeito, aliás, uma condenação: o sujeito está condenado a interpretar.

Tais mecanismos nos permitem sustentar que, para que uma formulação tenha sentido, não apenas os “lexemas” encaixados no sintagma evoquem um efeito de pré-construído, uma memória discursiva, mas que sua articulação com outros constituintes para formar sentenças, parágrafos e textos, também já se acha determinada por essa mesma exterioridade (o que pode e deve ser dito). Uma realidade que Courtine (2009, p. 76 – grifos do autor) corrobora nas seguintes palavras: “É no interdiscurso como lugar de formação dos pré-construídos e de articulações dos enunciados que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito da enunciação”.

O efeito de pré-construído e o efeito de sustentação são base da unidade do sujeito, “ser” discursivo, “lugar” da interpretação; portanto, estes efeitos do interdiscurso, forjados pelo ideológico e pelo linguístico, produzem o assujeitamento ao saber etnográfico, cartográfico e linguístico. Interpelam o homem que é levado a dizer o conhecimento sobre o Purus na perspectiva ocidental do Brasil Império. Isso porque, segundo Pêcheux (2014a), estas duas formas diferenciais de descontinuidade do Interdiscurso, repelidas quaisquer ilusões idealistas das abordagens formalistas ou neopositivistas, são as matérias-primas na qual o sujeito se constitui como sujeito falante. O que nos faz compreender a interpelação do indivíduo em sujeito, pois “essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita acima, enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’)” (PÊCHEUX, 2014a, p. 150). Reconhecemos, assim, o sujeito como uma posição que funciona por relação a distintas redes

de memória e trajetos de sentido, que o precedem. Nesse sentido, o sujeito não é o indivíduo biológico. Ele é algo evanescente e é apreendido no processo de análise dos significantes (cf. PLON, 2019 p. 257). O sujeito que fala, portanto, está subordinado a uma dominação que é discursiva, simbólica, ideológica.

Mas, e quanto ao espaço? Como se processa a *discrepância* sobre a evidência dos espaços de vida humana? Rodríguez-Alcalá (2019) postula que o espaço é determinado histórica e discursivamente. Ela oferece pistas para compreender a passagem do espaço físico ao espaço simbólico, seja este caracterizado pela vida nômade ou sedentária. Ao considerarmos que não há espaço de sociabilidade sem língua e sem sujeitos, as cidades, as aldeias, as malocas etc. sempre atualizam uma memória específica de habitar, de estar no mundo. Desse modo, a produção do espaço de vida humano está ligada ao confronto com realidades sociais anteriores e exteriores que dão sentido e finalidade a uma rua, uma casa, uma praça etc. Ou seja, a produção do espaço de vida está relacionada a gestos de interpretação pelos quais são produzidas, são reproduzidas ou são transformadas, ao longo do tempo, as formas de organização, edificação e de partilha do espaço. Uma maloca, uma jangada, uma casa, uma rua, uma calçada, uma praça, se constituem nesses gestos de interpretação.

Assim, estas determinações históricas (interpretações, práticas, estruturas da vida em sociedade, relações de contato/confronto, enquanto anterioridade e exterioridade) vão estruturando e reestruturando a configuração do espaço humano, que vai sendo apreensível enquanto aldeia, vila, freguesia etc. Deste modo, o espaço se apresenta como uma evidência. Nesse sentido, tais determinações se constituem pela interpretação (através da domesticação-cultivo) do mundo natural/físico em espaço simbólico. Um movimento de constituição simbólica do espaço assegurado pela tensão memória-acontecimento. Podemos tomar como exemplo da discrepância espacial as muitas cidades brasileiras, cuja configuração atual “soterra” a transformação modo de vida indígena para o modo de vida ocidental.

De modo geral, observamos que a discrepância está em jogo tanto na produção dos sentidos de uma língua, quanto na produção de seus sujeitos falantes e dos espaços que habitam. A memória sempre fala antes. Assim, na esteira de Canguilhem (1965 apud LECOURT, 1980), compreendemos que as evidências dos sentidos, dos sujeitos e dos espaços se constituem em relação a outros sentidos, outros sujeitos e outros espaços. Ou seja, a emergência dessas materialidades (uma nomeação, uma profissão, uma rua, para ser mais explícito) está presa à sua historicidade; as suas formas de anterioridade e exterioridade.

Sob esta perspectiva, a interpretação do espaço, da língua e do sujeito apurinã pelo colonizador é orientada discursivamente. Da outro lado, há também a interpretação do apurinã sobre o colonizador. Nesse sentido, a organização social apurinã se constitui como dado do mundo à mercê da interpretação pelo ocidental e vice-versa. Ressaltamos, no entanto, que as formas de interpretar o outro que não são simétricas. Voltaremos a isso na análise do prefácio do primeiro vocabulário do apurinã.

Para o momento, tendo em vista as relações de poder no processo de dominação das sociedades indígenas pela sociedade envolvente, as *discrepâncias* na produção/reprodução da ordem humana no Purus, no século XIX, se revelam na perspectiva ocidental, na construção de um arquivo, em três áreas de conhecimento por meio da descrição-narração, a saber:

- (i) a descrição cartográfica ou o reconhecimento dos processos de espacialização, objetivado na interpretação dos espaços de vida indígena em instrumentos cartográficos;
- (ii) a descrição etnográfica ou o reconhecimento dos processos de identificação subjetiva, objetivado na interpretação das relações sociais (descrição da cultura) próprias à ordem humana de cada etnia contatada;
- (iii) a descrição linguística ou o reconhecimento das línguas autóctones enquanto unidades isotópicas, a partir dos sistemas metalinguísticos de notação usado no Ocidente.

Em matéria de produção de conhecimento, tudo é interpretação, tudo é produção de sentidos, tudo é discurso. Logo, no domínio das ciências, que se estabelecem dando a ilusão de estarem apartadas do cotidiano (cf. CERTEAU, 2014), a produção do conhecimento não se processaria como uma exceção à produção diária de sentidos, impondo idealmente seu saber como uma realidade sem espessura temporal, a-histórica. Seja em uma perspectiva escolástica, positivista, estruturalista ou mesmo materialista, a produção do conhecimento científico é sempre uma construção simbólica e política do mundo. São interpretações do real que não se confundem com o objeto enquanto tal no mundo. Posto isto, a reconstituição do processo de gramatização não é apenas uma mera compreensão dos interesses por de trás da produção das metalinguagens. Na verdade, uma reconstituição materialista da gramatização visa compreender a determinação histórico-discursiva dos sentidos, dos sujeitos e dos espaços enquanto condições de aparecimento desse saber.

1.7. Da seleção, da segmentação e da análise do material

Mediante os efeitos de arquivo que o atravessam, a montagem do *corpus* visa a uma leitura não subjetiva dos discursos pelos quais se materializam os conhecimentos linguísticos sobre o apurinã. No anseio de uma reflexão histórica que considera a materialidade da língua, expomos, a seguir, os procedimentos de seleção, de segmentação e de análise do material.

1.7.1. Do arquivo ao *corpus*

A partir da temática *Purus/apurinã*, “desembarcamos” no arquivo textual da segunda metade do século XIX para localizar os primeiros documentos (objetos discursivos) a significar/informar essa bacia hidrográfica da Amazônia. Visamos depreender os fatos linguísticos (o que), os sujeitos (quem) e as espacialidades (onde) em jogo no início da gramatização do apurinã. Deste modo, compusemos o *corpus* da pesquisa com objetos discursivos produzidos por vários autores a partir de diferentes “campos”²⁹ discursivos de referência: militar, naturalismo e religioso.

Quadro 01: Documentos do *corpus*.

Data	Autor	Título	Gênero	Laudas
1845	Matos	<i>Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas</i>	Relatório	38
1855	Mattos	<i>Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas</i>	Relatório	08
1863	Coutinho	<i>Relatório da exploração do Rio Purus</i>	Relatório	130
1866	Chandless	<i>Notes on the River Purus</i>	Relato	44
1867	Chandless	<i>Notes on the River Aquiry</i>	Relato	14
1894	Polak	<i>A Grammar and a Vocabulary of the Ipuriná Language.</i>	Gramática e Vocabulário	111

Fonte: Elaboração própria.

²⁹ As aspas aqui fixam um sentido específico: a compreensão em Análise de Discurso de que a expressão *campo discursivo* é uma construção do analista-historiador que visa a uma leitura didática, contudo, homogeneizante; no entanto, asseveramos aqui que toda sintagmatização de um texto é margeada por processos discursivos heterogêneos; os discursos não são blocos compactos fechados sobre si mesmos.

A seleção destes materiais, obedecendo à temática *Purus/apurinã*, reflete uma escala de curta duração, onde os textos não são produzidos em simultaneidade, mas ao longo de algumas décadas. De todo modo, essa configuração nos permite retirar alguns “véus” dos *esquecimentos* do interdiscurso e descrever acontecimentos, continuidades, deslocamentos e rupturas. Isso porque as análises se assentam sobre uma perspectiva *contrastiva* em que pesa a necessidade de caracterizar o fato de que cada texto é determinado pela anterioridade e exterioridade de processos discursivos heterogêneos. Nesse sequenciamento textual nas séries do arquivo, temos, nos termos de Auroux ([1992] 2014), um primeiro momento de homogeneização do diverso para o “alinhavo” da gramatização do apurinã.

Os primeiros acontecimentos linguísticos que começam a construir descrições do apurinã podem ser recuperados nesse momento ao lado de conhecimentos de outras ordens. Estes acontecimentos correspondem, enquanto efeitos do estado das relações sociais, aos sentidos que sustentavam o imaginário do Estado-Nação brasileiro na virada do regime imperial ao republicano.

Destacamos que é, portanto, sobre a base textos escritos que se operam nossas análises, especificamente sobre caracteres latinos funcionando sob as normas da legislação brasileira. Assim, no âmbito das ciências da linguagem, não é jamais diretamente sobre a língua empírica (que é inatingível) que, neste trabalho, faremos nossas aproximações do objeto, mas sim sobre o registro de sua imagem em uma superfície externa ao corpo humano. A escrita funciona, deste modo, objetivando a produção do saber científico em HIL como um “mecanismo de contraste” que, pelo registro, imprime a “chapa” de uma realidade a ser mensurada.

1.7.2. Do *corpus* à formulação

Diante da montagem do *corpus*, a *materialidade linguística* é o ponto de partida das análises.

A *memória discursiva* antecede-constitui a *escrita* e o *arquivo*. Sem o papel da memória na constituição do sujeito não há escrita ou arquivo. Ela é a condição *sine qua non* da reformulação (paráfrase/sintagmatização/enunciação/versão/fio do discurso), seja na

oralidade ou na escrita. De modo que, neste ponto, não confundimos o simbólico com a escrita. O simbólico é a forma, o signo, e a escrita é uma representação dessa forma, desse signo. Tomamos o simbólico, assim, como a produção e reprodução de uma interpretação/leitura mediada pela Ideologia. Logo, qualquer formulação oral ou escrita é simbólica e política.

Diante da heterogeneidade constitutiva do *corpus*, selecionamos formulações nas quais se dá o encaixe-articulação de palavras indígenas para que pudéssemos “rastrear” trajetórias de sentidos específicos vinculados à língua apurinã. Deste modo, fomos conduzidos a extrair palavras, expressões e sentenças como formulações em que se materializassem estes elementos lexicais. E, por meio da relação entre essas formulações, demonstrar possíveis filiações que constituem a história desses saberes.

Ao tomar a memória em termos interdiscursivos, utilizamos, portanto, a *unidade da formulação* para reconstituirmos a anterioridade e exterioridade dos saberes sobre a sociedade apurinã: formulações cartográficas, formulações etnográficas, formulações linguísticas. Uma história que é contada pela dimensão significativa do texto. Logo, recortadas as formulações dessa natureza, procuramos apontar os traços de memória que sustentam sua interpretação à luz dos processos de encaixe (pré-construído) e de articulação (sustentação) enquanto efeitos da discrepância do Interdiscurso.

De modo preliminar, para caracterizar a relação do *exterior discursivo no dizer dos autores* com o processo inicial de gramatização do apurinã no Purus, operamos o levantamento das palavras com origem em línguas autóctones no encaixe-articulação das línguas em que se operam as descrições. Isso nos permitiu atestar a produção e interpretação dos primeiros conhecimentos sobre esse rio, contendo significantes indígenas em seu fio discursivo. A partir desse lastro, observamos em que medida emerge um saber metalinguístico por relação a estas palavras outras no dizer, fazendo deslanchar a gramatização a partir dessa alteridade objetivada pela escrita.

Procedemos a essa caracterização para fundamentar o fato de que não se trata apenas de “empréstimos” advindos do contato linguístico, mas de uma anterioridade e exterioridade que não é não ocidental. Neste ponto, procuramos de modo sumário indicar esses traços por meio de pesquisas já realizadas na etimologia e na linguística histórica que apontam para um alhures discursivo. Com esse movimento analítico, pudemos dirimir a questão do “efeito de

descentramento” (NUNES, 1996, p. 22) pelo qual se demarcam imagens das línguas indígenas baseado, inicialmente, em um saber sobre o léxico. Isto é, quando nessas formulações metalinguísticas se relaciona ou não a palavra ou a expressão indígena a uma unidade imaginária de língua: nheengatu, português, paumarí etc.

Nesse primeiro momento de leitura, separamos o funcionamento dessas palavras indígenas como signo-padrão, do lado da transparência, ou como signos-autônomo, do lado da não-coincidência do dizer. Logo, dado o funcionamento diferenciado da metalinguagem em relação à evidencialidade dos demais tipos de formulações (etnográficas e cartográficas), fizemos intervir, para caracterizar a interdiscursividade das formulações metalinguísticas, a perspectiva da modalização autonímica da enunciação. Isso porque “a enunciação desse signo [no caso da metalinguagem] em vez de se realizar simplesmente, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário sobre si” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14).

Deste modo, sequenciamos em cada objeto discursivo, para além de dizeres sobre espaços e sujeitos, dizeres que se dão em relação ao desdobramento de uma “representação reflexiva e opacificante” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 83).

Extraímos formulações onde se achassem palavras indígenas funcionando sob o feito da evidência, em que a produção e a interpretação ocorressem pela relação imaginária palavra-coisa. Vejamos, a título de ilustração, a palavra *igarapé* articulada sob esse efeito e evidência e de transparência:

As várzeas e *igarapés* do Purus apresentam a mesma feição (COUTINHO, 1863, p. 322 – negrito meu).

Nesta formulação do texto de Coutinho, de 1863, a *palavra* *igarapé* não comparece como desconhecida.

Extraímos também formulações em que em a palavra indígena é articulada a uma predicação reflexiva e opacificante. Vejamos, deste modo, a palavra *igarapé* articulada a uma predicação que modaliza sua significação:

No *igarapé (rio pequeno)* Thuman, habitam as nações Amarunan e Ciriuni (MATOS, 1845, p. 172 – negrito meu).

Nesta formulação, presente em um texto de Matos, de 1845, a interpretação se acha mediada pela relação imaginária palavra-palavra. Há um desdobramento da cadeia significante sobre si mesma. Os traços de memória aparecem como constituintes linguísticos na própria sucessão sintagmática ‘rio’ e ‘pequeno’. Aqui a palavra *igarapé* comparece como podendo ser desconhecida, daí a necessidade de acrescentar uma definição para ela: *rio pequeno*.

Esse segundo exemplo, portador de uma modalização autonímica, coloca o sujeito diante da heterogeneidade constitutiva do seu dizer, fazendo-o “descer”, conforme Orlandi (1999), ao nível do esquecimento número dois que mascara a relação entre o dito (a formulação) e o não dito (o exterior discursivo). A modalização autonímica se constitui no fio discursivo como um desdobramento reflexivo e opacificante do dizer de um signo-autônomo X. Nesse desdobramento suspende-se o efeito de literalidade do significante X, de modo que se trazem à tona, na formulação, traços do exterior discurso desse significante X, tornando esse dizer opaco em seu funcionamento semântico.

Balizado pela noção de modalização autonímica, destacamos, a seguir, alguns esclarecimentos importantes para as análises. Um autônomo, representado por X, significa o funcionamento da palavra por ela mesma, fora da relação imaginária palavra-mundo. Sejam os seguintes exemplos: (1) ‘a palavra *gato* designa um mamífero quadrupede’, (2) ‘os indígenas denominam *agutí* a um roedor de pelo vermelho’ vs. (3) ‘o *gato* não matou o rato’, (4) ‘o indígena caçou um *agutí*’. Neles, temos, considerando o que Authier-Revuz (1999) chama de “*não-um*” do sentido na comunicação, os exemplos (1) e (2), ao passo que, para (3) e (4), temos o “*um*” do sentido na comunicação. O Outro, *exterior discursivo*, aparece linearizado, dando opacidade ao dizer da formulação, impondo uma relação de não-coincidência do dizer.

Ao escolhermos os instrumentos analíticos para reconstituir a gramatização do apurinã, observamos, do lado da heterogeneidade constitutiva do discurso, as relações significantes entre a transparência (o *um* do dizer) e a opacificação (o *não-um* do dizer) nos materiais. Para ambas, de todo modo, o funcionamento eterno da *discrepância*, isto é, sua modalização se dá a partir das redes significantes, da história de sentidos da palavra, de suas relações de predicação anteriores e exteriores. Isso porque, qualquer “forma de semiose” (produção e reprodução do sentido) está sob a dominância do *Interdiscurso*.

Por fim, cabe reforçar, em uma direção materialista, que o “experimento” do analista de discurso se realiza na ordem do simbólico/político a constituir o registro, a escrita, o arquivo. Desse modo, o “experimento” do analista de discurso que faz história das ideias linguísticas é operado no arquivo, ao se debruçar sobre formulações que se realizam pela suspensão da evidência do sentido, dadas as suas condições de produção. Ele atesta, com isso, o *saber linguístico* no curso de seu acontecimento, de sua repetição, de seu deslocamento ou mesmo de seu esquecimento.

CAPÍTULO 2 – A gramatização do apurinã à luz das relações entre línguas, sujeitos e espaços: a produção do saber nos primeiros relatos e relatórios sobre o rio Purus

Não poderíamos, diante de uma perspectiva materialista da História das Ideias Linguísticas, falar do objeto língua desconsiderando o sujeito falante. Não poderíamos, também, falar desse sujeito não considerando o espaço no qual ele se movimenta cotidianamente. Logo, diante da *alteridade na escrita*³⁰ como fator indispensável na produção dos saberes metalinguísticos, as formas tecnológicas nas quais estes saberes aparecem devem ser compreendidas levando-se em conta as condições de existência dos sujeitos no espaço.

Diante disso, no desenrolar da colonização no Brasil, as sociedades indígenas e as línguas por elas faladas se tornam objetos de reflexão indissociáveis em textos que testemunham o contato cultural. A partir disso, podemos falar na distinção de inúmeros trajetos de gramatização para estas línguas que respondem a interesses políticos específicos. Neste espectro, o trabalho linguístico pelo ocidental produz objetos nos domínios do léxico e da gramática atrelados a uma concepção de civilidade assentada numa memória de permanência (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a).

Em relatórios de funcionários públicos, em relatos de viagem de estudiosos, em escritos de colonos e em cartas e artigos de missionários do século XIX acerca do rio Purus, tem-se uma narração/descrição do real (das coisas a conhecer/informar) que não escapa à relação constitutiva entre sujeito, língua e espaço. Por meio desta relação, articula-se o reconhecimento da sociedade apurinã sob a ótica do Estado, da Ciência e da Religião. O outro indígena é dito/significado, nesse olhar, como alguém a ser transformado.

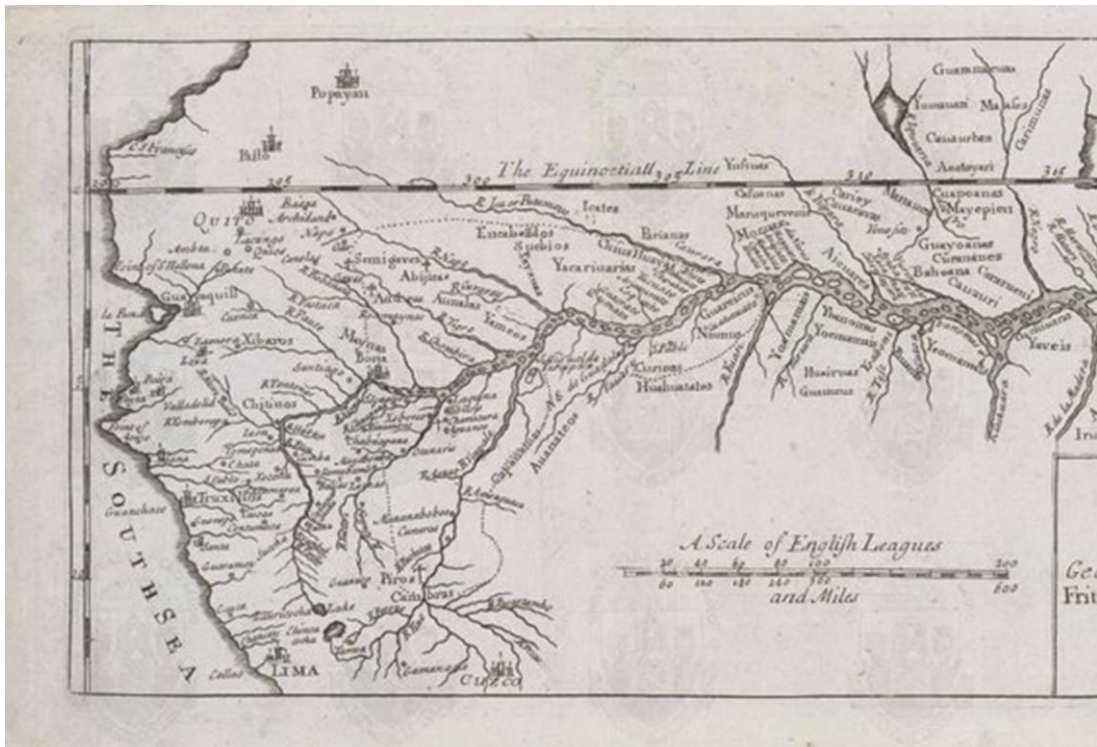
Por meio dessa narração/descrição do real, além de se dizer o sujeito e o espaço apurinã, também se produz uma imagem da língua falada por esse sujeito em função de sua integração à formação social brasileira. Conhecimentos que foram indispensáveis na prática política do lado brasileiro a impor o contato baseado em uma ética de dominação. Como resultado, desenvolveram-se no Purus modos de apagamento do outro indígena em razão desse projeto de civilidade que, como atesta Amoroso (1998, p. 73), se assentava sobre a “sedução, sedentarização, conversão e trabalho”.

³⁰ Expressão formulada por Nunes (1996, p. 50) a partir de Aurox ([1992] 2014).

No reconhecimento do Purus, as imbricações entre *memória* e *acontecimento* fazem surgir novos sentidos. Como exemplo disso, podemos falar da constituição de sintagmas como ‘*maloca de ipurinás*’ e ‘*maloca of Hypurinás*’ que, enquanto acontecimentos do século XIX, dão vislumbre à relação sujeito-língua-espço que preside o início da gramatização do apurinã. Sintagmas como estes, a partir do olhar colonialista, são chaves de leitura não apenas da identidade de um povo, mas também de suas formas de habitar e de conviver e de seu espaço-tempo de comunicação.

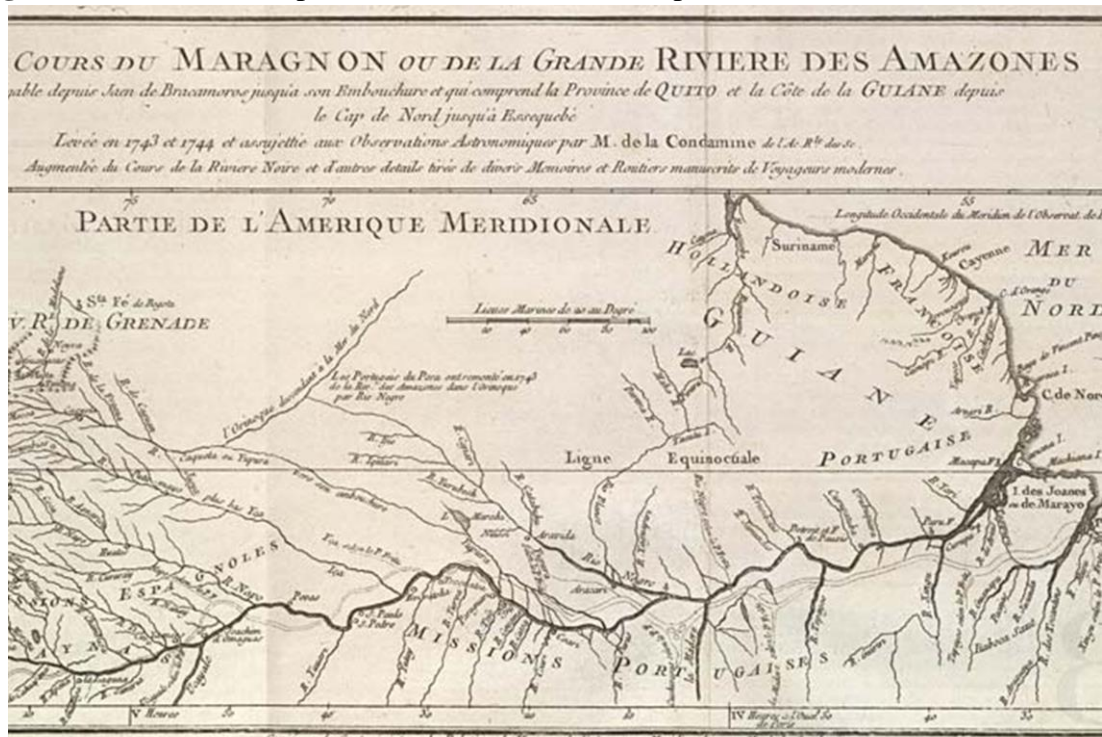
Desde seu reconhecimento pelo Estado, pela Ciência e pela Religião, o saber sobre o Purus fora acompanhado por certos procedimentos técnicos. O real aí fora percebido e registrado com o saber-fazer disponível, obedecendo aos interesses políticos e econômicos. É deste ângulo que Fritz (1697), La Condamine (1743), Coutinho (1845) e Chandless (1866) aportam ao Ocidente representações do espaço físico da Amazônia. Vemos nas imagens, a seguir, a progressão de um saber cartográfico sobre o Purus:

Imagem 01: detalhe do mapa da Bacia Amazônica feito por Samuel Fritz (1697).



Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica (Versão inglesa de 1732).

Imagem 02: detalhe do mapa da Bacia Amazônica feito por La Condamine (1743).



Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica (Versão francesa de 1745).

Imagem 03: detalhe da carta cartográfica da Bacia do Purus feita por Coutinho (1845).

MARGEM DIREITA

MARGEM ESQUERDA

Rio *Siriuiú*, pequeno; água preta. Caminhando-se um dia acima da foz, encontra-se um afluente na margem direita, onde existem duas malocas de *ipurinás*.

Estes índios hostilizam os de outras malocas, que ficam acima do *Siriuiú* da mesma tribo.

É uma perseguição constante e feroz, do que têm resultado muitas mortes.

E assim vivem estes homens embrutecidos, aqui e em outros lugares sem que a sociedade lhes ofereça a mão protetora.

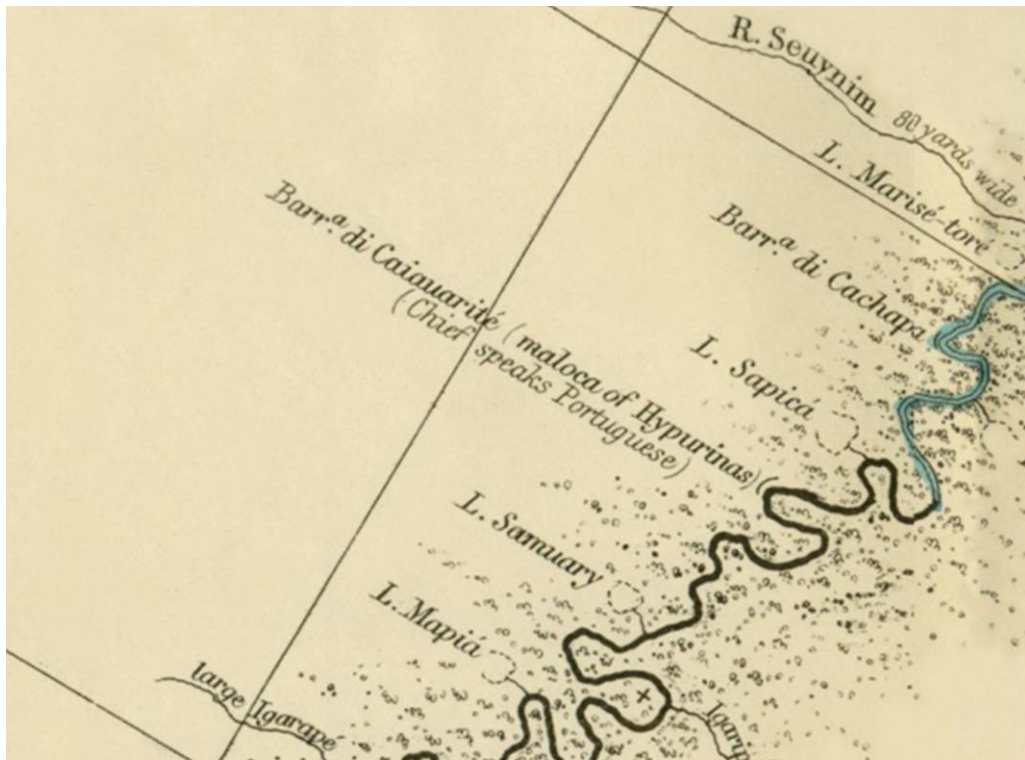
Lago *Maçupeém*; regular.

Lago *Catipariri*; regular.

Lago de *Inahari*; regular; tem uma maloca de *ipurinás*.

Fonte: Coutinho (1845).

Imagem 04: detalhe do mapa do Purus feito por Chandless (1866).



Fonte: Chandless (1866).

Nas imagens 01 e 02, detalhes de mapas elaborados, respectivamente, nos séculos XVII e XVIII. São os primeiros registros cartográficos a orientar o reconhecimento e a locomoção de ocidentais a oeste da Bacia Amazônica. Embora não aportem informações sobre sociedades indígenas ou vicissitudes geográficas do Purus, a referência discursiva desse rio já aparece, primeiramente, em Fritz (1697) onde ele é designado pelo nome *Cuchiudara* (também *Cuxiudara*), e depois em La Condamine (1743) designado de *Purus*, nome que chega aos nossos dias.

Na imagem 03, o detalhe ilustra o primeiro gesto cartográfico exclusivo sobre o Purus. Nele, contudo, as localidades, habitantes e os acidentes geográficos são discriminados textualmente em colunas à esquerda ou à direita da página que representam as margens, produzindo com isso na escrita um efeito de espacialização do curso do rio. Na imagem 04, o detalhe ilustra o primeiro desenho cartográfico do Purus feito a partir de cálculos astronômicos. A indicação das localidades e dos acidentes geográficos obedece aos padrões matemáticos de notação em um cenário de expansão/integração comercial.

Diante disso, podemos pontuar que a precisão do olhar/dizer técnico-científico responde, histórica e discursivamente, ao alargamento das relações de predicação acerca do objeto de saber. Para tanto, é necessário o constante embate entre *memória* e *acontecimento*;

relação por meio da qual a materialidade da língua se choca e absorve o “desconhecido”, o “novo”, o “sem-sentido”, acobertando-o, naturalizando-o.

Acerca desse alargamento do dizer, consideremos a expressão *maloca hypuriná* forjada no discurso das descobertas.

A palavra *maloca*, nesse discurso, designa um tipo de moradia própria às formações sociais indígenas no Brasil. Designa uma habitação relativa a uma memória de ocupação espacial com suas próprias regras de sociabilidade. Em uma leitura discursiva, trata-se do espaço físico transformado em um espaço de convívio humano determinado por uma historicidade não ocidental.

A palavra *hypuriná* demarca, nesta mesma discursividade, uma identificação étnica. Evoca, a exemplo da discursividade naturalista, a classificação de um povo baseada em traços culturais, tais como narrativas orais, rituais, cosmologia, técnicas etc., isto é, tradições e saberes comuns de culturas exógenas a catalogar. A interpretação, seja pelo colono, seja pelo estudioso, seja pelo viajante, neste discurso, usa como traço fundamental de leitura do outro indígena o léxico e a gramática das línguas desse outro.

A legibilidade da organização social *apurinã* no dizer dos expedicionários, dos estudiosos, dos colonos e dos missionários, é mediada pela interpretação de sua língua. Retroativamente, as próprias representações que são feitas desta língua são margeadas por sentidos cartográficos e etnográficos. De modo que, as interpretações que se faz do sujeito, do espaço e da língua dessa sociedade aparecem como evidências dispersas e entrelaçadas nos primeiros documentos sobre o Purus. Nos relatos e relatórios, de modo particular, os dizeres sobre o sujeito e sobre o espaço *apurinã* balizam interdiscursivamente os saberes sobre língua *apurinã*. Recordemos, com isso, que ao reconstituir a gramatização do *apurinã*, consideramos, por um lado, o modo como as línguas, os sujeitos e os espaços vão sendo interpretados nos discursos da exploração do Purus, e, por outro lado, consideramos o caráter material propriamente dito das línguas, dos sujeitos e dos espaços a constituir a cena da exploração e do contato no Purus.

Diante do exposto, podemos falar de uma *colonização brasileira* no Purus em que a expressão *maloca de ipurinás/hypurinas*, como se lê nas primeiras representações cartográficas deste rio, pode ser tomada como índice para o reconhecimento da forma histórica de ocupação desta sociedade indígena. Isto é, das formas de habitar exógenas às

formações sociais do Ocidente. Trata-se de um reconhecimento e também de uma distinção que atravessa igualmente interpretação dos sujeitos e de suas línguas. Ao mesmo tempo, como processo de reconhecimento, também é um processo de definição, de domesticação.

De um ponto de vista discursivo, nos assentarmos numa compreensão de espaço (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011) que tem fundamento a noção de “quantidade de seres” (ORLANDI, 2003, p. 24). Essa perspectiva permite ler nos relatórios e relatos a territorialidade apurinã. Diferentemente da quantidade de seres que constitui o urbano, caracterizado pela permanência, a forma de ocupação do espaço pela sociedade apurinã ocorre de modo mais provisório. O modo de organização social apurinã, como mencionado nestes documentos, respeita a uma coesão interna que ordena sua concentração e mobilidade na bacia hidrográfica do Purus. Uma mesma língua, bem como as mesmas tradições, crenças, técnicas, moradias, adornos etc. são materialidades que acompanham seus espaços de vida neste rio, bem como se tornam acontecimentos no discurso do colonizador. Trata-se de um modo de estar no mundo que é interpretado pelo não indígena. Como ilustração do reconhecimento dessa espacialidade pelo colonizador, destacamos a *estética* de suas moradias descrita em Chandless (1866) e em Ehrenreich (1891):

Above the River Sepatynim and from this to the River Hyuacú, a distance along the river (omitting the bends) of nearly 300 miles, extends the tribe of Hypurinás, the most numerous, warlike, and formidable on the Purús [...] Even these, however, always make their houses at least a couple of miles inland, and those living farther up have their villages seldom less than a half-day's journey from the water Chandless (CHANDLESS, 1866a, p. 96).³¹

Die kleinen Hütten für je eine familie sind aus einfachen, über ein medianes stützgerüst zusammengebogenen stangen construit. Die thür liegt seitlich. Das dach bilden übergelegte, bisweilen verflochtene palmlätter [...] Von der Decker hangen in vielen Hutten aus Maiskolben gebildete oder aus Baurinde ausgeschnittene und bemalte Fischgestalten herab. Den Dechgiebel zieren bisweilen aus Stroh geflochtene menschliche Figuren, Bogenschtzen darstellen, wie sie Crevaux bei den Stammen Guayanas antraf (EHRENREICH, 1891, p 60-61).³²

³¹ Tradução minha: Acima do rio Sepatynim e deste até o rio Hyuacú, uma distância ao longo do rio (omitindo as curvas) de quase 300 milhas, se estende a tribo dos Hypurinás, os mais numerosos, belicosos e formidáveis do Purus [...] Mesmo estes, no entanto, sempre constroem suas casas pelo menos há alguns quilômetros do interior, e os que moram mais longe raramente têm suas aldeias a menos de meio dia de viagem da água.

³² Tradução minha: As pequenas cabanas de cada uma das famílias são feitas de hastes de construção simples, dobradas sobre um andaime mediano. A porta está do lado. O teto é formado por folhas de palmeiras sobrepostas, às vezes entrelaçadas [...] Figuras de peixes feitas de espigas de milho ou cortadas e pintadas com casca de construção ficam penduradas no convés em muitas cabanas. O frontão às vezes é adornado com figuras humanas tecidas de palha, representando arqueiros do tipo que Crevaux encontrou entre as tribos dos Guayana.

O registro das casas (*houses*), cabanas (Hütten) ou *malocas* apurinã nos primeiros documentos sobre o Purus indica a percepção de uma memória de ocupação outra. Uma interpretação feita a partir da distinção, conforme parâmetros ocidentais, das regularidades que se iam observando nas ocupações desta sociedade. De modo que a constituição histórica da espacialidade apurinã, de seu modo de estar mundo, pode ser compreendida a partir de uma memória que remontaria à chegada de grupos Aruák no Purus.

O mito da criação do mundo³³, na cosmologia apurinã, é uma narrativa oral que aponta, ao mesmo tempo, para a historicidade do espaço, da língua e do sujeito desta sociedade. Este mito é uma materialidade que indica um provável caminho de continuidades, esquecimentos e deslocamentos das tradições, dos sentidos, das técnicas e das crenças Aruák, a partir de uma memória que é anterior a sua chegada ao Purus. Pela materialidade deste mito, além de se apontar uma possível origem remota de suas formas de ocupação e sociabilidade, deduz-se seu processo de migrações, seu movimento no espaço. Isso porque há, para esse mito, segundo Kroemer (1985), versões similares em outras regiões da América do Sul.

Por causa desse mito suspeita-se de que o registro do mesmo só possa ter sido feito em regiões assoladas por incêndios de savanas, e nunca em regiões inteiramente cobertas de floresta virgem, densa e úmida, onde anualmente se repetem enormes inundações, como no Purus. Esse fato leva a conclusões de que os Apurinã receberam ou trouxeram o seu mito de regiões distantes, situadas em zonas de campo, ou do sudoeste da Guiana ou das savanas da Bolívia oriental (KROEMER, 1985, p.120).

Diante disto, considerando-se a perspectiva de Rodríguez-Alcalá (2011), podemos pensar em uma *memória de ocupação* do espaço apurinã. Para esta autora, a linguagem determina o espaço do convívio humano, assim como este determina aquela, sem uma ordem de predominância, ou mesmo de precedência. Nesse sentido, o espaço do convívio humano é constituído como resultado de processos históricos, bem como são os sentidos das línguas e de seus sujeitos falantes. Estendendo esta reflexão à gramatização de uma língua, sua imagem, especificamente no que diz respeito aos discursos de constituição do léxico, se dá vinculada à legibilidade dos espaços e dos sujeitos desta sociedade pelo observatório ocidental das formas de vida. Em função disto, na produção inicial dos conhecimentos sobre a sociedade apurinã, há um entrelaçamento constitutivo entre o conhecimento sobre este povo e sobre sua língua. Um processo de percepção do apurinã pelo colonizador que resultaria na não

³³ A respeito da narrativa deste mito ver Kroemer (1985).

legitimidade política destes indígenas face às pressões territoriais, linguísticas e religiosas da sociedade ocidental envolvente.

De um ponto de vista materialista, podemos dizer, ainda, que o espaço político e simbólico da vida apurinã, no momento do contato, é lido pelo colonizador por meio do mesmo processo ideológico que o leva a interpretar a ordem urbana da qual faz parte. Ou seja, ele percebe o espaço de vida Apurinã como uma realidade neutra, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e a língua que o significa. Mas, trata-se de uma percepção da alteridade caracterizada pela contradição própria às relações de poder que atravessam o discurso colonizador. A natureza dessa percepção o leva a classificar e escalonar a espacialidade outra (seus sujeitos e sua língua) que se lhe apresentava em uma hierarquia de valor para justificar com isso sua transformação. É por este efeito de evidência do espaço indígena e de sua não legitimidade no discurso colonizador que é construída a caracterização do outro apurinã no *continuum* da vida humana no Purus: o modo como o colonizador entende o espaço se impõe como um modelo de civilidade (de sociabilidade) a ser aí alcançado.

Das interpretações cartográficas e etnográficas do colonizador, a constituição da imagem da língua apurinã vincula-se, além do mais, à memória de reflexões metalinguísticas ocidentais. O próprio “espaço de produção linguística [no Brasil]” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 27) atua significativamente na produção dessa imagem. O país já contava, até então, com um amplo acervo de instrumentos tecnolinguísticos relativos à exogramatização de inúmeras línguas indígenas (dentre as quais o Tupinambá como mais expressivo). Como efeito dessa interdiscursividade nas formulações da gramatização do apurinã no século XIX, há algumas *retomadas* e *deslocamentos* de conhecimentos linguísticos a partir fontes nacionais e estrangeiras. Inscrita no espectro da gramatização das línguas do mundo, a reflexão pelo não indígena sobre o léxico e sobre gramática desta língua colabora, desta maneira, com a atualização da memória metalinguística do mundo. Dito de outro modo, os novos saberes sobre esta língua indígena que começam a ser produzidos na conjuntura do Brasil Império ampliam a rede mundial dos conhecimentos linguísticos de fundo greco-latino.

Assim sendo, no estágio inicial de sua gramatização, os saberes linguísticos sobre o apurinã foram essencialmente constituídos por *factos lexicais*, os quais retratavam as semelhanças e as diferenças acerca do rio Purus no começo de sua exploração sistemática pelo não indígena.

O Purus, deste modo, ao ser dito pelos exploradores ocidentais, é fonte de novas palavras para interpretar o desconhecido a partir das línguas de várias sociedades indígenas. Palavras autóctones para designar rios, lagos, línguas, povos, animais, plantas etc. Trata-se de uma discursividade que já é marcada por dizeres-formulações sobre o léxico das línguas autóctones faladas nesta região.

É, notadamente, no encontro entre distintas espacialidades (dos distintos modos de interpretar e habitar o espaço), entre distintas línguas, entre distintos sujeitos indígenas e não indígenas, nesta região, que se dão os primeiros registros de itens lexicais do apurinã. Com finalidades forjadas pelos interesses de instituições brasileiras e estrangeiras, os escritos de militares, de colonos, de missionários e de estudiosos estabelecem os lugares primários de interpretação sobre os apurinã, sobre sua espacialidade e sobre sua língua. Escritos estes que podem ser tomados, na esteira dos estudos de Nunes (2006), como precursores da discursividade lexicográfica e gramatical sobre esta língua autóctone que será, posteriormente, especificada como pertencente ao ramo das línguas aruák. A produção da imagem desta língua nestes escritos ocorre mediante o carácter factual de elementos lexicais, isto é, sobre “a dimensão empírica da palavra nova” (NUNES, 2006, p. 47). É, portanto, na materialidade linguística de tais escritos que irrompem as primeiras marcas de uma metalinguagem sobre o apurinã baseada na unidade da palavra.

Estas marcas são pistas históricas de um discurso de constituição do léxico no esboço geral da gramatização do apurinã. São nomeações, transcrições, definições e traduções dispersas nestes escritos. Trata-se de um discurso sobre o léxico que se constitui cindido entre os imaginários indígena e ocidental. Uma cisão que pode ser apreendida em termos de uma *assimetria* entre memórias discursivas (ocidental-apurinã) e de *discrepâncias* que sustentam a enunciação em ambas as memórias.

Estas marcas lexicais subsidiam as reflexões de Orlandi (2008) sobre gramatização de línguas indígenas em relatos dos séculos XVI ao XVIII. Para esta autora, os saberes sobre o léxico nessa conjuntura revelam a necessidade de legibilidade do desconhecido pelo colonizador em função da expansão do mercantilismo. Vemos, assim, nascer uma metalinguagem que oscila entre um saber enciclopédico e um saber lexicográfico. A análise da história dos dicionários Brasil por Nunes (2006) aprofunda essa reflexão sobre o saber lexical. Em suas análises, podemos acompanhar as dificuldades de um sujeito da metalinguagem que, em diferentes cenas de enunciação, ao observar as relações palavra-coisa

no Novo Mundo desenvolve uma correspondência palavra-palavra³⁴ no dizer o léxico. Para este autor, o discurso de constituição do léxico, nos relatos de viajantes, missionários e colonos, é o embrião da lexicografia brasileira. Ele se estabelece mediante um estranhamento do novo que explicita certas inadequações entre as palavras e seus referentes sob duas perspectivas em choque: a do indígena e a do ocidental.

Considerando os gestos de leitura de Nunes (2006) e Orlandi (2008), vemos que em formulações metalinguísticas dos primeiros escritos que versam sobre a sociedade apurinã, a ideia de *palavra* (enquanto segmentação lexical) está subtendida, como algo já dado, evidente. Nestes escritos, o saber sobre a língua é produzido inicialmente pelo valor da palavra como um elemento lexical segmentado nos moldes das gramáticas europeias de línguas flexionais. Contudo, o saber sobre línguas aglutinantes e polissintéticas já é, nas condições de produção dos discursos sobre o Purus, uma realidade em debate na reflexão ocidental. Temos nestes escritos, de todo modo, a interpretação de um segmento da fala que é evidente na notação metalinguística ocidental, a *palavra*, cuja transparência no imaginário europeu e brasileiro, orientou as primeiras segmentações de itens lexicais do apurinã. Estas segmentações de palavras apurinã começam a ser objetivamente representadas a partir do relato de viagem de Chandless (1866, 1867).

Desse modo, nos escritos do *corpus*, temos: (i) a utilização de palavras dessa língua sob o puro efeito da evidência na sintaxe de línguas europeias (nomeações indígenas presentes em português, em inglês e em alemão) e (ii) a utilização de palavras, expressões e sentenças dessa língua sob o efeito da autonomia metalinguística (onde são produzidas além de glosas definitórias, listas n-lingue, verbetes, paradigmas, exemplos e traduções). Isso revela que, nas primeiras cenas do contato cultural do Purus, a imagem de suas línguas para expedicionários, estudiosos, colonos e missionários evoca *reformulações metalinguísticas* voltadas à explicação do léxico (ângulo ii, especificamente glosas e verbetes) que serão precursoras da prática discursiva metalinguística sobre o apurinã.

Com isso, queremos destacar que a produção da primeira gramática do apurinã é precedida por esse trabalho sobre a unidade da palavra. Um trabalho de descrição linguística

³⁴ Na relação palavra-coisa o ponto de ancoragem na interpretação pelo sujeito é a ilusão referencial do sentido das palavras e expressões, cuja opacidade dos traços de memória é mascarada na literalidade do significante. Na relação palavra-palavra o ponto de ancoragem da interpretação é o “uso” autonímico das palavras e expressões, onde a opacidade emerge na superfície linguística para explicar as próprias palavras e expressões. Ambas as relações são ilusões subjetivas, pois, como aprendemos com Pêcheux (2014a), o sentido das palavras não existe em si mesmo, mas na relação que mantém com outras palavras e expressões.

que terá sua continuidade filiada à religião (ver a lexicografia de Polak de 1894, por exemplo), à Etnografia (ver as lexicografias de Ehrenreich de 1891 e Kogh-Grünberg de 1919, por exemplo) e à Linguística (ver as lexicografias de Facundes de 2000 e de Padovani 2016, por exemplo). Constatamos aí o dizer sobre a palavra apurinã na longa duração do tempo.

A caracterização etnográfica da identidade apurinã fora essencial para os estudos da língua dessa sociedade na segunda metade do século XIX. Em função desta caracterização, tal língua passaria a ser objeto, inclusive, dos estudos linguísticos praticados pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL) e por programas de pesquisa de instituições brasileiras, tais como universidades e museus, a partir da década de 70 do século XX. Isso mostra como os primeiros saberes sobre esta sociedade para o Ocidente se atualizam sob a forma de uma *literatura científica*: um índice do contato com o passado das primeiras interpretações sobre os apurinã. Em outros termos, a imagem de língua nos relatos e relatórios do século XIX desempenha um papel determinante na produção dos saberes sobre a língua deste povo, a partir de distintos enfoques teórico-metodológicos nos séculos XX e XXI. Ou seja, os estudos linguísticos contemporâneos sobre tal língua não são indiferentes interpretações da *sociedade apurinã* e da *língua apurinã*, surgidas durante a conjuntura imperial brasileira. Vemos, assim, que as instâncias contemporâneas (museus, universidades, igrejas etc.) que fazem trabalhar o saber sobre o apurinã, parafraseando Auroux ([1992] 2014), não destroem os saberes metalinguísticos anteriores, mas elas o reorganizam, o escolhem, o esquecem, o idealizam, enquanto sonham com novos horizontes.

Ressaltamos, neste sentido, o ponto de inflexão causado pelo investimento humano de expedicionários, de estudiosos, de colonos e de missionários no Purus, sem o qual a reflexão sobre essa sociedade e sua língua tomaria outros rumos enquanto objetos edificadas historicamente. Um reconhecimento a partir do qual se desencadeia o trabalho linguístico sobre o apurinã. Nesse contexto, novas evidências de mundo e novas redes de memória foram legadas pelo reconhecimento do desconhecido geográfico, humano e natural. Vale ressaltar que o utilitarismo desses conhecimentos aí produzidos, pois serviam de base para orientar as contínuas ações do Estado, da Ciência e da Religião na transformação da ordem humana nesse espaço.

Assim sendo, ao lado da constituição da imagem do apurinã no século XIX, assentado em marcas lexicais, observamos a produção de um fluxo específico de “coisas-a-saber

(conhecimentos a gerir e transmitir socialmente)” (PÊCHEUX, 2015, p. 34) sobre o Purus a partir do período imperial brasileiro. Uma possibilidade de ler o mundo por meio de nomes indígenas necessários à significação dos lugares e dos habitantes da região em função de um projeto colonizador. Não podemos desconsiderar a respeito deste projeto, a pressão de governos estrangeiros sobre o governo brasileiro para a abertura dos rios da Amazônia à navegação internacional, integrando-o a roda do comércio mundial (cf. LINK, 2016). Diante desta conjuntura histórica, os nomes indígenas comparecem como elementos nas traduções e nas incorporações às línguas dos colonizadores na tentativa de explicar a bacia do Purus aos interesses do capital nacional e internacional. Isso está ligado a um processo que assujeitou mão-de-obra indígena e imigrante. Os coletores, os seringalistas, os regatões representam a face econômica mais visível desse sistema nas margens do Purus (cf. HENRIQUE E MORAES, 2014). Nesse esquadro, os nomes indígenas dão a conhecer/saber ao Brasil e ao mundo um espaço até então inexplorado.

Vale destacar aqui outros acontecimentos determinantes para o início da gramatização do apurinã, caracterizada pela formação das primeiras unidades lexicais no corpo dos relatos e relatórios. São acontecimentos que permitiram a atualização das referências sobre as particularidades geográficas, naturais e humanas do Purus e irradiaram o discurso metalinguístico do apurinã: (i) as configurações político-administrativas da região amazônica materializadas na criação da Comarca do Rio Negro e Solimões subordinada ao Estado do Grão-Pará em 1824 e, posteriormente, na instalação da Província do Amazonas em 1855 com sede em Manaus (as primeiras quatro expedições de reconhecimento do Purus com o financiamento público pelo governo desta Província inauguram as políticas de Estado para uma exploração sistemática); (ii) as mudanças desencadeadas no sistema econômico ocidental pela revolução industrial que inseriram a Amazônia e o Purus em um ciclo da exploração massiva da goma látex, o que estabeleceu, além de uma nova rota migratória, uma estrutura comercial para atender às novas demandas urbanas na região: linhas regulares de navegação a vapor, construção de entrepostos comerciais e formação de pequenos núcleos urbanos.

Estes eventos intensificaram exponencialmente as relações de contato com os apurinã e com outras sociedades indígenas da bacia do Purus. O contato cultural impôs aí sua própria dinâmica, distinta em boa medida das condições sociais e políticas da integração do indígena no período colonial. Na continuidade histórica descoberta-colônia-Império, as primeiras leituras topográficas, geológicas, hídricas, demográficas do Purus, ao atualizarem a memória

sobre a Amazônia, produzem os primeiros *fatos lexicais* a partir dos quais se forja e se legitima a imagem da língua apurinã sob o efeito da unidade.

Na produção desta imagem de unidade linguística, a identidade do povo que a fala é concebida inicialmente por meio da relação com os sentidos de ‘nação’ e ‘tribo’. A própria produção de informações sobre o Purus para o Governo carrega consigo apreciações de espaços sociais semelhantes e diferentes aos das formações sociais do Ocidente. De um lado, *sítio, vila, província e cidade*, por exemplo, não são as palavras que definem para o colonizador os espaços sociais em que os indígenas vivem. De outro lado, as para defini-los comparecem as palavras *tribo, maloca* ou *nação*. Esta última palavra, por vezes, trazendo mais semelhança pelo modo de definição do espaço social geopolítico ocidental (os etnônimos, de modo particular, elencados nas seções 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, dão circularidade à questão da interpretação de uma espacialidade outra). De qualquer forma, uma ou outra “escolha” lexical terá efeitos de sentido diferentes. Isso porque a percepção de espaços de vida humana em uma região desconhecida para o colonizador é sempre o resultado de processos simbólicos, que são históricos, ideológicos e políticos. Escolhas lexicais que resultam de processos discursivos, pois os espaços que elas designam não são “[naturais, independentes e anteriores] aos sujeitos que o habitam e o significam” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 243).

Os espaços, os sujeitos e as línguas com que o colonizador se encontra, inscrevem-se em uma memória outra, cujas imagens no discurso científico, religioso e estatal do século XIX são valoradas como inferiores do ponto de vista “evolutivo”, moral e político. Os distintos projetos brasileiros de “civilização” do indígena como os aldeamentos católicos, o serviço de proteção ao índio (SPI) e a atuação missionária do SIL se consubstanciaram por meio desses valores. A literatura científica sobre o acontecimento desses projetos é farta. De qualquer forma, a significação da alteridade indígena na memória ocidental não visava dignificar os traços desse outro pelo trabalho linguístico realizado, pois esse trabalho objetivou o contato e a catequização. Nesse sentido, a língua indígena não é tomada “enquanto elemento de uma cultura valorizada que se buscava preservar, mas precisamente, substituir, por ser considerada inferior” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 208).

De modo geral, adiantamos que, nas análises dos relatos e relatório sobre o Purus, os processos discursivos pelos quais se produzem a interpretação de seus espaços, de seus sujeitos e de suas línguas indígenas acabaram produzindo para o apurinã uma deslegitimidade perante

a sociedade brasileira. Isso porque desses processos de interpretação foram produzindo um reconhecimento mediado pela oposição *selvagens/inferiores* e *civilizados/superiores*, como se vinha operando desde o período colonial (cf. ORLANDI, 2008). Uma relação de sentidos que também orientou a leitura do colonizador sobre a ordem humana no Purus. É por essa perspectiva, por exemplo, que Coutinho (1863, p. 284 – negritos meus) descreve os mura, outro grupo indígena da região: “Os vícios sociais eles adquiriram em alto grau, sobressaindo o furto e mesmo o roubo, **que não são praticados por nenhum outro selvagem**” e “Presentemente [o indígena mura] faz uso do sal, **resultado do contato com os civilizados**”. Mediante esse funcionamento discursivo, os indígenas e seus espaços de vida dessa região são compreendidos como parte “natural e evidente” do Estado-Nação brasileiro. Para estes territórios originários, a conquista e a posse se dão pelo colonizador e, para o indígena que o habita resta a incorporação e o apagamento cultural.

A respeito de tal deslegitimidade que está na base dos processos de apagamento, destacamos algumas formas de evidências na interpretação sobre os indígenas, suas línguas e seus espaços, que se imiscuem nos relatos e relatórios:

Evidências sobre o sujeito: sentidos para dizer o sujeito nas caracterizações etnográficas, em que são tematizadas tradições, técnicas, hierarquias e cosmologia próprias a cada sociedade, bem como para dizer as relações entre sociedades indígenas e com a sociedade ocidental envolvente.

Evidências sobre a língua: sentidos para dizer as línguas indígenas do Purus enquanto objetos de reflexão por meio de descrições voltadas a distintos interesses, dos quais destacamos a *classificação étnica* nos escritos naturalistas e o *proselitismo religioso* em documentos de missionários.

Evidências sobre o espaço: sentidos para dizer, além das vicissitudes geográficas do Purus, seus espaços de sociabilidade indígena (maloca hypuriná, p. ex.), apontando o caráter material da memória de ocupação do espaço destes povos, por meio da descrição de suas moradias, de suas formas de cultivo etc.

Considerando os primórdios da constituição de um léxico brasileiro, o sujeito da nomeação da *Carta* de Pero Vaz de Caminha é reconhecido como autoridade que fixa o nome das coisas. “Monte Pascoal”, “fura bucho”, “rabo d’asno” etc. No entanto, em relação à posição do indígena nos processos de nomeação, essa premissa de autoridade não se atribui do

mesmo modo nos textos sobre o Purus. Não há uma individualização do sujeito da nomeação indígena, há apenas a utilização em larga escala de nomes de lugares e de povos que permanecem na memória local como algo já dado. Não importa saber quem nomeou (vai se apagando sua origem). Contudo, as nomeações não ocidentais nos relatórios e relatos põem em evidência o sujeito indígena a atribuir sentido a setores do real que lhe toca: serras, rios, cachoeiras, barreiras etc.

Assim, conjugado à simultaneidade da relação sujeito/sentido, reproduzida na voz do militar, interpretamos nestes topônimos e etnônimos, respectivamente, a espacialidade e identidade das sociedades amazônicas, e, como consequência, a espacialidade da sociedade apurinã. Na Carta de Caminha, a língua que nomeia os espaços é o português. Nos relatos e relatórios analisados, a língua que nomeia certos setores do real é a língua indígena, mas as nomeações são atravessadas pela memória ocidental que afeta os próprios sentidos das palavras indígenas que circulam no imaginário da colonização do Purus.

Identificada como unidade isotópica no século XIX, a língua apurinã é produzida por um trabalho linguístico a serviço da imposição política e cultural do Ocidente. Em distintas passagens dos textos analisados, a ideia de *civilização* se materializa como régua de medição das formas de organização dos indígenas do Purus. Por essa ideia, se justifica a imposição dos padrões culturais ocidentais. Uma ação, que é simbólica e política, imprescindível na integração deste rio ao suposto progresso do Brasil, inscrito em uma formação social capitalista.

Descrito a partir de uma ciência da história, o contato (suas instituições, agentes e instrumentos) no Purus, no período estudado, se estrutura sob o que podemos definir como processo de subtração cultural das sociedades indígenas. Uma transformação, ou mesmo destruição, dos modos de ser e estar indígenas por meio de ações sistemáticas que visavam minar, desqualificar e substituir aspectos políticos e simbólicos considerados diferenciados/inconvenientes à ética e à civilidade ocidentais. As missões, o SPI e o SIL são exemplos flagrantes disso ao longo da história. Mais, as práticas etnográficas, cartográficas e linguísticas são aí desenvolvidas em função dessa subtração, como atesta Orlandi (cf. 2008), ao evidenciar que a ciência, assim como religião e o indigenismo, contribui para que o indígena deixe de existir como indígena.

Esse é o mesmo processo ideológico sob o qual se constitui a identidade brasileira, de ascendência afro-indígena, pela subtração-apagamento de suas memórias ancestrais. Um processo que foi instrumentado por sucessivas legislações ao longo da formação do Estado brasileiro. “Estado brasileiro do branco” (ORLANDI, 2008, p. 66). É sintomático desse *modus operandi* da formação da identidade brasileira o termo ‘*pardo*’ usado para designar contemporaneamente o ‘*mestiço brasileiro*’ – que no passado já fora classificado como ‘*curiboca*’, ‘*mameluco*’, ‘*cafuzo*’ e ‘*mulato*’ – e cujos sentidos estão alinhados ao apagamento das memórias originárias de indígenas destribalizados e de africanos escravizados pelo Estado colonial e, posteriormente, imperial.

2.1. Sujeito, língua e espaço no relatório de Matos (1845): o papel das nomeações na constituição da imagem da língua apurinã

O *Relatório do estado em que se acha o Alto Amazonas* de 1845 é um documento que resulta das observações de viagem do Tenente Coronel João Henrique de Matos pelos rios da Amazônia. De 1841 a 1843, este militar fora designado como comissário de inspeção e exame de fronteiras na então Comarca do Alto Amazonas, subordinada, a época, à Província do Pará. Após o desempenho desta função, ele relata ao governo desta Província a ocupação territorial na região, chamando atenção para o que considera a precária situação dos fortes e de suas guarnições militares, bem como para a administração das fazendas reais de gado e para o serviço religioso prestado pela Igreja Católica.

Na confluência dos interesses entre estas instâncias imperiais brasileiras (fortes, fazendas e missões), acha-se o indígena como alteridade observável, administrável e assimilável. “Assistimos” em Matos (1845) o espraiar-se da colonização brasileira nos afluentes do Alto Amazonas, mais à Oeste. Uma marcha que deixou como rastro político uma sucessão de configurações administrativas do espaço amazônico (Capitanias, Comarcas, Províncias e Estados), atestáveis em sucessivas legislações. No bojo desse rastro, o contato, o estranhamento, o conflito, a pacificação, a conversão, a resistência, a incorporação, o apagamento cultural, o caboclo amazônico na sociedade brasileira.

Diante dos documentos que atestam essa marcha, não podemos dizer, de um ponto de vista da ciência da história, que não havia o Outro indígena como *anterioridade e exterioridade* (com suas línguas, suas espacialidades, suas identidades) à chegada do colonizador. E, ao mesmo tempo, não podemos dizer que, embora silenciada desde os primeiros contatos, como atesta toda a literatura acadêmica sobre a colonização, essa *anterioridade e exterioridade* indígena não signifique como alhures no imaginário do caboclo da Bacia Amazônica. Assim, ao responder a esse espriamento, o relatório de Matos (1845) resvala na geopolítica da conquista do espaço amazônico, descrevendo e avaliando a situação de distintas instituições de Estado. Resvala em uma geopolítica que, para se erguer, vai soterrando esse Outro indígena.

De um ângulo histórico-discursivo, este relatório configura-se, portanto, como um observatório linguístico-textual das relações entre agentes de Estado (administradores, missionários e militares) e populações indígenas da Amazônia durante o regime imperial brasileiro. Nele, temos um vislumbre da ação de fortes, de fazendas e de missões no assenhoreamento da floresta Amazônica no século XIX. E, no seio dessas relações, vemos emergir como acontecimentos no discurso colonizador sujeitos, espaços e línguas indígenas como materialidades do *porvir* e do *dever* da realidade humana nessa parte do Brasil.

Nos interstícios destas relações, as línguas originárias dessas populações passam a ser contingenciadas como objeto-produto-artefato na reflexão ocidental em função da necessidade de contato para o trabalho, para a conversão e para o estudo³⁵. Surgem aí novas interpretações que nortearão as transformações da ordem humana nos afluentes do Amazonas: a passagem do indígena ao caboco, a passagem do vernáculo indígena ao português e a passagem da maloca (aldeia) à vila. Transformações que produzirão uma nova ecologia linguística e cultura local com a entrada de línguas tradição escrita na mediação das relações entre indígenas e não indígenas.

É, justamente, na forja dessa rede de espaços coloniais (fortes, missões, fazendas etc.) que se encontram os rudimentos do processo transferência cultural no Alto Amazonas. São espaços de contato que desencadeiam a produção de um enorme conjunto de conhecimentos, dentre os quais se acham os primeiros saberes sobre as línguas indígenas aí faladas. Um processo que leva, contraditoriamente, não apenas a produção do saber metalinguístico, mas

³⁵ O caráter utilitário dessas descrições e instrumentações varia ao longo do tempo, de modo que o trabalho linguístico serve a distintas práticas: proselitismo cristão, categorização naturalista, pedagogia das línguas, pesquisa acadêmica etc.

que também estabelece para estas línguas autóctones uma imagem e um lugar na política estatal: elas eram vistas como inferiores e as empurram ao desaparecimento.

Podemos dizer, então, que o avanço colonizador na Amazônia é o motor da interpretação da *língua apurinã* enquanto unidade isotópica, bem como de sua inscrição no quadro geral da gramatização das línguas do mundo. Mais, podemos dizer que este avanço contingencial produz, ao mesmo tempo, interpretações sobre o *sujeito apurinã*, bem como sobre *seu espaço* tradicional de sociabilidade. Trata-se de um avanço incentivado pelo interesse governamental de consolidar, baseado nos ideais de progresso, de nacionalidade e de patriotismo³⁶, a demarcação e a ocupação das regiões limítrofes no Norte do Brasil. Interesse a partir do qual resulta o relatório de Matos (1845), descrevendo e narrando a realidade fronteiriça não apenas nas cabeceiras do rio Branco com a Guiana Inglesa, bem como nas cabeceiras do rio Solimões com o Peru e outros afluentes da calha sul do Amazonas (Juruá, Purus, Madeira e Tapajós).

Ao considerarmos linguístico-discursivamente o relatório de Matos (1845), observaremos uma série de nomeações indígenas articuladas à sua sintaxe. São nomes que se referem a alguns poucos setores do real. Embora este relatório seja o primeiro documento a mencionar a sociedade apurinã, nele não encontramos *elementos lexicais* da língua falada por essa sociedade. Encontramos, no entanto, palavras de outras origens indígenas, assumidas pelo colonizador para nomear. A partir das quais se estabelece uma margem de reformulações metalinguísticas, isto é, de *unidades lexicais* no corpo deste relatório. De qualquer forma, tal relatório se constitui como testemunho da diversidade étnica e linguística na Amazônia do século XIX. Em suas descrições, a ideia de unidade languageira está pressuposta à ideia de unidade étnica.

Compreendemos, assim, que o reconhecimento das línguas autóctones configurava-se, para o não indígena, como um elemento de saber pelo qual grupos indígenas eram interpretados. Um saber importante na significação ocidental a respeito do sujeito indígena e de seus espaços de vida. Compreendemos, pois, que uma simples formulação como “Os

³⁶ Para sustentar esta afirmação, nos apoiamos na interpretação de Orlandi (2008), segundo a qual o poder político nas sociedades capitalistas é exercido pelo amor à pátria como forma de assegurar a submissão do cidadão. Nessa perspectiva, consideramos que a sociedade brasileira em 1845, por meio de suas esferas de poder político, visaria à consolidação de sua ideologia de Estado-Nação, tanto pela manutenção do imaginário de suas fronteiras, quanto pela execução de uma política indigenista voltada à homogeneização social (a meta era que os índios fossem confundidos na massa da população brasileira). De qualquer forma, a própria política indigenista no século XIX, como instrumento ideológico, alimenta o processo de consolidação das fronteiras nacionais, “ameaçadas” por Estados-Nações limítrofes (cf. HENRIQUE, 2018).

Ipuriná são um povo guerreiro que vive em constante hostilidade com outras tribos vizinhas” (EHRENREICH, 1948, p. 110) é constituída/sustentada por uma imagem de língua, enquanto fator de identificação/categorização étnica. Uma imagem linguística que está na base da classificação dos apurinã enquanto grupo socialmente distinto. A classificação de uma sociedade indígena pelo colonizador tem como pressuposto a percepção de uma língua.

Nesse sentido, a diversidade étnica e linguística, legível neste documento, pode ser apreendida por meio das *palavras indígenas* usadas para designar lugares, povos e demais realidades. Seus sentidos orientaram o olhar deste expedicionário militar a respeito de um território a ser informado ao governo da província do Pará. São *nomeações* que já se apresentam naturalizadas, isto é, sob o efeito da obviedade, fazendo sentido no imaginário local. Um funcionamento linguístico-discursivo a permear a fala cotidiana dos habitantes – indígenas aculturados, coletores, funcionários públicos, práticos de navegação – com os quais ele fora entrando em contato e coletando informações ao longo de seu trajeto. Não se trata apenas de um discurso em que se podem ler informações sobre os indígenas da Amazônia. Trata-se, efetivamente, de um discurso apoiado em nomeações indígenas que apontam para a historicidade dos espaços, dos sujeitos e das línguas nessa região do mundo.

Dentre as palavras indígenas na escrita deste militar, destacamos inicialmente os topônimos e os etnônimos. Tais nomeações de lugares e de povos podem ser consideradas como “vestígios” linguístico-discursivos de uma ampla cena de contato. Incorporadas na sintaxe do português, elas evidenciam o curso das relações entre o indígena e o ocidental na Amazônia oitocentista. Elas refletem a alteridade cultural no dizer do expedicionário. Um dizer que evoca a fala de inúmeros personagens presentes nestes rios, nesta época. Neste relatório, vemos o real da história sendo interpretado; vemos acontecimentos cobrando sentidos. De modo que, as relações entre línguas (indígenas ou ocidentais), entre sujeitos (indígenas e não indígenas) e espaços (nômades, seminômades ou sedentários) comparecem na produção de informações ao governo da Província do Pará.

Além de dizerem *acidentes geográficos*, *localidades* e *sociedades*, o uso evidente destas nomeações indígenas aponta para as línguas autóctones faladas nos rios amazônicos, dado o caráter material de seus sentidos. Isso porque tais palavras são deslocadas a partir da produção discursiva de seus referentes na memória dessas sociedades indígenas. Elas são fruto de um conhecimento que precede à chegada do colonizador e irão exercer um papel fundamental na cartografia e na etnografia desses rios no século XIX. Mesmo diante do peso

de tais nomeações no dizer dos primeiros exploradores, viajantes e colonos, as classificações etnográficas serão ratificadas ou retificadas pelo posterior trabalho sobre o léxico e sobre a gramática. Mas o que fica das primeiras cenas do contato são os efeitos da necessidade de dizer o real, até então estranho, nada familiar.

De qualquer forma, nas condições históricas do Brasil Império, a identidade dessas sociedades, em documentos que testemunham a cena de contato, já é percebida e representada enquanto saber etnográfico mediante a interpretação da língua. Portanto, ainda que em Matos (1845) não haja uma reflexão sistemática e objetiva sobre a língua falada pela sociedade apurinã, sua imagem é legível por meio desse saber etnográfico, já que a classificação de um povo (nação, tribo ou etnia), estabilizada ao longo do século XIX, tem como traço distintivo a percepção de uma língua comum. Assim, a palavra *aporiná*, neste autor, juntamente com outros etnônimos ao relatar a realidade humana e social no Purus, espelha uma imagem de língua.

As conseqüentes descrições das línguas faladas no Purus se darão margeadas pelo sentido dessas primeiras palavras indígenas, materialidades discursivas de uma formação social outra. De maneira que se reformulam em sentenças como: no rio x, há a nação y que fala a língua z. Estas designações (x, y e z) podem ser pensadas como *evidências* lexicais das línguas autóctones no dizer desses primeiros viajantes, exploradores e colonos. Palavras indígenas na sintaxe de línguas europeias que resultam de processos discursivos desencadeados pela necessidade de interpretar o Outro radical, seus espaços e suas práticas.

Tais palavras indígenas, na ausência de nomes ocidentais para dizer o real nesta parte do mundo, encaixam-se enquanto nomes próprios e comuns no dizer do colonizador. Os nomes de lugares, de animais, de plantas, de objetos, de etnias etc., bem como o saber lexical (reflexivo e opacificante) sobre eles nos primeiros viajantes e exploradores do Purus, são materialidades precursoras das práticas lexicográficas em torno das línguas indígenas da região, dentre as quais o apurinã. Lemos aí os primeiros dizeres sobre o léxico na região; ou se preferirmos, lugares primários de interpretação do léxico. Nestes relatórios podemos estudar, do ponto de vista do discurso, tanto o sentido das nomeações indígenas quanto a formação de *unidades lexicais*, encabeçadas por estas mesmas nomeações.

Se por um lado, elementos lexicais indígenas, no relatório de Matos (1845), encontram-se semanticamente estabilizados; por outro lado, verificamos a formação de

unidades lexicais encabeçadas por termos da língua geral amazônica. De todo modo, os topônimos e etnônimos, ao explicitarem a geografia e a diversidade etnolinguística da bacia Amazônica, permitem a este viajante informar em suas descrições a identidade de cada ocupação indígena ao longo dos rios – por exemplo: *maloca x, família de índios x* etc. Assim, tais elementos lexicais funcionam no relatório como pistas que ajudam a compreender como se dava a percepção sobre os grupos indígenas nessa região. Estes elementos são evidências que estão na base da construção do imaginário pelo qual os apurinã, sua língua e seus espaços, serão representados nos textos de viajantes, de missionários, de estudiosos e de colonos no século XIX.

Ao se utiliza destas palavras, Matos (1845) significa o mundo a partir de uma memória indígena que se encontra esmaecida, silenciada. Os nomes indígenas de lugares e de povos já não são interpretados a partir das referências pelas quais eles se constituíam em seu cotidiano originário. Essas palavras são tomadas simplesmente como nomes de lugares e de povos que, transparentes na fala deste militar, mantêm apagados os traços da memória indígena que as forjaram historicamente. “Empréstimos lexicais” que decorrem da relação entre processos de referenciação nas línguas indígenas e nas línguas ocidentais, tanto para designar uma localização (rio, afluente, ilha, barreira, povoado etc.) quanto uma categorização (tribo, nação, povo etc.) no discurso do colonizador. Assim, temos as seguintes possibilidades: *no Rio Uaupés* ou, simplesmente, *no Uaupés*; *os indígenas Cathuquenas* ou, simplesmente, *os Cathuquenas*. Forjam-se aí processos de substitutibilidade entre significantes que se estabelece nas línguas ocidentais a partir de traços de uma memória indígena, de uma exterioridade indígena. O sentido das palavras indígenas, neste relatório, deixa à vista a *assimetria* entre historicidades, isto é, entre as posições do indígena e do colonizador na “produção discursiva do referente” (ORLANDI, 1998, p. 74), isto é, na interpretação do mundo.

Observamos, portanto, a mesma necessidade de nomear lugares e povos pelo indígena em sua língua e pelo colonizador, ambos em seus respectivos vernáculos. A necessidade da nomeação sempre se impõe como acontecimento. Entretanto, na cena do contato, os referentes indígenas pelos quais tais nomeações adquiriram sentido ficam dissimulados na “pura evidência” dos sentidos geográficos e étnicos a partir do ponto de vista do colonizador. Dizer o Purus no discurso das descobertas se acha apoiado, assim, em uma série de *pré-construídos* advindos do que poderíamos chamar genericamente de ‘espaço de memória indígena’,

anterior à presença do não indígena na região. A partir dessa anterioridade, vemos a possibilidade de o nome indígena, por exemplo, encaixar-se como núcleo do sintagma nominal no português: o “Rio Urariquera” (MATOS, 1845, p. 150) ou, simplesmente, o *Urariquera*; a “Fazenda Caracarahí” (Ibidem, p. 151) ou, simplesmente, a *Caracarahí*; a “Nação Iamanadi” (Ibidem, p. 171) ou, simplesmente, os *Iamanadi* etc.

Discrepâncias semelhantes a essas na fala do colonizador, que se estabelecem cindidas entre as memórias de duas formações sociais distintas, são observadas por Nunes (2006) no registro de nomes próprios das crianças tupinambás nos relatos de Jean de Léry. No caso de antropônimos indígenas, este viajante do século XVI comenta sua significação a partir de referentes na própria língua indígena. De certo modo, o colono francês “quebra” a literalidade da evidência do que poderia soar para um ocidental simplesmente como o nome próprio de uma criança. Assim, o próprio Léry (1980) relata:

Quanto ao nome, o pai da criança que eu vi nascer o denominou *oropacan*, isto é, 'arco e corda', pois a palavra se compõe de *oropá* (arco) e *can* (corda). Tal como fazemos com os nossos cachorros e outros animais, dão eles às crianças nomes de coisas ou bichos; assim *sarigüé* quer dizer quadrúpede, *arinhan*, galinha, *arabutan*, pau-brasil, *pindóba*, certa arvore grande etc. (p. 225).

No texto de Matos (1845), contudo, não há para os topônimos e etnônimos reflexão metalinguística semelhante à que vemos em Jean de Léry sobre o sentido de um nome a partir de seus referentes em uma língua autóctone. Não há, no texto de Matos (1845), um retorno metalinguístico sobre os sentidos dos topônimos e etnônimos. Há, entretanto, breves definições para outros termos que designam genericamente seres e lugares, no âmbito da constituição de *nomes comuns* indígenas, como exploraremos mais adiante.

De todo modo, a discrepância dos termos indígenas na fala deste militar apresenta uma marcação explícita da fonte de sua enunciação (o caso de alguns nomes comuns cuja marcação se dá atrelando-a a voz do tapuia, do indígena, dos práticos etc. – *igarapé*, por exemplo) ou não apresentam essa marcação explícita (o caso dos nomes próprios – Serra de *Urariquepará*, por exemplo). Ao mesmo tempo, observamos que os nomes próprios de origem indígena no relato são utilizados sob o puro efeito da evidência, enquanto que apenas nomes comuns de origem indígena são definidos no corpo do texto. Estes últimos explicitam a “formação de unidades lexicais” (NUNES, 2006, p. 48) no relatório por meio da modalização autonímica da enunciação.

Nessa perspectiva, a discrepância de termos indígenas no relatório em questão permite vislumbrar a correspondência língua-sujeito-espço na produção dos saberes sobre a língua apurinã. Isso porque, como demonstram os trabalhos em HIL, a gramatização de uma língua só se efetua em razão dessa correspondência, cujos elementos resultam de processos simbólicos e políticos que se dão na história.

A coerência dos nomes indígenas no dizer do expedicionário se dá, desta forma, determinada pela memória discursiva das várias sociedades autóctones, bem como pelo apagamento dessa memória. Os sentidos desses nomes, com o contato, são deslocados pela memória ocidental. Por esse funcionamento, essas palavras se acham semanticamente estáveis no relato de Matos (1845), significando em seu fio discursivo. Este “empréstimo linguístico” é, na verdade, um processo de ressignificação de palavras indígenas na discursividade do ocidental. Um processo que joga com a construção discursiva do referente nas línguas indígenas, mediante os inúmeros acontecimentos e interesses a impor o contato ao longo do rio Purus.

De modo particular, os topônimos e os etnônimos indígenas em Matos (1845) permitem destacar a participação de línguas autóctones na designação da realidade geográfica e étnica no imaginário da colonização nesta parte do Brasil. Estas palavras funcionam como “elos” na produção das informações cartográficas e etnográficas para dar a conhecer essa parte do mundo. A palavra indígena é usada como material simbólico na publicização das descobertas. Contraditoriamente, mesmo diante de seu conhecimento da realidade local materializado em inúmeras denominações, o indígena não figura como interlocutor, mas apenas como descoberta a ser interpretada e assimilada.

Para pontuar as discrepâncias dos nomes indígenas no dizer do colonizador, apresentamos nos quadros a seguir conjuntos de sintagmas nominais, a partir do relatório em análise. Palavras e expressões encaixadas/articuladas a partir dos quais se pode pensar tanto a historicidade das línguas nas quais se produzem esses topônimos e etnônimos, quanto à historicidade de seus sujeitos falantes e quanto à historicidade dos espaços em que habitam estes sujeitos, dada a relação constitutiva que comentamos anteriormente. Além disso, a sintagmatização destas palavras no discurso do colonizador nos permite compreender não apenas a constituição e a transformação da realidade humana e social no Purus, mas também o trajeto de gramatização do apurinã, ao lado do trajeto de gramatização de outras línguas indígenas (tupi, nheengatu etc.), desencadeado a partir do contato.

Assim sendo, no relatório de Matos (1845), se leem inúmeros topônimos indígenas, nomes próprios de acidentes geográficos e de localidades, sob o efeito da transparência. Seus sentidos esboçam uma espacialidade a ser informada em razão da administração pública do Império. Trata-se de nomes de rios, de serras, de lagos, de povoados etc. Sua estabilidade semântica, no discurso deste militar, evoca uma exterioridade e anterioridade que, em tese, remonta processos de significação em distintas línguas indígenas.

Quadro 02: Topônimos no relatório de Matos (1845).

Camanaú (p. 146)
 Coaní (p. 146)
 Marabitanas (p. 146)
 Curianá (p. 147)
 Rio Urariquera (p. 150/175/176)
 Serra do Baricó (p. 150).
 Serra do Taramá (p. 150).
 Serra do Moruay (p. 150).
 Serra do Canaipici (p. 150).
 Serra do Reneperupi (p. 150).
 Serra de Uaná (p. 150).
 Serra de Tupeiquini (p. 150).
 Serra Grande Urariquepará (p. 150).
 Rio Miniuini (p. 151/166).
 Fazenda Caracarahí (p. 151/161).
 Rio Mocajahy (p. 152/162/167).
 Rio Tacutu (p. 152/158).
 Rio Dirára (1845, p. 152).
 Rio Repunuri (1845, p. 152/158).
 Rio Mahu (1845, p. 152).
 Rio Sumuru (1845, p. 152).
 Serra de Maracapá (1845, p. 152).
 Serra do Anahy (1845, p. 152).
 Serra do Carachioca (1845, p. 152).
 Povoado de Tabatingas (1845, p. 157).
 Missão dos Macuxis (1845, p. 158/162).
 Rio Pirára (p. 158/162/164/175).
 Missão Araputá (1845, p. 158).
 Vilarejo Ecuipiranga (1845, p. 159).
 Rio Padaguary (1845, p. 168).
 Igarapé Invixi (1845, p. 168).
 Rio Marie (1845, p. 168).
 Rio Uaupés (1845, p. 168/169).
 Rio Tiquié (1845, p. 168).
 Cachoeira Panové (1845, p. 168).
 Povoação do Carará (1845, p. 168).
 Rio Iapú (1845, p. 169).
 Povoação Iauaraté (1845, p. 169).
 Rio Querani (1845, p. 169).

Rio Isaná (1845, p. 169).
 Rio Cuiari (1845, p. 169).
 Rio Chibi (1845, p. 169).
 Rio Iurubaxi (1845, p. 169).
 Rio (T)Iapuru (1845, p. 169).
 Rio Purus (1845, p. 170).
 Rio Japurá (1845, p. 171).
 Rio Içá (1845, p. 171).
 Rio Juruá (1845, p. 171).
 Rio Iutahy (1845, p. 171).
 Rio Javari (1845, p. 171).
 Rio Tapauá (1845, p. 171).
 Parunumere Mereunim (1845, p. 171).
 Rio Ituxi Auicimá (1845, p. 171).
 Rio Ciriuny (p. 171).
 Rio Uacimá (p. 171).
 Lago Capatini (p. 171).
 Lago Prirruruan (p. 171).
 Igarapé Thuman (p. 171).
 Rio Mamuriá (p. 171).
 Fortaleza de Tabatingas (p. 172).
 Rio Camuná (p. 172/173).
 Rio Maués (p. 172).
 Missão de Camuná (p. 173).
 Distrito de Camuná (p. 174).
 Cordilheiras Quanaquano (p. 175).
 Rio Nhamundá (p. 178).

Fonte: Elaboração própria a partir de Matos (1845).

Tomemos do quadro acima o hidrônimo de origem tupi *Urariquera* como ilustração do processo de discrepância das palavras indígenas no dizer do militar. Trata-se do nome próprio de um rio localizado no estado de Roraima. Há controvérsias sobre a origem etimologia desta palavra. Uma das hipóteses, segundo Spotti (2011), é a de que esse nome é composto por *urari* (ou *curare*), que significa ‘veneno’, e pelo morfema *-cuera* (que se alterna com *-puera*, *-coera*, *-goera*), que significa ‘velho’. A designação do rio *Urariquera*, portanto, significaria na memória indígena algo como ‘veneno velho’.

Naturalizada no discurso do colonizador, esta nomeação passa a ser lida apenas como referência de um curso fluvial, “esvaziada” de seus sentidos originários, ‘veneno’ e ‘velho’, bem como outras possíveis relações de sentido. E, em determinadas formulações, sendo encaixada metonimicamente na posição de núcleo de sintagma nominal com sentido evidente de rio, como podemos ler, por exemplo, no discurso etnográfico de Koch-Grünberg ([1917] 2006, p. 143):

(a) O **Uraricoera** está próximo. Pode-se ver, no claro ar matinal, **sua** escura mata ribeirinha.

Ou mesmo no discurso literário de Mário de Andrade (1978, p. 21), ao mencionar o local de nascimento do célebre personagem Macunaíma:

(b) Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do **Uraricoera** que a índia tapanhumas pariu uma criança feia.

O mesmo processo de discrepância é observado na reprodução dos etnônimos em Matos (1845), os quais esboçam, sob o efeito da transparência, a realidade indígena da Comarca do Alto Amazonas e Rio Negro, a ser noticiada ao Governo. São nomes próprios de povos, cuja estabilidade semântica se dá, no discurso colonizador, por relação a determinados sentidos, dentre os quais destacamos os de ‘nação’ e de ‘indígenas’, como se pode conferir no quadro abaixo:

Quadro 03: Etnônimos no relatório de Matos (1845).

Tapuías (p. 147/176)
Nação Macuxis (p. 147/175)
Nação Oapixanas (p. 147)
Nação Juricunas (p. 150).
Nação Protucus (p. 150).
Nação Saparaes (1845, p. 150).
Nação Anhiaques (1845, p. 150).
Nação Uirina (1845, p. 168).
Nação Guariba (1845, p. 168).
Nação Macus (1845, p. 168).
Nação Tucunas (1845, p. 168/169).
Nação Sannas (1845, p. 168).
Nação Tariúna (1845, p. 168).
Nação Annajá (1845, p. 169).
Nação Manibá (1845, p. 169).
Nação Boatana (1845, p. 169).
Nação Baré (1845, p. 169).
Nação Ariquenas (1845, p. 169).
Nação Miranhas (1845, p. 169).
Nação Iuri (1845, p. 169).
Nação Pacé (1845, p. 169).
Nação Muras (1845, p. 170/171/173).
Nação Purus (1845, p. 170).
Nação Panauari (1845, p. 170).
Nação Cathanaxis (1845, p. 170).
Indígenas Cathuquenas (1845, p. 171).
Indígenas Mamory (1845, p. 171).
Indígenas Chinaniri (1845, p. 171).
Nação Puincanary (1845, p. 171).
Indígenas Caminará (1845, p. 171).

Nação Ciacu (1845, p. 171).
 Nação Arapá (1845, p. 171).
 Nação Ciuni (1845, p. 171).
 Nação Aporiná (1845, p. 171).
 Nação Canamaré (1845, p. 171).
 Nação Iamanadi (1845, p. 171).
 Indígenas Quaruná (1845, p. 171).
 Indígenas Puiaguari (1845, p. 171).
 Nação Amarunan (1845, p. 171).
 Nação Ciriuni (1845, p. 171).
 Nação Uanaarri (1845, p. 171).
 Nação Muriná (1845, p. 171).
 Nação Terroan (1845, p. 171).
 Nação Mangué (1845, p. 171).
 Nação Mundurucus (p. 172/173/174).
 Nação (T)Iaricunas (p. 175).
 Nação Oapixáuas (p. 175).
 Nação Aturiaes (p. 175).
 Nação Tarumás (p. 175).
 Nação Caripumas (p. 175).
 Nação Saporás (p. 175).
 Nação Procutus (p. 175).
 Nação Quinaus (p. 175).
 Nação Anhiaquis (p. 175).
 Nação Moniogou (p. 175).
 Nação Paravilhanas (p. 175).
 Nação Pauxianos (p. 175).
 Nação Chiriacus (p. 175).
 Nação Itarautes (p. 175).
 Nação Acanau (p. 175).
 Nação Mu(t)iangus (p. 175).
 Nação Iaricunas (p. 176)

Fonte: Elaboração própria a partir de Matos (1845).

Como ilustração da discrepância dos etnônimos indígenas no discurso de Matos (1845), destaquemos a palavra *cathuquenas* (katukinas) do quadro acima. Desde os primeiros registros de sua circulação nos discursos ocidentais, ela vem designando de modo genérico populações indígenas diferenciadas cultural e linguisticamente: (i) os katukina e kanamari da família linguística katukina dos rios Biá e Jutá e (ii) os katukina da família linguística pano dos rios Gregório e Campinas.

Uma explicação etimológica sobre este etnônimo é dada por Carvalho (2019). Este linguista reivindica que ‘*katukina*’ se origina de uma expressão em Aruák. A expressão seria originalmente ‘*katukani*’, em que ‘*ka-*’ é o prefixo atributivo das línguas Aruák para expressar posse e ‘*-tukani*’ é uma raiz de verbo que significa ‘falar’. Deste modo, ‘*katukani*’ significaria

algo como 'aquele que tem uma fala (uma língua indígena)'. Adaptado a variedade do português local, considerando-se a adaptação das duas vogais finais por metátese, tem-se, conforme este autor, '*katukina*' designando 'falantes de uma língua indígena', e de maneira mais geral 'indígenas'.

De um ponto de vista histórico-discursivo, este etnônimo incorporado à fala do não indígena assumiu novos sentidos ao longo do tempo. Ao marcar, inicialmente, uma divisão entre não indígenas e indígenas locais, '*katukina*' passa a designar 'índios dóceis' ou 'amansados', fazendo oposição a grupos indígenas que o branco considerasse 'brabos' ou 'rebeldes'. Interpretação essa que levou certos grupos indígenas, como os da família pano dos rios Gregório e Campinas, a resinificarem o termo como autodesignação para evitar a violência do contato.

Lida de modo transparente como classificação de uma identidade indígena no discurso ocidental, '*cathuquenas*' (ou '*katukinas*') é encaixada metonimicamente na posição de núcleo de SN como, por exemplo, no discurso da linguística:

(c) Os textos recolhidos com os **katukina** do Biá foram narrados principalmente pelos falantes mais velhos das aldeias e pelos chefes³⁷.

Tendo ilustrado, com esta formulação (c), a discrepância do etnônimo por relação a não-ditos da memória indígena e memória ocidental, cabe destacar também a discrepância do etnônimo *aporiná* em Matos (1845) que se registra, então, pela primeira vez no arquivo.

Em uma visada histórica, no processo de reconhecimento que envolve o contato no Purus, é no discurso de Matos (1845) que lemos, pela primeira vez, um nome próprio para interpretar a sociedade apurinã. No relatório deste militar, se lê: "Arapá – Ciuni – **Aporiná** – Canamaré, e nesta Nação o dito Encarnação encontrou... de um Povo já tratável e conhecido" (MATOS, 1845, p. 171 – negrito meu). Embora, não haja uma explicação etimológica e linguística para a origem e formação da palavra *apurinã*, há documentos em que se pode depreender o funcionamento histórico-discursivo dessa palavra na memória ocidental. Ehrenreich (1891) postula uma origem para o etnônimo *apurinã*, cujo argumento não é sustentado por procedimentos linguísticos. Para este etnólogo, esta denominação seria dada por indígenas autodenominados *katawixi* da família linguística *katukina-kanamari*, provavelmente extintos ou isolados (cf. ANJOS, 2011).

³⁷ Formulação extraída da Gramática Katukina-Kanamari elaborada por Anjos (2011).

De todo modo, ‘*apurinã*’ seria, conforme Facundes (2000, p. 03), “apenas mais um exemplo de um grupo indígena sendo nomeado com base em como foi chamado (geralmente depreciativamente) no passado por um grupo vizinho”. Vemos aí a necessidade de nomear do outro indígena (do povo *katawixi*) e do outro não indígena (de regatões, de comerciantes, de seringueiros etc.) em decorrência da alteridade. Trata-se de uma nomeação cuja circulação tem início fora do espaço de memória da língua *apurinã* e das línguas ocidentais. Ela não carregaria um sentido territorial ou identitário primeiro, mas apenas a designação de um possível atributo que marcava a distinção do *apurinã* para outro grupo indígena.

Na compreensão das relações de sentido que fixaram a interpretação étnica do nome *apurinã* na cena da colonização, observa-se que outros nomes indígenas para designar o mesmo referente, ‘a sociedade indígena y’, comparecem em escritos da época como alternativa: *Kankite, Kankutu, Kankiti, Kankete, Cangiti, Canguite e Kaxarari*. Temos nesse processo de nomeação, uma construção discursiva do referente que expõe o funcionamento que Orlandi (1989, p. 42) classifica como *política da palavra*, em que “a denominação acarreta um silêncio. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços”. Ou seja, nessas condições históricas, para que *apurinã* significasse sob o efeito da monofonia, outras nomeações foram silenciadas, tais como “*cangyty*” (POLAK, 1894, p. 03), “*kaxarari*” (FACUNDES, 2000, p. 03). Os sentidos destas denominações são descartados socialmente, mas significam como “o não-dito não necessário ao dito, o não-dito necessariamente excluído” (ORLANDI, 1989, p. 42).

Podemos dizer, ainda, que à evidência do sentido étnico de *apurinã* no discurso do colonizador do século XIX subjazem, para além do silêncio da monofonia, outros não-ditos necessários a sua legibilidade.

Deste modo, ao recorrermos ao processo de *reescrituração* (cf. GUIMARÃES, 2018) em Matos (1845), constatamos que ‘*aporiná*’ está ligada a expressões como ‘indígenas já domesticados’, ‘indígenas ainda bravios’, ‘gentilidade bravia’, ‘selvagens’ e ‘bárbaros’. Trata-se de regularidades que orientavam a leitura da diversidade étnica nos rios do Amazonas e, por consequência, das sociedades autóctones do Purus. De modo que, atravessados por essas determinações, se leem, em documentos posteriores a Matos (1845), formulações tais como:

(d) The **Hypurinás** are the most numerous and most warlike of the Tribe in this region³⁸.

³⁸ Formulação extraída da obra *Narrative of a visit to indian tribes of the Purus River, Brazil* (STEERE, 1903).

(e) Os **Apurinã** são ao longo de todo o Médio Purus os únicos representantes da família linguística Arawak³⁹.

Mas recordemos que as palavras e expressões não possuem uma “vida” morfológica ou lexical independente da sintaxe e da semântica. E que *aporiná* só chega ao seu efeito de pré-construído (enquanto etnônimo) mediado pelas relações predicativas que são anteriores e exteriores à atualidade de sua enunciação no relatório de Matos (1845). Queremos pontuar com isso, de um ponto de vista discursivo, o caráter material do sentido de ‘*aporiná*’ como nome próprio de uma sociedade no discurso deste militar. Sua estabilidade semântica remonta a uma exterioridade e anterioridade indígena, mesmo que não haja documentos mais antigos por meio dos quais se reconstitua um lastro de memória. Supomos, assim, que antes de tal registro, neste relatório, tal nomeação circulava apenas na oralidade. Mesmo com tal obstáculo documental, o encaixe/articulação do nome próprio ‘*aporiná*’ em Matos (1845), que já era uma evidência na oralidade, pode ser considerado como uma “abreviação” resultante de operações de predicação anteriores: os índios que habitam o rio Purus (o N que VN), aqueles que são uma Nação/Tribo (aqueles que VN) etc.

Além do mais, a única ocorrência do termo *aporiná* no relatório pode ser ainda interpretada tanto em relação ao sentido da palavra ‘*alma*’⁴⁰, quanto em relação ao sentido da palavra ‘*fogos*’⁴¹. Consequentemente, os indígenas do Purus poderiam ser interpretados pelo viajante por relação à ‘almas’, se significados a partir das expectativas de sua conversão, ou significados como ‘fogos’, desde já que habitassem vilas, povoados e freguesias. Ao se referir à Vila de Barcelos, por exemplo, Matos (1845, p. 147) marca a interpretação de ‘tapuio’ como fogos: “A População consistia em setenta e quatro fogos, quando na era de 1790 contava com 640 fogos, entre Brancos, Mamelucos, Tapuias, Mestiços e Pretos, e trinta a 40 escravos”. E ao se referir as povoações do Rio Branco, marca os Macuxis e os Oapixanas como almas: “essas Povoações ocupavam em si um total de setenta e dois fogos e novecentos e trinta Almas das nações Macuxis e Oapixanas” (MATOS, 1845, p. 149).

³⁹ Formulação extraída da obra *Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati* (SCHRÖEDER; COSTA, 2008).

⁴⁰ Essa interpretação se constrói na esteira da imagem que os ocidentais fizeram sobre a humanidade dos indígenas no século XVI, sobre serem dotados ou não de alma, conforme afirma Rodríguez-Alcalá (2018, p. 65): “O confronto com esse Outro colocou em xeque a própria concepção de natureza humana, suscitando a dúvida de se esses seres enigmáticos tinham ‘alma’ ou se eles eram simplesmente animais”.

⁴¹ Conforme lemos em Silva (1823, p. 872) e em Constancio (1836, p. 578), esta palavra designa uma classe de habitante das povoações em uma monarquia. Tratava-se, especificamente, de um casal ou de uma família que, por viver em terras cujo proprietário era o próprio rei ou imperador, deveria pagar anualmente uma espécie de aluguel (em dinheiro ou em mantimento), que era denominado de ‘foro’ ou ‘fogo’. Portanto, os ‘fogos’ eram ‘aqueles que pagavam fogos à Coroa’.

Mas, além dos topônimos e etnônimos sob o efeito da evidência que destacamos até aqui como discrepância de uma exterioridade indígena, leem-se também no relatório nomes comuns da mesma origem que são definidos pelo militar no próprio corpo do relatório. Para estes casos, há, notadamente, um retorno do autor sobre o sentido da palavra, isto é, pontos de formulação metalinguística, pontos de opacificação. Ao destacarmos até aqui uma interdiscursividade indígena a partir de discrepâncias caracterizadas por uma heterogeneidade constitutiva, damos continuidade a observação de algumas formas de modalização autonímica em discurso segundo, que jogam, inclusive, com uma heterogeneidade mostrada.

Deste modo, na direção destes pontos de opacificação em que a língua se torna objeto do dizer, lemos a definição de ‘curral’ para palavra ‘caisçara’: “É preciso formar **currais para depósito do Gado pressionado, a que chamam Caisçara**” (MATOS, 1845, p. 164 – negrito meu). A palavra ‘*parunumere*’ ou ‘*paranamery*’ é definida como ‘rio pequeno e estreito’ como podemos ler em duas passagens: “Depois deste Rio segue **um Parunumere (rio pequeno e estreito)** denominado Mereunim” (MATOS, 1845, p. 171 – negrito meu), e em “O rio é agradável em si [Canumã]; livre de toda praga, e desagua em **um paranamery (rio pequeno)**, que tem de curso até turbar-se com as águas do Amazonas” (MATOS, 1845, p. 173 – negrito meu). Existem duas ocorrências da palavra ‘*igarapé*’; em ambas, ela é definida como ‘rio pequeno’, a partir de vozes tapuias, segundo o próprio autor: “No **pequeno Rio que as Tapuias do País lhe chamam Igarapé** denominado Invixi, habitado por indígenas da Nação Guariba, ainda bravios” (MATOS, 1845, p. 168 – negrito meu) e “No **igarapé (rio pequeno)** Thuman, habitam as nações Amarunan e Ciriuni, a maior parte destas são bárbaros” (MATOS, 1845, p. 172 – negrito meu). À palavra ‘*canaina*’, que o viajante diz ser de origem Iaricuna, é atribuído o significado de ‘feiticeiro’: “a Nação Iaricuna, vivendo do astucioso sistema de feiticeiro para aterras as outras Nações incrédulas dizendo, que não é Deus que os mata, que são **os feiticeiros dessa nação que lhe dão o nome de Canaina**” (MATOS, 1845, p. 176 – negrito meu).

Do ponto de vista de sua relação com a heterogeneidade, com o interdiscurso, estes desdobramentos metaenunciativos no discurso de Matos (1845) podem ser caracterizados como formas de representação de fatos de *não-coincidência do discurso consigo mesmo*. Estas glosas ou unidades lexicais dispersas no relatório deste autor “assinalam entre suas palavras a presença estranha de palavras marcadas como pertencendo a outro discurso [...] esboçando em si o traçado de uma interior/exterior” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23). A

fronteira aí estabelecida, portanto, é do tipo que marca a diferença entre línguas. A extensão destas unidades lexicais é composta, deste modo, pelo *signo autônomo X* assinalado como elemento de empréstimo, pelo *seu desdobramento reflexivo opacificante X* no “discurso interior” e pela especificação da *fonte exterior*.

Nestas unidades, na retomada opacificante dos elementos ‘*caisçara*’, ‘*parunumere*’ ou ‘*paranamery*’, ‘*igarapé*’ e ‘*canaina*’, atesta-se que seu enunciador reconhece em suas palavras uma fonte estranha. A estrutura dessas modalizações se configura nas seguintes formas: acoplagem centrípeta de elementos, exterior e interior, para ‘um Parunumere (rio pequeno e estreito)’ e ‘igarapé (rio pequeno)’; e acoplagem centrífuga de elementos, interior e exterior, para ‘currais para deposito do Gado pressionado, a que chamam Caisçara’, ‘pequeno Rio que as Tapuias do País lhe chamam Igarapé’ e ‘os feiticeiros dessa nação que lhe dão o nome de Canaina’. As expressões ‘as Tapuias’ e ‘a Nação Iaricuna’ são únicas formas de identificação da fonte exterior dentre estas formulações metalinguísticas em Matos (1845).

Pontuamos, portando, que as definições destes nomes comuns se constituem como traços importantes de uma discursividade sobre o léxico indígena, a partir dos quais se podem destacar *saberes linguísticos* no discurso das descobertas, na Comarca do Alto Rio Negro. Isso porque esse retorno ao sentido da palavra no corpo do relatório traz à tona a enunciação definidora, uma formulação *metalinguística*. Temos nesse tipo enunciação uma paráfrase caracterizada por uma auto-representação do dizer que irrompe no fio do discurso. Do mesmo modo como há um reconhecimento etnográfico e cartográfico, há também um reconhecimento da realidade (alteridade) linguística na escrita deste viajante. Por meio deste gesto de interpretação sobre tais palavras, se deduz uma primeira delimitação da imagem da língua da sociedade apurinã, ainda que apenas como um pressuposto, um não-dito, que sustenta este etnônimo no interior da categorização ocidental das “nações indígenas” (MATOS, 1845).

Podemos, diante de uma memória discursiva indígena, considerar que os *elementos lexicais* indígenas em Matos (1845), nomes próprios e comuns, funcionam como pistas das leituras feitas, até então, sobre a diversidade não apenas étnica, mas, sobretudo linguística no Alto Amazonas e seus afluentes. Estas materialidades significantes, portanto, apontam para línguas de tradição oral, cujas marcas já eram evidentes no léxico do português da região Amazônica. Mesmo que nenhuma língua indígena seja objeto de reflexão sistematizada neste relatório, reconhecemos materializar-se nele uma metalinguagem sobre algumas palavras indígenas diante da necessidade de dar a conhecer os afluentes do Amazonas, a Oeste.

Vemos o registro dos nomes indígenas em Matos (1845) consubstanciar uma margem de leitura importante sobre a diversidade *etnolinguística* da bacia Amazônica e, conseqüentemente, sobre a língua e sociedade apurinã. O relatório deste comissário reflete o encontro do colonizador com o real do Purus. E, mesmo que ele não apresente marcas objetivas de um *discurso de constituição do léxico apurinã*, seu papel é indispensável na história das ideias sobre a língua apurinã por trazer o primeiro registro escrito da nomeação deste povo, ‘*aporiná*’. Isso porque temos nele o encaixe de uma nomeação que evoca, como um não-dito, a imagem de um espaço-tempo de comunicação relativo a esse povo.

Uma imagem de unidade linguística, uma imagem de unidade societária e uma imagem de unidade espacial que são desencadeadas a partir do contato. Trata-se de artefatos – o imaginário de delimitação de uma língua, o imaginário de delimitação uma sociedade e o de seu espaço de vida – frutos de uma necessidade de dizer o real que se instaura pela alteridade entre o ocidental e o indígena. Artefatos que podem ser tomados enquanto acontecimentos (a “descoberta” de uma etnia, a “descoberta” de uma língua, a “descoberta” de um modo de habitação etc.) que produzem novos lastros de memória e forjam discursivamente o dizer sobre o outro, embasando as políticas voltadas à assimilação cultural desse outro pelo Estado. É preciso nomear o desconhecido para colonizar, para administrar o espaço!

O sentido de ‘*aporiná*’ afirmar-se, deste modo, em uma *política colonialista da palavra* no Purus. Uma política pela qual os sentidos das palavras indígenas são produzidos da posição do colonizador. No caso da monofonia que será produzida com o uso de ‘*aporiná*’, temos uma discrepância que se dá por relação a traços de memória específicos, isto é, por não-ditos necessários a sua significação. Um trajeto de sentido que responde historicamente a acontecimentos em uma posição colonialista no Brasil Império. Por meio dessa política, produz-se, uma classificação que serve de guia para a observação, administração e assimilação da alteridade. Entretanto, para além de ser uma classificação no dizer colonizador, sua materialidade significativa no relatório deste militar se constitui, indiretamente, como um índice de interpretação da correspondência língua-sujeito-espaço pela qual se organizava a vida em sociedade dos apurinã.

A partir dos processos discursivos que forjam essa política da palavra no Purus produzirá gradativamente um dizer sobre a sociedade e sobre língua apurinã, ao lado de outras línguas indígenas. Reformulando Nunes (2006), podemos dizer que, neste momento, se produz um discurso sobre o real que é, ao mesmo tempo, um discurso sobre a palavra. Há,

nesse início de exploração sistemática, muitos pontos de incompletude no dizer as particularidades desse rio. O desconhecido ainda impera. O grande volume de informações que se lê em Matos (1845) volta-se, essencialmente, à descrição de rios em que a presença do Estado era efetiva, como no Solimões, no Negro, no Madeira e no Tapajós. Os conhecimentos retomados neste relato sobre estes rios advêm tanto de observações *in loco* quanto da voz dos habitantes locais: vaqueiros, religiosos, funcionários públicos, militares aquartelados, indígenas, práticos de navegação etc.

Distintas formulações como as metalinguísticas comentadas, acima, se dão baseadas no saber destes habitantes locais. Além das modalizações autonímicas, suas vozes também são perceptíveis sob a modalidade da citação indireta: “Pois a mim disse ele [Padre José dos Santos Inocentes] que se o Exm^o Governo o ajudasse chamaria todas essas Nações a referida Missão [do Porto Alegre]” (MATOS, 1845, p. 150); “[...] pôde informar-me dos mesmos moradores do Rio, e dos poucos vaqueiros que existem nas fazendas, posto que a maior parte tem desertado para a Guiana Inglesa” (MATOS, 1845, p. 159); “[...] foi então que o dito vaqueiro me disse que o referido Administrador Leal fazia sua assistência na Fazenda da tal Liberata e que poucas vezes ali aparecia” (MATOS, 1845, p. 162) etc.

O Purus mencionado pelo militar é ainda pouco explorado, portanto, pouco falado. As informações prestadas sobre este rio possuem como fonte o prático de navegação Manuel Urbano. Um dos primeiros explorados de recursos naturais do Purus mencionado em diversos documentos posteriores. A seu respeito, lemos em Matos (1845):

Importantíssimos serviços tem prestado no mencionado Rio Purus o cidadão Manuel Urbano da Encarnação, que viajando-o todos os anos a extração das drogas do País, tem arrancado das florestas quatorze Nações de Indígenas para a margem do rio, fazendo-os Povoar, e trabalhar em roças de mandioca e outras plantações (p. 171).

A identificação dos apurinã por este expedicionário vincula-se à imagem da língua falada por essa sociedade. Imagem objetivamente inaugurada e legitimada na gramática e vocabulário de Polak (1894) e, posteriormente, retomada em outros instrumentos linguísticos nos séculos XX e XXI. Assim, ao início da reflexão sobre esta língua, portanto, da formulação dos primeiros saberes sobre ela, subjaz o modo como o sujeito indígena era significado no Brasil, desde o período colonial: uma alteridade a transformar. Logo, de um ponto de vista das ciências humanas, somos instigados às seguintes perguntas: Qual a razão, dadas as condições de produção do século XIX, de se descrever e instrumentalizar a língua deste povo? Em que

medida a língua apurinã, na situação de contato cultural, vai sendo tomada como “artefato” no controle do espaço e dos sujeitos pelo ideal de civilização?

O relatório de Matos (1845) passa para a história como o primeiro documento a mencionar os apurinã como povo. Sua produção vincula-se aos interesses que presidiram o início de uma transferência cultural. Isto é, sua materialidade decorre das políticas de dominação/domesticação. Além do mais, tal documento permite considerar a correspondência língua-sujeito-espaço a partir da qual se desenrolaria a própria gramatização do apurinã no fim século XIX: Quem eram os apurinã? Como se organizavam? Que língua eles falavam?

Nesse documento, lê-se a tensão entre dominação e resistência que se constrói a partir dos processos de alteridade no Purus: Que sujeitos, que espacialidades e que línguas estavam em jogo? A produção da imagem de povo na etnografia do contato, que possui como pressuposto uma imagem de unidade linguageira, está vinculada a uma política de dominação, caracterizada pela catequese e pela civilização dos sujeitos indígenas. Impor meios para que o indígena se ajuste à formação social brasileira. Nesse processo, palavras indígenas resistem, ainda que ressignificadas no discurso do colonizador.

Ao lado disso, na constituição da imagem das sociedades do Purus, as expressões “tribos ainda bravias” e “tribos já domesticadas”, como se lê em Matos (1845, p. 169), são ecos de discursos que testificam o modo como o sujeito apurinã passaria a ser significado pela ótica do Estado, da Ciência e da Religião. Tais expressões funcionam como índices de leitura que revelam a não aceitação pelo branco da resistência indígena ao contato com o modo de vida ocidental. Trata-se da recusa do indígena ao processo “civilizatório” do branco, bem como de uma recusa às formas de dominação que este processo acarretaria. Uma cena ilustrativa dessa aculturação (absorção pelo indígena de aspectos da formação social brasileira) se vê, neste autor, no relato das relações laborais:

Também devo informar ao Exmo. Governo, o que observei muito de perto nas referidas **roças da Nação** no rio Miniuni que já falei. Este estabelecimento denominado de Santa Maria [...] acha-se sob a Administração do Guarda Policial Izidro Afonso Gatto [...] tendo consigo para o serviço das Roças, fabrico das farinhas que fornecesse o Forte de São Joaquim, **seis índios**, e **nove índias** [...] (MATOS, 1845, p. 166 – negritos meus).

Inseridos na dinâmica de produção econômica do Império, estes indígenas se achavam subjugados à exploração de sua força de trabalho pelos agentes de Estado. Realidade que

reforça fato de que o indígena era uma alteridade a transformar para consolidar a posse das terras e a segurança das fronteiras. Ainda neste sentido, o autor atesta:

Aos trabalhadores [das roças] não se lhe pagavam seus salários sendo dos **Índios 100 réis, e 2/3 das Índias por dia**, e disto apenas lhe davam uma ração de farinha mais nada, e que ali viviam sem nenhuma pedra de sal, dizendo-me o mencionado Administrador [...] Acrescentou mais [...] que **apenas tinha pago aos referidos Índios, e Índias os seus salários vencidos do primeiro de julho ao último dezembro de 1841**, cujos pagamentos eram [...] um trecado, uma tigela grossa, um espelho pequeno [...] uma maqueira ordinária; e três varas de Pano (MATOS, 1845, p. 166 – negritos meus).

O contato, traduzido nos modos institucionais em que ele se efetiva, se estabelece historicamente no Brasil como forma de expropriar o indígena de suas tradições, de seu cotidiano e de seu território. Os inúmeros conflitos entre índios e brancos ao longo do avanço da colonização luso-brasileira atestam esta expropriação cujas formas de tratamento do colonizador são exemplos flagrantes: descimento, aldeamento, expulsão etc. Ao falar dos Macus, por exemplo, Matos (1845) explicita o contato operado pelos agentes do Estado na então comarca do Alto Amazonas. Ele diz:

No rio Maraia, composto de reedificações de Rios em sua vertente com **muitos Indígenas da Nação Macus, bravios, que tem assolado o distrito todo da Povoação de Nossa Senhora do Loreto, hoje deserta pela perseguição desses mesmos selvagens**; e assim continuam sem providências que **auxilie aos Moradores daquele Distrito para os fazer perseguir, e mudar de domicílio, quando não seja possível admoesta-lo por meio da catequese** (MATOS, 1845, p. 168 – negritos meus).

O indígena, que tradicionalmente habita e circula no espaço do rio Maraia, torna-se uma presença inconveniente se não assujeitado ao discurso da civilidade pelos mecanismos da sedentarização, da conversão e do trabalho. Para permanecer no novo contexto colonial, ele deveria estar ‘já domesticado’, estar ‘pacificado’. É a partir destas condições históricas que os apurinã vão sendo significados ao longo de seus primeiros contatos com o Ocidente. Os limites da produção dessa imagem de unidade societária se dão apoiados na percepção de uma imagem de língua que vai sendo representada marginalmente sob a égide do Estado brasileiro. Povo e língua vão sendo aí tomados de modo alheio à própria perspectiva cultural dos apurinã. A “civilização” produz aí o apagamento.

Embora haja deslocamentos, a instrumentação da língua apurinã, a partir dos sentidos sobre o indígena no Brasil Império, ainda se inscreve na mesma ética de domesticação e agenciamento operados durante o período colonial. Esta língua é tomada como objeto de

reflexão e de aprendizagem justamente para quebrar a interdição comunicacional entre o ocidental e o indígena no Purus do século XIX. Uma instrumentação que se voltada à “civilização” dos indígenas com vistas a torná-los “menos hostis” à presença dos colonos, com vistas a levá-los ao grêmio da religião, fazendo-os entender a evidência do “direito natural” do Estado do branco sobre sua terra.

Um desconforto recalcado que hoje obriga o estabelecimento pelo Estado brasileiro de uma legislação sobre a demarcação das Terras Indígenas. Há casos emblemáticos dessa domesticação/agenciamento ao longo do tempo: a atuação dos missionários anglicanos na educação de meninos apurinã, a atuação do prático de navegação Manuel Urbano no descimento de indígenas apurinã etc. As primeiras formas do saber sobre a língua apurinã se construirão, a partir da construção de outras evidências linguísticas por Chandless (1866; 1867), como que um “rescaldo” das ideias que orientavam o contato no período colonial; o que oferecerá base à teorização de suas categorias na linguística sob a ilusão de formas de autonomia e neutralidade científica a partir da segunda metade do século XX.

2.2. Sujeito, língua e espaço no relatório de Mattos (1855): o papel das nomeações na constituição da imagem da língua apurinã

Passavam-se apenas cinco anos da criação da Província do Amazonas, quando, em 1855, o Tenente Coronel João Wilkens de Mattos, então secretário de governo desta Província, apresenta à Repartição Especial de Terras Públicas⁴² o relatório intitulado *Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas*. Redigido a partir de suas notas de viagem, este documento é uma resposta à preocupação do recém-instalado Governo Provincial em dar continuidade às políticas agrária e indigenista do Brasil Império. Isto é, à efetivação de mecanismos de assenhoreamento da Amazônia. O que se constata nas remissões a decretos no corpo do relato para justificar a legalidade e legitimidade da criação de cada uma das sedes missionárias.

⁴² De 1850 a 1870, este tipo de repartição de Estado funcionou nas províncias brasileiras como representação da Secretaria dos Negócios do Império. Possuía a atribuição de medir, dividir e vender as terras públicas para a promoção da colonização brasileira e estrangeira.

O relatório de Mattos (1855) traça um breve panorama da rede de atuação missionária entre indígenas na Província do Amazonas. Suas informações servem de base não apenas à administração estatal destas políticas, mas também ao interesse científico sobre esta região. De modo que vemos em 1898 sua publicação na revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O documento, deste modo, serve como uma peça importante nos estudos dos discursos do século XIX sobre os indígenas amazonenses. Ele remonta a uma discursividade sobre o indígena que vinha sendo edificada desde o século XVI pelo olhar da Igreja, da Ciência e do Estado. Nos registros do contato gerido por essas três instâncias, o indígena aparece sempre como objeto do dizer; nunca aparece falando por si mesmo, não figura sequer como interlocutor⁴³. E Mattos (1855), ao seguir essa lógica de representação inscrita no imaginário do progresso civilizatório, reproduz as mesmas interpretações a respeito do indígena do Amazonas: alguém a fixar, a catequizar, a pacificar, a transformar.

Em linhas gerais, podemos dizer que Mattos (1855) toca diretamente na política indigenista sob a responsabilidade do governo da Província do Amazonas. Seu relatório testemunha o uso da religião como mecanismo de identificação com o Estado para estabelecer frentes de contato que resultassem em controle territorial e em formação de mão-de-obra. Exemplos da articulação entre Estado e Religião na regulamentação da política de contato no Império são os Decretos n. 373 de 30 de junho 1844 e n. 426 de 24 de julho de 1845. Eles atualizam, até certo ponto, o Diretório de Pombal de 1757 no sentido de ser uma legislação voltada à incorporação do indígena à sociedade dos brancos.

Podemos, então, pontuar aqui que o que se qualifica como ‘política indigenista’ em Orlandi (2008) ou ‘indigenismo’ em Henrique (2018) é uma prática produzida por articulações variáveis e assimétricas ao longo do tempo entre Estado, Religião e Ciência. E, a depender do modo como o Estado rege suas relações com estas duas últimas instâncias, o *conceito*, o *corpo* ou a *alma* do índio assumem valores específicos nos discursos das instituições que põem em prática essas políticas, como ordens religiosas (jesuítas e capuchinhos, por exemplo), o SPI, o SIL, a FUNAI etc. É por isso que Orlandi (2008)

⁴³ Distintos estudos brasileiros filiados às ciências humanas e sociais que se voltam a textos relativos ao contato indígena-ocidental, nos períodos colonial e imperial no Brasil, apontam para o fato de que o indígena se constituía apenas como um argumento na retórica colonialista; na textualidade destes períodos, ele não figura como interlocutor efetivo (cf. HENRIQUE, 2018; GUIMARÃES, 2018; ORLANDI, 2008; NUNES, 2006). No campo jurídico, esta percepção histórica fica mais clara diante das sucessivas legislações que organizaram o Estado brasileiro nestes períodos. Eram leis que, embora legislassem sobre o corpo do indígena e do negro, não contavam com a participação destes em suas elaborações. O que se resume na celebre expressão de Orlandi (2008, p. 66) “o Estado brasileiro do branco”.

denuncia que a necessária associação do Estado (colonial, imperial e mesmo republicano) com a Ciência ou com a Religião viabiliza o apagamento das diferenças culturais das sociedades indígenas, bem como a própria existência do indígena enquanto indígena (nega-se seu direito de existir enquanto tal). Por meio dessa política, após um processo de adequação sociocultural, o indígena deixa de ser considerado indígena. E, tornando-se cidadão brasileiro por meio dessa política, suas terras tradicionais estavam liberadas para a colonização (cf. HENRIQUE, 2018).

Diante dessa relação institucional entre o Império Brasileiro e a Igreja Católica, o relatório de Mattos (1855) informa ao governo provincial, em linhas gerais, a situação de cinco missões criadas por força de lei: (i) Missão de Porto-Alegre no Rio Branco; (ii) Missão do Rios Walpés e Içana, afluentes do Rio Negro; (iii) Missão dos Rios Japurá, Tonatins e Içá, afluentes do Rio Solimões; (iv) Missão S. Luiz Gonzaga, no Rio Purus; e, (v) Missão S. Pedro d'Alcantara, nos Rios Machados e Aripuaná, afluentes do Madeira. Comparado às finalidades do texto de Matos (1845), o relatório de Mattos (1855) esboça o funcionamento apenas o serviço de catequese implicado na incorporação dos indígenas à sociedade imperial.

O catolicismo romano, na conjuntura política em que se implantou a Província do Amazonas, era a religião oficial do Brasil. De modo que distintas ordens religiosas ainda atuavam submetidas diretamente ao Estado na incorporação do indígena à formação social brasileira. Daí a criação de legislações para instruir o financiamento e a administração das missões religiosas, de suas unidades e seus agentes. Reforça-se, neste segundo relatório em análise, uma leitura das relações entre o Estado e as populações autóctones da Amazônia por meio do uso da religião no século XIX. Uma articulação que já vinha produzindo como efeito a descrição de distintas línguas indígenas desde o século XVI. A prática missionária permaneceu como importante braço do Estado na colonização até o final do regime imperial brasileiro.

É inserido nessa conjuntura que, ao tratar da Missão S. Luiz Gonzaga, Mattos (1855, p. 128) apresenta o segundo registro escrito de uma referência à sociedade apurinã por meio do etnônimo 'apoliná'. Fundada pelo frade capuchinho Pedro Ceriana em 1854, esta missão, de acordo com a historiografia do Amazonas, fora o primeiro núcleo de povoamento organizado no Purus, com duração efêmera. De todo modo, no relato dessa experiência missionária, este etnônimo é reformulado corroborando o mesmo sentido étnico que lemos em Matos (1845, p. 171). A repetição desta nomeação exhibe um dos inúmeros liames discursivos

de uma zona de repetibilidade na qual se estabilizaram os primeiros conhecimentos sobre o Purus. A menção dos povos do Purus neste relatório é o desdobramento de um espaço específico de reformulação que produz novos sentidos, fixando conhecimentos. Sentidos que viriam a orientar distintos sujeitos na descrição e na instrumentalização da língua falada pelo povo apurinã, a partir da segunda metade do século XIX.

O início das relações apurinã-ocidental implica, deste modo, sobreposições simbólicas e políticas, cujos efeitos aparecem nas práticas de várias instituições e indivíduos ocidentais que se instalaram no Purus. Sob o controle do Estado, de modo particular, o proselitismo cristão neste rio, como frente de contato, colabora com o imaginário sobre o outro indígena e sua transformação. O trabalho do missionário aí alocado produz e reproduz sentidos sobre o indígena. Sentidos estes que terão como contraparte a essencialização de novas categorias étnicas, cristalizadas nos nomes para designar cada sociedade. O olhar religioso, ao intervir na interpretação da realidade do Purus, torna-se tributário dos discursos da descoberta, da colonização.

Classificado no/pelo discurso religioso, o indígena do Purus era interpretado como alguém dotado de alma, portanto, alguém a salvar, alguém a civilizar. Nesta direção, podemos caracterizar esta primeira experiência missionária do Purus como espaço erigido pela mesma *assimetria* entre os imaginários indígena e não indígena que se operava desde os primeiros aldeamentos coloniais. Eles continuam sendo espaços muito heterogêneos: “[A Missão de Porto Alegre] chegou a ter reunidos cerca de 2000 índios de diversas Tribus” (MATTOS, 1855, p. 125); “[A Missão do Andirá] chegou a um estado próspero, pois reuniu mais de mil habitantes, entre índios já domesticados, guardas nacionais, que para ella mudaram etc.” (MATTOS, 1855, p. 128).

Mesmo diante do peso da heterogeneidade destes espaços, os sentidos eram produzidos sempre da posição do ocidental, do colonizador, da fé, do Estado. O pressuposto dominante desse trabalho missionário era de que o indígena era “uma ‘cera virgem’ a ser moldada por um trabalho que devia começar do zero” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 211). A meta não era preservar a cultura (a espacialidade, a identidade, a língua) do indígena, mas sim substituí-la por ser considerada inferior. A missão era um lugar de instrumentação ideológica voltada à subtração cultural; espaço de passagem; espaço de transformação; espaço de apagamento.

Como aponta Rodríguez-Alcalá (2008; 2011a), essa *assimetria* se dá pelo confronto/tensão entre memórias discursivas radicalmente distintas em um novo espaço de sociabilidade administrado pelo missionário. Trata-se das memórias pelas quais indígenas e não indígenas construíam, em suas respectivas formações sociais, as suas relações com o mundo. A missão fora um espaço inaugural de contato. Conforme apontam as análises de Rodríguez-Alcalá (2011a), era comum nesse tipo de espaço o religioso adotar uma “postura pragmática de tolerância às línguas [outras]”, dadas às dificuldades para se estabelecer o contato. “Paciência” essa legível nos momentos do trajeto de transformação da cultura indígena para a ocidental: vernáculo indígena/ língua geral/ português, maloca/ aldeamento/ cidade e indígena bravo/ amansado/ caboclo. Nesse trajeto, o espaço do aldeamento missionário achava-se dinamizado pelo confronto/tensão entre o olhar ‘daqueles que estavam assujeitados a um Estado’ e o ‘olhar daqueles que não estavam assujeitados a um Estado’; entre os imaginários do urbano e do não urbano; entre imaginários da escrita e da oralidade.

A interpretação do outro indígena no espaço da missão se acha afetada, em função do pressuposto dominante de superioridade ocidental, por uma relação entre esses imaginários que é desigual, pois é a partir da posição do missionário que se opera a transformação cultural dos indígenas pelos sentidos da fé cristã. Sujeitos de sociedades indígenas distintas (com suas línguas, seus costumes, suas técnicas etc.) aldeados eram sempre alvos de conversão, de mudança. A missão representava, nessas condições, um momento inaugural de contato e colonização com vistas a instaurar uma ordem urbana, caracterizada pela limitação do movimento das línguas pela escrita e dos sujeitos no espaço (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011). Tudo isso em função da memória de *permanência* no Ocidente, na qual se inscrevem os processos de urbanização, em que se inscreve a gramatização (*ibidem*).

Assim sendo, cada núcleo de missão na Província do Amazonas é um *espaço* de colonização e de urbanização. De qualquer forma, na constituição da Missão S. Luiz Gonzaga no Purus não há registros que permitam indiciar um *trabalho linguístico*. Mesmo que possamos ler a diversidade étnica – e, portanto, linguística – das cinco missões mencionadas, o relatório não descreve qualquer aspecto da realidade linguística das relações cotidianas nesses espaços. Há um vazio quanto a informações sobre as línguas que foram utilizadas na ocasião do contato, bem como quanto a informações sobre a existência de catecismos, dicionários e gramáticas que servissem de instrumentos para a transferência cultural por meio da divulgação da doutrina cristã.

De qualquer maneira, a Missão S. Luiz Gonzaga é fundada por essa *assimetria* entre imaginários a serem administrados pelo missionário católico. Ela é um espaço-tempo inaugural de contato caracterizado pela divergência entre as percepções sensíveis do mundo pelo indígena do Purus e pelo ocidental. As probabilidades aí são várias: diferentes concepções do habitar, diferentes línguas, diferentes cosmologias etc. contrastando em um mesmo assentamento. Esta missão, nesse sentido, é um espaço voltado à domesticação da diferença, isto é, à redução da heterogeneidade para assegurar o controle político do território pelo Estado. O efeito máximo desse processo é o sentimento de nacionalidade que se exprime, dentre outras formas, pela identidade do brasileiro que é uma construção histórica (cf. ORLANDI, 2008).

De um ângulo linguístico-discursivo, embora apresente *elementos lexicais* de origem indígena para designar sujeitos e locais, não se leem em Mattos (1855) traços de reflexão metalinguística. Trata-se de *elementos lexicais* em sua superfície linguística que aparecem sob o puro efeito da evidência. Nesse sentido, ainda que se leia neste documento o segundo registro da sociedade apurinã, sob o nome ‘apoliná’, não há em sua sintaxe, sob o efeito do literal, qualquer *elemento lexical* advindo da língua dessa sociedade. Assim, para além da ausência palavras de origem apurinã, não há, portanto, no corpo deste relatório, quaisquer definições, comentários ou traduções. Ou seja, não há formação de qualquer *unidade lexical*, ou seja, não há paráfrase de natureza metalinguística.

Mesmo sem reformulações dessa natureza, a importância desse texto para depreender os movimentos iniciais da gramatização da língua da sociedade apurinã se dá em função de seu caráter precursor na produção de informações o Purus. Ele permanece como lugar primário de interpretação sobre as particularidades deste rio. Assim, na “arqueologia” de sequências discursivas que delimitem conhecimentos (cartográficos, etnográficos, linguísticos etc.) acerca desse afluente, este relatório se impõe como uma peça-chave. Inscrito na continuidade do discurso das descobertas, ele permite vislumbrar aspectos da determinação histórica a partir da qual se estabeleceram os saberes sobre a sociedade apurinã.

O relatório de Mattos (1855), desta forma, permite recuperar o modo como o indígena do Purus e suas línguas foram significados na conjuntura sociopolítica do Brasil Império. Dada a quantidade escassa de informações sobre o Purus no século XIX, ele possui notada importância arquivística para a reconstituição do discurso da descoberta do Purus. Ele ajuda a recompor as condições de produção das relações de contato que desencadeiam a gramatização

da língua apurinã. Ele colabora com a observação do gesto de interpretação ocidental pelo qual se produziu a imagem de povo e de língua apurinã.

Marcado, desta maneira, pela presença de topônimos e etnônimos de origem indígena para falar sobre as missões indígenas nos rios do Amazonas, o texto de Mattos (1855) é, portanto, um *objeto discursivo* que permite questionar “o real histórico do contato” (ORLANDI, 2008, p. 176), a partir do qual se construiu o imaginário ocidental para as sociedades indígenas do Purus, bem como a partir do qual se deu o recorte das línguas autóctones aí faladas.

Neste sentido, as classificações étnicas reformuladas neste relatório se definem por não-ditos relacionados à percepção de línguas autóctones. É pela percepção de um “conjunto de indivíduos com [as mesmas] habilidades linguísticas e imersos em um [mesmo] ambiente social” (AUROUX, 2006, p. 08), que o ocidental produz e interpreta o etnônimo. Deste modo, ao distinguir os apurinã entre os diversos povos da Amazônia, o relatório aciona sentidos que subjazem à significação étnica de ‘apoliná’ por relação a uma imagem de uma mesma língua, ainda não descrita. A este efeito de recorte produzido pela categoria ‘apoliná’ em Mattos (1855, p. 129), enquanto uma das “numerosas tribos [do Purus]”, subjaz implicitamente a percepção de uma massa linguística de mesma origem como traço cultural distintivo.

Considerando que esse processo de nomeação se acha inscrito em uma *disjunção* entre imaginários, observamos que as *discrepâncias* destes etnônimos e topônimos, no dizer do colonizador, respondem historicamente a uma formação social outra. E, é no rastro desses descompassos no discurso ocidental que se observará a formação das primeiras *unidades lexicais* específicas do apurinã, identificáveis objetivamente nas tramas do arquivo somente a partir de Chandless (1866).

De qualquer forma, em Mattos (1855), os traços de uma memória indígena seguem esmaecidos no encaixe/articulação das nomeações indígenas na sintaxe do português. Os etnônimos ‘macuxis’, ‘uapixanas’ e ‘juricunas’ assumem, por exemplo, sob o efeito da literalidade, o sentido absoluto de ‘índios’ na posição sintagmática de objeto: “Ahí conseguiu frei José reunir grande número de Macuxis, Uapixanas e Juricunas” (MATTOS, 1855, p. 125); os topônimos ‘japurá’, ‘tonantins’ e ‘içá’, por seu turno, significam, sob o mesmo efeito, ‘rio’ em posição de núcleo de sintagma nominal: “A foz do Japurá dista da do Tonantins 85 legoas, e a do Içá da d’este 7 legoas” (MATTOS, 1855, p. 128). Os sentidos

pelos quais tais palavras se constituíram na formação social dos indígenas são esquecidos e elas passam a funcionar no discurso deste autor de modo inquestionável e inequívoco (absoluto) informando a espacialidade do Purus.

Estes encaixes na fala de Mattos (1855) mantêm, portanto, acobertados os sentidos anteriores e exteriores produzidos em uma formação social outra. Sabemos que são palavras indígenas, mas não discernimos seus sentidos a partir de uma memória indígena. O esquecimento desse outro (isto é, da memória indígena) é constitutivo da obviedade dos nomes indígenas no discurso das descobertas. As nomeações de acidentes geográficos, de localidades e de etnias na cartografia e na etnografia da Região Amazônica se constituem basicamente a partir de uma interpretação indígena. Estas nomeações permanecem no discurso do não indígena, produzindo seus efeitos de “já-dito absoluto” (ORLANDI, 2088, p. 263). E, a partir da *assimetria entre imaginários*, estas palavras ficam como vestígios de um alhures discursivo na fala de viajantes, de exploradores, de missionários e de administradores. Elas chegam aos rincões mais distantes do mundo, e com seus sentidos absolutos atraem novos personagens ao Purus: anglicanos, nordestinos, seringalistas etc.

Da mesma forma que em Matos (1845), os dizeres cartográficos e etnográficos em Mattos (1855) evocam uma série de *pré-construídos* produzidos por relação às ilusões referenciais próprias às línguas indígenas. Logo, para falar sobre as localidades e as populações amazônicas, palavras indígenas são utilizadas sob o efeito da univocidade e da unicidade no discurso da colonização, orientando o olhar e a escrita deste último militar.

No sentido de explorar essas *discrepâncias*, reproduzimos nos quadros abaixo os etnônimos e topônimos de origem indígena que funcionam em Mattos (1855) como *pré-construídos* na ordem do discurso das descobertas, da colonização, da religião:

Quadro 04: Topônimos no relatório de Mattos (1855).

Rio Walpés (p. 124)/ Rio Ualpés (p. 125)

Rio Içana (p. 124/127).

Rio Japurá (p. 124).

Rio Tonantins (p. 124).

Rio Içá (p. 124).

Rio Andirá (p. 124).

Rio Tupinambaranas (p. 124).

Rio Purus (p. 124).

Rio Apurianá (p. 124).

Ilha Cunaçarí (p. 125).

Rio Pepunury (p. 125).

Missão do Japurá (p. 127).
 Missão do Tonantins (p. 127).
 Missão do Içá (p. 127).
 Cachoeira Araracôara (p. 128).
 Lugar denominado Japacuá (p. 128).
 Lugar denominado Jury (p. 129).
 Rio Tapaná (p. 129).
 Rio Panini (p. 129).
 Lago Surára (p. 129).
 Lago Taricatuba (p. 129).
 Lago Uruma (p. 129).
 Lago Ituboca (p. 129).
 Lago Paraná (p. 129).
 Lago Aiapuá (p. 129).
 Rio Aripuana (p. 129).

Fonte: Elaboração própria a partir de Mattos (1855).

Se “o visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível” (ORLANDI, 2008, p. 17), um nome (topônimos ou etnônimos, materialidades significantes por excelência) vincula-se a um olhar que recorta uma realidade no espaço e no tempo. Nesses processos de nomeação, entra “a relação sensível com o mundo” (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2019). E, dessa perspectiva, o nome acha-se sempre tensionado entre o *real da história* e o *real da língua*; acha-se o nome como “a primeira forma de estabilizar o acontecimento” (ORLANDI, 2009, p. 193). Ainda que sua reformulação dure na boca de incontáveis enunciadore, ou mesmo que ele permaneça como arcaísmo revisitado apenas como palavra em desuso. Todo nome tem uma memória como lastro de sua estabilidade semântica. Todo nome carrega uma história!

Desta forma, ao analisamos a *discrepância* dos topônimos em Mattos (1855), consideramos sua historicidade, isto é, o acontecimento a que se acha atado cada nome de rio, de lago, de missão etc., tanto na memória indígena quanto na ocidental. Acontecimentos relativos à percepção sensível do espaço que são absorvidos no funcionamento da memória, gerando seu efeito de naturalidade, evidencialidade, transparência. De modo particular, diante do recorte-interpretação do mundo por esses topônimos, levamos em conta sua circulação em uma política da palavra colonialista no Purus. Essas palavras são, notadamente, ecos das “descobertas” – do território (do espaço) – que são feitas nesse momento histórico e fixam interpretações do espaço.

É pela historicidade do nome que, em meio ao reconhecimento dos afluentes da Bacia Amazônica, o Purus, ao ser falado pelo não indígena, colabora com suas evidências (seus sujeitos, de suas línguas, de seus espaços indígenas) para a atualização das *fronteiras da*

*memória do mundo*⁴⁴. Há, de qualquer forma, o dizer indígena que antecede e colide com o início da colonização desde rio. O dizer indígena cujas redes de sentido funcionam como exterioridade constitutiva nas descrições do espaço pelo colonizador. Esta toponímia (tomada sob o argumento sociolinguístico do aportuguesamento ou da transferência) é um efeito discursivo elementar na constituição de um novo imaginário de territorialidade, de espacialidade.

Na direção da construção deste imaginário (que não deixa de ser a desconstrução e apagamento de uma memória), destacamos em Mattos (1855, p. 129), preservando a grafia de seu texto, a *discrepância* dos topônimos ‘Tapaná’ e ‘Panini’: “Seu assento deveria devia ser mais próximo dos rios Tapaná e Panini, em que habitam maior número de Tribus, que necessitam de catechese”. Trata-se de dois nomes próprios de afluentes da região do Médio Purus e que, contemporaneamente, também designam duas cidades nesses rios. O primeiro etnônimo pode ser lido em Matos (1845) sob a grafia ‘tapauá’. O segundo pode ser lido em Polak (1894) sob a grafia ‘paÿnÿ’. De qualquer forma, estes são nomes atualizados no discurso colonizador a partir de uma anterioridade que é indígena.

Para ‘tapaná’ (‘tapauá’), não encontramos um estudo etimológico ou linguístico que indique os processos morfológicos e semânticos que presidiram sua forma e seu sentido mais anteriores. De origem Nheengatu, ela é definida na lexicografia de Stradelli (2014 [1929], p. 492) como “uma [variedade] de palmeira que nasce nas várzeas e igapós dos rios amazônicos”. Trata-se de uma interpretação que fica naturalizada em português por relação uma nova construção discursiva do referente. Não sabermos por relação a que sentidos outros, na memória nheengatu, a nomeação da palmeira ‘tapaná’ (‘tapauá’) se constituiu, como sabemos, por exemplo, para a palmeira ‘açai’ (‘*iuasa’i*’ que, metaforicamente, significa ‘fruto que chora ou ressuma terra’, aludindo ao suco que do fruto é desprendido). Ficam para ‘tapauá’, no discurso das descobertas, apenas as interpretações evidentes de ‘palmeira’, de ‘rio’ e de ‘cidade’, dado seu encaixe/articulação em distintas formulações, tais como:

(f) O SPI tinha traslado um grupo na foz do **Tapauá** no Purus para as terras pertencentes a seringalistas⁴⁵.

(g) Lábrea se tornou a localidade mais importante da região em mais de duas décadas ultrapassando Canutama e **Tapauá** em importância econômica⁴⁶.

⁴⁴ Expressão cunhada em Nunes (2006) ao falar do momento “inaugural” da nomeação do “Novo Mundo” pelos europeus no decorrer do século XVI.

⁴⁵ Cf. SCHRÖEDER & COSTA (2008, p. 64).

A reconstituição de uma possível origem e formação da palavra ‘panini’ (*‘paŷny’*, *‘pauini’*, *‘pauene’*), por seu turno, pode ser feita a partir das primeiras representações metalinguísticas no arquivo produzido a partir do contato no Purus. Notações de cunho lexicográfico que desvelam as relações semânticas (metáfora, metonímia etc.) da/na estabilização da forma desse nome. Trata-se de leituras que nos permitem reconstituir formas e sentidos mais anteriores, apontando traços de sua anterioridade⁴⁷ indígena. A mais antiga definição para esse topônimo acha-se em Polak (1894, p. 91) que o define em sua lexicografia como “um afluente do Purus à margem esquerda”. Embora não se leia nestas primeiras referências uma explicação do sentido para ‘pa’, sabe-se por inúmeros outros estudos lexicográficos que a forma ‘nini’ (*‘ueni’*, *‘ŷny’*, *‘weni’*, *‘wene’*) significa ‘rio’ em apurinã (cf. PADOVANI, 2016, p. 180; FACUNDES 2002, p. 653; POLAK, 1894, p. 161). De modo que forma *‘ueni’*, rio, se repete na constituição do nome próprio de alguns afluentes na posição de núcleo de sintagma:

(h) Manuel Urbano da Encarnação conseguiu atrair grupos apurinã para a foz do Mamoriá do **Inauini** e do **Seruini**⁴⁸.

Reproduzimos, no quadro abaixo, os *etnônimos* que compõem o fio discursivo do relatório de Mattos (1855) e ajudam a informar o Purus à administração pública da Província. Dentre os sentidos que garantem sua estabilidade semântica, os de ‘tribo’ e de ‘índio’ aparecem como determinantes no intradiscurso do texto:

Quadro 05: Etnônimos no relatório de Mattos (1855).

Tribo Uapixanas (p. 125).

Tribo Macuxis (p. 125).

Tribo Saporás (p. 125).

Tribo Punecutús (p. 125).

Tribo Anhuaques (p. 125).

Tribo Juricunas (p. 125).

Tribo Anunas (p. 126).

Tribo Caetarianes (p. 126).

Tribo Tocanos (p. 126).

Tribo Itarianas (p. 126).

Tribo Juruá (p. 126).

Tribo Macús (p. 126).

Tribo Cubeas (p. 126).

Tribo Bejú (p. 126).

⁴⁶ Cf. SCHRÖEDER & COSTA (2008, p. 30).

⁴⁷ A noção *anterioridade* não tem, teoricamente na AD, um sentido cronológico, mas de uma temporalidade produzida em e pela materialidade linguística – do nome, no caso.

⁴⁸ Cf. SCHRÖEDER & COSTA (2008, p. 60).

Tribo Caenatary (p. 126).

Tribo Pions (p. 127).

Tribo Cadanapurintanas (p. 127).

Tribo Moriucune (p. 127).

Tribo Clossiyondó (p. 127).

Tribo Coatá (p. 127).

Tribo Ipeca (p. 127).

Tribo Topihira (p. 127).

Tribo Cobeus (p. 127).

Índios Passês (p. 128).

Índios Juris (p. 128).

Índios Xumanas (p. 128).

Índios Curetus (p. 128).

Índios Miranhas (p. 128).

Índios Muras (p. 128).

Índios Caunici (p. 128).

Índios Mamarus (p. 128).

Índios Catequinas (p. 128).

Índios Sipés (p. 128).

Índios Intanás (p. 128).

Índios Turanhas (p. 128).

Índios Corocatis (p. 128).

Índios Caripunás (p. 128).

Índios Jamamadis (p. 128).

Índios Apolinas⁴⁹ (p. 128).

Índios Turupurús (p. 128).

Fonte: Elaboração própria a partir de Mattos (1855).

A partir deste quadro de etnônimos, que funcionam como já-ditos absolutos, vislumbramos uma margem de exterioridade e anterioridade que joga com a constituição dos discursos nos quais se produzem os saberes sobre os rios amazônicos. Posto isto, queremos dizer que não desconsideramos que cada etnônimo destes possui uma história particular, que merece ser estudada enquanto parte de um processo linguístico-discursivo. Deste modo, ao compreender estes etnônimos na ordem do efeito de *pré-construído*, queremos dar destaque, especificamente, a discrepância de ‘apoliná’ em Mattos (1855).

Se o sentido é sempre relação à, a produção do imaginário sobre as sociedades indígenas do Purus se estabiliza por relação a sentidos bem específicos da colonização luso-brasileira. Nesse âmbito, a classificação do indígena como ‘apoliná’ se acha filiada a esse imaginário. Nele, este etnônimo, ao figurar ao lado dos outros nomes de etnias da Bacia Amazônica, é significado por relação à mesma a gradação do “selvagem” – caracterizado pelo

⁴⁹ Suponho que esse registro seja apenas um descuido de impressão, grafando *l* ao invés de *r*. Isso porque, no mesmo texto, às vezes um nome que se repete aparece com diferenças ortográficas.

monolinguismo em sua língua vernácula – para o “civilizado” – caracterizado pelo monolinguismo em português. Nesse trajeto, eles vão sendo significados como “índios de boa índole” (MATTOS, 1855, p. 125), “índios já domesticados” (MATTOS, 1855, p. 128), “índios bravios” (MATTOS, 1855, p. 129) e “tribos indígenas quasi domesticadas” (MATTOS, 1855, p. 130), até que sua existência enquanto índio deixe de fazer sentido. Por meio dessa gradação, alteram-se suas filiações simbólicas e políticas ancestrais, que envolvem seu modo de ser, de falar e de habitar.

Considerando, analiticamente, os espaços de ‘não-dito não necessário’ e de ‘não-dito necessário’ aos ‘ditos’ que (re)produzem o imaginário sobre o indígena apurinã, vemos reformularem-se na reescrituração do relatório de Mattos (1855) os mesmos traços que em Matos (1845) determina os sentidos de ‘índios’ ou ‘indígenas’. Palavras, cujos sentidos estão na base da interpretação destes etnônimos. De todo modo, os sentidos destas duas palavras voltadas à interpretação da identidade em Mattos (1855) são, na verdade, desdobramentos das mesmas relações de predicação anteriores, sem qualquer deslocamento de sentido. Assim, discursivamente, ‘indígena’ ou ‘índio’ seguem, neste segundo autor, sendo lidos pela mesma escala hierárquica de valor, que inferioriza o indígena e que visa sua transformação.

Diante desse imaginário (dessa violência simbólica), as discrepâncias dos etnônimos e dos topônimos na superfície do relatório Mattos (1855) ajudam a entrever os processos discursivos pelos quais se dá a essencialização étnica no Purus, enquanto resultado do reconhecimento do novo a exigir significação. Nesse espectro de dizeres sobre o Purus, a discrepância do nome ‘apoliná’, neste relatório, ajuda a reconstituir dois processos discursivos na memória ocidental: a nomeação de uma sociedade que se estende, de modo homônimo, à nomeação da língua falada por essa mesma sociedade. Logo, a partir da ética da dominação colonialista, no qual se acham inscritos esses dois processos discursivos, se constrói o imaginário para o indígena apurinã, sua língua e seu espaço.

Diante dos traços de sua memória discursiva, estes etnônimos, além de reproduzirem um efeito de identidade, apontam para as línguas faladas nesses rios. Tanto pelo seu funcionamento naturalizado na sintaxe do relatório quanto pelo pressuposto de unidade linguageira que sustenta o sentido de cada categorização étnica. Um pressuposto que encontra respaldo na formulação de Orlandi (2008, p. 175), segundo a qual “a língua para a ciência (imaginária) e a língua para o dia a dia (a fluida) desembocam ambas, de qualquer modo, na construção de uma identidade”.

Assim, tais elementos lexicais indígenas na escrita desse militar sinalizam as línguas do dia a dia indígena (pelas quais se erigiam as relações na maloca, na pesca, na caça, nos rituais etc.) como fatos do mundo sujeitos à interpretação. Como resultado de dessa sinalização, “imagens contrastadas” de línguas começam a surgir. Inicialmente a partir de nomes necessários à gestão da posse do novo território pelo colonizador. É preciso, por exemplo, informar oficialmente o nome (geralmente atribuído pelo indígena) de um rio de modo a produzir evidências unívocas na comunicação das novidades. E depois com a elaboração de distintos artefatos tecnolinguísticos (objetos-ficção), igualmente relacionados ao controle político da região.

Analisados dessa forma, os nomes indígenas neste relatório nos autorizam a pensar que o *saber sobre as línguas do Purus* se ergue como real histórico, fruto da interpretação por sujeitos institucionalmente situados. Em Matos (1845) e Mattos (1855) temos, por ilustração, a figura de militares a desempenhar funções na esfera da administração civil/pública. Por essa forma e necessidade de produzir informações, vai-se vislumbrando-registrando a realidade das línguas do Purus, enquanto exterioridade histórica, fato do mundo, a cobrar interpretação. Processos histórico-discursivos pelos quais as línguas dos povos que aí vivem se tornam objeto de conhecimento nas e pelas relações de alteridade. A língua do cotidiano dos indígenas, fluida e móvel, passa a ser apreendida como setor do real, conforme os sentidos ocidentais (tanto no sentido das palavras quanto no sentido dos conceitos).

Vemos, assim, em Matos (1845) e Mattos (1855), que na sociedade imperial, a ideia de povo indígena funciona em relação à imagem de uma unidade linguageira⁵⁰, mesmo que ainda não haja qualquer saber linguístico sistematizado, categorizado. Uma relação de pressuposição estabelecida sem um conhecimento aprofundando gramatical ou lexicográfico. O imaginário de unidade linguageira, calcado no senso comum por meio da memória ocidental, determinava, portanto, a etnografia feita pelo expedicionário. Nesse sentido, distintos viajantes reproduzem a mesma imagem de unidade linguageira para interpretar alguns povos do Purus. Os etnônimos informados por intérpretes locais, de modo particular, são rastros materiais disso. Nestes viajantes, mesmo que se possam ler traços de um discurso de constituição do léxico (no caso de Matos (1845) e Coutinho (1863), especificamente), estes

⁵⁰ Trata-se de uma interpretação homogeneizante de práticas linguageiras heterogêneas para a construção de uma imagem de unidade linguística que, ao mesmo tempo, constrói a imagem de unidade social, societária, ‘étnica’, e uma imagem de unidade espacial ou espaço-temporal.

etnônimos e outras palavras indígenas eram apenas dados que serviam para marcar uma distinção etnográfica.

As formas pelas quais os indígenas protegem/mantêm seu modo de ser, de falar e de habitar são interpretadas como resistência ou obstáculo ao controle do território pelo Estado brasileiro. O olhar colonizador interpreta a região multiétnica e multilíngue do Amazonas por meio de nomeações indígenas em função da sua necessidade de administrar o território. A ideologia da civilização “traça” aí seus objetivos. A sedução, a catequese e o trabalho são medidas pelas quais se visa transformar e incorporar o outro indígena à sociedade brasileira. O uso da língua apurinã no Purus, neste momento, media a concretização dessas medidas, apoiadas no discurso sobre a integração do Purus à roda da economia do país.

A inserção do indígena na lógica ocidental do trabalho, apresentada como necessária e justa em Mattos (1855), é sintomática do contorno pelo Estado à resistência indígena que se mostrava como desafio a ser transposto e cuja expectativa se traduzia nos termos da ‘pacificação/catequese/civilização’. Desse processo de domesticação, esperava-se obter um indígena aldeado como mão de obra disponível à economia regional e que, além do mais, aceitasse a “evidência natural” da primazia do espaço geopolítico brasileiro sobre o espaço indígena. O sistema de missão descrito por Mattos (1855) é um exemplo flagrante das medidas para a “civilização”:

Os aldeamentos, que se acham fundados na margem deste rio [Içana], que é povoado pelas tribos Pions, Cadanapiritanas, Moriucune, Clossiyondo, Coatá, Ipeca, Topihira e Cobeus, são as que constam do seguinte quadro. Todas as casas e igrejas d’estas aldeias são de paredes de barro e cobertas de palha. **Os índios são dóceis; fallam a lingua tupí, e prestam-se ao trabalho** (p. 127 – negrito meu).

Contudo, esse processo de domesticação configura modos específicos de resistência. Há, neste relatório, indícios da indiferença/estranhamento indígena ao avanço/presença colonialista. Assim, a respeito da intervenção no espaço indígena, notamos pontualmente os conflitos decorrentes do choque cultural no rio Madeira, por exemplo:

[A missão de São Pedro d’Alcantara] Ainda não tem apresentado algum resultado satisfatório; mas sua séde oferece vasto campo ao zelo e a dedicação de seu missionário [frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva] e é de esperar que preste serviços mui uteis **a diversas hordas de índios bravios, e mesmo anthropophagos, que tem por varias vezes acometidos os viajantes, e feito assassinatos** (MATTOS, 1855, p. 129 – negrito meu).

Vemos nesse excerto a indicação de indígenas não assujeitados ao sistema da “pacificação/catequese/civilização” impostos pelo Estado. A presença do indígena, nesse sentido, constituía-se como um entrave a legitimação política e geográfica do Estado brasileiro. A resistência ao contato com o branco era aí interpretada como ato de oposição à “civilização”. Uma interpretação do outro que justificava a política indigenista missionária da época. No relatório de Mattos (1855), essa justificativa de intervenção no espaço indígena se acha reformulada por expressões como: “poderia ser vantajosa à sociedade e à religião a criação de uma missão” (p. 125), “uma missão poderia prestar relevantes serviços à sociedade” (p. 127), “tenho nas mãos um systema de missões que me parecem ser indispensáveis a catequese e civilização dos índios” (p. 130), etc.

Orlandi (2008, p. 68), considerando o funcionamento liberal do Estado Brasileiro, afirma que “tratar o índio como igual já é em si apagar a diferença que ele tem e que é o cerne de suas relações”. A tentativa de apagamento da cultura indígena, no período imperial, está presente como contradição necessária para o início da gramatização da língua apurinã. Saltam aos olhos, no relatório de Mattos (1855), marcas desse processo de assimilação do outro culturalmente diferenciado que deve se tornar indistinguível dos demais súditos brasileiros.

O texto de Mattos (1855) ajuda a explicar os liames históricos das primeiras descrições e instrumentações da língua apurinã. Um trabalho voltado no século XIX à domesticação não apenas das categorias da língua, mas do próprio indígena. É possível dizer que a gramatização de uma língua indígena – no nosso caso o apurinã – pode servir segundo os interesses de uma coletividade dominante que se utiliza da língua de outra cultura para uma imposição geopolítica, para colonizar. A língua indígena é instrumentalizada na colonização como meio para o estabelecimento inicial de relações comerciais, políticas e econômicas. A língua indígena torna-se objeto de uma política linguística peculiar (escolhas de usos linguageiros voltados à catequese, ao trabalho, ao comércio etc.). Sua aquisição e/ou aprendizagem nos primeiros momentos de contato – pelos primeiros coletores, exploradores e missionários – funciona aí como meio de contornar a interdição linguística que dificultava a diminuição dos conflitos entre indígena e colonizador.

2.3. Sujeito, língua e espaço no relatório de Coutinho (1863): o papel das nomeações e das definições na constituição da imagem da língua apurinã

Em distintos documentos do século XIX a mencionar rios da Amazônia (cf. ACUÑA 1641; FRITZ, 1697; LA CONDAMINE, 1745; MATOS, 1845; MATTOS, 1855), as nomeações indígenas exercem um papel indispensável na produção de um estado de conhecimento: elas se acham inscritas na continuidade dos discursos das descobertas pelo ocidental. São palavras que ajudaram o colonizador a construir horizontes de significação de espaços, de sujeitos e de línguas que já dinamizavam a vida nesses rios. Poderíamos dizer metaforicamente, seguindo Nunes (2006), que estes horizontes são formados por verdadeiras “constelações” de palavras indígenas. Isto é, constelações lexicais a designar diversos setores do real e que guiaram o trabalho de informar a geografia, a natureza e as sociedades autóctones dessa região. Na produção desses conhecimentos, legitimaram-se novas leituras de mundo aliadas à unidade da palavra indígena.

Estas palavras não devem, embora ressoem como transparentes nesses discursos, ser tomadas apenas como simples listas de palavras no vocabulário de línguas europeias. Isso porque, na verdade, elas advêm de *processos discursivos* relativos à memória de inúmeros povos indígenas. Elas evocam trajetos de sentidos preexistentes à atualidade da enunciação de coletores, de colonos, de expedicionários e de missionários, que aí foram pioneiros. Com o contato cultural, elas passam a ser mobilizadas do lado ocidental e, cristalizadas no imaginário da colonização dos rios amazônicos, tecem os fios discursivos dos primeiros documentos que informam os afluentes do Amazonas ao mundo.

Diante dos discursos das descobertas, o Purus, até o início da segunda metade do século XIX, fora o último grande rio desconhecido do Brasil. As lacunas de informações a respeito de sua praticabilidade navegacional e de suas possibilidades comerciais eram enormes se comparadas às dos outros afluentes do Amazonas nesse período. Lacunas que podem ser pensadas numericamente: de um total de 2.960 km conhecidos hoje, a extensão do rio Purus conhecida até 1852 era, segundo Coutinho (1863), de aproximados 965 km desde sua desembocadura no rio Amazonas.

Tratava-se, segundo este autor, de uma extensão navegada apenas por coletores não indígenas, cujo trabalho era esporádico em decorrência da oferta sazonal dos produtos da

floresta. Assim, a compor esse espaço lacunar havia, de um lado, margens enormes de desconhecimento e, de outro lado, informações mínimas e imprecisas. Diante do arquivo sobre a Amazônia, podemos dizer que o relatório de Coutinho (1863) cumpre um papel fundador nos discursos das descobertas do Purus, pois antes dele o que vamos encontrar são apenas breves e distantes menções sobre este rio.

Alguns fatores podem ser apontados para explicar o avanço tardio da colonização (que envolve a produção de redes de saber) nos rincões deste rio. Destacamos dois: (i) na Região Norte, nas primeiras fases de expansão e demarcação do território luso-brasileiro, o rio Purus não despertou uma preocupação comercial ou fronteiriça imediata se comparado aos outros rios da Bacia Amazônica, para onde se dirigiram os recursos humanos e financeiros dos governos; (ii) a revolta Cabana, ocorrida de 1835 a 1840, que fez decrescer vertiginosamente todos os indicadores sociais – população, comércio, agricultura, navegação etc. – na Província do Grão-Pará, mantendo com isso o Purus por mais tempo isento de ocupações ocidentais (fortes, fazendas, feitorias, missões, povoados etc.). Superados estes “entraves”, outro fator, no entanto, impulsionou a integração deste rio à roda da economia regional, nacional e internacional. Seria a elevação, em 1850, da antiga Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província⁵¹ com sede judiciária, executiva e legislativa em Manaus.

No lastro desses fatores, o governo brasileiro fomenta uma série de expedições no Purus para obter maiores informações e consolidar suas políticas na região. Nesta série de viagens, se acha inscrita a que foi liderada, em 1862, pelo engenheiro militar João Martins da Silva Coutinho. Dela resulta um extenso relatório apresentado ao presidente da Província do Amazonas em 1863. Seu grafo decorre da última de quatro expedições governamentais enviadas ao Purus, que teria percorrido 800 milhas⁵², chegando às barreiras do Jutanaã.

⁵¹ Lei nº 582 de 05 de setembro de 1850.

⁵² A título de esclarecimento, enumeramos, a partir dos documentos da época, as expedições precedentes à de Coutinho em 1862: a primeira seria a de João Cametá que percorreu 700 milhas e chegou até o rio Ituxy; a segunda seria a de Serafim dos Anjos em 1852 que percorreu 1300 milhas; a terceira seria a de Manoel Urbano em 1860 (ou 1861) que percorreu 1600 milhas. Embora, no arquivo do século XIX, algumas informações sobre estas viagens sejam divergentes, elas não afetam a análise da materialidade linguístico-discursiva dos relatórios de Coutinho (1863) e de Chandless (1866; 1867). Na verdade, estas divergências são tomadas como indícios do processo de produção dos sentidos sobre o Purus, já que elas nos ajudam a perceber as incompletudes e “falhas” nos modos como os recortes sobre o real do Purus iam sendo significados, produzidos discursivamente. Nesse sentido, reforçamos o fato de que “a história linguística das palavras” (COLLINOT, MAZIÈRE, 2014, p. 195), indígenas no caso, neste arquivo textual (isto é, o modo como vai se dando sua sintagmatização no português) nos permite avaliar como elas vão se fixando e significando nos discursos das descobertas do Purus; esta história linguística nos permite, parafraseando Collinot e Mazière (2014), avaliar os modos de existência material da memória dessas palavras na ordem dos discursos do colonizador.

Perpassadas pelos sentidos dos termos ‘reconhecimento’ e ‘exploração’, as descrições deste rio e de alguns de seus afluentes feitas por este engenheiro estão estruturadas nas seguintes partes: Primeiras viagens; O rio Purus; Afluentes mais notáveis; Relação dos lagos, rios, barreiras, casa e rochedos; Considerações gerais sobre os rios que descem da cordilheira dos Andes; Índios; Catequese; Produções; Salubridade; População e indústria; Terreno do vale do Purus; Meteorologia. Em linhas gerais, portanto, este documento circunscreve distintas ordens de conhecimentos: hidrográficos, geológicos, etnográficos, meteorológicos etc. Assim, ao lado de uma terminologia que poderíamos chamar de corográfica⁵³, nomes indígenas relativos a lugares, etnias, coisas e seres são usados com regularidade neste relatório para dizer o Purus. Palavras que orientaram a produção e interpretação das primeiras informações oficiais sobre este rio.

Além do mais, embora ele reflita preocupações político-administrativas semelhantes à de relatórios anteriores sobre os rios da Amazônia (cf. MATOS, 1845; MATTOS, 1855), o diferencial do texto de Coutinho (1863) é que ele figura, cronologicamente, como o primeiro a noticiar o Purus como fato central, ampliando consideravelmente o saber sobre suas sociedades indígenas e sobre os aspectos de sua geografia. Vejamos, na direção dessa centralidade, a argumentação deste viajante em prol da necessidade de suprir as lacunas sobre o Purus em face de suas vantagens hídricas e comerciais a despontar no cenário regional e internacional:

O Purus é, pois, da mesma categoria do Madeira, e mais importante pela extensa navegação a que se presta, não tendo uma cachoeira. Dêem-lhe portanto os geógrafos o lugar que lhe compete. Muito superior ao Purus, tem figurado sempre o Madeira nas cartas do país, porque não se conhecia aquele rio. É preciso agora corrigir o erro (COUTINHO, 1863, p. 222 – itálicos do autor).

A importância do Purus é muito grande para que se abandone a idéia do seu reconhecimento. Quando na Europa com tanto interesse se discute a questão do Madre de Dios; quando de lá vêm exploradores de propósito para estudarem esta parte tão interessante da América, não devemos nós, particularmente interessados na questão, cruzar os braços indiferentemente (COUTINHO, 1863, p. 282 – itálico do autor).

Esta ânsia em se conhecer o Purus é legível nos dez objetivos expressos do planejamento da expedição. São incumbências oficiais a partir das quais se produz uma

⁵³ A Corografia era a designação de uma especialidade da Geografia até o século XIX. Sua finalidade era traçar uma descrição histórico-geográfica de uma região. Como resultado deste trabalho, mapas, cartas ou ensaios, visavam explicitar, através de códigos, as características mais notáveis dos lugares.

interpretação sobre os espaços, as línguas e os sujeitos desta região, como se pode ler, por exemplo, em cinco itens que reproduzimos abaixo:

1º Examinar a direção e rumo do rio Purus até suas cabeceiras; sua profundidade e capacidade para a navegação; extensão e largura, sempre que for possível determinar; [...] 6º a situação das povoações que encontrar, e os lugares mais apropriados para se fundarem novos povoados; [...] 8º a natureza da vegetação e propriedade dos terrenos para a cultura e criação dos gados; 9º O número das tribos indígenas, suas inclinações, costumes e hábitos, o trabalho para que propendem, e o meio mais apropriado para chamá-los à civilização; 10º O que constitui a indústria atual dos habitantes do vale do Purus, na parte conhecida, apresentando as considerações que lhe parecerem mais convenientes para melhorar sua situação (COUTINHO, 1863, p. 201).

Diante dessas diretivas de trabalho, quem é o Outro radical do Purus apresentando em Coutinho (1863)? Ou seja, como, a partir de seu trajeto de viagem, este militar produz uma sondagem, que é discursiva, sobre línguas, espaços e sujeitos outros, forjando um contraste/imagem que “capta” a ordem humana no Purus? Como podemos perceber o curso das *assimetrias* entre a memória discursiva indígena e a ocidental a se confrontar e se amalgamar ao longo no rio Purus a partir de sua foz? E, a partir dos saberes que este autor aporta ao arquivo ocidental, como em seu relatório se destacam-recortam as imagens da sociedade apurinã?

No rastro destas questões, vemos, à medida que se avança a leitura deste relatório, despontar o registro de um mosaico social com distintas espacialidades indígenas. Este documento abona uma leitura que permite vislumbrar a vida humana neste rio, forjada por um encontro de heterogêneos. Seus contornos vão sendo percebidos e representados gradativamente pelo viajante, tendo como pressuposto a ideia de língua, dentre outros aspectos culturais. Como resultado disso, a classificação das etnias, de povos, de sociedades. Um encontro de heterogêneos forjado no Purus, neste momento, majoritariamente pela presença indígena. Dito de outro modo, um encontro forjado, basicamente, por relações interétnicas. Deste modo, margeados pelos sentidos das palavras ‘exploração’ e ‘reconhecimento’, lemos em Coutinho (1863) distintos relatos dessas relações interétnicas. Na seção *Afluentes mais notáveis*, lemos, por exemplo:

No *Cuniuá* [primeiro afluente pela margem direita do rio Tapauá], contam-se três aldeias de *mamoris*, que sofrem da mesma moléstia dos *pamaris*, de *catuquimas* e de *uaiapuiçás*. Estes últimos ainda não são bem conhecidos. No *Jaminauá* [segundo afluente pela margem direita do rio Tapauá], houve uma aldeia de *catuquinas* que desapareceu em consequência das agressões

das tribos bravias e desconhecidas, que erram nas cabeceiras do rio, e na região que vai daí ao Juruá (COUTINHO, 1863, p. 216 – itálicos do autor).

A existência dos *caripunas* é também uma prova de muito peso. Na foz do *Mucuí*, há uma maloca de *pamaris*, e mais acima começam os *Catauixis*, que vão até os campos. Estes últimos têm à sua frente o principal *Mangori* da origem *caripuna*, que ainda em criança abandonou os seus. Industrioso e inteligente, como são os índios da sua tribo, conseguiu facilmente o primeiro lugar entre os *catauixis*. Por diversas vezes, tem ido *Mangori* visitar seus parentes perto das cachoeiras do *Madeira*. Os *catauixis* dão notícia de mais duas tribos – *Crupali e Tara* – que ficam no interior e costumam batê-los (COUTINHO, 1863, p. 217 – itálicos do autor).

Os *Catauixis* têm algumas aldeias nas margens deste rio, algumas nos campos. Estes índios são perseguidos pelos *ipurinás* do rio *Paciá*, que têm a sua frente o Tuxaua *Macutê*, um dos mais afamados guerreiros do *Purus*. A guerra é um elemento de vida para os *ipurinás*, e o contrário acontece aos *catauixis*, pacíficos lavradores, amigos da tranqüilidade. *Macutê* reúne de ordinário 400 arcos, e com esta força bate vitoriosamente os *catauixis*, sempre desprevenidos e baldos dos conhecimentos estratégicos. A destruição tem sido tão grande, que estes índios abandonaram as suas aldeias do centro e vivem agora mais próximos do *Purus* (COUTINHO, 1863, p. 218 – itálicos do autor).

De modo geral, quatro são as formas de espacialidade referidas neste documento que permitem pensar a *assimetria* entre memórias (permanência/seminomadismo), bem como, a partir disso, pensar as transformações da ordem humana no *Purus*, isto é, a constituição de uma nova “cultura local” (ORLANDI, 2008, p. 94), tensionada pelo imaginário da escrita e do urbano, de um lado, e pelo imaginário da oralidade e do seminomadismo, de outro. Assim, a contar da embocadura do *Purus* são mencionados ‘sítios’, ‘casas’, ‘aldeias’ e ‘malocas’, nessa ordem. Vemos, efetivamente, por meio da menção das primeiras formas de ocupações não indígenas – sítios e casas –, marcos da colonização ocidental neste rio. Uma ocupação distinta da que se operou nos demais afluentes do Amazonas, caracterizado pela forte presença de missões, de fortes e de fazendas.

Mesmo diante das limitações tecnológicas e logísticas da expedição, o relatório de Coutinho (1863) permite uma aproximação do modo como se deu tal *assimetria* entre as memórias indígena e ocidental, ao longo do *Purus*. Memórias que circunscrevem os limites *imaginários* da interpretação e transformação do mundo pelo indígena e pelo ocidental. Trata-se uma diferença que se revela na exigência de nomeação/classificação das inúmeras sociedades indígenas do *Purus*, cuja identidade seria mais tarde dissipada sob o epíteto do brasileiro. *Assimetria* perceptível discursivamente tanto pela pura notícia das coisas e fatos (do lado da argumentação), quanto pela presença de *elementos lexicais* indígenas, bem como

por suas glosas (do lado da sintaxe, da semântica e da enunciação) na fala desse expedicionário.

Diante das primeiras relações entre indígena e ocidental no Purus, poderíamos dizer que o reconhecimento e a exploração pelo não indígena (coletores, práticos, regatões, viajantes e missionários) abrem caminho para o recorte imaginário da língua apurinã. Um recorte orientado pelo efeito de sentido próprio da ideia de língua no imaginário europeu, como “aquilo que hoje é tendencialmente ‘a mesma língua’” (PÊCHEUX, 2014a, p 24) como efeito da imposição de uma “unificação fonológica, morfológica, sintática e lexical inscrita na forma-nação” (*ibidem*). De todo modo, esse contato e a delimitação das línguas (dos sujeitos e dos espaços outros) que ele provoca são materialidades histórico-ideológicas⁵⁴. Há um encontro de diferenciadas formas de constituição dos sujeitos (indígena/branco), de suas práticas languageiras (vistas como “gíria”, “dialeto”, língua materna etc.) e de suas formas de organização espacial (maloca, aldeia, povoado, província etc.).

Mesmo sendo o primeiro documento a retratar o Purus como personagem central, o relatório de Coutinho (1863), na série temática do arquivo textual – afluentes do Amazonas – no qual se insere, figura como o terceiro documento a distinguir os apurinã em relação aos demais povos autóctones da Amazônia. Por meio da interpretação que nele se acha sobre esta sociedade, podemos ampliar as demarcações de uma reflexão informada sobre a gramatização do vernáculo desta sociedade. Ele nos permite aprofundar as investigações sobre os “choques” da memória ocidental com o real da sociedade apurinã, especificamente. Deste modo, não apenas a mera narrativa de uma expedição pelo Purus, mas também os *elementos lexicais* indígenas e as definições de alguns desses elementos, que se leem no relatório, são pistas que ajudam a reconstruir o processo que leva a língua de uma sociedade indígena a se tornar objeto de uma reflexão sistemática.

Além do mais, as “constelações lexicais” indígenas distinguíveis em Coutinho (1863) nos permitem seguir pensando as relações entre espaço, língua e sujeito nas situações do contato em que se iniciaram a produção dos sabres sobre o apurinã. No rastro destas relações, podemos pontuar a singularidade da gramatização desta língua em sua “fase embrionária”. Uma busca que pode ser feita ao observamos a dispersão de tais palavras autóctones não

⁵⁴ O estado das contradições de classes em uma conjuntura que possibilitou as condições para a exploração sistemática do Purus em função de sua integração ao mercado capitalista. Nesse quadro, entende-se a ideologia operando não como um quadro de ideias, mas como força material que produz as práticas sociais, em que se insere a gramatização, como produto histórico, materialidade ideológica.

apenas como “traços residuais” de uma anterioridade e exterioridade não ocidental. Elas se linearizam no dizer do colonizador, testemunhando o caráter material dos processos discursivos de formações sociais outras, indígenas. São testemunhos de acontecimentos, que absorvidos pela memória ocidental, narram e descrevem o que em determinado momento eram apenas fatos e coisas desconhecidos. Tais palavras ajudaram a interpretar a realidade o Purus em função de sua reivindicação de posse pela recém-criada província do Amazonas. Elas emergem no discurso de colonos, viajantes, missionários e comerciantes, testemunhado não apenas um passado discursivo, mas também as relações entre sujeitos, línguas e espaços, a partir das quais se desencadeia o trajeto de descrição do apurinã.

Somos, mediante a exposição do contato cultural, instados, em virtude dos processos de significação do Purus (isto é, da produção do saber que aí se instala), a reafirmar que a ideia de ‘etnia/povo/tribo/nação apurinã’ se consolida enquanto conhecimento mediado pela materialidade linguística que passa a ser percebida e representada. Ou seja, o recorte etnográfico é mediado pelo real da língua dessa sociedade enquanto movimento fluído cuja imagem se *refrata* na escrita. Uma leitura etnográfica efetuada em função do imperativo da identificação e classificação do outro culturalmente diferenciado no Brasil Império decorrente da legitimação da posse. Nesse momento da colonização no Purus, dada essa legitimação que se processava desde a colônia, os conhecimentos etnográficos já eram volumosos, de modo que o indígena não era mais lido apenas pela oposição tupinambá (amigo) / tapuia (inimigo), comum nos primeiros relatos sobre os domínios portugueses. Os sentidos de ‘índio’ ou ‘indígena’ estavam aí deslocados, isto é, tinham adquirido novas predicções que alargavam seu escopo de leitura, seu lastro de interpretação na sociedade imperial.

Assim, mesmo que haja uma visão implícita de língua na delimitação destas fronteiras étnicas desde a “Descoberta”, essa visão não se desdobra imediatamente, no discurso dos viajantes, em uma reflexão metalinguística sistematizada. Na etnografia produzida por Coutinho (1863), desta forma, não há uma língua imaginária propriamente dita (com seus instrumentos técnicos específicos) orientando a classificação/designações étnica. O que há são apenas centelhas de uma reflexão metalinguística ainda errática. Centelhas que são imagens fugazes de língua pelas quais se começam a demarcar os inícios de trajetos de identificação e delimitação dessas sociedades, de suas línguas e de seus espaços. Na história do contato, de qualquer forma, para algumas dessas sociedades a continuidade não sem resistências, para outras apenas a fuligem do apagamento e o linguicídio.

Os *elementos* e as *unidades* lexicais indígenas, em Coutinho (1863), revelam parte do movimento da/na história dos conhecimentos sobre o Purus no qual se funda não apenas a imagem de unidade linguística do apurinã, mas também de outras línguas indígenas. No caso de seu uso evidente na sintaxe de línguas europeias, estes elementos lexicais se transformam em “marcações” histórico-discursivas da “alteridade na escrita” (NUNES, 1996, p. 50), dispersos no grafo do arquivo textual oitocentista, latentes, produzindo sentidos. Como marcações, no sentido materialista, eles distinguem as fronteiras históricas do dizível na e sobre a Amazônia, no e sobre o Purus. Tidas como “exógenas” ou “emprestadas”, seus traços de significação na memória indígena são silenciados em razão de sua evidencialidade diante da necessidade de o branco impor sua interpretação do Purus enquanto parte de um território nacional.

Posto isto, de um ponto de vista linguístico-discursivo, destacamos a presença de topônimos, etnônimos e antropônimos indígenas no texto de Coutinho (1863) sob o efeito da literalidade. Alargando esse escopo, lemos também, sob o mesmo efeito, nomes comuns indígenas que designam seres e coisas. Desses conjuntos de *elementos lexicais*, destaca-se uma margem tênue de definições, isto é, de *unidades lexicais* no corpo do relatório. São nomes, cujos significados não circulavam com tanta notoriedade, e, que, por isso mesmo, requeriam que o autor indicasse suas significações. Embora em meio a esses conjuntos de fatos lexicais haja palavras de origem apurinã para dizer alguns acidentes geográficos e nomes de pessoas, não há, contudo, para essas mesmas palavras, explicações, definições ou traduções. Há, no entanto, para palavras de outras línguas indígenas.

Em Coutinho (1863), a quase totalidade das nomeações indígenas é utilizada como designações já-dadas, naturalizadas. Ou seja, sua leitura já se acha sob o efeito da evidência pelo qual se presume que “todos sabem”. Contudo, pontos de estranhamento emergem no dizer sobre algumas realidades. O estranhamento é contornado pelo destaque da palavra indígena ao lado de sua definição no corpo de texto. Vemos aí um meio de o autor contornar o estranhamento acerca de um significante “novo” no seu texto; movimento que resulta em uma não coincidência do dizer, “em formas características de emprego metalinguístico da linguagem” (FUCHS, 1985, p. 134).

Logo, pelo fato de o texto não ter por finalidade a explicitação metalinguística, as definições se voltam, no caso de alguns nomes comuns, somente à garantia do efeito de univocidade na leitura, por meio de uma enunciação glosadora. De modo que os gestos de

interpretação da maioria das palavras indígenas no relatório já se acham acobertados pela transparência que elas assumem no discurso do viajante. Tais nomes são tomados como simples designações de lagos, de rios, de povos, de coisas etc. Ou seja, eles são tomados como elementos lexicais necessários à coerência das informações a serem prestadas. Eles entram na ordem do discurso cotidiano, colonizador, estatal. Isso porque na falta de significantes do branco para nomear, termos indígenas são reformulados no discurso do ocidental para construir as primeiras descrições do Purus.

Essa evidencialidade dos termos indígena no discurso do expedicionário guarda semelhanças com os relatórios analisados anteriormente (cf. MATOS, 1845; MATTOS, 1855). Observam-se regularidades de sentidos na enunciação de Coutinho (1863), em seu “reconhecimento” e em sua “exploração” do Purus. Mas, em distintas passagens, sua discursividade deixa pistas da opacidade de tais palavras diante da necessidade de “quebrar” o fio discursivo para explicar ao interlocutor seus sentidos. Um movimento metaenunciativo que deixa à mostra na estrutura de uma língua ocidental a discrepância das palavras indígenas – sua anterioridade e exterioridade. Definições são aí produzidas para subtrair dúvidas e incompreensões com relação à interpretação das coisas por potenciais leitores.

A discrepância destas nomeações é algo que nos faz olhar para a relação colonizador/indígena no Purus: ao descrever ou narrar fatos deste rio para responder às demandas de Estado, o viajante baliza seu discurso em termos “emprestados” de línguas outras, naturalizando-os em sua própria língua. Vozes de diversas sociedades se atualizam na fala do colonizador por meio de palavras autóctones, sendo necessário, em alguns momentos do texto, colocar algumas delas em suspenso, ao comentá-las. Nisso, a imagem de aparente literalidade do discurso colonizador é rompida com o retorno do viajante à explicação da significação da palavra indígena. Ele produz, assim, metalinguagem; *unidades lexicais* emergem de modo esparso no corpo do texto. A tensão entre os efeitos de equivocidade e de univocidade dos sentidos das palavras indígenas joga com as formulações no discurso do viajante, fazendo com que ele não apenas diga o real do Purus, mas diga esse real se apoiando em elementos lexicais que testemunham a diversidade etnolinguística do Purus.

A discrepância das palavras indígenas nas formulações de Coutinho (1863) evoca a mesma *assimetria* que constitui sujeitos e os espaços de vida humana do Purus. Seu encaixe-articulação na ordem do discurso colonizador se constitui historicamente cindido entre a memória indígena e a memória do ocidental. Produz-se, no entanto, um acobertamento

daquela memória para o funcionamento evidente das palavras indígenas na memória do colonizador. Em outros termos, embora, saibamos intuitivamente apontar sua origem indígena, não temos acesso aos traços de memória pelas quais se constituíram em suas línguas indígenas de origem. E a metalinguagem que emerge em torno delas é um modo de o autor assegurar seu efeito leitor, isto é, sua “comunicação”. A metalinguagem no relato de Coutinho (1863) emerge como uma tentativa de conduzir a uma interpretação o mais unívoca possível para os termos indígenas na sintaxe do texto.

Como se trata de algo “não tão transparente” na ótica do colonizador, a palavra indígena necessita de uma definição, cuja função é munir a enunciação de bastante informação para garantir univocidade de sua interpretação. Entenda-se aqui “bastante informação” como a quebra do uso evidente do termo na sintaxe a partir do conhecimento dos sujeitos enunciadores que já sabiam seus significados – coletores, regatões, práticos, indígenas etc. Como veremos mais a frente, é sob a voz destes que se apoia a explicação do sentido destes termos no relatório. Do ponto de vista da relação transparência/opacificação, as palavras indígenas no fio do discurso em Coutinho (1863) podem ser alocadas em *dois grupos*. Essa organização nos permite apontar “pontos” específicos das representações *meta*-que se vinculam à gramatização do apurinã.

Assim sendo, no grupo (i), temos termos indígenas funcionando de modo evidente, isto é, sem qualquer definição ou comentário. Para melhor caracterização desse funcionamento, operamos uma subdivisão destas palavras em quatro quadros: topônimos, etnônimos, antropônimos e demais palavras.

Sob o efeito da literalidade, vemos no encaixe-articulação dos topônimos indígenas no quadro 06, abaixo, a homogeneização do dizer das descobertas por meio do qual se fixam os sentidos do ‘reconhecimento’, da ‘exploração’ e da ‘territorialidade’ no Purus. Em um mesmo sintagma, verificamos, nessa homogeneização, a imbricação de processos de referenciação a partir da memória de distintas línguas a forjar a interpretação cartográfica necessária à colonização – *Lago Itatuba, Rio Sepatinim, rio Jauini, Paraná do Purupuru Cãnera* etc.

Quadro 06: Topônimos em Coutinho (1863).

Rio Purus (p. 199).

Rio/Barreiras Aquiri (p. 200).

Povoação/missão de Siraiaco (p. 200).

Rio Ucayale (p. 200).

Rio/afluente Ituxi (p. 200).

Rio Juruá (p. 201).
Canal do Paratari (p. 203).
Lago do Paratari (p. 203).
Lago do Beriri (p. 203).
Canal do Caxuiara (p. 203).
Canal do Cuiuanã/Cuianã (p. 203).
Lago Japurá (p. 203).
Lago Coari (p. 203).
Lago Gixagiratuba.
Paraná-mirin (p. 203).
Guajaratuba (p. 203).
Barreiras do Jutanaã (p. 203).
Barreira do Beruri (p. 205)
Rio/afluente Juari (p. 206)
Ilha Guajaratuba (p. 208).
Ilha Jacaré (p. 208).
Arimá (p. 209).
Rio Tapuá/ Tapauá (p. 209).
Paraná-pixima (p. 209).
Lugar do Itatuba (p. 209).
Lago Jamanduá (p. 209).
Lugar Jubituriá (p. 209).
Barreira de Uafuri (p. 209).
Rio Pauinim (p. 209).
Rio/afluente Capaná (p. 210).
Lago Juçara (p. 211).
Lago Genipauá (p. 211).
Aldeia dos Baetas (p. 211).
Rio Mucuim (p. 211).
Rio Sepatinim (p. 211).
Lago da caua (p. 211).
Lago Uauaçú (p. 211).
Lago Tambaqui (p. 211).
Lago Camará (p. 211).
Barreira Ipuranga (p. 213).
Barreira Uarumã (p. 213).
Lago Taboca (p. 213).
Barreira Itatuba (p. 213).
Barreira Ipucuriã (p. 213).
Barreira Arimá (p. 213).
Barreira Umaã (p. 213).
Barreira Paribi (p. 213).
Barreira Cauiriã (p. 213).
Barreira Capanaã (p. 213).
Barreira Utari (p. 213).
Barreira Maniuá (p. 213).
Barreira Catitiá (p. 213).
Lago Javari (p. 214).
Lago/Rio/Furo Tarauacá (p. 214).

Rio/afluente Cuniuá (p. 215).
Rio/afluente Jaminauá (p.215).
Rio Mamoriá (p. 216).
Paraná-mirim Apituã (p. 217).
Braço de rio Dacuriararini (p. 217).
Canal Cainarã (p. 217).
Lugar de Diurã (p. 217).
Rio Mari (p. 217)
Rio Pacιά (p. 218)
Rio/afluente Apuciari (p. 219).
Furo Inauaã (p. 220).
Lago Inicapê (p. 221).
Rio/afluente Inauim (p. 221).
Furo de Taranacá (p. 221).
Rio Tarauacá (p. 221).
Rio Periquito (p. 221).
Lago de Auca (p. 225).
Canal Caxiuara (p. 225).
Lago Pracuúba (p. 225).
Lago Urubu (p. 225).
Canal/lago do Biruri (p. 226).
Canal do Paratari (p. 226).
Ilha do Tatu (p. 227).
Lago do Surara (p. 228).
Lago do Ubim (p. 228).
Barreira/Igarapé do Ipiranga (p. 228).
Igarapé-Mirim (p. 228).
Lago do Cáua (p. 229).
Canal Taparu (p. 229).
Lago Japuá (p. 229).
Lago Xaviana (p. 229).
Lago Piranha (p. 229).
Lago do Paricatuba (p. 229).
Lago Hanaçú (p. 230).
Lago Caiané (p. 230).
Barreiras do Uarumá (p. 231).
Paraná-mirim do Jari (p. 231).
Lago Jari (p. 231).
Lago Janipauá (p. 231).
Lago Jaruná (p. 231).
Canal Oeranas (p. 232).
Lago Jamari (p. 232)
Lago Bacuri (p. 232)
Lago Tapira (p. 233).
Paraná-mirim do Macaco (p. 233).
Lago Acaiá (p. 233).
Lago Tucunaré (p. 233).
Missão de *Uaruna* (p. 233).
Lago Sapiá (p. 233).

Lago do Taboca (p. 233).
Lago Tombaqui (p. 236)
Lago da Pupunha (p. 238)
Tauá-mirim (p. 238)
Lago Juirapara (p. 238)
Paraná-mirim do Abufari (p. 238)
Paraná-pixuna (p. 238)
Rio Coari (p. 241).
Lago Itatuba (p. 241).
Lago do Quati (p. 241).
Banco do Quati (p. 241).
Barreiras do Ipucieriã (p. 241).
Lago do Abuduçuã (p. 242).
Lago Itateua (p. 242).
Igarapé Jatuarana (p. 242).
Banco do Jamitiimim (p. 242).
Lago Butaã (p. 243).
Lago Camaarã (p. 243).
Banco de Sicurieri (p. 243).
Ilha do Arimá (p. 244).
Banco de Hiaia-Cari (p. 244).
Banco do Pacιά (p. 244).
Banco Camaraã (p. 244).
Paraná-mirim Camarana (p. 244).
Paraná do Purupuru Cãnera (p. 245).
Lago Tanariã (p. 245).
Lago Camapeciqui (p. 245).
Banco do Patariá (p. 246).
Lago Bacuri-pari (p. 246).
Canal Tauariã (p. 246).
Lago Imbaã (p. 246).
Banco da Piuriha (p. 246).
Banco de Huamadé (p. 246).
Lago Acura (p. 246).
Paraná-mirim Aracurra (p. 246).
Paraná-Batataqui (p. 246).
Banco Pumiã (p. 246).
Banco do Jaburu (p. 246).
Furo/Barreiras do Umaã (p. 246).
Paraná Batataqui (p. 246).
Banco Amacia (p. 246).
Banco de Caauice (p. 246).
Banco de Tucumã (p. 247).
Banco Uiupiá (p. 247).
Lago de Paribi (p. 247).
Lago Curiamã (p. 247).
Banco do Turuum (p. 247).
Banco Anajanaã (p. 247).

Lago Cababoriqui (p. 247).
Lago Caiciã (p. 247).
Banco de Macuenari (p. 247).
Banco do Cunã (p. 247).
Lago Taracá (p. 248).
Furo do Mapuriá (p. 248).
Furo do Jipanaã (p. 248).
Banco Arucaí (p. 248).
Banco Uamaqui (p. 248).
Banco Ariminã (p. 248).
Lago Mapapacuá (p. 248).
Banco Jajauá (p. 248).
Banco de Carauari (p. 248).
Paraná-mirim Uacurrá (p. 248).
Banco Amapuã (p. 248).
Banco Pucurteã (p. 248).
Banco Aipuã (p. 248).
Lago Iamari (p. 248).
Banco Acipiari (p. 248).
Banco Catataruã (p. 248).
Paraná Macaiaru (p. 249).
Banco Caneriã (p. 249).
Barreiras de Caueriã (p. 249).
Banco Iupicia (p. 249).
Banco Cunaã (p. 249).
Canal Ipetateá (p. 249).
Paraná Macaiaru (p. 249).
Banco/Lago do Capiã (p. 249).
Barreiras/Igarapé de Capamiã (p. 249).
Lago Maciariã (p. 250).
Banco de Juriã (p. 250).
Lago/Banco de Jaraã (p. 250).
Lago/Banco Jaiciariã (p. 250).
Lago/Banco Jamanduá/Iamanduá (p. 250).
Canal Jumaiara-puni (p. 250).
Banco Jadibará (p. 250).
Banco Ipeçu (p. 250).
Canal Cacuataã (p. 250).
Banco Iapurá (p. 251).
Lago Taruamatini (p. 251).
Lago Itapá (p. 251).
Costa de Camutamã (p. 251).
Banco de Carababa (p. 251).
Banco Jucuri (p. 251).
Banco Iminaã. (p. 251).
Banco Mapiuá (p. 251).
Paraná-mirim Uaimipaiei (p. 251).
Paraná-mirim Uaininha-fura (p. 251).
Banco Uainenhafura (p. 251).

Banco Badará (p. 252).
 Banco Muhiam (p. 252).
 Banco Cacuriã (p. 252).
 Banco Bacadaru (p. 252).
 Banco Jaiafuri (p. 252).
 Paraná-mirim Apituam (p. 252).
 Banco Jacutê (p. 252).
 Lago Amututurá (p. 253).
 Lago Caniaã (p. 253).
 Banco Murepiciari (p. 253).
 Banco Paraf (p. 254) Catauixi?
 Banco Barramã (p. 254) Catauixi?
 Banco Juraqui (p. 254) Catauixi?
 Banco Uariá (p. 254) Catauixi?
 Banco do Amataqui (p. 254) Catauixi?
 Barreiras do Mufamã (p. 254) Catauixi?
 Banco Mamiai (p. 254) Catauixi?
 Banco do Pirão (p. 254)
 Banco Apeá (p. 254)
 Banco Amaciari (p. 254)
 Lago Tariá (p. 254)
 Banco Mamaiá (p. 254)
 Lago Maciari (p. 254)
 Banco Caciã (p. 255).
 Banco Jufuri (p. 255).
 Banco Mabitiri (p. 256). Jamamadi?
 Banco/Lago Urucuá (p. 256). Jamamadi?
 Banco Tamá (p. 256). Jamamadi?
 Barreira de Uatari (p. 256). Jamamadi?
 Igarapé Anidá (p. 256). Jamamadi?
 Furo de Inaniã (p. 256). Jamamadi?
 Lago Amauaã (p. 257). Jamamadi?
 Lugar do Aracatá (p. 257). Jamamadi?
 Banco Manaã (p. 257). Jamamadi?
 Barreira do Utari (p. 257). Jamamadi?
 Banco Adeí (p. 257). Jamamadi?
 Banco Anunari (p. 258).
 Banco Siuham (p. 258).
 Barreira do Siuham (p. 258).
 Irituiá (p. 258).
 Barreiras do Maniuá (p. 258).
 Banco Tucunham (p. 258).
 Banco de Aminam (p. 258).
 Banco/Igarapé/Lago Catateá (p. 258).
 Lago Uniçapé/Uinissapé (p. 259).
 Rio Auicimã (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?
 Barreira de Guiaria (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?
 Barreiras de Arcodaiminaã (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?
 Lago de Siariã (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?

Rio Tomiã (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?
 Pedras do Ubituriá (p. 260). Ipuriná/Juberi/Jamamadi?
 Lago de Paanariã (p. 260).
 Barreiras de Mairiã (p. 260).
 Lago de Cumupuí (p. 260).
 Barreiras de Quiciá (p. 260).
 Lago de Mataripuí (p. 260).
 Rio Siriuiuí (p. 261).
 Lago Maçupeém (p. 261).
 Lago Catipariri (p. 261).
 Lago de Inahari (p. 261).
 Lago de Caçaduã (p. 261).
 Barreiras de Jamereari (p. 261).
 Lugar de Terruã (p. 261).
 Lago de Caçaduã (p. 261).
 Lago de Mataripuí (p. 261).
 Rio Jauini (p. 261).
 Rio Ipuruí (p. 262).
 Barreiras do Chucuriã (p. 262).
 Rio Seuini (p. 262).
 Lago Paneripuí (p. 262).
 Lago Maripuaã (p. 262).
 Igarapé de Uataá (p. 262).
 Barreiras de Cachapá (p. 262).
 Lago/Barreiras de Jamoenã (p. 262).
 Barreiras do Camareté (p. 262).
 Igarapé Anuri (p. 262).
 Barreiras de Putucuí (p. 263).
 Rio Iuaceó/Hyaucó/Aucó (p. 264).
 Rio Aracá (p. 264). Maneteneris?
 Rio Iuacu (p. 265).
 Rio Jutaí (p. 282).
 Janiny (p. 282).
 Aldeia do Andirá
 Lago Paauarã (p. 288)
 Rio Ucayale (p. 296)
 Paraná-mirim Dacuiarariui (p. 300)
 Rio Iuacá (p. 300)
 Iapuá (p. 311)
 Serra de Carabaia (p. 323)

Fonte: Elaboração própria.

Rio, canal, lago, barreira, ilha, lugar, afluente, banco, barreira, furo, costa, serra. Cada uma dessas palavras do português que designam o espaço geográfico de maneira detalhada vai ganhando especificidade por meio de palavras indígenas - Aquiri, Ucayale, Ituxi, Caiuiara, Japurá etc. As palavras indígenas contribuem para a identificação dos espaços descritos. Mas *aldeia* e *missão* destoam aí, pois não são nomes de espaços geográficos naturais como os

outros. Também é interessante é que Igarapé-mirim não tem tradução. Igarapé é uma palavra indígena que foi incorporada no português enquanto uma palavra que designa um espaço, ao lado de outras palavras do português que designam determinados espaços: rio, canal, lago...

Estas expressões que misturam o português e línguas indígenas passam a constituir o sistema das evidências percebidas-aceitas-experimentadas que dão as novas cores das relações humanas no Purus. Nesses “empréstimos” de termos indígenas esvaziam-se seus traços de memória, como ilustramos em Matos (1845) e Mattos (1855) quando indicarmos seu exterior discursivo não ocidental. E, como resultado a repetição do topônimo de origem indígena, isto é, a repetição do nome próprio de um rio, de um lago, de uma ilha, de uma aldeia etc. de modo transparente na memória ocidental.

Essa imbricação de processos de referenciação também se observa na nomeação das sociedades indígenas. Por meio dela, observamos a homogeneização de um dizer sobre as sociedades indígenas desse rio. Vejamos, no quadro abaixo, a produtividade dos nomes próprios das etnias dessa região:

Quadro 07: Etnônimos em Coutinho (1863).

Índios Cocamas (p. 199).

Índios Pamaris (p. 204).

Índios Catauixis (p. 204).

Índios Ipurinás (p. 204).

Os muras (p. 211).

Aldeias de Mamoris/Mamuris (p. 215).

Catuquimas/Catuquinas (p. 215).

Uaiapuiçás (p. 215).

Índios Caripunás (p. 216).

Tribo Crupali (p. 217).

Tribo Tará (p. 217).

Tribo Jamamadi (p. 217).

Tribo Pamaná (p. 217).

Tribo dos Quarunás (p. 220).

Juberis (p. 220).

Aldeia de Canamaris (p. 264).

Aldeia de Uenamaris (p. 264).

Aldeia de Maneteneris (p. 264).

Índios Cunibos (p. 281).

Tribo Cipó (p. 281).

Tribo Uaipuça (p. 281).

Tribo Paru (p. 281).

Otomacues (p. 281).

Antes (p. 281).

Omáguas (p. 281).

Zurinas (p. 302)

Ubaias (p. 303)

Fonte: Elaboração própria.

Estes etnônimos encaixados-articulados no discurso de Coutinho (1863) possuem um funcionamento pré-construído indígena (uma historicização não ocidental), mesmo sendo reformulados não mais no encaixe-articulação em suas línguas de origem. Essa passagem de uma língua a outra é, apropriadamente, uma *materialidade histórica* que aponta não apenas a uma memória não ocidental, mas que atesta por meio da palavra cristalizada no português o silenciamento desse outro com seus conflitos, suas formas e momentos de significação e de transformação o mundo. São partes de línguas que se misturaram com o português. O etnônimo indígena carrega ainda outra marca de historicidade: seu acontecimento discursivo decorrente da realidade interétnica. Isto é, o nome usado pelo colonizador para designar uma sociedade indígena, em determinados casos, não é uma *autodesignação* e sim um nome atribuído por uma sociedade indígena diferente, amiga ou rival.

Deste modo, circunscrevemos esta passagem de uma língua à outra como parte do real da língua e do real da história, já que ela existe no mundo e a própria linguística usa notações para domesticá-la, para referi-la: ‘empréstimo’, ‘decalque’, ‘substrato’, ‘aportuguesamento’ etc. Os etnônimos passam a figurar, nesse rumo, apenas como nomes próprios, legitimados em outra formação social, a do ocidental. Considerando a alteridade em curso no Purus, na conjuntura imperial, o indígena continua não sendo tomado pelo Estado como interlocutor na construção de uma política comum na organização e partilha do espaço. Nessa alteridade, estes nomes são tomados apenas como elementos transparentes que auxiliam representação das diferenças que devem ser *reconhecidas*, *submetidas* e *apagadas* na construção da identidade nacional. Um processo que visa à homogeneização cultural, linguística e territorial. Como resultado o descimento, a civilização, a catequese, a integração, a miscigenação etc.

No quadro 08, abaixo, temos nomes próprios de pessoa de modo evidente. São antropônimos que, no relato de Coutinho (1863), aparecem sem explicações/reflexão sobre os referentes discursivos (seus traços de memória) pelos quais se constituem. Diferentemente do que pontuamos, por exemplo, sobre o antropônimo tupi *Oropacan* – *oropá* (arco) e *can* (flecha) – em Jean de Léry (1980, p. 225).

Quadro 08: Antropônimos indígenas em Coutinho (1863).

“Estes últimos têm à sua frente o principal *Mangori* da origem caripuna, que ainda em criança abandonou os seus” (p. 217). Caripuna/Catauixi.

“Na foz do Mari, eles trabalharam na preparação do combustível para o vapor e nessa ocasião mostraram o seu ressentimento contra *Macutê*” (p. 218). Ipuriná.

“Barreiras de *Quiciá*, há neste lugar uma maloca de *ipurinás*, dirigida pelo *tuxaua Cauacanan*” (p. 260). Ipuriná.

“*Apucaã* era o principal dos *pamaris* na ocasião da nossa viagem” (p. 294). Pamari.

“Ainda hoje é venerada no *Purus* a memória do *Pajé Maciabu*, que tão grande celebridade adquiriu pelos seus artifícios e bruxarias” (p. 293). Pamari.

Fonte: Elaboração própria a partir de Coutinho (1863).

No relatório de Coutinho (1863), além da discrepância dos topônimos, etnônimos e antropônimos indígenas, há também outra série de palavras indígenas designando, pelo efeito de evidência do significante, realidades genéricas: são nomes comuns de seres (p.ex. *carapanã*), de coisas (p. ex. *ipadu*) e de acidentes geográficos (p. ex. *abunini*).

Para alguns destes termos, as relações linguístico-discursivas de determinação aparecem no sintagma nominal – “Também usam os índios **da farinha da fava do comanduaçu**” (COUTINHO, 1863, p. 189 – negrito meu). Para outros, porém, o encaixe se dá sem qualquer determinação deste tipo; eles já entram na ordem do núcleo sintagmático – “No tempo da enchente costuma passar este crustáceo sobre **o igapó**” (COUTINHO, 1863, p. 191 – negrito meu). O interlocutor, para estes e para os casos acima, é pressuposto como detentor do conhecimento (um saber epilinguístico) relativo às palavras. Vejamos no quadro 09, a seguir, formulações desse tipo:

Quadro 09: Utilização evidente de palavras indígenas em Coutinho (1863).

“[...] aí se encontram *cajueiros, sorueiras, murici, umari*, e outras árvores frutíferas” (p. 218).

“Lago *Caiané* é comprido e estreito, abundante de *piraurucu*, razão por que se reúne aqui muita gente” (p. 230).

“Acreditam que um espírito superior ali vem comunicar ao *pajé* a causa da moléstia” (p. 286).

“Foz do *Paraná* do *Purupuru cãnera*; tem 30 braças de largura; entre no rumo de N. 14° O”. (p. 244)

“No tempo da enchente costuma passar este crustáceo sobre o *igapó*, ordinariamente perto dos troncos das árvores, de cujo fruto se alimenta” (p. 289).

“A praga dos *puins, carapanãs e mutucas* [...] desaparece quase completamente pelo verão” (p. 289).

“Fazem pequenas roças; mas o trabalho é quase todo reservado às mulheres, inclusive o da fabricação dos *beijus*, que usam em vez de farinha” (p. 289).

“O *carajuru* obtém do *catauixi* em troca de arcos e outros utensílios da pesca [...] e os colares de dentes de animais” (p. 293).

“Todos acompanham o enterro, chorando, e repetindo compassadamente a palavra *Araminhã*” (p. 291).

“O tecido adiposo dos peixes e da tartaruga é o que constitui quase exclusivamente a

alimentação dos *pamaris*, distinguindo-se a *pirarara*” (p. 291).

“Também usam os índios da farinha da fava do *comanduaçu*, empregada proveitosamente, segundo informam pessoas de crédito, contra impigens” (p. 291).

“Além das gorduras, da farinha do *comanduaçu*, usa também o *pamari* do *caxiri* do *pirarucu*” (p. 292).

“Usam, como os *catauixis*, introduzir um *taquari* na cartilagem divisória das narinas; nas orelhas, porém, substituem a unha de onça” (p. 295).

“Cobrem somente as partes genitais com a franja como os *pamaris*, e que entre eles tem o nome de *quiçá*” (p. 295).

“No barracão mora o *tuxaua* e as famílias aparentadas [...] E aí que trabalham todos, e guardam-se as armas, os arcos e *curabis*” (p. 295).

“As flechas são envenenadas com *uirari*, sendo a matéria conhecida entre eles com o nome de *cametampi*” (p. 295).

“[...] costumam trazê-lo em búzios, nos quais introduzem o osso da canela do *mutum* tendo meia polegada de diâmetro e três de comprimento, e tampam com um pedaço de itã a boca” (p. 295).

“Assim usam fazer os *otomacues* do Orenoco com o seu *niopo*, e os *antes* do *Ucayale*, com o próprio tabaco” (p. 296).

“Da planta denominada *curupá* preparavam os *omáguas* uma espécie de rapé, que tomavam por meio de um junco bifurcado” (p. 296).

“Sobre o teto do barracão atiram algumas sementes de *tocumã*, ou de outra qualquer palmeira” (p. 298).

“Quase todos cortam o cabelo na frente nestas ocasiões e levam o seu *aluré* munido de *beijus*” (p. 298).

“Aqui, como lá, o *ipadu* excita o sistema nervoso e faz desaparecer o sono e a fome” (p. 307).

“[...] soca-se o *ipadu* em um cilindro de três polegadas [...] feito, assim como o soquete, de *arapiranga* (madeira vermelha)” (p. 307).

Nas margens do *Aquiri*, informou-nos M. Urbano que há o tabaco silvestre (*Baruri*), de que se utilizam os índios do mesmo rio. (p. 307)

“A quina, a *abutua*, o *cumaté*, o *carajuru* e *tamaquaré* [...] acham-se profusamente no vale do Purus” (p. 309).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Coutinho (1863).

No grupo (ii), a seguir, lemos termos indígenas que indicam coisas, lugares e seres para os quais Coutinho (1863) apresenta uma definição, comentário ou explicação. Nas formulações em que esses termos aparecem, este autor ensaia uma reconstrução da significação do termo, trazendo a opacidade ao fio do discurso. A palavra indígena aí não é encaixada-articulada de modo evidente na estrutura do dito, como se lê quando ela é repetida em outras reformulações ao longo do relato. Como ilustração, a palavra *caxiri* após ter seu sentido balizado, aparece em reformulações posteriores já sob o efeito da literalidade em que se pressupõe um leitor que tenha apreendido seu significado – “As mulheres preparam os *caxiris*, e os homens fazem provimento de caça e pesca” (COUTINHO, 1863, p. 298 – grifo do autor).

Este agrupamento nos permite dimensionar o descentramento da imagem do apurinã nos discursos/arquivo da descoberta/colonização (a produção da interpretação desta língua). Por meio dele, analisamos “a suspensão da obviedade de algumas nomeações” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 53) para observar o estágio da apreensão do apurinã como objeto de reflexão. Vejamos, deste modo, no quadro 10, abaixo, as ocorrências deste funcionamento:

Quadro 10: Definições, comentários e explicações em Coutinho (1863).

a	“Os índios denominam <i>Paraná-mirim</i> aos canais mais ou menos extensos, que serpenteiam pelo interior das margens, e se encabeçam no rio, distando suas extremidades às vezes vinte léguas e mais” (p. 214).
b	“O que os índios chamam <i>Abunini</i> , lugar onde foi rio, são as voltas que a corrente atalhou rompendo pelo colo das penínsulas, e, assim, devem continuar, até que o regime chegue a um termo regular” (p. 215).
C	“Os índios chamam <i>Abunini</i> a estas partes do rio inutilizadas, que no fim de algum tempo secam, e cobrem-se de vegetação” (p. 232).
D	“ <i>Aclaúba</i> : ‘madeira de construção’” (p. 235).
e	“Por isso, deu-se ao lugar o nome de <i>Purupuru cãnera</i> , que quer dizer ossos de <i>Purupuru</i> ” (p. 245).
F	“São apaixonados do <i>caxiri</i> , nome que abrange qualquer fruto cozido depois fermentado. Usam freqüentemente do <i>paricá</i> , como fazem outras tribos, e mesmo os índios civilizados de nossas povoações [sic]” (p. 284).
G	“ <i>Xirimabos</i> : animais domesticados” (p. 287).
H	“A mulher solteira, que entretém amizade ilícita com qualquer homem, recebe o apelido de <i>mariçá</i> . É a concubina entre nós” (p. 291).
I	“ <i>Carapanã</i> : Estes insetos são conhecidos ao Sul do Império pelos nomes de <i>borrachudo</i> e <i>mosquito</i> ” (p. 294).
J	“Para não mergulharem debalde, examinam previamente, com o arpão armado da competente <i>jaticá</i> (<i>ferrão</i>)” (p. 289).

Fonte: Elaboração própria a partir de Coutinho (1863).

De saída, negritamos a extensão da *unidade lexical* no fio discursivo destas formulações. São modalizações autonímicas dirigidas à especificação do sentido de palavras e expressões indígenas; modalizações *metalinguísticas*. Elas se linearizam sintagmaticamente por um *signo autônomo X* e seu *desdobramento reflexivo opacificante*, ou seja, X e uma representação do dizer de X. Nessa perspectiva, encontramos neste texto a formação de *glosas*

intercaladas e dispersas entre descrições cartográficas e etnográficas. Estas *glosas* se apresentam da seguinte forma: a palavra ou expressão indígena é antecedida ou seguida de um comentário, isto é, de uma auto-representação opacificante.

Na relação destas *glosas* com a heterogeneidade, seguindo Authier-Revuz (1998; 1999), podemos dizer que elas não correspondem a uma *não-coincidência interlocutiva*, pois o relatório não pertence à esfera da conversação em que está em jogo a simultaneidade do diálogo entre dois coenunciadores; elas não se dão em uma simulação de uma conversação, no sentido de uma representação didática de um diálogo concreto. Nelas não há, também, um desdobramento reflexivo opacificante caracterizado por uma *não-coincidência das palavras consigo mesmas*, no sentido de um trabalho sobre a polissemia ou homonímia. As *glosas* aí produzidas, também, não correspondem a uma *não-coincidência entre as palavras e as coisas* caracterizadas pela adequação contextual de uso de uma nomeação (X/Y), no sentido de um trabalho sobre a metáfora, o eufemismo, hipérbole etc.

A esse despeito, podemos dizer que as *glosas* aí produzidas são efeitos de uma *não-coincidência do discurso consigo mesmo*. Isso porque a mobilização/dosagem das redes de significação por seu enunciador considera explícita ou interpretativamente a representação de uma fonte discursiva exterior. Assim, obedecendo à disposição do quadro 10, acima, esquematizamos, respectivamente, no quadro 11, as estruturas sintático-semânticas em que se desdobram os planos da M.A. em Coutinho (1863), por relação à marcação do elemento X exterior no interior do discurso:

Quadro 11: Esquemas das estruturas da M.A. em Coutinho (1863).

a	Ext. denominam X a X', que a, e [que] b..	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
b	O que Ext. chamam X, X', são a que, [que] b...	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
c	Ext. chamam X a X', que a e [que] b...	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
d	X: X'.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
e	X, que quer dizer X'.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
f	X, X' que a.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
g	X: X'.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
h	X', que a, recebe o apelido de X. É b.	Acoplagem Int./Ext./Int.
i	X: X'.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
j	X (X').	Acoplagem centrípeta Ext./Int.

Fonte: Elaboração própria.

Vemos em todas as esquematizações, no Quadro 11, a presença de um elemento X, como elemento exterior, que é portador da modalização autonímica. No desdobramento reflexivo e opacificante que lhe diz respeito, vemos que a identificação de sua exterioridade

discursiva (Ext.), na linearidade do dizer, coloca em cena algumas estruturas da M.A. em Coutinho (1863) que remetem ao falar indígena e ao falar local, “dialetal”. A não pertença do elemento X ao discurso, nessas estruturas de M.A., é remetida à exterioridade discursiva *interpretativamente* ou *explicitamente*. Para *a*, *b*, *c* e *h*, a não pertença de X ao discurso deste viajante é expressa na linearidade assinalando a presença da fonte exterior (os índios) na função de sujeito dos verbos de dizer ‘denominar’ e ‘chamar’, bem como, pela elipse do objeto indireto do verbo bitransitivo ‘receber’; *h* é um caso insólito, pois é pela elipse do objeto relativo a quem apelida de *mariçá* (X) que se remete à fonte do discurso outro. Em *d*, *e*, *g*, *i* e *j*, a não pertença de X é assinalada pela ausência de toda verbalização que identifica a fonte exterior, que é interpretada por meio da justaposição X/X’ a marcar os dois territórios discursivos Ext./Int. O que também ajuda a classificação deste subgrupo de M.A. como discurso segundo é a marcação suprasegmental do itálico, pelo autor, que mantivemos em 07.

Além da marcação/não-marcação da fonte exterior (Ext. = índios, por exemplo) do elemento X (*abunini*, por exemplo), observamos a balizagem de seu sentido no desdobramento opacificante que acopla a significação interior (X’ = ‘canais mais ou menos extensos’ ou ‘lugar onde foi o rio’, por exemplo). Deste modo, vê-se que todas as glosas apresentam a marcação segmental ou suprasegmental na referência dos elementos lexicais de empréstimo (o elemento autônomo X, exterior, é destacado pelo itálico); mas somente *a*, *b* e *c* possuem o exterior identificado, isto é, a identificação da fonte. Enquanto que no restante, a marcação dessa fonte é acessada de modo interpretativo pela marcação suprasegmental (vide *carapanã*, por exemplo, em 10, acima).

No sentido de caracterizar sintaticamente a extensão destas glosas, destacamos, para os esquemas *a*, *c* e *h*, acima, a recursividade em sua estruturação por meio de articulações feitas pelo relativo *que* ou pela *cópula verbal*, em sucessão. Para tais ocorrências, a emergência dessas predicções (oração relativa e predicado nominal) no fio discursivo fixa margens da interpretação do exterior discursivo por ralação a X’, o qual se dá como desdobramento do autônomo X. Para os esquemas *d*, *e*, *i* e *j*, a articulação se dá, exclusivamente, em sobreposição, X/X’ (X: X’ e X (X’)). As glosas *b* e *f* acumulam as duas “soluções gramaticais” (AUTHIER-REVUZ, 1988, p. 20), sucessão e sobreposição.

Considerando o dizer indígena em Coutinho (1863) diante da reconstituição da gramatização do apurinã, observamos algumas nomeações desta língua encaixadas-articuladas

sob o efeito do *um* do sentido na comunicação (topônimos, etnônimos, antropônimos). Do ponto de vista de sua determinação discursiva, sua exterioridade, elas funcionam como “pré-construídos residuais” no discurso colonizador. No entanto, não identificamos palavras desta língua, neste texto, lidas sob o efeito do *não-um* do sentido. Os autônimos X, expostos nos quadros 10 e 11, acima, correspondem à língua geral amazônica, excetuando-se ‘*abunini*’ e ‘*cãnera*’, que são identificados pelo autor, no corpo do relato, como pertencentes ao povo Paumarí.

De todo modo, a ideia ou imagem de *uma língua falada pela sociedade apurinã* funciona no relatório desse expedicionário de modo pressuposto. Uma imagem que, no entanto, ainda não se encontra estabilizada enquanto pré-contruído a preencher, sob o efeito da literalidade, o núcleo de um sintagma nominal como nome próprio da língua (no sentido de ‘o apurinã é falado’ ou ‘ele fala apurinã’, por exemplo). Do ponto de vista do arquivo, essa língua, até então, não aparece nomeada. Contudo, a “prova discursiva” desse funcionamento pré-construído (isto é, interdiscursivo) é, de qualquer forma, a discrepância do etnônimo apurinã e por extensão a discrepância de antropônimos e topônimos dessa sociedade, neste relatório.

Neste documento, a interpretação desses significantes – topônimos, antropônimos e etnônimo – se dá tendo a imagem de uma *língua* como traço fundamental da essencialização étnica (acontecimento que leva a exigência do etnônimo). Ou seja, nesse caso, distinguindo a sociedade apurinã das demais sociedades no olhar colonizador. Desta maneira, podemos dizer que a ideia pressuposta de *língua* ainda que não nomeada, no relatório, funciona como não-dito a determinar (de um exterior discursivo que evidentemente não se pode rastrear pela inexistência de um arquivo) o encaixe-articulação de seus topônimos e antropônimos que aparecem no documento.

O momento inaugural de contato cultural (de “descoberta” do Outro radical no Purus) é um lugar de produção de sentidos. Nisso, a questão da ‘monofonia’, da ‘política da palavra’, do ‘não-dito necessário e não necessário ao dito’, como propostos por Orlandi (1989), explicam o processo de significação de *apurinã* como nome de uma língua por homonímia em relação ao nome do povo que a fala (cf. BEZERRA, 2020). Embora existam margens iniciais de interpretação no Purus, o desconhecimento ainda é maior (em termos de silêncio fundador) e os sentidos nos discursos das descobertas estão em disputa; de certo modo, as nomeações

dos indígenas do Purus não estão fixadas em absoluto no português da região, isto é, ainda não são pré-construídas no dizer ocidental.

O discurso de constituição do léxico e o discurso lexicográfico, salvaguardadas as devidas proporções, se assentam sobre o suporte da escrita. Tecnologia do registro esta que permitiu o arquivamento de conhecimentos resultantes de um trabalho envolvendo *unidades lexicais* tanto em configuração dispersa (para a primeira discursividade), quanto em uma configuração sistemática (para a segunda discursividade) como, por exemplo, na elaboração de dicionários de uma língua (cf. NUNES, 1996). Notadamente, as formulações sobre a língua em Coutinho (1863), do ponto de vista da reflexividade opacificante, podem ser caracterizadas apenas como *traços de uma discursividade de constituição do léxico*.

Encontramos em seu relatório, portanto, enunciações glosadoras que auxiliam na produção da cartografia e da etnografia deste expedicionário. Seu texto não é o de um especialista do léxico, mas de um sujeito que, na relação de contato/confronto com o novo, precisa lançar mão de um saber metalinguístico disponível, que antecipa a constituição do sujeito lexicográfico do apurinã. Assim, na produção de uma discursividade sobre o léxico de línguas indígenas, as *unidades lexicais* emergem como um suporte na legitimação de sua retórica de reconhecimento e de posse do território que vai sendo descrito. Tais unidades lexicais não estruturam *verbetes* no sentido lexicográfico propriamente dito. Mas são, efetivamente, “um *gesto* de explicitação do sentido de uma unidade lexical em contexto” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 49 – grifo meu). Este gesto nos permite depreender, na leitura que fazemos deste texto, a constituição de um *sujeito glosador*, ainda não coincidente com uma posição *sujeito lexicográfico*. Isso porque, àquela posição de interpretação do elemento lexical corresponde uma configuração dispersa, que envolve uma variada tipologia textual; ela se vincula a um discurso de constituição do léxico e não propriamente a um discurso lexicográfico, conforme distinção de Nunes (1996). Ou seja, essa posição de sujeito glosador neste relatório se diferencia, nesse sentido, daquela que há em uma configuração localizada própria das listas de palavras, glossários, vocabulário e dicionários.

As glosas no texto de Coutinho (1863) são, assim, saberes espontâneos sobre o léxico que apontam para os processos discursivos relativos ao termo indígena na superfície do relatório. As definições, os comentários e as explicações recuperam no fio discursivo traços de memórias para a legibilidade do termo indígena no português. Um trabalho linguístico que

não ocorre, contudo, para a maioria dos termos indígenas que se já apresentam naturalizados na escrita deste expedicionário.

Mais do que isso, além do funcionamento discursivo que torna as palavras das línguas indígenas evidentes no português, além da necessidade de explicação de seus sentidos no fio discursivo do relatório, esbarramos em uma discursividade em que se acham evidentes os sentidos que permitem interpretar o sujeito indígena e seu espaço de vida. Não há, portanto, apenas um funcionamento das línguas indígenas contrastando com o português, mas o funcionamento prévio delas que “se refrata” na língua do colonizador como parte estruturante das práticas simbólicas de sociedades distintas. Se um osso ou um desenho rupestre podem ser utilizados como pistas para uma reconstituição histórica, uma palavra, do ponto de vista de sua historicidade, pode receber um “tratamento arqueológico” que dê vislumbre ao processo de constituição de sentidos sobre os sujeitos, espaços e línguas aí imbricados.

As nomeações indígenas ajudam a compor a cartografia e a etnografia que vai sendo feita sobre o Purus a partir da segunda metade do século XIX. Tem-se, desde então, a classificação pelo dizer da etnografia de várias sociedades indígenas em função de um projeto estatal de colonização. O povo apurinã, sua língua e o território tradicionalmente por ele habitado tornam-se acontecimentos na memória ocidental a partir do contato entre indígenas e brancos em razão desse projeto. Nesse avanço, as nomeações indígenas que vão sendo incorporadas na sintaxe das línguas europeias testemunham a correspondência língua-sujeito-espaço das sociedades indígenas que antecedem e passam a conviver com a entrada do imaginário ocidental.

Nesta região, a assimetria entre as sociedades indígenas no Purus e a sociedade brasileira em decorrência do avanço da colonização pode ser observada no relatório de Coutinho (1863). O relatório expõe essa relação dissimétrica entre o mesmo (colonizador) e o outro (indígena). Essas disjunções configuram relações de força que ficam evidentes se nós considerarmos o interesse explícito “civilizar” o sujeito indígena conforme os moldes da formação social brasileira.

De um ponto de vista histórico-discursivo, a constelação de elementos indígenas no relatório aponta para as espacialidades indígenas na região do Purus. Espacialidades caracterizadas pela oralidade e pelo seminomadismo. Os etnônimos e topônimos, atribuídos nas línguas autóctones e mobilizados pelo expedicionário, se materializam em sua escrita pela

relação com o real das formas de organização dos sujeitos indígenas no espaço – um porto, uma maloca, uma jangada, uma plantação. Tanto pelas palavras quanto pelos relatos sobre os espaços de sociabilidade indígena se lê, neste autor, a sobreposição de imaginários culturais produzidos por relações de contato com o autóctone. O relato da intervenção no espaço de convivência de algumas etnias produz gestos de interpretação sobre espacialidade pelos encaixes da palavra indígena no português:

Barreiras do *Arimá*: têm três braços de altura e uma légua de comprimento aqui reuniu Manuel Urbano 600 *pamaris* e *juberis*, fazendo-os descer da parte superior do rio, para formar-se uma aldeia conforme tencionou Frei Pedro de Ciriana. Urbano fez um grande roçado e levantou uma capela. Estavam as coisas neste pé, quando Frei Pedro foi demitido. Urbano então levou os *pamaris* para o *Jacaré*, onde se conservam ainda hoje à espera do missionário (COUTINHO, 1863, p. 243 – itálico do autor).

Também é importante notar que *fazer descer, formar aldeia, fazer roçado, construir capela* são políticas que apontam para a escalada da intervenção do branco no espaço de sociabilidade indígena.

Um espectro dessa mudança gradual sobre os costumes da vida indígena é também marcado, na etnografia deste viajante, pela demarcação entre índios de ‘boa índole’ e de ‘má índole’. Essa demarcação atravessa a interpretação das ofensivas de indígenas não assujeitados à vontade do branco. Nesse prospecto, a resistência ao avanço do colonizador está presente em Coutinho (1863) como insubordinação ao modelo de civilização idealizado pelo Estado. Como efeito, o não ajustamento do indígena às regras de Estado torna-os ‘bravios’, ‘errantes’ etc. Termos que tocam diretamente a questão do seminomadismo vs. o modo de vida urbano. Errância vs. fixação (no espaço).

De todo modo, a descrição do indígena não assujeitado deriva de categorizações que, portanto, o rebaixam, enquanto que aqueles indígenas já “amoldados” ao juridismo do branco são interpretados como ‘dóceis’, ‘pacíficos’ etc. Nessa demarcação, são construídos preconceitos no dizer este índio diante sua permanência em um modo de vida não ocidental, portanto, não civilizado:

Os primeiros exploradores do *Amazonas* não dão notícias desta tribo, que depois tantos incômodos causou aos colonos. No ano de 1600 estavam os *muras* reunidos nas vizinhanças do rio *Mamoré*, afluente do Madeira, e, como outras muitas tribos, eram conhecidos pelo nome geral de Moxos (COUTINHO, 1863, p. 283 – itálicos do autor).

A emigração, porém, mais curiosa, e que está hoje fora de dúvida, foi a dos *muras*. Da Bolívia desceram em grande número pelo Madeira, e assorearam-

se quase absolutamente das margens do Amazonas; aí se opuseram fortemente à colonização, mas cederam por fim e foram levados de vencida (COUTINHO, 1863, p. 303).

A produtividade das palavras de origem apurinã (o antropônimo *Cauacanan* ou o topônimo *Aquiri*, como exemplos) no relatório produz, sob o efeito da evidência, um recorte que aponta para a relação sujeito-língua-espaço no Purus. Se há língua, há espaço e sujeitos. Uma produtividade que toca o real da história do contato cultural em que se “inaugura” determinada produção de conhecimentos sobre as sociedades deste lugar. A produção de uma imagem da língua apurinã resulta desse choque de heterogeneidades pelo qual se narra e se descreve o que se vê. Nisso, a voz do indígena, pelas palavras de suas línguas, resiste na sintaxe das línguas de colonização como testemunho do contato dos povos do Purus com o branco.

Ainda que reconheça a ‘docilidade’ e o ‘acolhimento’ de certas etnias não assimiladas pelo processo de civilização, Coutinho (1863) apresenta, ainda assim, uma posição em favor da civilização dessas etnias. Mesmo diante da observação das diferenças culturais dos povos do Purus, este autor reproduz um olhar redutor sobre os indígenas. Na sua concepção de civilização, o indígena é passível de assimilação mediante o abandono de costumes qualificados como ‘instintivos’, ‘infantis’, ‘infelizes’ e ‘bárbaros’. O modo estereotipado como os *Muras* são interpretados no relatório é um forte indicativo da etnografia do viajante pela qual se produz uma informação enviesada sobre esta etnia. O relato sobre os *Mura*, no Purus, corresponde a uma tradução caricatural desta etnia, informando-a como perigosa aos “homens civilizados” que iam pouco a pouco se assentando na região destes indígenas.

O sentido de civilização implica aí o sentido da colonização. E colonizar, neste texto, é parte do processo civilizatório. Deste modo, o avanço sobre outras sociedades, que estão fora do padrão de civilidade esperado, é tomado como legítimo, necessário e salutar, pois, “seria um crime de lesa-humanidade deixar entregue aos instintos selvagens uma população tão imensa” (COUTINHO, 1863, p. 304). Sob esse funcionamento discursivo produz-se a retórica que justifica a incorporação do sujeito indígena na formação social brasileira: colonizar/civilizar é algo bom!

Contudo, um estranhamento desse funcionamento naturalizado dos sentidos de colonização/civilização também se opera em Coutinho (1863, p. 303, **negrito meu**) quando ele relata a desconfiança do indígena em virtude das perseguições acarretadas pelo branco: “Outras tribos estabelecidas no centro, como os *juramadis*, *catuquinas*, *quarunás* e *pamanás*,

desconfiam ainda da visita dos regatões, lembrando-se dos **horrores das antigas bandeiras**".
E, ainda,

Todos falam das correrias e depredações, que costumam fazer alguns desses infelizes, mas **ninguém se lembra de pesar as consequências da perseguição de três séculos, que eles experimentaram**, da recompensa falaz que durante esse longo período receberam, do bom agasalho prestado aos civilizados (COUTINHO, 1863, p. 303, negrito meu)

Ou ainda,

[...] sabendo nós por que o índio vive quase como bruto, desconfiado da civilização, é altamente imoral que lavremos uma sentença tão dura contra ele, quando **a responsabilidade pesa toda sobre a parte corrupta da sociedade, que se lhe tem apresentado, acoroçoando e promovendo o crime** (COUTINHO, 1863, p. 304, negrito meu).

Ainda assim, o reconhecimento pelo autor dessa desconfiança se dá mediado pelo “direito” do colonizador sobre a posse da terra nos limites do Estado brasileiro. Um choque-tensão entre modos de estar no espaço que subjaz ao contato cultural, de modo dissimétrico e desigual. Como efeito, restará ao indígena aceitar, de qualquer forma, um novo modo habitar no território conforme a forma-sujeito do direito ocidental.

Podemos ir além, no texto de Coutinho (1863), com respeito à correspondência língua-sujeito-espaço que preside o contato cultural e, conseqüentemente, a produção dos primeiros saberes sobre o apurinã. Nisso, vemos que a experiência simbólica do/no espaço indígena do Purus pré-colonização é sensível na interpretação deste autor ao produzir suas informações cartográficas e etnográficas. Ele parece tomar, em alguns trechos, os termos ‘maloca’ e ‘aldeia’ como sinônimos. No entanto, em nenhum momento do relatório, os espaços de sociabilidade indígena marcados pela intervenção do colonizador são designados especificamente pelo termo ‘maloca’.

Por exemplo, quando lemos sobre uma aldeia de indígenas localizada na foz do canal do Biruri, encontramos a seguinte interpretação: “Passando a foz do canal *Biruri*, fica logo adiante no Purus [...] a primeira aldeia de *Muras*, composta por quatro casas” (p. 226 – itálicos do autor); “Nas margens deste lago [Surara], erravam quatro famílias *muras*, que o diretor Rodrigues de Sousa conseguiu fixar na aldeia do *Biruri*” (p. 228 – itálicos do autor).

Vê-se que, diante da intervenção do colonizador no espaço indígena, não há mais ‘malocas’ e sim ‘casas’. A ‘aldeia’ é um lugar para a fixação do indígena que antes ‘errava pelas margens do lago’. Vê-se, ainda, a entrada de elementos do urbano na organização do

espaço de vida indígena. Contraditoriamente, um agrupamento indígena sem intervenção do branco pode ser interpretado, apenas, como ‘maloca’ ou mesmo como ‘aldeia’. Contudo, um agrupamento indígena que tenha sofrido intervenção do branco é tratado, exclusivamente, como ‘aldeia’ ou ‘aldeamento’ no relatório: “Lago Sapiá; é regular, e teve outrora uma aldeia de muras”; “Nas margens do lago (do macaco), erram algumas famílias *muras*, que pertenceram à missão de *Uaruna*” (COUTINHO, 1863, p. 234 – itálicos do autor). Neste texto, assim, *maloca* significa, em todas as suas ocorrências, o espaço específico da convivência indígena significado apenas por suas práticas tradicionais: “Aqui estabeleceu **uma missão** Fr. Pedro de Ciriana, **onde reuniram-se os *muras* das malocas vizinhas**” (COUTINHO, 1863, p. 231 – negrito meu).

O relatório de Coutinho (1863) é, portanto, um *objeto discursivo* no qual a sociedade apurinã é significada de maneiras específicas. Trata-se de um texto que aporta uma etnografia do Purus. Ele também dá as primeiras informações cartográficas desse rio. E, em meio a tais descrições, se materializam em sua escrita os primeiros *elementos lexicais* do apurinã, designando alguns setores do real. Os termos desta língua aparecem encaixados-articulados na sintaxe do português, mesmo que não haja um retorno do autor sobre seu sentido, como ocorre para termos de outras línguas indígenas da mesma região.

2.4. Sujeito, língua e espaço nos relatos de Chandless (1866, 1867): nomeações, definições e comentários linguísticos na constituição da imagem da língua apurinã

Dois são os relatos de William Chandless importantes para a história das ideias linguísticas sobre o apurinã no século XIX. Dois objetos discursivos produzidos a partir de sua viagem exploratória, que ocorreu de Junho de 1864 a Fevereiro de 1865, ao longo da bacia hidrográfica do Purus. Trata-se de *Notes on the River Purus* e *Notes on the River Aquiry*, publicados, respectivamente, em 1866 e em 1867 na revista da *Royal Geographical Society* (RGS), em Londres. De um ponto de vista materialista, esta viagem e estes relatos resultam de condições sociopolíticas da colonização da Amazônia na segunda metade desse século, com destaque para: 1) a pressão internacional pela abertura dos rios brasileiros à navegação internacional, que culminaria no Decreto nº 3.749 de 07 de dezembro de 1866; e 2) o aumento da demanda por borracha nos centros europeus decorrente da Revolução Industrial,

que desencadearia, em 1879, um ciclo de exploração sistemática na região. Estes fatores reordenaram as relações socioespaciais na Amazônia, intensificando os fluxos de exploração, de comércio e de povoamento. Os discursos das descobertas, nessa conjuntura, continuam a desdobrar-se em dizeres que dão a conhecer o Purus em decorrência de uma vontade de saber vinculada a interesses econômicos nacionais e estrangeiros.

Nessa mesma metade de século, além da diversidade de línguas autóctones, o nheengatu e o português já haviam penetrado no rio Purus como línguas a mediar relações de contato indígena-ocidental. E os relatos de Chandless (1866; 1867) sobre este rio dão testemunho desse panorama linguístico com o auxílio de uma série de palavras de origem indígena em sua escrita. Nestes relatos, tais palavras, ao dizerem o Purus, ajudam a apreender a constituição das primeiras reflexões sobre o apurinã. Isso porque, dada sua discrepância em textos oitocentistas, elas desencadearam a alteridade com línguas indígenas, do ponto de vista da escrita, necessária à produção do saber metalinguístico.

A esses quadros iniciais de produção de saberes sobre línguas indígenas no Brasil, articulam-se, atualmente, o próprio discurso de “revitalização” e/ou de “manutenção” e/ou de “preservação” de línguas marginalizadas e/ou minorizadas. São quadros iniciais de reflexão caracterizados por inúmeros acontecimentos discursivos de ordem metalinguística que funcionam como um alhures discursivo, jogando política e simbolicamente com a produção de uma imagem de língua na longa duração.

Diante do desdobramento histórico do discurso das descobertas nessa região, é indispensável situar o lugar destes dois relatos na gramatização do apurinã. Nesse sentido, fazemos alusão às filiações institucional e teórica do viajante que os produziu para manter a Inglaterra informada sobre o Purus.

Bacharel em Artes pelo *Trinity College* da Universidade de Cambridge, Chandless (1829-1896) é considerado pela historiografia como um explorador autônomo de vários recantos das Américas (cf. ISHII, 2016). De suas jornadas, resulta uma enorme literatura de viagem alinhada ao Naturalismo, perspectiva científica predominante em sua época. Em seus relatos de viagem, ele apresentou instrumentos tecnológicos produzidos em decorrência da leitura dos lugares visitados que vão de cartas cartográficas a listas de palavras. De modo particular, no delineamento das lacunas a enfrentar e na legitimação dos resultados de suas

observações no Purus, este autor se apoia tanto no conhecimento local quando em vozes tidas como especializadas.

No que pese sua historiografia, a estética e os assuntos de sua literatura de viagem, os relatos que se referem ao Purus são um elo importante no alargamento das fronteiras do conhecimento sobre essa região. Isso porque os conhecimentos destes dois relatos são retomados em outros espaços institucionais, para além da *RGS*. Em seu processo de circulação, as afirmações aportadas por Chandless (1866; 1867), ao serem repetidas, vão sendo confirmadas ou corrigidas.

Uma primeira circulação se dá em 1867 por meio da revista *Illustrierten Deutschen Monatshefte (IDM)*, que se voltava à popularização do conhecimento no espaço alemão (cf. BISPO, 2013). Nesta revista, distintos trechos de Chandless (1866) foram integralmente reproduzidos e comentados. Uma segunda circulação se dá no espaço brasileiro a partir de sua releitura por Euclides da Cunha, em 1906. Abrem-se, por meio destes percursos de circulação, novas margens de leitura para os conhecimentos de Chandless (1866; 1867).

Nisso, enquanto a revista *IDM* apenas divulga descobertas deste viajante naturalista, Cunha (1986) ao retomá-las, atualiza medições e informações sobre os afluentes, alargando as margens do saber sobre o Purus. É o que lemos em Volker (2017):

A principal diferença entre as viagens de Chandless e Euclides é que, ao chegarem a um ponto em que o Purus se divide em dois braços, o inglês percorreria o braço mais curto, chamado Purus, e Euclides segue pelo braço do Cavaljani, atingindo as cabeceiras do Purus e o varadouro que levaria ao Ucayali. Tendo trilhado esse caminho, pode certificar a independência das bacias desses três grandes rios (sobre a qual Chandless já suspeitara), o que é uma descoberta fundamental para compreensão das bacias hidrográficas da região. Em muitos momentos de seu relatório, Euclides faz elogios aos mapas de Chandless (p. 237).

Tais retomadas sobre o Purus no arquivo sobre a Amazônia nos permitem compreender a historicidade do saber que vai sendo aí construído. Saber que, como não poderia deixar de ser, é caracterizado pela incompletude, por margens de desconhecimento, por predicções ainda não formuladas sobre o objeto sobre o qual se deseja saber.

Observados esses elos na circulação dos saberes sobre o Purus, os relatos de Chandless (1866; 1887), diferentemente dos primeiros relatórios administrativos que informam oficialmente o rio, possuem uma preocupação mais científica. Intepretação esta aportada em Ishii (2016, p. 326), ao destacar que a “forte conotação a favor da ‘objetividade dos fatos’

narrados evidencia a perspectiva científicista presente no discurso de Chandless”. Assim, na sequência de Coutinho (1863), os textos de Chandless, também retratam especificamente este rio, agora, por um prisma acadêmico. Na escrita deste viajante inglês, considerando uma interpretação lateral das línguas indígenas, a descrição etnográfica dos espaços de sociabilidade no Purus se dá ao lado da descrição cartográfica do espaço físico e natural.

Mediante uma abordagem discursiva, vemos nos relatos que “a descontinuidade entre o meio natural e o espaço de vida” (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 79) se impõe enquanto materialidade à percepção do viajante que retrata distintas formas de ocupação ao longo de sua subida no Purus, a partir da desembocadura deste no Amazonas. O espaço de vida vai sendo dito mediante a interpretação de relações sociais ao longo do curso do rio (branco/indígena e indígena/indígena). Nisso, seguimos constatando o estado da *assimetria* entre diferentes formações sociais nesse rio, a produzir os trajetos de uma nova cultura local a partir do contato/confronto cultural e de uma sobreposição do estado brasileiro no imaginário dessas sociedades. As descrições em Chandless (1866; 1867) mostram, assim, a escalada de injunções e de influências ocidentais na significação da espacialidade indígenas.

Nestes termos, o mapa de Chandless (1866) registra um espriamento de distintas formas de espacialidade. Lemos, neste instrumento cartográfico, de um lado, uma interpretação que demarca os seguintes territórios indígenas: Mura, Jamamady, Jubery/Canamary, Cipó, Hypurina e Manetenery. De outro lado, um alargamento das ocupações ocidentais, cujas demarcações no mapa aparecem como sutis pontos encrustados em meio aos territórios indígenas. São elas: “Sitio do Manoel Ascenscao”, “Sitio do Florencao”; “Old Mura Mission”; “Sitio de Boa Vista”; “Feitoria de João Gabriel” e, por fim, “Canotama (Feitoria de Manoel Urbano)” (CHANDLESS, 1866). As espacialidades a compor a face humana no Purus são ainda majoritariamente indígenas e a ideia de língua, dentre outros aspectos tomados como sendo de coesão social, segue como critério da interpretação cartográfica e etnográfica.

Neste momento de contato, diante da leitura do espaço de vida em Chandless (1866; 1867), vemos, nos primeiros reconhecimentos linguísticos nesse rio, as definições, as traduções, os comentários e as listas de palavras legitimando imagens de várias línguas. Imagens contemporâneas a uma realidade humana fortemente marcada por relações interétnicas. Vejamos alguns recortes em que estas relações são descritas e que nos permitem pensar tanto a historicidade de uma língua quanto a historicidade dos saberes sobre ela:

A Pammary village has then rather a striking appearance. Their agriculture is but slight [...] So far as have seen [...] each family always lives in separate huts [...] I have counted more than sixty canoes floating down river together in chase of turtle [...] **They trade with other tribes** (CHANDLESS, 1866, p. 93 – negrito meu).⁵⁵

Their mandioca-flour [Catauixis] is very superior to that of the Amazon [...] and their pottery, very neatly made and ornamented with geometrical patten is much prized on the Purûs: [...] **they trade also with other Indians** [...] I have seen of the Catauixis those only who have come down to the Purûs (CHANDLESS, 1866, p. 95 – negrito meu).⁵⁶

Above the River Sepatynim and from to this the River Hyuacú [...] extends the tribe of Hypurinás, the most numerous [...] **On the left side, at the one or two days' journey from the river, are the Jamamadýs, extending inland of the Hypurinás for their whole length** [...] Always expecting attack, the Hypuriná rarely lays aside his bow (CHANDLESS, 1866, p. 96-97 – negrito meu).⁵⁷

Diante desse quadro de produção de um saber etnográfico, a utilização da língua como traço de distinção cultural pela qual desponta uma metalinguagem está na base do início da gramatização do apurinã. Trata-se de uma textualidade que lança luzes ao limiar da alteridade cultural pela qual se dão as primeiras percepções e representações da unidade linguística apurinã. Alteridade da qual observamos alguns meandros em Matos (1845), Mattos (1855) e Coutinho (1863). São interpretações baseadas no senso comum pelas quais o observatório ocidental foi gradativamente compreendendo/demarcando as fronteiras linguísticas do apurinã. Um discurso metalinguístico pelo qual se distingue/descentra uma língua de outras línguas faladas na mesma região – *Pammary*, *Manetenery* (Piro) e *Canawary*, por exemplo.

Assim sendo, de um ângulo linguístico-discursivo, destacamos em Chandless (1866; 1867), nomes próprios indígenas para designar lugares e etnias, bem como nomes comuns indígenas para designar objetos manufaturados e elementos da fauna e da flora. Embora este viajante narre situações de contato com sujeitos de distintas sociedades, não há registros de

⁵⁵ Tradução minha: Uma aldeia Pammary tem então uma aparência bastante marcante. A agricultura deles é pequena [...] Pelo que vi [...] cada família vive sempre em cabanas separadas [...] contei mais de sessenta canoas flutuando rio abaixo juntos em busca de tartarugas [...] Eles negociam com outras tribos.

⁵⁶ Tradução minha: A farinha de mandioca deles [dos Catauixis] é muito superior à da Amazônia, pois não extraem a tapioca nem o amido; e sua cerâmica, muito bem feita e ornamentada com padrões geométricos, é muito apreciada nos Purûs: [...] eles negociam também com outros índios [...] Não tendo subido nos afluentes, vi dos Catauixis apenas aqueles que desceram para os Purûs, e eles raramente vêm.

⁵⁷ Tradução minha: Acima do rio Sepatynim e deste o rio Hyuacú [...] estende-se a tribo dos Hypurinás, os mais numerosos [...] Do lado esquerdo, a um ou dois dias de viagem do rio, estão os Jamamadýs, estendendo-se para o interior dos Hypurinás em toda a sua extensão [...] Sempre esperando o ataque, o Hypuriná raramente põe de lado seu arco.

antropônimos indígenas como em Coutinho (1863; 1867). O naturalista se refere ao indivíduo indígena sempre de modo genérico: “*The first Canamary chief*” (CHANDLESS, 1866, p. 106). Isso mesmo tendo vivido oito meses em canoas com uma equipe de indígenas bolivianos, apurinã e pamarys, que atuavam como seus guias, remadores e intérpretes.

Ainda no sentido da discrepância (encaixe-articulação) destas palavras indígenas em Chandless (1866; 1867), se sobressaem *unidades lexicais* na forma de traduções e definições dispersas no texto que glosam determinados *elementos indígenas*. De um ponto de vista argumentativo, também, vemos no texto o delineamento de comentários sobre fatos linguísticos voltados à justificação da relação língua/etnia, tais como família linguística e pronúncia. Dito de outro modo, misturadas às descrições cartográficas e etnográficas destes relatos, encontram-se, para além de um encaixe-articulação transparente de nomes indígenas, interpretações de natureza metalinguística. Isto é, traduções, definições e comentários.

De acordo com o “grau” de evidência desses elementos indígenas encaixados-articulados em Chandless (1866; 1867), podemos distinguir dois grupos.

No grupo (i), o sentido do elemento no encaixe sintático se dá pelo efeito de literalidade do significante, como podemos ler, abaixo, nos três quadros de topônimos, etnônimos e demais elementos lexicais:

Quadro 12: Topônimos em Chandless (1866).

[...] nevertheless, he ascended the largest, the **Aquiry** (p. 87).

[...] he was not from far from the river **Ucayali** (p. 87).

[...] he [Manuel Urbano] was near the Bolivian town of **Sarayácu** (p. 87).

[...] but still kept on till [Mr. Wallis] about ten miles above the river **Pauynim** (p. 87).

[...] but the probably depends more on the fact that when the **Purus** is full the first two large affluents, **Paraná-Pixuna** and **Tapauá**, are completely held back (p. 89).

[...] but above the island **Uajaratuba** by only 18 inches (p. 89).

Towards the end of July I reached the River **Mucuum** (p. 94).

At **Canotama** [...] the barometer stood higher then in **Manaos** (p. 94).

[...] on the Rivers **Mucuum**, **Marý**, and **Paciá**, live the Catauixis (p. 95).

At this time the **Ituxy** was low (p. 96).

Above the River **Septynim** and from this to the River **Hyuacú** [...] (p. 96).

I am told that the Miranhas on the River **Juruá** carry each man his little bag (p. 97).

From the little River **Aicinam** upwards the *Purus* in the dry season is not navigable (p. 98).

The **Pauynim** and **Inauynim** [...] are entirely unknown (p. 98).

As the difference of longitude of this and the mouth of **Aracá** (p. 100).

On November 9th we passed the little River **Tarauacá** (p. 103).

[...] by an igarapé on the right side, a little below the **Curumahá**, one could pass [...] to the River “**Caspahá**” (p. 106).

One of the latter, with a stick, marked the river with five the affluents – **Yapahá**, **Curinahá**, **Ahaporá**, **Ipietahá**, **Cupenhipahapahá** (p. 107).

I have marked as River **Mai-i-nauas**, as that may possibly be the name of this tribe (p.113).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Chandless (1866).

Como se vê nestas formulações, na construção dos referentes das descobertas do *Purus*, os espaços vão sendo ditos obedecendo às tensões entre os sentidos das memórias indígena e ocidental. A ancoragem das ilusões referenciais dos topônimos se baseia na relação imaginária palavra-coisa e produz uma nova rede de evidências para falar o espaço: “*Ituxy was low*” (CHANDLESS, 1866, p. 96), “*the mouth of Aracá*” (CHANDLESS, 1866, p. 100), “*the little River Tarauacá*” (CHANDLESS, 1866, p. 103) etc. Trata-se da imbricação de processos de referenciação que observamos em Matos (1845), Mattos (1855) e Coutinho (1863). O topônimo indígena, aí, entra como pré-construído, um “já lá” naturalmente articulado na sintaxe dos relatos. São nomeações, no sentido de um nome próprio para designar lugares, que se estabelecem a partir de uma memória indígena, cujos sentidos mais interiores se esvaem no dizer ocidental.

Na construção discursiva do referente, descobrimos em Chandless (1866) que a ausência de um imaginário indígena local em determinados trechos da viagem cria uma situação de nomeação peculiar: a referenciação é produzida exclusivamente pelo choque da memória ocidental com a realidade do mundo a exigir interpretação a partir do universo do branco. Duas passagens aí são ilustrativas: a narração da nomeação do rio Manuel Urbano e a nomeação do rio dos Patos. Vejamos:

From this point upwards, for many days, we saw no trace of Indians [...] We passed small rivers, which I left nameless, as I misapplying the names, given as by the Indians, could only lead to subsequent confusion. To a large one, about half the size of the Purus, I gave the name of Manuel Urbano (for want a better), and to another smaller one that of River de Patos, as we happened to shoot a couple of black ducks just inside the mouth (CHANDLESS, 1866, p. 107).⁵⁸

A anterioridade e exterioridade indígena que constituem o dizer cartográfico do viajante também determina a discrepância dos etnônimos, como se lê nas formulações abaixo:

Quadro 13: Etnônimos em Chandless (1866).

[...] the Indians thus far [...] are *Muras* (p. 92).

The *Pammarys* and the *Juberys* are [...] subdivision of the old tribe of *Puru-purus* (p. 92).

I have seem of the *Catauixis* those only who have come down to the Purus (p. 95).

The *Pamanás* are said to be suffering (p. 96).

On the left side [...] are the *Jamamadýs*, extending inland of the Hypurinás (p. 96).

I am told that the *Miranhas* on the river *Juruá* carry each man his little bag (p. 97).

The *Manetenerys* eat the unripe seeds (p. 99).

On it Manoel Urbano found *Canamary* Indians (p. 100).

It is said that on the left bank is a tribe called “*Uainamarys*” (p. 100).

Above them another, the *Cujigenerýs*, who also use clothes (p. 106).

They call themselves *Catianás* (p. 107)

Fonte: Elaboração própria a partir de Chandless (1866).

Das relações interétnicas às relações com o branco, os nomes dos povos do Purus são outros sintomas de uma memória indígena que fala nos discursos das descobertas. Nessas interpretações do outro, a língua é um dos traços pelos quais se “descobre-justifica” as fronteiras de cada sociedade, cujos nomes próprios ao dizê-las se tornam parte um discurso

⁵⁸ Tradução minha: Desse ponto em diante, por muitos dias, não vimos nenhum vestígio de índios [...] Passamos por riachos, que deixei sem nome, pois aplicar mal os nomes, dados como pelos índios, só poderia levar a uma confusão posterior. A um grande, com cerca de metade do tamanho do Purus, dei o nome de Manuel Urbano (na falta de um melhor), e a outro menor, o de Rio de Patos, porque por acaso atiramos em um par de patos pretos logo lá dentro a boca.

evidente. Nota-se aí o fato discursivo de que o nome é primeira forma de dar estabilidade ao acontecimento, ao novo, à descoberta.

De maneira semelhante, nesse processo de referenciação, lemos também em Chandless (1866) a discrepância (encaixe-articulação) de nomes indígenas de objetos manufaturados, de seres e de elementos da fauna e da flora. No quadro 14, abaixo, reunimos as formulações em que essas palavras aparecem sob o efeito da transparência:

Quadro 14: Utilização evidente de palavras indígenas em Chandless (1866).

The edge of the vegetation is bounded by **uirana** [...] with **imbaubas** (p. 90).

Accordingly, the **jauarí**-palm grows abundantly on the **igapó** (p. 90).

[...] the **mirítí** is very scarce on the Purus (p. 90).

[...] motuns of monkeys (**coiatás** and **guaribas**) in the wood are seldom wanting (p. 91).

[...] the **assaí** is ripe in January (p. 91).

[...] fish are abundant, particularly of the kind of **pirarara**, **surubim** (p. 91).

[...] the **piums** at times cause very tire some sores (p. 91).

[...] the sap of the **ocauba**-tree is an excellent salve (p. 92).

Their **mandioca**-flour is very superior [...] as they do not extract the **tapioca** or starch (p. 95).

The poison is compounded of the sap of “**assacú**” and other ingredients (p. 97).

[...] these and all Indians have a belief in a Supreme or Superior Being, whom some call “**Carimade**”, others “**Jurimade**” (p. 97).

They call the palm “**Cayuaripá**” (p. 99).

The tree very nearly resembles the **Cayaué** (p. 99).

Their canoes are **ubás** of cedar-woods (p. 102).

Tapir are extremely numerous on this river (p. 108).

Capivaras are still more numerous and tame (p. 109).

Fonte: Elaboração própria a partir de Chandless (1866).

No grupo (ii), no quadro 13, abaixo, as formulações apresentam no seu desenrolar a suspensão da evidência de determinadas palavras. Neste uso do léxico, evade-se a relação

palavra-coisa, e tais palavras funcionam como objetos de comentário e de explicação. Em seu encaixe, elas funcionam como signos portadores de autonímia. Seus sentidos não são recuperados, pelo leitor, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis. Nestas formulações, eles são recuperados por meio de uma auto-representação. Isso porque, neste plano de representação emerge no fio do discurso um recorte de traços de memória, produzindo pontos de *não-coincidência do dizer*. Nessas configurações, temos, de um lado, a escolha do elemento lexical e a balizagem de seus sentidos na linearidade do dizer e, de outro, o acúmulo de menção e de uso nesse objeto lexical ao mesmo tempo.

Esses pontos de *não-coincidência* em Chandless (1866), ao glosarem o dizer, guiam a leitura e visam restituir um sentido não óbvio do termo local/indígena ao leitor estrangeiro. É o caso, por exemplo, da tríade *terra firme*, *várzea* e *igapó*. Em dado momento do relato, elas têm sua significação fixada para, depois, serem reproduzidas sob o efeito do *um* do sentido na descrição da paisagem do Purus. Como ilustração disso, lemos *terra firme* e *várzea* sob o efeito da transparência, em “*The upper part of the várzea, as of the terra firme, is unstratified*” (CHANDLESS, 1866, p. 89, grifos meus). Desse modo, expomos, a seguir, a modalização autonímica de elementos das línguas indígenas em Chandless (1866), notadamente do nheengatu. Movimento analítico este que nos permite observar o funcionamento da metalinguagem por relação à construção da image de língua:

Quadro 15: Definições e traduções em Chandless (1866).

a	The first [“terra firme”] is the land high above the river level (p. 89).
b	The second [“varzea”], land occasionally flooded at high water, but never to any depth (p. 89).
c	The third [“igapó”], land always in times of flood many feet under water (p. 89).
d	Some few use the “ taquára ” or arrow headed with bamboo, naturally poisoned (p. 96).
e	But more the “ curabi ”, an unfettered arrow with a poisoned head, notched and half cut through so as to break off in the body (p. 96).
f	“Ipadu” (coca) is still more indispensable (p. 98).
g	Juiaynhí (fishing-hook) , Patrício, Juiaynhí.

h	“Of the ‘lingoa geral’ I heard one word, ‘pina’ (fishing-hook), and that but not once” (p. 101).
---	---

Fonte: Elaborado a partir de Chandless (1866).

Constituindo verdadeiras *unidades lexicais* no sentido de Nunes (2006), estas glosas, cuja extensão nós destacamos em negrito, especificam o sentido de palavras indígenas (‘pina’, por exemplo, em *h*) e de palavras do português local (‘terra firme’, por exemplo, em *a*) por meio de modalizações autonímicas explicitamente *metalinguísticas*, contendo elemento autônomo X, marcação do exterior discursivo e balizagem do sentido.

Em outros termos, um signo-autônomo X acoplado a sua auto-representação opacificante, sob distintos tipos. Intercaladas ao longo do relato, essas glosas assinalam, apropriadamente, uma *não-coincidência do discurso consigo mesmo*, como verificado em Coutinho (1863). Obedecendo à ordem do quadro 15, acima, as modalizações autonímicas em Chandless (1866) podem ser esquematizadas conforme sua estruturação sintático-semântica pelas seguintes formas, considerando-se o modo de acoplagem da fonte exterior:

Quadro 16: Esquemas das estruturas da M.A. em Chandless (1866).

a	“X” is X’.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
b	“X”, X’.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
c	“X”, X’.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
d	“X” or X’.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
e	“X”, X’.	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
f	“X” (X’).	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
g	“X” (X’).	Acoplagem centrípeta Ext./Int.
h	Ext. “X” (X’).	Acoplagem centrípeta Ext./Int.

Fonte: Elaboração própria.

Por esses esquemas, vemos que o exterior discursivo é assinalado de majoritariamente (esquemas de *a* até *g*) pela não verbalização da operação de empréstimo de elementos do discurso exterior. Para estes casos, a identificação da exterioridade discursiva (Ext.) é interpretativa e pode ser abstraída de dois modos: no plano segmental pela acoplagem X/X’ que marca a discrepância entre os territórios discursivos Ext./Int. e no plano suprasegmental pelas aspas que destacam o elemento autônomo de empréstimo. A única verbalização que explícita a fonte exterior (Ext.) ocorre em *h*. Neste caso, ela é marcada, de uma só vez, tanto no plano segmental quanto no suprasegmental. De um lado, pela verbalização de *lingoa*

geral como fonte exterior na função de complemento nominal de *one word e*, de outro, pela marcação tipográfica das aspas no elemento autônomo.

No que diz respeito à sintaxe, estas glosas se estruturam de distintas formas. Primeiramente, para as três primeiras, *a*, *b* e *c*, o desdobramento se dá por meio de uma ruptura no fio do discurso. O comentário sobre cada autônomo X se constrói anaforicamente, iniciado pelos sujeitos gramaticais *the first* em *a*, *the second* em *b* e *the third* em *c*. A estes elementos anafóricos se acoplam, de modo centrípeto, a significação interior (Int.) cujo ambiente sintático é, respectivamente, de predicativo de *the first* (*'is the land high above the river level'*) e de aposto de *the second* e de *the third* (*'land occasionally flooded at high water'* e *'land always in times of flood many feet under water'*). Para as demais modalizações autonímicas, vemos, não mais uma ruptura, mas o desdobramento reflexivo inscrito em sucessão e em sobreposição na linearidade do dizer. Em *d* e *e*, a acoplagem dos elementos exteriores *curabi* e *taquára* no discurso se dá em sucessão com os interiores discursivos de ambas compostos por sintagmas nominais que funcionam como apostos, fixando os sentidos. Em *f*, *g* e *h*, a acoplagem de *ipadu*, *juiaynhí* e *pina* ocorrem em sobreposição, respectivamente, aos lexemas do discurso interior *coca*, *fishing-hook* e *fishing-hook*.

Considerando o encaixe-articulação de termos indígenas em Chandless (1866) para operarmos a homogeneização de uma história das ideias linguísticas do apurinã, constatamos uma metaenunciação, no desenrolar do relato, semelhante a que encontramos em Matos (1845) e em Coutinho (1863). Além de palavras indígenas sob o feito do *um* do sentido, encontramos majoritariamente palavras do nheengatu como objeto de comentário nas glosas. *Juiaynhí* é a única palavra glosada no corpo do relato que não pertence a essa língua, mas que não tem sua fonte definida dentre as sociedades do Purus.

Demarcados os limites da discrepância do *um* (transparência) e do *não um* (opacificação) de termos indígenas em Chandless (1866), a interpretação da *língua falada pela sociedade apurinã* ecoa como “pressuposto” ao longo do relato e marca a leitura etnográfica dessa sociedade, sem mencionar explicitamente o nome dessa língua. É o que podemos ler em “*It was necessary to have with me some one who could **speak the language of the Hypurinás, the tribe next above***” (COUTINHO, 1866, p. 94 – negrito meu) e em “*A few words in their own language, however, have a magic effect*” (COUTINHO, 1866, p. 97 – negrito meu). Contudo, sua determinação, formação e encaixe enquanto nome próprio de língua, isto é, enquanto elemento lexicalizado em posição de núcleo de sintagma a designá-la

de modo naturalizado, se lerá, ainda que de modo ambíguo, no topo da coluna de termos da lista de palavras dessa língua desse autor que passaremos a analisar.

Nestes exemplos de auto-representação do dizer, o inglês é a *metalíngua de referência* para a qual se produzem não apenas transcrições ortográficas, mas se traduzem e se definem termos indígenas. Dito de outro modo, o inglês é língua pela qual se explica as línguas outras. De modo espontâneo, este estudioso produz *unidades lexicais* sem orientação de um modelo lexicográfico filiado a uma teoria linguística explícita. Estas unidades, reagrupadas no quadro 15 acima, se acham dispersas ao longo do fio discursivo dos relatos; mas, também, se acham objetivamente agrupadas pelo naturalista no que podemos classificar, segundo nossas análises, como o primeiro instrumento linguístico do apurinã propriamente dito: uma lista de palavras. As entradas das unidades lexicais dispersas no relato estão na ordem línguas indígenas/ língua inglesa. Na lista de palavras, reproduzida na imagem 05 abaixo, há, porém, uma inversão: língua inglesa/ línguas indígenas. No caso, as entradas são nomes comuns em inglês, tais como *sun, moon, fire* etc. Elas refletem uma ausculta lexicográfica básica com a finalidade de orientar o observatório naturalista na validação uma leitura etnográfica que permitisse registrar em seu mapa (ver imagem 03, página 76, acima) os locais onde se podiam encontrar indígenas. Vejamos a lista:

Imagem 05: Lista de palavra n-lingue.

English.	Pammary.	Hypurina.	Manetenery.	Canawary.
Sun	safiný	atocantí	cashí	warí.
Moon	massicú	cassirí	síri.	
Fire	sijú	chaminá	chi-chi	chi-i.
Water	pahá	iborahai	húni	wáka.
River	wainý	wéni	wéni.	
Dog	djuimayhí	anguity	kéwé.	
Tortoise	ú-jurú	chetu-yu	canuyá.	
Tapir	damá	chamá	chemá	chemá (German "ch").
Hen	aracauá	patarí	cataurí.	
Bananas	sepatihí	chí-parí	sapaná.	
Star	boirí	wirikí	cataherí.	
Father	bi-ý	paté	} These words in both languages I did not verify with natives.	
Mother	miá	natú		
Brother	adjú	nabirí		
Woman	gamú	setú		
Girl	imáinauy	setúruntim		

About half the Pammarys understand the Lingoa-geral; not more than eight or ten Hypurinás.

Fonte: Chandless (1866, p. 118).

Para seguir nossa reflexão sobre a gramatização do apurinã no século XIX, consideramos, a partir de Nunes (2006), as representações lexicográficas desta lista sob uma dupla perspectiva: (i) a representação da língua e (ii) a relação com o discurso.

Do ponto de vista da representação da língua, os saberes sobre a palavra se articulam em torno de três formas: a partir da unidade da palavra, a partir da classe gramatical e a partir da significação.

Em relação à palavra, temos nas listas uma transcrição ortográfica em caracteres latinos de termos de línguas indígenas sem tradição escrita. Nestas transcrições não há a explicitação de uma reflexão fonológica a orientar as escolhas das letras. Trata-se de uma representação bidimensional da fala apurinã por meio destes caracteres que corresponde ao processo inicial de sua gramatização. Um processo de transcrição que se efetua nesta prática discursiva lexicográfica, em que viajante que não é falante destas línguas adapta à sua escrita o som que ele percebe. Neste sentido, a representação gráfica ‘ch’ dos termos ‘*chamá*’ (*Hypurina*) e ‘*chemá*’ (*Manetenery* e *Canawary*), como se lê na lista, é o único caso de um comentário *epifonológico*, por meio da comparação da pronúncia desta forma gráfica com sua pronúncia no alemão. Esse comentário ilustra o fato de que “o conceito de letra desempenha o papel do conceito de fonema” (AUROUX, [1992] 2014, p. 65) na elaboração desta lista de palavras. Uma representação feita intuitivamente e de modo funcional pelo viajante.

Em relação à classe, os termos que servem como entradas para as traduções são compostos apenas por substantivos. Não há marcações gramaticais abreviadas das partes do discurso. A ausência desse tipo de marcação para explicitar as classes dos termos joga com uma leitura evidente das palavras indígenas a partir das palavras em inglês. Nesse sentido, a segmentação das palavras indígenas espelha, de certo modo, a morfologia das línguas flexionais, gerando um efeito de obviedade na interpretação da unidade da palavra indígena. A seleção de termos se apoia na noção de palavra com o sentido naturalizado na tradição gramatical greco-latina. Aos itens registrados das línguas *Pammary*, *Hypurina*, *Manetenery* e *Canawary* transpõe-se o mesmo efeito de lematização⁵⁹ que é o do substantivo singular das entradas. Essa ausência de notações gramaticais no registro dos elementos lexicais indígenas conduz à leitura de que eles, nestas representações gráficas, possuem as mesmas propriedades

⁵⁹ Processo de definição da forma básica ou canônica das palavras de uma classe gramatical que irá figurar na posição de entrada dos vocábulos, ou seja, que irá figurar como lema. Como ilustração podemos mencionar que “nos dicionários de latim, costuma-se apresentar o lema, no caso dos verbos, não no infinitivo, e sim na primeira pessoa do singular do presente” (WELKER, 2004, p. 91).

morfológicas como extensão direta da lematização das entradas em inglês. A relação palavra-palavra desta lista é estabelecida como se os itens das línguas indígenas coletados pelo viajante fossem uma evidência à semelhança das línguas flexionais.

Quanto à percepção da significação dos termos no sentido de uma organização refletida de domínios temáticos, não se obedece a qualquer explicitação de categorizações semânticas. Os itens lexicais indígenas são apresentados como se suas motivações e propriedades semânticas também fossem evidentes a partir do sentido da palavra em inglês. Trata-se de uma enunciação baseada na relação palavra-palavra que caracteriza o processo da tradução. Esse material lexicográfico toma a unidade da palavra não pela operação de referenciação nome-coisa que se processou desde a chegada do português no Brasil até o final do período colonial (cf. NUNES, 2006; cf. ORLANDI, 2001).

É, portanto, por essa forma de referenciação do termo em uma auto-representação na própria sequência linguística da unidade lexical que se apresenta o quadro de comparação interlínguas. As listas de palavras em relação n-língua (imagem 03, acima) podem ser compreendidas como um acontecimento metalinguístico associado a outras informações de ordem cartográfica e etnográfica que levam Chandless a alcançar no mesmo ano o *status* de membro titular da *RGS*.

Do ponto de vista da relação com o discurso, a nomenclatura da lista se restringe aos seguintes setores do real: família, animais, astros, elementos naturais. A estruturação destes domínios de referência é sumária. Embora vise a uma interpretação de objetos comuns ao cotidiano do viajante e do indígena, a lista não apresenta exemplos que corroborem seu uso. Na formulação metalinguística não há “operador de paráfrase” (NUNES, 2006, p. 98), isto é, conjunções ou marcadores discursivos que processem a alternância entre a fala do viajante e dos apurinã e das demais sociedades indígenas. As palavras desta nomenclatura do apurinã evidenciam um domínio lexical não com um interesse manifesto pela língua, mas como recurso para a identificação e catalogação dos povos do Purus no sentido de compor sua descrição geográfica com o elemento humano. Uma estratégia cujos reflexos podem ser observados em expressões como ‘*Hypuriná maloca*’ e ‘*Jubery maloca*’ no mapa do primeiro relato (cf. CHANDLESS, 1866). Notações cartográficas que são produto da articulação entre as ideias de ‘língua’ e de ‘etnia’.

Se nos primeiros relatórios que analisamos descobrimos apenas um discurso de constituição do léxico no discurso das descobertas do Purus, nos relatos de Chandless, observamos um alargamento no dizer o léxico: no corpo do texto, para além de unidades lexicais e comentários linguísticos dispersos, temos a autonomização de uma lista de palavras que legitima a catalogação étnica dos povos que falam essas línguas.

Em termos analíticos, no relato *Notes on the River Purus*, há a passagem de uma *configuração lexical dispersa* a uma *configuração lexical localizada* na produção da imagem de distintas línguas, dentre as quais o apurinã. Diante dessa passagem, demarcada pela modalização autonímica, depreendermos em Chandless (1866, 1867), além de uma posição de interpretação que glosa certos elementos lexicais, outra posição sujeito. Trata-se de uma posição de interpretação lexicográfica constituída a partir da perspectiva do estudioso naturalista que pensa a palavra como unidade do mundo a coletar e catalogar.

O léxico, neste contexto de exploração naturalista, permite interpretar a que etnia pertenceria cada agrupamento humano que ia sendo observado ao longo da viagem. Diante disso, nota-se que não há uma finalidade didático-pedagógica no trabalho lexicográfico de Chandless (1866). O indígena é tomado somente como uma alteridade a reconhecer e a registrar a partir de uma posição assumida pelo viajante naturalista enquanto sujeito lexicográfico: aquele que toma as palavras das “novas línguas” como estoque de denominações a ser ordenadas e comparadas em proveito da ciência.

O Purus é a cena primordial do discurso de Chandless (1866, 1867). A realidade humana às suas margens constitui-se apenas como elemento natural que compõe a realidade geográfica a ser descrita. Vê-se, então, no registro das palavras indígenas nos relatos o caráter pioneiro de uma viagem exploratória por uma região sobre a qual não se havia produzido muita informação. No caso do registro lexicográfico deste viajante, a alteridade entre sujeitos é expressa basicamente pela unidade da palavra. As listas de palavras se organizam em torno de objetos discursivos que se voltam à validação geográfica da distribuição das sociedades indígenas no espaço. Elas servem como instrumento tecnolinguístico para o trabalho cartográfico, refletindo o caráter probatório dos fatos (geográficos). As palavras indígenas funcionam como se fossem dados empíricos que atestam os aspectos sociais e topográficos do Purus, no sentido de afastar qualquer dúvida em relação à interpretação das informações coletadas *in loco*, em função da legitimidade da enunciação naturalista.

O caráter instrumental da transcrição-tradução em Chandless dá suporte metodológico à classificação étnica, junto à produção de conhecimentos geográficos (hídricos, geológicos etc.) sobre o Purus. O conjunto de termos aí compilados remete ao caráter do enunciado naturalista, enquanto “estrutura escolhida para ser o lugar das identidades e das diferenças pertinentes” (FOUCAULT, 1999, p. 192-193), com vista a banir as discordâncias de seu registro descritivo. Assim, este registro lexical, notadamente simples, serve de instrumento diferenciação/catalogação dos povos pelo viajante. As paráfrases que constituem sua tradução n-*língua* direcionam os sentidos dos termos indígenas para o lugar do viajante com a finalidade utilitária na construção de um ‘acervo’ de informações que ampliasse o arquivo de conhecimentos sobre essa região do mundo.

Diante da representação da *língua* e da relação com o discurso no trabalho lexicográfico de Chandless (1866), duas noções subjazem a produção do discurso sobre a palavra no processo de transcrição-tradução dos termos: a ideia de *língua* pela qual se estabelece o reconhecimento das palavras (que envolve segmentação, tradução e classificação) do apurinã e a ideia de *parentesco genético* das línguas identificadas no Purus a partir da comparação de itens lexicais. Não se trata efetivamente de reflexões deliberadas do autor sobre tais noções, mas do funcionamento discursivo que atravessava suas formulações.

Observa-se a partir de lista de itens lexicais do primeiro relato de Chandless (1866) sobre o Purus, a explicitação da distinção de faladas ao longo deste rio, incluindo aí o apurinã. Considerando-se os sentidos dos constituintes da expressão ‘*língua Hypuriná*’, a organização dos itens lexicais subordinados ao etnônimo desse povo adquire sua interpretabilidade em relação ao que seja *língua* na tradição gramatical europeia. Retoma-se, contudo, neste processo de produção lexical, a concepção de que a *língua* são palavras, conforme as investidas metalinguísticas dos naturalistas. Mais precisamente, tem-se a noção de *língua* no texto significando por meio de uma visão a-histórica assentada sob uma perspectiva de fronteirização linguística de cada grupo. Deste modo, os etnônimos indicados no topo de cada coluna – *Pammary*, *Hypuriná*, *Manetenery* e *Canawary* – (Imagem 03, acima) são interpretados juntamente com a memória que confere estabilidade semântica a noção de ‘*língua*’ enquanto espaço de comunicação.

Resulta desse movimento da história um efeito de homogeneização dos espaços de comunicação mapeados pelo cartógrafo que, pelo esquecimento do caráter material dos sentidos que constitui sua metalinguagem, repercutirá a partir de então nos processos de

retomada no horizonte da gramatização do apurinã. Lê-se, portanto, a noção de ‘língua’ semanticamente estabilizada como realidade estruturante das relações sociais dos povos do Purus, sendo, conseqüentemente, tomada como traço de distinção étnica. Processo discursivo este que se desdobrará em certa medida na construção das categorizações gramaticais do apurinã em trabalhos posteriores em função dos sentidos evocados pela ideia de ‘língua tribal’, a partir de uma discursividade naturalista. As formulações abaixo autorizam uma leitura em que o termo ‘*language*’ (língua) é significado de modo unívoco relativo a um espaço de comunicação circunscrito em um estado sincrônico especificado sociologicamente:

(i) *They speak the same language, as the habits and appearance.*⁶⁰

(j) *It was necessary to have with me someone who could speak the language of Hypuriná.*⁶¹

(l) *We had thus much opportunity for observing they habits, but not much for learning their language.*⁶²

Na sentença ‘*They speak the same language*’, ‘*they*’ adquire seu sentido anaforicamente no texto em relação ao a expressão precedente ‘*The Pammarys and Juberys*’, cujos etnônimos são explicitados com referência a uma diferenciação étnica errônea que antecedeu as observações gerais de Chandless (1866). A listagem de palavras indígenas (ver imagem 05, acima), afetada pela imagem de *língua isótopa e idêntica a si mesma*, funciona como um produto tecnolinguístico. Seu uso permite ao viajante ratificar a classificação étnica por meio do caráter “empírico” dos seus “dados”.

Em (i), a constatação de uma mesma língua para dois grupos (*Pammarys* e *Juberys*) é índice de uma leitura que corrige a identidade étnica desses grupos pelo explorador. De igual modo, na sentença ‘*someone who could speak the language*’, em (j), a noção de língua é inteligível como possibilidade de uso em decorrência da necessidade de contato em um espaço linguístico dado e cuja ‘descoberta’ pelo outro não-indígena é fator da emergência de uma consciência metalinguística. A expressão ‘*the language*’ como objeto direto de ‘*could speak*’ implica notadamente a apreciação pelo viajante de uma capacidade linguisticamente atestada, enquanto uma realização individual da língua de uma sociedade dada.

⁶⁰ Chandless (1866, p. 92).

⁶¹ Chandless (1866, p. 94).

⁶² Chandless (1866, p. 102).

Em (l), se estabelece uma relação de proximidade entre os sentidos de ‘hábito’ e de ‘língua’ como traços culturais observáveis. Pode-se dizer, portanto, que a significação de ‘*their language*’ se processa na esteira do próprio conjunto de traços demandados para caracterizar a noção de hábito. Logo, é possível pensar que a língua é entendida pelo viajante como parte do hábito de um povo. A partir dessa percepção, o sentido de ‘língua’ em ‘*for learning their language*’ é especificado pelo ‘*learning*’. A ‘língua’ aí é uma aptidão passível de aprendizagem pelo outro não indígena.

De modo geral, a mobilização da palavra ‘*language*’ nos relatos é tomada pelo cartógrafo a partir de uma posição em que os sentidos já se acham naturalizados na memória ocidental. O sentido de ‘língua’ em Chandless (1866; 1867) explicita, desta forma, fragmentos da memória que dá condições para a uma reflexão sobre o apurinã.

Encontra-se, ainda, no segundo relato de 1866, não necessariamente sobre a língua apurinã, uma reflexão sobre a origem do povo *Manetenerý*⁶³ (Manchineri/Piro) a partir de alguns itens lexicais coletados deste povo, que aponta para o início da construção das hipóteses de parentesco das línguas faladas no Purus. Tal processo pode, no quadro da HIL, ser interpretado como um percurso do movimento de alteridade que ajuda a construir um saber metalinguístico sobre a língua apurinã, ao lado das outras faladas nesta região.

Mesmo assumindo em seu registro de forma equivocada o parentesco genético do *Manetenerý a section of great Caribe Nation* (tronco linguístico Karíb), a ideia de filiação das línguas do mundo começa a forçar a produção por contraste de uma série de novas informações que serão posteriormente confirmadas ou refutadas. Isso ilustra a produção historicamente situada e cronologicamente *datável* do saber alargando a fronteira da rede das ideias linguísticas no Purus. O êxito da classificação de Chandless (1866) sobre os *Manetenerýs* reside no fato de refutar os sentidos de uma classificação étnica anterior, considerando-os, a partir de suas observações, não mais como pertencentes ao grupo tupi, sob o etnônimo *Cucamas*. De um ponto de vista etnográfico, apenas os separa do tronco tupi, mas não chega a localizá-los na família linguística Maipure-Aruák.

Considerando-se, segundo perspectiva de Facundes (2000), que a língua dos *Manetenerýs* é a mais próxima estruturalmente do apurinã, o esforço de Chandless (1867) em definir uma ascendência étnico-linguística por meio do valor da palavra em si sinaliza o início

⁶³ A literatura linguística reconhece que os *Manetenerýs* (designados atualmente como Manchineri) são pertencentes à família Maipure-Aruák e conhecidos no Peru pelo etnônimo Piro.

das reflexões sobre o “parentesco genético” de línguas não descritas à época, dentre as quais se achava o apurinã. O trecho seguinte reproduzido de Chandless (1867) articula formulações a partir das quais se pode pensar a constituição do espaço de produção dos saberes sobre as línguas do Purus:

Imagem 06: nota de rodapé em Chandless (1867).

*** It should have been mentioned, as a note to the former paper, that the Brazilian explorer Serafim speaks of the Manetenerýs by the name of Cucamas; but without giving any reason for believing them such, and in fact erroneously. Mr. R. Spruce, having kindly examined the few Manetenerý words I had obtained, writes to me, “Your vocabulary, though so scanty, is quite sufficient to prove that the Manetenerýs—far from having any relationship to the Cucamas, who are a Tupinic nation—are really a section of the great Caribe nation.” The word Manetenerý is said to have been (like many Indian names) originally a nickname, applied to them by the Hypurinás in reference to their urucú-dyed ponchos.**

Fonte: Chandless (1867, p. 123)⁶⁴.

Esta nota ilustra o modo como o levantamento lexicográfico era usado na enunciação naturalista como índice da classificação e do registro étnicos. O relato do envio de um conjunto de ‘palavras manetenerýs’ para R. Spruce, um botânico membro da *Royal Geographical Society*, é revelador da prática de comparação de dados linguísticos coletados *in loco* com a finalidade de ordenar em suas descrições os fatos do mundo. Contudo, a classificação genética do apurinã será um saber linguístico categoricamente informado pela primeira vez em Ehrenreich (1891) a partir da articulação de dois trajetos de memórias que podemos materializar nas seguintes ordens: ‘*apurinã*’ já significado como uma língua e ‘*Maipure-Aruák*’ já significado como uma família linguística. Em razão disso, podemos falar de um acontecimento discursivo no texto de Ehrenreich (1891), a articulação de um saber novo, a partir do qual se dá sentido às formulações que ecoarão deste então, tais como: “No que diz respeito a sua filiação genética, a língua apurinã é classificada como pertencente à família linguística Maipure-Aruak” (FERREIRA, 2014a, p. 13).

As ideias de ‘língua’ e de ‘parentesco genético’ funcionam, desta forma, no trabalho lexical de Chandless (1866; 1867). Logo, para uma homogeneização cronológica dos estudos sobre o apurinã, faz-se necessário evocar os percursos pelos quais a memorização desses

⁶⁴ Tradução minha: Deveria ter sido mencionado, como nota ao artigo anterior, que o explorador brasileiro Serafim chama os manetenerýs pelo nome de cucamas; mas sem dar nenhuma razão para acreditar nele, e de fato erroneamente. O Sr. Spruce, tendo gentilmente examinado as poucas palavras de manetenerý que obtive, escreve-me: "seu vocabulário, embora tão escasso, é suficiente para provar o manetenerý - longe de ter qualquer relação com os cucamas, que são uma nação tupínica - são realmente uma seção da grande nação caribe". A palavra manetenerý teria sido (como muitos nomes indígenas) originalmente um apelido, aplicado a eles pelos hypurinás em referência a seus ponchos tingidos de urucu.

sentidos ocorre. As primeiras descrições linguísticas sobre a língua apurinã podem ser explicadas em função de uma heterogeneidade constitutiva que aponta para o caráter discursivo da memória pela qual se estabelece seu horizonte de estudos. Um trabalho de leitura de arquivo que se efetiva ao se considerar o caráter material dos sentidos destas noções nos discursos de línguas ocidentais a partir das quais se opera o esquema de transferência tecnolinguística para o apurinã.

Segundo as pontuações da HIL sobre diversos processos de gramatização na Antiguidade Clássica e na Idade Média, “todos os instrumentos linguísticos implicados na construção da gramatização de uma língua e na sua administração supõem necessariamente a construção do efeito imaginário da unidade linguística⁶⁵” (PFEIFFER, 2007, p. 123).

O ponto inicial da produção de saberes sobre o apurinã mantém uma relação direta com uma correspondência n-língua de elementos lexicais. Considere-se, ainda, neste prospecto, que a delimitação da imagem de unidade do apurinã por relação à ideia de parentesco genético, aí, é posta indiretamente em xeque por Chandless (1867), como uma espécie de saber metalinguístico latente à espera de uma comparação mais contundente com línguas de outras sociedades, no sentido da reconstituição de uma origem comum ou de uma protolíngua.

Essa retomada de palavras com sentido metalinguístico nos relatos pode ser mensurada pela base linguística que caracteriza o estatuto da enunciação dos itens do léxico apurinã. A articulação entre as ideias de ‘palavra’, ‘língua’ e ‘parentesco’ com tais representações lexicais formata uma realidade linguística. Trata-se de um fato linguístico que constrói, discursivamente, uma temporalidade ramificada da constituição do saber que estabelece uma memória de sentidos sobre o apurinã.

Desta articulação se constrói um arquivo histórico em que se vai estabilizando, pelos processos de determinação discursiva, a formação transparente de uma imagem de unidade linguística apurinã, que seguirá com distintos produtos tecnolinguísticos nos séculos XX e XIX. O momento inicial do processo de gramatização do apurinã materializa-se enquanto especificidade marcada pela alteridade cultural forçada pelo estado das contradições históricas

⁶⁵ Considera-se especificamente a expressão “unidade linguística” como compreendida em Pfeiffer (2007, p. 123), relacionada ao sentido de língua imaginária como pensada por Orlandi (1985, 2009b) e Orlandi e Souza (1988).

diante da necessidade de abastecimento do mercado internacional com bens produzidos nos rios amazônicos.

O feito de literalidade do termo ‘língua’, nessa textualidade, se dá por meio de uma heterogeneidade constitutiva, como se deixa ler na formulação (m), abaixo:

(m) *The languages of Tribes on the Purûs seem to have but little resemblance to one another, as will appear from the following words.*⁶⁶

Isso reforça o gesto leitura a construção histórica da metalinguagem em Chandless (1866; 1867), cujas ideias linguísticas (‘língua’, ‘parentesco’ e ‘palavra’), tomadas de modo evidente, produzem o efeito de homogeneidade às línguas do Purus.

Torna-se importante fazer intervir a noção de *pré-construído* para compreender os processos discursivos das representações linguísticas desde cartógrafo.

Os sentidos que sustentam estas palavras metalinguísticas por meio dos quais se operam as representações lexicais se encontram naturalizados para o sujeito cartógrafo, que cita apenas os trabalhos de Martius e de Spruce, não explicitando filiação a qualquer teoria linguística, mas sim uma orientação naturalista. Mobilizam-se tais palavras metalinguísticas de modo que as *unidades lexicográficas* da lista de palavras já sejam produzidas com representantes de línguas especificadas etnograficamente. Produz-se, com isso, o efeito da homogeneidade em ‘língua apurinã’, ‘língua pammary’, ‘língua manetenery’ etc., e garante-se, ao mesmo tempo, uma interpretação unívoca na significação dessas novas unidades linguísticas pelas lentes ocidentais do naturalismo: línguas tribais, línguas do Purus.

Como ilustração, tome-se a determinação linguística pela qual se processa o sentido de ‘*The languages*’ na formulação (n), reproduzida novamente abaixo, que introduz a lista de palavras na imagem (05):

(n) *The languages of Tribes on the Purûs seem to have but little resemblance to one another, as will appear from the following words.*⁶⁷

Para garantir uma leitura específica da noção de ‘língua’ que aí se acha, têm-se os sintagmas que a determinam: *of Tribes, on the Purûs* e, na sequência, nomes das sociedades. Assim, relacionada a esta formulação, lemos o termo *Hypuriná* isolado como título de uma das colunas (ver imagem 05, acima). De igual modo, se processa a determinação de ‘*The*

⁶⁶ Chandless (1866, p. 118).

⁶⁷ Chandless (1866, p. 118).

languages’ pelos etnônimos ‘*Pammary*’, ‘*Manetenery*’ e ‘*Canawary*’ e ‘*English*’ que serve como metalingua de referência. Logo, a significação de ‘*The languages*’ em (*m*) adquire seu sentido por relação aos etnônimos dos povos descritos por Chandless que vemos ao longo de seus relatos.

Segundo Orlandi (2008, p. 90), “a forma como se obtêm os dados já é uma forma de fabricar uma língua”. Assim, no descentramento das imagens de unidades linguísticas no Purus, a coleta dos dados linguísticos se dá pelo léxico e pronúncia. Os elementos lexicais de um determinado grupo eram anotados a partir da oralidade e, à medida que a viagem avançava, eram comparados com os de outros grupos, como podemos ler no trecho a seguir:

We had thus much opportunity for observing their habits, but not much for learning their language, except by picking up a word now and then: if asked the names of things, they would invariably, after telling a couple or so, put their things into their mouth to imitate a fishing-hook, and whine out, "Juiaynhí (fishing-hook), Patrício, Juiaynhí" and whether one gave it or not, it was equally impossible to get another word from them on that occasion (CHANDLESS, 1866, p. 102).⁶⁸

A pronúncia também fora tomada como dado no processo de descrição das etnias e produz o feito de descentramento das línguas. Não apenas as palavras eram tomadas como representantes de uma língua, mas também o modo como esses elementos soavam.

They pronounce with remarkable distinctiveness; and the sound seemed to me to have nothing of that indefiniteness common in languages of uncivilized tribes; nor is the language the least guttural (CHANDLESS, 1866, p. 103).⁶⁹

Their language [Canamarys] is different from that the Manetenerys, and decidedly guttural; it has also a good many subtle sounds, e. g., like the French "eu". The two tribes, however, understand each other sufficiently (CHANDLESS, 1866, p. 105).⁷⁰

Essas duas materialidades – léxico e pronúncia – tornam-se meios pelos quais se produz a evidência não apenas do nome da sociedade, mas também do nome de sua língua. Com isso se vê que, embora haja a implicação das culturas locais (isto é, da memória e das

⁶⁸ Tradução minha: Tivemos, portanto, muitas oportunidades de observar seus hábitos, mas não muito de aprender sua língua, exceto pegando uma palavra de vez em quando: se perguntados os nomes das coisas, eles invariavelmente, depois de dizer a alguns ou dois, colocam suas coisas em a boca para imitar um anzol, e choramingar, "Juiaynhí (anzol), Patrício, Juiaynhí" e, quer se desse ou não, era igualmente impossível arrancar deles outra palavra naquela ocasião.

⁶⁹ Tradução minha: Eles se pronunciam com notável distinção; e o som parecia-me não ter nada daquela indefinição comum nas línguas de tribos incivilizadas; nem a linguagem é a menos guttural.

⁷⁰ Tradução minha: Sua linguagem [Canamarys] é diferente da dos Manetenerys, e decididamente guttural; também tem muitos sons sutis, ex., como o "eu" francês. As duas tribos, entretanto, entendem-se suficientemente.

línguas indígenas na constituição discursiva do referente dos nomes) a legitimidade da leitura do mundo por meio desses nomes a partir do contato é, no entanto, do colonizador.

Estes nós iniciais de gramatização no Purus não se constituem apenas como mera codificação de informações sobre a língua na visão de um explorador estrangeiro. Eles vão além, pois estruturam uma memória para os saberes construídos acerca do apurinã. Estruturam sentidos que ainda hoje sustentam o imaginário de língua comum falada por este povo nas descrições gramaticais dos séculos XX e XXI, inclusive confirmando-o. Assim sendo, as representações lexicais aportadas por Chandless (1866) não se inscrevem em um quadro explícito de ideias normativas e de intervenção sobre a língua. Elas desenvolvem um corpo de informações “descritivas” apoiadas por uma discursividade metalinguística.

Este viajante não transitou em um campo linguístico propriamente dito. Ele apenas operou sutis registros de elementos lexicais, por meio dos sentidos naturalizados de ‘língua’, de ‘palavra’ e de ‘parentesco linguístico’, provavelmente advindos da obra *Glossaria Linguarum Brasiliensium* de K. Martius, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As representações lexicais do apurinã nos seus relatos constituem-se como espaço de reformulações calcadas no efeito de transparência destas três expressões para a identificação dos povos autóctones que aí habitavam. A evidência desta lista de elementos lexicais do apurinã gera efeitos de sentido (isto é, uma interpretação) incontornáveis para a história desta língua, bem como para as ideias sobre ela. A apresentação desse léxico indígena nos relatos indica uma fronteirização linguística que ajuda a objetivar, pela escrita, a construção imaginária do apurinã que se interpretará nas publicações posteriores.

Neste cenário, cabe levantar ainda uma questão: de que modo essas representações lexicográficas da língua apurinã no século XIX são produzidas a partir de projeções das línguas em escala hierárquica como superiores e inferiores? Ao consideramos as condições históricas que impeliram o empreendimento de Chandless, não observamos de modo explícito nos documentos analisados uma alusão à ideia de inferioridade das línguas do Purus em relação às línguas dos povos considerados civilizados, como se deixa ler explicitamente em *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Mas, sobre este aspecto da discursividade que opera na metalinguagem em Chandless (1866; 1867), nada pode soar como óbvio ou transparente.

Na heterogeneidade constitutiva (isto é, seu exterior específico) que sustenta os dois relatos, os sentidos de ‘língua’, de ‘palavra’ e de ‘parentesco genético’ comparecem como

evidentes, e podem mascarar tal perspectiva hierarquizante. A este respeito, o posicionamento de Ishii (2011) sobre o acobertamento de uma visão hierarquizante no material de Chandless (1866; 1867) aponta um caminho de reflexão pertinente. Tendo compilado suas listas de palavras como ferramenta de trabalho no bojo dos cálculos barométricos e astronômicos que presidiram a construção de uma representação técnica das dimensões do rio Purus, Chandless (1866; 1867) constrói outras cenas descritivas da hidrografia, da fauna, da flora, das condições sanitárias etc.

O termo ‘*Indian*’ aí é significado sempre em contraposição radical aos não indígenas (regatões, coletores e práticos) que chegam para explorar o Purus. Nessas conjunturas de (des)conhecimentos, não há a figura do caboclo como nos demais rios da Amazônia, concebido como resultado de um processo “civilizatório” do nativo. O sentido de “índio não aviltado” é tomado nos relatos em questão para ler a inserção do indígena em seus grupos étnicos específicos. Uma leitura que se dá mediante o reconhecimento da partilha de crenças espirituais, rituais fúnebres, canções festivas, agricultura, uma mesma língua etc.

Desta forma, o termo alcança uma significação particular no conjunto das demais descrições naturalistas de Chandless (1866; 1867): o indígena que ele observa é apenas mais um dos elementos do ambiente natural que dá forma ao rio, um elemento da paisagem. Na descrição dessa alteridade, o olhar deste viajante também apresenta uma etnografia na qual discerne alterações no modo de vida indígena causadas pela interferência do não indígena:

They are very imitative in their tastes. I knew an instance of two pamarys being left a canoe with a carboy half full of vinegar, and drinking an enormous amount of it, believing it was wine. No one now would leave them with spirits in reach, as, thanks to the traders, they have learnt to get drunk on every possible occasion (CHANDLESS, 1866, p. 93).⁷¹

É sob a perspectiva hierarquizante do Naturalismo na produção de conhecimentos que os itens lexicais do apurinã, neste viajante, são registrados por meio de uma compreensão do mundo em escala evolutiva. A interpretação de ‘*indian*’, na delimitação das sociedades do Purus (*Hypurinás, Muras, Cipós, Jamamadýs, Manetenerys, Canamarys* etc.), se constrói, no sentido da ideia de evolução, por sua associação ao sentido do termo ‘*work*’ conforme seus sentidos na cultura ocidental. Este termo funciona nos relatos como medida para leitura dos povos indígenas, enquanto “selvagens”, “quase domesticados” e “pacíficos”.

⁷¹ Tradução minha: Eles são muito imitadores em seus gostos. Conheci o caso de dois pamarys que deixaram uma canoa com um garrafão meio cheio de vinagre e beberam uma quantidade enorme, acreditando que era vinho. Ninguém agora os deixaria com espíritos ao alcance, pois, graças aos comerciantes, eles aprenderam a se embriagar em todas as ocasiões possíveis.

Essa relação de sentidos entre ‘*indian*’ e ‘*work*’ estabelece uma escala que valoriza a “virtuosidade” do indígena em função de sua aptidão ao trabalho braçal (agricultura, cerâmica, extração, pesca etc.), conforme as demandas comerciais da formação social brasileira. Assim, quanto mais integrados ao sistema econômico implantado com a colonização, mais estes povos se distanciavam de uma interpretação que os situava em um lugar de “violência” e de “barbárie”. O sentido de “pacificação” pelo trabalho que afeta ‘*indian*’ pode ser lido em distintas passagens dos relatos, tais como:

(o) *The Pammarys are a very peaceable race. Their agriculture is but slight: they plants bananas, aipim, and mandioca.*⁷²

(p) *The Hypurinás, the tribe next above, and very desirable to strengthen my part by addition of a second canoe.*⁷³

(q) *The Cipós, a small and friendly tribe, very industrious, and generally with a stock of mandioca-flour on hand.*⁷⁴

(r) *[The catauixis], they are by disposition peaceable and industrious – fond of agriculture and even of manufacture.*⁷⁵

Neste estágio de reconhecimento, a relação língua-identidade em Chandless (1866, 1867) se dá como meio distintivo da interpretação da sociedade apurinã. A pessoa apurinã é interpretada por sua conduta em função do modo capitalista de entender o trabalho/subsistência e em função de suas práticas linguísticas. A língua está indissolúvelmente ligada da construção de fronteiras étnicas na ótica do naturalista: uma língua, uma etnia, uma nação. À língua se lhe atribui um valor nas escalas naturalistas da organização social da vida no conjunto no Purus: a língua de indivíduos “*in the dimness and stillness of the forest*” (CHANDLESS, 1866, p. 97)⁷⁶.

Dada qualidade da enunciação naturalista (cf. FOUCAULT, 1999), as descrições lexicais encontradas em Chandless (1866; 1867) podem ser tomadas como filiadas ao movimento de classificação dos povos e de suas línguas como um espectro na evolução. Embora as listas de palavras não componham uma nomenclatura botânica ou tenham tradução para o Latim, observam-se em sua apresentação lexicográficas traços naturalistas como:

⁷² Chandless (1866, p. 93)

⁷³ Chandless (1866, p. 94)

⁷⁴ Chandless (1866, p. 94)

⁷⁵ Chandless (1866, p. 95)

⁷⁶ Tradução minha: na obscuridade e na quietude da floresta.

- i) Utilização da noção de palavra como padrão de comparação das línguas autóctones do rio Purus;
- ii) Explicação da diversidade concreta das línguas do Purus de maneira a-histórica por meio de “dados empíricos” (coletados *in loco – in situ*);
- iii) Composição de um estoque de denominações para as línguas e de seus falantes como metáforas das classificações dos elementos naturais.

Ao refletir sobre este trabalho lexicográfico, Ishii (2011) supõe que sua principal finalidade era didático-pedagógica, servindo para o contato entre o viajante e os indígenas. No que pese a probabilidade deste entendimento pela autora, tais itens cumprem uma função classificatória, necessária ao empreendimento de reconhecimento e informação das vicissitudes do Purus as quais eram conhecidas pelos habitantes nativos da região. Portanto, tais termos teriam a finalidade prática de facilitar o acesso a um conhecimento que garantisse o avanço de uma viagem exploratória de mapeamento cartográfico.

No enfoque de Chandless (1866), a legitimidade científica de suas informações linguísticas se estabelece em conformidade com a visão naturalista onde “o léxico, padrão de comparação e instrumento de ordenamento, não toma seu valor apenas uma língua, mas na sua relação com as línguas do mundo” (NUNES, 2006, p. 162). Assim, mesmo sendo registradas a partir de um espaço-tempo específico da língua apurinã, estas informações lexicográficas, sob um ângulo a-histórico (caricatural), são fruto de uma necessidade prática e não de uma justificativa teórica linguística ou didático-pedagógica.

Embora as unidades lexicográficas de Chandless (1866) possam ser interpretadas como “produto de uma simulação específica” (ORLANDI, 2008, p. 149), elas funcionam na constituição de um imaginário ocidental sobre as línguas do Purus. Essa lista de palavras intervém materialmente na produção da imagem de unidade linguística do apurinã. Isto aponta para o horizonte da história do apurinã: nenhuma das descrições linguísticas feitas posteriormente, sob as mais diversas orientações teóricas e práticas, ocorre fora dos processos de assujeitamento às interpretações oitocentistas do Purus.

Consideramos aí as relações constitutivas entre sujeito e sentido no tocante ao funcionamento das palavras apurinã no relato. Elas são interpretadas e traduzidas para o inglês. São palavras que passam a fazer parte de uma memória lexicográfica ocidental. O

quadro abaixo espelha a continuidade da alteridade cultural a partir o qual vai se objetivando pela escrita a gramatização do apurinã, tendo em Chandless (1866) uma marcação inicial:

Quadro 17: Comparação de unidades lexicais de tradução do apurinã.

Chandless (1866)	Polak (1894)	Facundes (2000)
Sun, <i>Atocantí</i> (p. 118)	Sun, <i>Atúcanchi</i> (p. 103)	Sun, <i>atokatxi</i> (p. 103)
Moon, <i>Cassiri</i> (p. 118)	Moon, <i>Cacyry'</i> (p. 99)	Moon, <i>kasuru</i> (p. 99)
Fire, <i>Chaminá</i> (p. 118)	Fire, <i>Shámyna</i> (p. 95)	Fire, <i>xamu-na</i> (p. 95)
Water, <i>Iborahai</i> (p. 118)	Water, <i>Imbarán</i> (p. 105)	Water, <i>iporã</i> (p. 105)
River, <i>Wéni</i> (p. 118)	River, <i>Wý'ny</i> (p. 101)	River, <i>wenu</i> (p. 101)

Fonte: Elaborado a partir de Chandless (1866a), Polak (1894) e Facundes (2000).

De sua primeira produção lexicográfica sob a forma de lista de palavras, os mesmos significantes tomados da oralidade são objetivados pela escrita em Polak (1864) e em Facundes (2000) mantendo certas regularidades ortográficas. Vemos as segmentações desses itens lexicais ao longo do tempo vinculadas à imagem de unidade do apurinã. Vinculada a este efeito de unidade no relato do viajante naturalista, outros produtos tecnolinguísticos dão continuidade à objetivação do léxico da apurinã. Dentre os quais, destacamos:

Quadro 18: Instrumentos lexicográficos do apurinã.

<i>A Vocabulary of the Ipuriná Language</i> de Polak (1894).
Dicionário da fauna e flora Apurinã de Brandão (2006)
Dicionário Apurinã-Português de Ferreira (2014a).
Dicionário Geral da Língua Apurinã de Padovani (2020).

Fonte: Feito a partir de Polak (1894), Brandão (2006), Ferreira (2014a), Padovani (2020).

A constituição da discursividade lexicográfica do apurinã pode ser percorrida em função das condições de produção em que ocorre a escrita de Chandless (1866; 1867) sobre os rios da Amazônia. Estas condições se diferenciam daquelas do processo de compilação lexical de línguas indígenas no Brasil Colônia (cf. ORLANDI, 2008; NUNES, 2006). Ou seja, o trabalho metalinguístico deste viajante inscreve-se em uma nova orientação de trabalho sobre tais línguas no Brasil. A este respeito, Nunes (2006) mostra que são outras as condições determinantes da produção das novas práticas lexicográficas durante as políticas de Estado do Brasil Imperial em que se efetuou o trabalho dos naturalistas, cujos objetivos diferenciavam-se qualitativamente das orientações do período precedente. O valor individual das línguas não era considerado, mas apenas a diferença pela diferença. O que se objetivava era a classificação através de um modelo de comparação cujos resultados serviam de subsídio para o enriquecimento do saber científico, e nada mais.

Assim, ao se considerar o papel de *teorias, instituições, obras, autores e acontecimentos* (cf. GUIMARÃES, 2004; NUNES, 2002; CHISS, PUECH, 1997; CHEVALIER, DELESALLE, 1986) na constituição das ideias sobre o apurinã, as representações e reflexões linguísticas em Chandless (1866; 1867) aparecem como resíduo de um processo maior de descrição geográfica de rios, aliado à classificação dos povos que neles viviam originalmente. Os saberes linguísticos no discurso das descobertas do Purus cumprem, assim, uma função lateral na cartografia do autor como consequência das demandas socioeconômicas do mercado internacional sobre a Amazônia. Neste sentido, vale lembrar o que diz Link (2016), sobre a forte pressão estrangeira sobre o Império do Brasil para a abertura dos rios da Amazônia à navegação internacional em decorrência da crescente necessidade de se obter goma-látex para a crescente indústria de produtos de borracha, cujo centro irradiador era a Inglaterra.

Sobre este ponto, somam-se especulações relativas ao financiamento do empreendimento de Chandless no Purus, bem como aos reais interesses de sua viagem exploratória. O trabalho dele encontra-se imbricado em meio a uma série de fatores sociopolíticos em curso na Amazônia, dentre eles: a questão do acesso hidrográfico Madeira-Purus; a produção de informações à navegação internacional; a produção de conhecimentos científicos para a *RSG* etc. Diante destas condições históricas é tentador pensar como Cunha (1986) e atrelar o trabalho desde pesquisador a um financiamento da *RSG*, enquanto aparelho de estado britânico, embora não se tenham achado documentos que confirmem tal fato, como afirma Link (cf. 2016). Assim, mediante essa conjuntura, a gramatização do apurinã pode ser resumida da seguinte forma:

Quadro 19: Fatores ligados à produção lexicográfica de Chandless (1866; 1867).

Processo gramatização	Exogramatização.
Acontecimento	Exploração sistemática da goma látex e das ‘drogas do sertão’ para abastecimento do mercado internacional.
Instituição	<i>Royal Geographical Society</i> .
Autor	Explorador inglês com formação em Artes Clássicas.
Teoria	Naturalismo (determinismo, darwinismo e cientificismo).
Obra (trabalho linguístico)	Lista de palavras com tradução de termos em relato de viagem.

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 3 – A gramatização do apurinã à luz das relações entre línguas, sujeitos e espaços: o saber linguístico na missão anglicana do Médio-Purus

Reconstituir um percurso histórico, em perspectiva materialista, não é um trabalho fácil. Mesmo quando se trata da história de uma língua e dos saberes sobre ela. Neste rumo, cabe recordar uma tônica fundamental: “A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos” (HENRY, 1985 apud ORLANDI, 2008, p. 18). Assim, neste capítulo, para dar prosseguimento à reconstituição da gramatização do apurinã, escalono, nos meandros dos discursos da descoberta e colonização, o trabalho linguístico realizado a partir de um projeto missionário no Purus. O arquivo nele produzido, no século XIX, permite “vasculhar”, além de interpretações linguísticas, outras interpretações cartográficas e etnográficas, que estão na base da produção da imagem do apurinã.

Antes de tudo, cabe comentar que o empreendimento dos anglicanos no Purus desde sua idealização até sua efetivação, achava-se “ataviado” a condições históricas específicas. Isto é, ele estava “amarrado” a condicionamentos políticos, econômicos e culturais emaranhados, pelos quais um grupo missionário é conduzido da Inglaterra à Província do Amazonas. Sistema de produção capitalista, exploração massiva de recursos naturais, relações internacionais baseadas no direito burguês, propaganda cristã protestante, tudo se coaduna na “escolha” de onde implantar de um posto missionário no rio Purus (cf. LINK, 2016).

Mas, um dos elementos, talvez o mais importante, na determinação dos discursos que constituem a “retórica” deste empreendimento tenha sido o sentido étnico da palavra *ipuriná*, seu acontecimento, sua memória. Os múltiplos dizeres nos relatos e nas cartas enviados pelos missionários à Sociedade Missionária para a América do Sul⁷⁷, com sede em Londres, mantenedora de um conjunto de missões, passam a registrar, a partir de 1873, esta nomeação, colaborando na definição das diretrizes de implantação de uma nova missão na Amazônia brasileira (cf. CLOUGH, 1873?). Um funcionamento pelo qual a discursividade sobre o Purus irrompe na fala anglicana, na Europa. *Ipuriná* já possui sentidos evidentes, produzidos pelas “forjas” históricas na Amazônia.

⁷⁷ *South American Missionary Society – SAMS.*

Como a história são sentidos, isto é, discursos, foi preciso antes que outros já tivessem interpretado as fronteiras de uma sociedade autóctone americana, etiquetando-a, para que desde a Europa se definissem os rumos da missão em questão. Como vimos nos primeiros relatórios e relatos de viajantes sobre o Purus, este etnônimo já circulava desde 1845 como evidência de ‘povo’, de ‘índios’, de ‘etnia’, de ‘tribo’ etc. Estes missionários, em particular, são direcionados a entrever essa parte do Brasil a partir de sentidos prévios, de olhares preexistentes. Há, portanto, uma relação interdiscursiva entre o que se diz nos primeiros relatórios e relatos e o que se diz na documentação produzida pela missão anglicana no Purus, ainda que não haja menção explícita nestes sobre o discurso dos primeiros viajantes.

O que se vê nestes discursos, desta forma, são repetições dos sentidos deste etnônimo, bem como de outras palavras e expressões que avocam memórias indígenas. Para estas palavras e expressões, tais relatórios e relatos sustentam sentidos naturalizados na memória discursiva dos primeiros brasileiros a penetrar e a colonizar o Purus. Lembremo-nos das ações dos primeiros dos viajantes, regatões, coletores e colonos, neste rio. Homens a instaurar uma política de nomeação sob a égide do Estado brasileiro ao lado de pessoas das sociedades autóctones; todos eles igualmente sujeitos da nomeação na cena do contato cultural. E os sentidos atribuídos, nestas primeiras cenas do contato, são retomados do dizer anglicano.

Ao lado do etnônimo *ipuriná* na boca do missionário, o topônimo *Purus* é outra nomeação igualmente importante na história dos saberes sobre a sociedade apurinã, sua língua originária e seus espaços de sociabilidade. Trata-se de um topônimo cujo sentido de espacialidade concorre na determinação do sentido étnico de *ipuriná* no discurso das descobertas, seja por viajantes, coletores, regatões ou missionários. *Purus* é uma nomeação indígena que entra no discurso dos anglicanos também como pré-construído, como evidência. *Purus* é uma nomeação que, ao circular, vai homogeneizando o olhar colonizador sobre o novo território. Neste ponto, retomamos Pêcheux (2014a) para dizer que estas duas nomeações – *ipuriná* e *Purus* – entram na discursividade anglicana enquanto dizeres já estabilizados, significações percebidas-aceitas-experimentadas a partir das relações entre indígenas e ocidentais no Purus, desencadeadas com a colonização.

Desta forma, *ipuriná* e *Purus*, nos discursos anglicanos do século XIX, são efeitos de uma anterioridade e exterioridade que é histórica e discursiva. Palavras que assujeitaram o olhar e a mão de Jacob Evert Resyek Polak na escrita da primeira gramática e do primeiro vocabulário da sociedade apurinã.

Jacob Evert Resyck Polak, holandês naturalizado inglês, atuou no espaço da missão do Purus apenas como catequista, não tendo tido posto de mando. Havia trabalhado, anteriormente, entre os indígenas Fueguinos, na Patagônia. Foi o missionário anglicano que mais permaneceu entre os apurinã, dominando sua língua. A esse respeito, Link (2016, p. 110) afirma que “ele viajou longas distâncias, passou meses acampado nas margens dos lagos e igarapés e foi o missionário que mais visitou as aldeias dos apurinã, estabelecendo relações de reciprocidade com as lideranças indígenas”.

A obra intitulada *A Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language*, elaborada por Polak, após ser ordenado reverendo, fora publicada em Londres em 1894. Ela resulta do empreendimento religioso, no rio Purus, que durou de 1875 a 1883. Nunca chegou, contudo, a ser utilizada em campo de missão. O início de sua circulação se daria em solo inglês, onze anos mais tarde após o fechamento da missão. De todo modo, as consequências da produção deste instrumento linguístico reverberariam, simbólica e politicamente, até os dias atuais, ajudando a construir a imagem isotópica de língua da sociedade apurinã. Isso porque tal instrumento resulta de uma experiência humana catalizadora de sentidos cartográficos, etnográficos e linguísticos. Uma obra retomada no espaço acadêmico brasileiro, como documento histórico, que demarca bibliograficamente as fronteiras da produção da imagem dessa língua e dos conhecimentos sobre ela.

Na continuidade da interpretação de suas fronteiras, os estudos mais recentes desta língua, como os do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) e os do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL-UFPA), legitimam os mesmos efeitos de sentido no que diz respeito à produção de uma imagem de homogeneidade e identidade linguística sob a nomeação *apurinã*. Há, evidentemente, variação de descrições metalinguísticas, assim como de interesses políticos, de métodos e de teorias entre estas abordagens. No que pese a repercussão histórica dos estudos destas duas instituições, bem como sua importância para a história das ideias linguísticas sobre o apurinã, esta seção se reserva à compreensão da relação língua-sujeito-espaço na obra de Polak (1894) no início do processo de gramatização do apurinã.

A partir das análises de Link (2016, p. 83) sobre o “*ethos cultural apurinã*”, compreende-se que se encontra, por detrás do trabalho linguístico de Polak (1894), uma conjuntura político-econômica específica que propiciou o estabelecimento da missão anglicana na região do Purus.

De um ponto de vista político, temos uma abertura restrita do território nacional brasileiro à atuação de outras confissões religiosas, conforme a Constituição do Império do Brasil de 1824, para além da Igreja Católica Romana que permanecia sendo a religião oficial de Estado. De um ponto de vista econômico, temos o início da incorporação do Purus às demandas do capitalismo industrial iniciado na Inglaterra em meados do século XVIII. Esses dois fatores condicionam as decisões e as ações dos missionários anglicanos na região Amazônica. A partir de tal contingenciamento, o primeiro contato do então catequista leigo Jacob Polak com a língua/cultura apurinã se daria, de modo fugaz, em 1874, nos primeiros reconhecimentos do novo campo. É interessante pontuar que nessa situação, “Ele também já aproveitou os primeiros contatos para coletar vocabulário em apurinã” (LINK, 2016, p. 93).

A *Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language* (POLAK, 1894) estrutura-se em quatro partes: (i) o prefácio contendo informações sobre a localização e costumes do povo apurinã, comentários sobre a situação social e geográfica da língua e observações sobre marcações usadas no trabalho de descrição linguística; (ii) uma descrição gramatical discriminando o funcionamento das partes do discurso do apurinã a partir de critérios supostamente etimológicos; (iii) um vocabulário alfabético inglês-apurinã, subdividido em duas partes: a primeira tendo *verbos* como entrada dos verbetes e a segunda tendo as demais partes do discurso como entrada; e, (iv) um apêndice com uma lista bilíngue de vocábulos em língua geral/apurinã e orações traduzidas na seguinte ordem: apurinã, paumarí e língua geral.

As descrições do apurinã, nesta obra, apontam para práticas linguísticas circunscritas à região do Médio Purus. Isto é, os dizeres sobre esta língua que aparecem nos primeiros relatos e relatórios sobre o Purus, bem como na primeira gramática e vocabulário do apurinã não refletem a totalidade do espectro demográfico apurinã na região à época. Ao refletimos sobre estes últimos instrumentos, além do mais, podemos dizer que eles possuem como finalidade uma pedagogia voltada à aprendizagem do apurinã para a inserção no campo missionário.

Nos relatos de Coutinho (1863) e de Chandless (1866), de modo particular, vimos surgirem interpretações significativas sobre Purus como efeito da relação constitutiva língua-sujeito-espaco. Relação que também atravessa a descrição do apurinã em Polak (1894). Nesse sentido, acompanhamos, por um lado, pela palavra *maloca* ou pela expressão *maloca hypuriná*, a produção de um saber fruto da classificação e recorte pelo ocidental dos espaços indígenas em função da necessidade de seu reconhecimento e controle político. Acompanhamos, por de outro lado, pela palavra *índios* ou pela expressão *índios hyurinás*, a

produção de um saber relativo à identidade étnico-cultural destes indígenas em função das mesmas necessidades. “Imbricada” nestes saberes, temos uma imagem de língua indígena que vai sendo produzida-tomada enquanto critério relativo a estas duas outras leituras do mundo – o espaço e o sujeito. A língua, de todo modo, é nessa tríade percebida em Polak (1894) como uma realidade espacializada nas relações cotidianas, culturais e políticas que constituem a identidade apurinã.

Logo, o trabalho linguístico de Polak (1894), em nossa perspectiva sobre a constituição da ordem humana, é exemplo de uma instrumentação que resulta da tensão/relação entre o espaço da maloca e o espaço da missão, entre o espaço da vida indígena e o espaço da vida ocidental, entre a imagem do apurinã e a imagem do colonizador. Espaços e sujeitos que são legíveis em palavras e expressões, presentes na nomenclatura deste autor, que apontam para a memória do habitar e do significar-se, das quais mencionamos algumas:

Inhabitant, *Awacarí* or *Awacarícani*.

Ipuriná, *Cángyty* or *Cángite*.

Strange or foreign, *Apánakýny*.

Place or station, *Awánakini*.

Hut or wigwam, *Aicú*.

Farm or cultivated ground, *Kíkiyu*.

Não se trata apenas de unidades lexicográficas, mas de verbetes que apontam às relações que estas palavras objetificadas mantêm com os traços da memória de ocupação dos espaços e da designação dos sujeitos, em formações sociais distintas.

Assim sendo, a gramática e o vocabulário de Polak (1894) não evocam apenas a memória implicada na constituição do espaço nacional europeu e do espaço colonial americano, uma memória do urbano e das tradições gramaticais. Estes instrumentos tecnológicos, dada sua singularidade histórica, permitem compreender, a partir de suas formulações metalinguísticas, sentidos que estavam em jogo na interpretação dos indígenas e de seus espaços, enquanto “Outro radical” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p 211). Instrumentos que funcionam, inclusive, como margem de leitura a respeito da transformação no Purus do imaginário indígena de ocupação para o imaginário de ocupação das formações sociais do Ocidente. Isso porque a gramatização é vetor de constituição-transformação da

ordem social. Sobre isso, ampla é a compreensão do modo como se processou a colonização no Brasil com a instrumentação do espaço ao lado da instrumentação da língua, pelo europeu.

De todo modo, a primeira gramática e o primeiro vocabulário do apurinã aportam um efeito-leitor em que está patente a interpretação da língua, do espaço e do sujeito outro. Tais instrumentos tomam por base os sentidos de urbanidade da memória ocidental, a partir de uma escala hierárquica de valores. Nisso, uma série de pré-construídos emergem como elementos lexicais indicando o modo como Polak (1894) interpreta o indígena apurinã e o modo como ele constrói o organiza seu espaço de vida. Elementos que produzem a nomenclatura do vocabulário apurinã, em que os setores do real nele representados são variados, diferentemente das poucas unidades lexicográficas que encontramos em Chandless (1866). Outro fator travessa essa interpretação da sociedade apurinã pelo ocidental: uma ideia de superioridade sob o efeito da noção de *civilização*, que ao guiar as interpretações que o autor faz, impõe uma inferiorização das formas de ser e de estar no espaço apurinã.

Na continuidade das descobertas do Purus, “o que se diz” é sempre contemporâneo de um “porque se diz” (não intencional, mas político, evidentemente). No dizer esse rio, a história flui, seja na oralidade (*verba volant*, o que o vento leva) ou na escrita (*scripta manent*, o que a grafia registra.). De nossa parte, discursivamente falando, tomamos a linguística ao lado da história na abordagem materialista para compreendermos, nos espaço-tempo do Médio Purus, a constituição das ideias linguísticas a respeito do apurinã. Ou seja, uma compreensão da materialidade linguística na discursividade do arquivo. Recordemos: não há história sem sentidos, sem discurso!

3.1. Discrepância e metalinguagem no prefácio de *A Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language*, de Polak (1894)

Como mostrado nas análises dos relatos e relatórios, no Capítulo 3, a passagem de um discurso de constituição do léxico a um discurso lexicográfico do apurinã, no discurso das descobertas do Purus, resulta de processos específicos nos níveis da *discrepância* e da *metalinguagem*. Isso porque o início do contato cultural indígena-ocidental, neste rio, a começar por sua desembocadura, produz novos processos de significação, dentre os quais o

dizer sobre as línguas. O “silêncio fundador” (ORLANDI, 1992, p. 70) é, nos espaços-tempo deste rio, neste período, a realidade a constituir as grandes margens de desconhecimento para o colonizador. Os saberes cartográficos, etnográficos e linguísticos, nestes começos, são consituídos na relação contraditória com a incompletude dessas margens, desses imensos horizontes a cobrar interpretação.

Delimitar, no discurso das descobertas, os rastros-efeitos da gramatização do apurinã é olhar, antes de tudo, para as assimetrias entre memórias de formações sociais radicalmente distintas, com suas formas de falar, de habitar, de ser e de se relacionar, pois é nas fissuras desse atrito entre culturas, a perturbar as fronteiras do dizível, para ambos os lados, que se produzem descobertas e que se buscam palavras para designá-las por ocasião de seu acontecimento. E a escrita, do lado ocidental, foi fundamental na domesticação desses processos de significação, estabilizando efeitos de sentido nos discursos do Estado, da Ciência e da Religião. É o que se pode ver, a seguir, na discrepância de uma metalinguagem, em que se vislumbram, por meio das ideias da tradição gramatical ocidental, certos aspectos da língua apurinã. Vislumbres, pois o real da língua é sempre inatingível.

Para o *prefácio* de Polak (1894), o discurso das descobertas do Purus é o mesmo. Esse discurso empurra e alarga as fronteiras do saber sobre este rio, frente ao silêncio fundador. E isso, como comentado acima, contraditoriamente, pois a saturação dos referentes discursivos das novidades do Purus (isto é, a produção de sua interpretação, das coisas-a-saber, das nomeações) se dá pela história que é constituída na e pelas relações de poder na Região Amazônica. É desse modo contraditório que o discurso das descobertas trabalha a novidade das línguas, de espaços-tempo simbólicos que foram legitimados etnograficamente, como pudemos acompanhar nos viajantes e expedicionários. Trata-se, efetivamente, de uma face desse discurso que é caracterizada pela autonímia. Assim, ao ter a língua apurinã como objeto, esse prefácio a explora com centralidade levando em conta espaços e o sujeitos apurinã, até então, fortemente determinados por uma historicidade Aruák, não ocidental.

Metaforicamente, este prefácio é uma importante “fotografia”, feita a partir de um observatório religioso, que “capta” certo estado das relações entre língua-sujeito-espaço, no Purus do século XIX. Isso porque se vê, em seu fio discursivo, a assimetria entre as memórias apurinã e ocidental a “disputar” as margens das páginas do instrumento tecnolinguístico. Tal assimetria se reproduz linguístico-discursivamente nas formulações, que dizem a língua, o espaço dessa língua, bem como os sujeitos que a falam.

Logo, do ponto de vista das relações interdiscursivas e metalinguísticas, vemos, por um lado, o encaixe/articulação de termos indígenas na sintaxe do inglês como termos-padrão, sob o efeito da transparência: “*The former is so pronounced by Indians of the **Purus***” (POLAK, 1984, p. vi); por outro lado, vemos pontos de interpretação do apurinã, onde seus significantes no encaixe/articulação funcionam como termos-autônimos, tendo marcada sua exterioridade, pelo itálico: “Call, to, *akírita* or *Akíritiniri*” (POLAK, 1984, p. 27).

Em suas duas primeiras partes, o prefácio toma a língua somente como parte de uma contextualização geográfica e etnográfica. Mas, em sua terceira parte, ele já oferece uma prévia das descrições linguísticas, por meio de observações que orientam a leitura da gramática e do vocabulário. De um ângulo mais técnico-procedimental, encontramos no prefácio pontos de explicitação da língua alvo baseados na relação palavra-palavra (menção pela autonomia). Ao lado disso, compreendemos que a necessidade de informar a localização e os hábitos da sociedade que fala esta língua é efeito de exogramatização, de um trabalho linguístico que não é feito por seus locutores nativos. Os sentidos sobre o dizer esta língua, na gramática e no vocabulário, informa um real, até então, desconhecido na Europa.

Logo, diante das relações interdiscursivas e metalinguísticas nesta parte de sua obra, Polak (1894) oferece, introdutoriamente, aos leitores (futuros missionários) uma circunscrição cartográfica e etnográfica que contextualiza o espaço-tempo da língua apurinã. A história desta língua, do ângulo da exogramatização, revela a questão do real histórico do contato. Como materialidade desse real, todos os instrumentos metalinguísticos desta língua, nos séculos XX e XIX, por comparação à Polak (1895), em suas aproximações do objeto-sujeito e do objeto-espaço apurinã, recorrem a um dizer cartográfico e etnográfico. Muda-se o tempo, mudam-se as abordagens e métodos, mas é sempre de processos de observação do outro que se trata. A interpretação de uma língua indígena, sua exogramatização, nunca deixa de ser, materialmente falando, parte de uma etnografia, mesmo que isso não se diga.

3.1.1. Uma circunscrição cartográfica e etnográfica da língua apurinã

Em função do nosso percurso de análise, uma observação se faz importante: na leitura que operamos nesta seção, seguimos olhando para o sujeito que diz e para o sujeito que é dito,

considerando-os, historicamente, como resultantes de processos simbólicos e políticos em formações sociais distintas. E com eles, seus espaços e suas línguas. Em nosso gesto de interpretação, portanto, nos voltamos às marcas da historicização na obra de Polak (1894).

De saída, vemos no parágrafo 01 (Quadro 20), abaixo, a indicação da localização da sociedade que fala a língua da descrição como primeira marca de historicidade. Inúmeras referências, dentre elas, termos indígenas, constroem aí a interpretação da territorialidade apurinã: rios (*Purus, Amazon, Acre*), extensão territorial (*some 400 miles*), coordenadas geográficas (*lat. 8° S.; long. 67° W., approx.*) e uma ocupação ocidental (*Sipatiní*). Vejamos:

Quadro 20: Cópia do parágrafo 01 do prefácio.

01	The tribe of Indians called Ipuriná, a cannibal tribe, inhabit only the River Purus, one
02	of the largest affluents of the Amazon, on the right bank, from the district called
03	Sipatiní (Indian name, Shibatiri), in the Middle Purus, to beyond the River Acre (a
04	corruption of <i>ywákyry</i> , its Indian and proper name), in the Upper Purus; an extent of
05	some 400 miles; living on the banks (very rarely), and on the numerous lakes and
06	tributaries (lat. 8° S.; long. 67° W., approx.). ⁷⁸

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Após circunscrever a localização dos apurinã, onde já se inscreve uma leitura etnográfica (*The tribe of Indians called Ipuriná, a cannibal tribe*, linha 01) e uma leitura metalinguística (*Sipatiní, indian name, Shibatiri*, linha 03 e *Acre, a corruption of ywákyry, its Indian and proper name*, linhas 03 e 04), segue-se a descrição de inúmeros traços culturais apurinã. Seu espaço de vida com sua memória de ocupação é aí interpretado. E esta interpretação permanece, historicamente, como porta de entrada da primeira gramática e vocabulário do apurinã. Intepretação em que destacamos os verbos que sinalizam a espacialidade apurinã: eles **vivem/habitam** apenas o rio Purus, na margem direita, desde o distrito de Sipatiní para além do rio Acre...

Esta circunscrição espacial se define, ao mesmo tempo, no bojo da significação da identidade do sujeito apurinã que é qualificado pelo autor como *cannibal* (linha 01), *warlike* (linha 08), *distrustful* (linha 08), *retiring* (linha 09), *indolent* (linha 13), *inferior* (linha 16). Esses sentidos vêm de uma etnografia que se inscreve na esteira de discursos que naturalizam formas de opressão, tais como a colonização e escravidão. No efeito-leitor desta obra, deste modo, o indígena não figura como interlocutor; e, nele a intepretação feita pelo apurinã figura

⁷⁸ Tradução minha: A tribo de índios Ipuriná, uma tribo canibal, habita apenas o Rio Purus, um dos maiores afluentes da Amazônia, na margem direita, desde o distrito de Sipatiní (nome indígena Shibatiri), no Médio Purus, para além o rio Acre (uma corruptela de *ywákyry*, seu nome indígena e próprio), no Alto Purus; uma extensão de cerca de 400 milhas; vivendo nas margens (muito raramente) e nos numerosos lagos e afluentes (lat. 8° S; long. 67° W., aprox.).

de modo enviesado, pois os significantes de seus processos simbólicos em sua língua são apenas objeto de tradução, conforme a autoridade da interpretação do branco.

Sob esse feito-leitor, o que figura no prefácio é a velha caricatura de uma língua a-histórica, imaginária, como depreendeu Orlandi (2008) ao examinar a metalinguagem nas práticas discursivas de missionários capuchinos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Nos já-ditos absolutos da etnografia que acompanha essas práticas, implícita ou explicitamente, não se reconhece uma dignidade a respeito do modo de estar no mundo do outro culturalmente diferenciado. Esse *modus operandi* na interpretação colonialista também se vê nas análises de Nunes (2006) sobre dicionários jesuítas português/tupi. Neles os sentidos das palavras e expressões da língua do outro, reinterpretados em paráfrases de tradução, vão sempre rumo à legitimação das ações do colonizador.

É um movimento que reproduz o discurso da transformação e da conversão: “do pagão ao cristão, do ‘selvagem’ ao ‘civilizado’” (NUNES, 2006, p. 117). O contato não é uma escolha do indígena; ele é uma imposição do avanço ocidental, que se pretende superior as outras formas de vida humana. Trata-se dos efeitos de sentido pelos quais se constitui a posição de interpretação de Polak (1984). É com base, justamente, nessa interdiscursividade ocidental urbana e cristã, que se linearizam, nos parágrafos 02 (Quadro 21) e 03 (Quadro 22), a seguir, os dizeres sobre o sujeito apurinã em seu espaço de vida:

Quadro 21: Cópia do parágrafo 02 do prefácio.

07	They are one of the largest of the thirty-
08	are warlike among themselves, but both distrustful of, and recoiling from, civilised
09	people. In their habits they are very retiring, and of their own accord do not seek the
10	advantages offered by, nor are they very desirous to have any dealing with, civilisation,
11	evidently feeling far more at home when away from all strangers; for this, however,
12	many of them have good reasons. ⁷⁹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Ao visitar localidades, Polak interpreta o apurinã, considerando hábitos e língua, e os informa como novidade, e isso no sentido dos encaixes/articulações, em inglês, sustentados pela memória ocidental. O que pode e deve ser dito, a partir desse observatório, se lineariza (se formula/ se enuncia) como saber novo; ou seja, como a interpretação de uma alteridade com extremas margens de desconhecimento, de silêncio fundador. Assim, Polak descreve

⁷⁹ Tradução minha: Eles são uma das maiores das 34 ou mais tribos que habitam o rio gigante, são belicosos entre si, mas desconfiam e recuam dos povos civilizados. Em seus hábitos, eles são muito retraídos e por si mesmos não buscam as vantagens oferecidas pela civilização, nem desejam muito lidar com ela, sentindo-se evidentemente muito mais em casa quando longe de todos os estranhos; para isso, entretanto, muitos deles têm boas razões.

algo do cotidiano dos apurinã, não noticiado, até então, nem mesmo pelos viajantes (*recoiling from, civilised people. In their habits they are very retiring, and of their own accord do not seek the advantages*, linhas 08 a 10 do Quadro 21, acima).

Mediante essas primeiras margens de interpretação, no parágrafo 03 (Quadro 22), Polak (1894) traz à tona, como parte do ímpeto “civilizatório”, uma menção implícita ao curso das políticas indigenistas de contato à sua época, que depreendemos na formulação *without any incentive from without to ambition or to a higher life* (linhas de 17 a 18), abaixo. Dentre os não-ditos que margeiam a legibilidade desta reformulação podemos mencionar que esse *incentivo* possui como exterioridade os mecanismos jurídico-políticos por meio dos quais se materializaram as distintas legislações voltadas à incorporação do indígena à sociedade brasileira.

Quadro 22: Cópia do parágrafo 03 do prefácio.

13	They are naturally indolent, and lounge during the greater part of their time in their
14	hammocks, which they do not even take the trouble to learn to weave, but beg, or
15	barter for them with the neighboring tribes, and are in every respect, as regards ability
16	and progress, far inferior to the Indians on the Tapajos and in British and Dutch
17	Guianas. When, however, their isolated condition, during several centuries, without
18	any incentive from without to ambition or to a higher life, is taken into consideration,
19	it will be seen that they should largely be exonerated from the charge of indolence or
20	indifference. ⁸⁰

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Na continuidade de sua etnografia, este autor produz uma demografia relativa a agrupamentos dessa sociedade (*they may perhaps muster 2,000 or 3,000 altogether*, linhas 22 e 23). Um “dado” de sua interpretação, atravessado pelo conhecimento metalinguístico prévio, que lhe permitiu demarcar os agrupamentos apurinã. Suas afirmações, assim, resultam da tensão entre memória e acontecimento, diante das margens de desconhecimento do território e do sujeito apurinã (*their number cannot easily be ascertained*, linhas 21 e 22).

Em função de seu projeto missionário, Polak (1894) se volta a descrições das ocupações apurinã e de sua forma de sociabilidade (*The largest number I have ever seen together, living in the same hut, is about forty-men, women, and children*, linhas 23 e 24). É o que se lê no quadro 23:

⁸⁰ Tradução minha: São naturalmente indolentes e passam a maior parte do tempo em suas redes, que nem se dão ao trabalho de aprender a tecer, mas mendigam ou trocam por elas com as tribos vizinhas, e são, em todos os aspectos, como em capacidade e progresso, muito inferior aos índios do Tapajós e das Guianas britânica e holandesa. Quando, entretanto, sua condição de isolamento, durante vários séculos, sem qualquer incentivo externo à ambição ou a uma vida superior, é levada em consideração, verá que eles devem ser amplamente exonerados da acusação de indolência ou indiferença.

Quadro 23: Cópia do parágrafo 04 do prefácio.

21	Being so widely scattered and so far apart from one another, their number cannot
22	easily be ascertained; being also migratory, the task is doubly difficult; they may
23	perhaps muster 2,000 or 3,000 altogether. The largest number I have ever seen
24	together, living in the same hut, is about forty-men, women, and children. They have a
25	very scanty number of guns, which they find difficult to obtain, but which they highly
26	prize when they have them. ⁸¹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

No final deste mesmo parágrafo (Quadro 23), sua etnografia se volta a outras relações do sujeito apurinã com seu espaço de vida, no que diz respeito à suas armas (arco e flecha) e às suas formas subsistência (coleta, caça, pesca e agricultura).

Vemos, para dizer essas relações, no mesmo sentido de formulações anteriores do prefácio, no parágrafo 05 (Quadro 24), abaixo, uma interpretação que os relativiza/restringe como inferiores para, retoricamente, justificar a ação “civilizatória”, isto é, a ação catequética.

Quadro 24: Cópia do parágrafo 05 do prefácio.

27	They use the bow and arrow to shoot the various kinds of forest animals, as also
28	fishes, for immediate sustenance only, for they are not at all provident. They plant an
29	insignificant space with cassada, plantain, and banana, their principal food, and in
30	addition to these, sustain life during a great part of the year with the variety of fruits
31	which successively appear. Night or day, they constantly eat when they have food.
32	Except a very few, they are always <i>in puris naturalibus</i> . On an average, they are taller
33	than the aborigines of Tierra del Fuego, among whom I have lived for over three
34	years; the tallest I have seen measuring about 5 feet 6 inches or 5 feet 7 inches. ⁸²

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Acham-se, nessa leitura de Polak (1894), os seguintes traços de memória linearizados:

(i) a marcação de um traço de exterioridade na coordenada explicativa *for they are not at all provident* (linha 28) para se referir a produção de seus alimentos. Não se trata de qualquer interpretação das práticas subsistência apurinã. Mas de uma que é contingente, não essencial, para especificar uma sociedade por oposição aos sentidos que constituem o modo de interpretar a subsistência pelo ocidental em seu contexto de produção em larga escala.

⁸¹ Tradução minha: Estando espalhados e distantes uns dos outros, seu número não pode ser facilmente determinado; sendo também migratória, a tarefa é duplamente difícil; eles podem reunir 2.000 ou 3.000 no total. O maior número que vi juntos, vivendo na mesma cabana, é cerca de quarenta homens, mulheres e crianças. Eles têm um número muito limitado de armas, que acham difícil de obter, mas que valorizam muito quando as têm.

⁸² Tradução minha: Eles usam o arco e a flecha para atirar os vários tipos de animais da floresta, como também peixes, para sustento imediato apenas, pois eles não são absolutamente providentes. Plantam um espaço insignificante com cassada e banana, seu principal alimento e, além destes, sustentam a vida durante grande parte do ano com a variedade de frutas que aparecem sucessivamente. De dia ou de noite, comem constantemente quando têm comida. Exceto alguns poucos, eles estão sempre *in puris naturalibus*. Em média, são mais altos do que os aborígenes da Terra do Fogo, entre os quais vivi mais de três anos; o mais alto que já vi medindo cerca de 5 pés e 6 polegadas ou 5 pés e 7 polegadas.

(ii) outra marcação ocorre em *They plant an insignificant space with cassada, plantain, and banana* (linhas de 28 e 29) por meio do adjunto adnominal *insignificant* que determina o espaço de cultivo, isto é, à agricultura apurinã. O espaço de plantio, nesta interpretação restritiva, também não é qualquer um. Embora não seja um espaço de cultivo articulado às demandas ocidentais, pode vier a ser um.

(iii) uma marcação em *in puris naturalibus* (linha 32), pelo itálico; trata-se da marcação, como discurso segundo, de um elemento de empréstimo do latim, língua usada nas classificações naturalistas; o indígena, objeto de descrição, não deixa de ser o elemento central de uma paisagem natural, a partir da escala evolucionista. Essa única expressão encaixada em Polak (1894) produz um efeito de classificação, já que o latim é a língua franca dessa posição científica. *In puris naturalibus* funciona, logo, como uma espécie de categoria “etno-naturalista” que filtra o apurinã enquanto “espécie” a catalogar.

Ainda no final do parágrafo 05 (Quadro 24), acima, uma nova medição é registrada. Trata-se da leitura de um aspecto físico do apurinã. A estatura é tomada como uma régua de medição etnográfica, e isso por comparação a outra sociedade indígena da Patagônia, onde trabalhou o missionário: *On an average, they are taller e the tallest I have seen measuring about 5 feet 6 inches* (linhas 32 a 34).

Polak (1894), no parágrafo 06, subsequente, retoma a questão do contato.

Quadro 25: Cópia do parágrafo 06 do prefácio.

35	It is only during recent years, since traders began to ascend the Upper Purus, with a
36	view to collect the rubber-milk and manufacture india-rubber growing here and there
37	on its banks, that the Ipurinás have peeped out of their seclusion; a few of them, when
38	they choose, prepare a few pounds of india rubber to barter with the traders for
39	farinha, or native meal, some odd vestment, or a little of the most ordinary hardware,
40	and ardent spirits, which latter have not yet aided them towards a higher level of
41	morality; fortunately, owing' to their natural reserve and taciturnity, the mischievous
42	influence has up to now been experienced by only a minimum of the tribe. ⁸³

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Nisso, vemos a interpretação de *traders began to ascend the Upper Purus* (linha 35) como sinônimo da expressão *incentive from without* (linha 18), no Quadro 22. Expressão esta

⁸³ Tradução minha: Só nos últimos anos, desde que os comerciantes começaram a subir o Alto Purus, com o objetivo de coletar o leite da borracha e fabricar a borracha que crescia aqui e ali em suas margens, os Ipurinás espionaram de sua reclusão; alguns deles, quando escolhem, preparam algumas libras de borracha para trocar com os comerciantes por farinha, ou refeição nativa, alguma vestimenta estranha, ou um pouco do hardware mais comum, e bebidas espirituosas, as quais não possuem ainda os ajudou a um nível mais alto de moralidade; felizmente, devido à sua reserva natural e taciturnidade, a influência nociva até agora foi experimentada por apenas um mínimo da tribo.

que resulta como um efeito da política estatal de incorporação, na transição do Império à República. De todo modo, o autor menciona no parágrafo 06 o início das trocas comerciais, delineando uma face do contato apurinã/ocidental, importante para historiografia do Purus.

O prefácio permite-nos compreender, portanto, as condições históricas de produção na qual se efetua seu trabalho. Nessa perspectiva, sua obra se alinha aos relatos de Chandless (1866, 1867), outro viajante europeu, impulsionado, particularmente, por interesses nacionais e internacionais de integrar essa região à roda da economia capitalista. Para isso, colabora significativamente a crescente necessidade e busca pela goma látex, produto nativo da região, um dos principais insumos da indústria inglesa, naquele momento.

A partir da ética da dominação colonial, Polak (1894) descreve, nos parágrafos 07 e 08 (Quadros 26 e 27), abaixo, sua interpretação sobre uma cosmovisão apurinã. A grade de sentidos ocidental segue produzindo uma leitura do indígena como “inferior” e passível de “civilização”.

Uma leitura feita a partir de sentidos do cristianismo. Inúmeros pré-construídos cristãos comparecem na modalidade de nomes próprios e comuns, pelos quais se produz a leitura de Polak (1894). Acontecimentos da religião, estabilizados semanticamente na forma do nome, legíveis nestes parágrafos, tais como: uma **Divindade** suprema, alguma **religião**, tal **Pessoa**, uma **tradição**, um **dilúvio** universal, sua **maldade**, **espíritos**, **céus**.

Quadro 26: Cópia do parágrafo 07 do prefácio.

43	I have been careful to enquire whether they knew anything of a supreme Deity, or
44	whether they had any religion whatever; but I found that they knew nothing definitely
45	of such a One. But there is among them a vague idea of the existence of a chaotic
46	period in ages past, and also a tradition of a universal flood which destroyed their
47	people on account of their wickedness; only one man and one woman saved themselves
48	in a canoe; from these the tribe in due time multiplied. They believe in spirits, of which
49	they have a large number, and in a great one whom they call <i>Gyntyntyry</i> , and who
50	dwells somewhere in the skies; but none of these, from what I know, are propitiously
51	inclined towards them, but rather destructive to them. They, however, exhibit no
52	particular dread for these supernaturals, as one would expect. ⁸⁴

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

⁸⁴ Tradução minha: Tive o cuidado de indagar se eles sabiam alguma coisa sobre uma Divindade suprema ou se tinham alguma religião; mas descobri que eles nada sabiam definitivamente sobre tal Pessoa. Mas há entre eles uma vaga ideia da existência de um período caótico em eras passadas, e também uma tradição de um dilúvio universal que destruiu seu povo por causa de sua maldade; apenas um homem e uma mulher salvaram-se em uma canoa; destes, a tribo no devido tempo se multiplicou. Eles acreditam em espíritos, dos quais possuem um grande número, e em um grande a quem chamam de *Gyntyntyry*, e que habita em algum lugar dos céus; mas nenhum destes, pelo que eu sei, é propício para eles, mas sim destrutivo para eles. Eles, entretanto, não exibem nenhum pavor particular por esses sobrenaturais, como seria de se esperar.

Vemos, a respeito desses elementos pré-construídos no encaixe sintático que uma discursividade religiosa determina a produção dos saberes, nesta obra. Traços do interdiscurso na textualidade de Polak (1894) que podem ser parafraseados por meio de relativas:

Uma Divindade **que é uma Pessoa suprema.**

Um Dilúvio **que é (foi) universal e que destruiu seu povo por causa de sua maldade.**

Um grande espírito a quem chamam de *Guynynyry* **que habita em algum lugar dos céus.**

Espíritos **que vagam perpetuamente nas florestas.**

Espíritos **que têm suas habitações fixas no céu.**

As similaridades e diferenças culturais descritas pelo autor se dão a partir de pré-construídos do universo religioso do não-indígena (divindade, dilúvio, espírito, céus etc.). Esta explicitação da cosmovisão indígena, contudo, é mero pretexto para que o branco se mostre a si mesmo para os seus, reafirmando a superioridade de suas crenças, pois o branco, nesse caso, permanece objetivado como interlocutor.

Quadro 27: Cópia do parágrafo 08 do prefácio.

53	Some spirits are supposed to be perpetually roaming in the forests, especially at night,
54	while others have their fixed habitations in the sky. Having' lived two years constantly
55	among and with them, quite 2,000 miles from the sea-coast, and in the interior of
56	South America, and for fully six years in various parts of the Amazon valley, I have
57	had much time to observe them and their manners. ⁸⁵

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Seguindo a dinâmica do discurso das descobertas, lemos, em Polak (1894), que “civilizar”, além de implicar o sentido de colonizar, também implica o sentido de catequizar. Sentidos esses que determinaram/construíram a política indigenista do contato nas conjunturas colonial e imperial. Catequizar é sinônimo de civilizar (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a). E o conhecimento da língua (prático e teórico), nessas conjunturas, fora usado como subsídio do trabalho missionário, legitimado no interior dessa política.

Assim, o sentido da expressão *incentive from without* (Quadro 22), efeito da política indigenista, reformula-se no parágrafo 09 (Quadro 28), abaixo, enquanto *esforço feito pelo Brasil para civilizar esta tribo*, tirando-os da “reclusão” e “isolamento”. Segue aí a mesma interpretação observada em Coutinho (1863, p. 304): não os incentivar a integração com a

⁸⁵ Tradução minha: Supõe-se que alguns espíritos estejam perpetuamente vagando nas florestas, especialmente à noite, enquanto outros têm suas habitações fixas no céu. Tendo vivido dois anos constantemente entre e com eles, a quase 2.000 milhas da costa do mar e no interior da América do Sul, e por seis anos em várias partes do vale do Amazonas, tive muito tempo para observá-los e suas maneiras.

sociedade ocidental “seria um crime de lesa-humanidade”, isso porque ser “civilizado”, nesse imaginário, é “vida superior” (POLAK, 1894, p. 03). O “incentivo externo” ou “esforço civilizatório” dessa política é patente nas informações que este autor faz do envio de um missionário católico ao Médio Purus. Vejamos:

Quadro 28: Cópia do parágrafo 09 do prefácio.

58	No effort has as yet been made by Brazil to civilise this tribe; within my knowledge, a
59	few years ago a monk was sent by Government to open a mission at the Middle Purus;
60	he remained fourteen days in the vicinity of Labria, and then left, disgusted with the
61	plague of piums (a tiny fly, gen. <i>Simulium?</i>) find musquitos, and the inconveniences
62	necessarily concomitant on Purús life. ⁸⁶

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Diante da historiografia da colonização da Amazônia, no que diz respeito à política das missões no século XIX (cf. HENRIQUE, 2018), este breve relato do envio do um missionário católico ao Médio Purus resvala na materialidade da instrumentação política do contato pelo Estado, às vezes exitosa, às vezes fracassada, mas sempre insistente no apagamento do indígena. A respeito dessa instrumentação, Polak (1894) considera, diante das dificuldades do campo missionário, como importante, *willing men, money, time, perseverance*, como se lê na linha 68, abaixo:

Quadro 29: Cópia do parágrafo 10 do prefácio.

63	Though the difficulties and hardships which one must needs encounter in his
64	endeavours to accomplish this end are many, through the unexplored state of the
65	country and want of easy communication, the Ipurinás are susceptible of good
66	impressions, are docile, and, as I know from some of those I have had under my
67	special tuition, are capable of being both civilised and christianized. Four things are
68	indispensable-able, willing men, money, time, perseverance. In a larger work which I
69	am preparing, I hope to speak more <i>in extenso</i> on the geography, fauna, ethnography,
70	etc., of the Amazon valley. ⁸⁷

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

De modo geral, no prefácio, vemos efeitos de sentido pelos quais Polak (1894) formula uma etnografia atravessada pela religião e naturalismo. Por sua ótica, vê-se o apurinã como um elemento da paisagem natural a ser descrito, mas ao mesmo tempo, como alguém

⁸⁶ Tradução minha: Nenhum esforço foi feito ainda pelo Brasil para civilizar esta tribo; que eu saiba, há alguns anos um monge foi enviado pelo governo para abrir uma missão no Purus Médio; permaneceu quatorze dias nas vizinhanças de Lábria, e depois partiu desgostoso com a praga dos piums (uma minúscula mosca, gen. *Simulium?*) encontrando mosquitos, e os inconvenientes necessariamente concomitantes à vida do Purús.

⁸⁷ Tradução minha: Embora sejam muitas dificuldades e sofrimentos que se deve encontrar em seus esforços para alcançar este objetivo, devido ao estado inexplorado do país e à falta de comunicação fácil, os Ipurinás são suscetíveis de boas impressões, são fáceis e, pelo que sei de alguns dos que tive sob minha instrução especial, são capacitados de ser civilizados e cristianizados. Quatro coisas são indispensáveis: homens dispostos, dinheiro, tempo e perseverança. Em uma obra maior que estou preparando, espero falar mais *in extenso* sobre a geografia, fauna, etnografia, etc., do vale do Amazonas.

passível de cristianização, isto é, de “civilização”. Diante da imagem caricatural de língua que aí é produzida, a materialidade histórica da sociedade apurinã com seus processos de significação não é, em si, tomada por este autor enquanto objeto de apreciação, mas de transformação na direção ocidental. Voltaremos a isso na seção 4.1.2.

De qualquer forma, há uma tensão entre os sentidos de uma posição científica (o naturalismo) e os sentidos de uma posição religiosa (o cristianismo) a constituir o dizer de Polak (1894). Baseado nessa relação, uma imagem específica para a sociedade apurinã e sua língua e espaço é produzida.

Os missionários anglicanos eram, conforme Link (2016), parte da elite intelectual britânica. Fortemente favoráveis aos avanços e descobertas científicas, mantinham diálogo com membros da *Royal Geographical Society*, dentre os quais o próprio Charles Darwin, financiadores de projetos missionários. O discurso dos anglicanos se estabelecia por essa contradição, pois ao lerem o indígena como “selvagem” por essa perspectiva, precisavam, ao mesmo tempo, justificar seu proselitismo em meio a esses grupos considerados pelo Naturalismo como “condenados pela evolução ao desaparecimento” (LINK, 2016, p. 147).

3.1.2. Uma contextualização do modo de aproximação do objeto-língua

Tomando, inicialmente, a língua como objeto de uma etnografia, Polak (1894) apresenta fatos sobre situação linguística do apurinã. Ela a relacionada à identidade interna e externa de seus falantes. É o que lemos nas duas primeiras sentenças do parágrafo 11, linhas 71 e 72 (Quadro 30): *This language is spoken exclusively by the Indians of the Ipuriná tribe; only one or two strangers have within the last few years acquired a small stock of words.* Polak (1894) mostra, ainda, neste mesmo parágrafo, a dificuldade própria de se compreender as regularidades de uma língua restrita, até então, à oralidade (*I have not yet seen it in writing or heard of its being reduced to such, except by myself*, linhas de 74 e 75). Nisso, pontuamos o enfrentamento do autor com a língua e com as incompletudes no seu dizer.

Em decorrência desse enfrentamento, ele descreve os meios pelos quais suas descrições foram elaboradas. Nesse dizer a língua a partir da oralidade, vemos que a “autoridade do saber” (NUNES, 1996, p. 98) em sua obra advém do lugar que ele,

missionário, ocupa enquanto aprendiz e intérprete do apurinã (*I can read any word or sentence with facility, and be understood by the Indians*, linhas 96 e 97). A metalinguagem que este autor produz é legitimada, portanto, por sua figura de intérprete no contato com a língua da sociedade que observou. Segundo seu relato, ele a adquire na convivência para conversar e ensinar, para, então, elaborar um plano de estudos para si e para aprendizes novatos, como se lê no parágrafo 11 (Quadro 30), abaixo:

Quadro 30: Cópia do parágrafo 11 do prefácio.

71	This language is spoken exclusively by the Indians of the Ipuriná tribe; only one or
72	two strangers have within the last few years acquired a small stock of words and very
73	few sentences. These Indians having hitherto lived secluded, their language has been
74	confined to themselves, and I have not yet seen it in writing or heard of its being
75	reduced to such, except by myself. I found it at first exceedingly difficult to learn; but
76	much of this was owing to the glib manner of speaking prevalent among savages, as
77	well as the variety of forms for one and the same thing; but being obliged to do so
78	with a view to conversation and teaching, and having nothing - to be guided by except
79	the Indians themselves, who are the worst of teachers, I set to work and devised a
80	plan which, as facility has been one of my objects all along, I believe will be found
81	easy by any novice. I wrote as I heard the Indians speak, namely, phonetically, and in
82	doing so, I purposely retained the Roman system, so that any new learner might not
83	be compelled to spend time in acquiring a new variety of characters. None but those
84	who have been similarly employed will be able to recognize the obstacles I must have
85	met with, and therefore duly appreciate the following pages, and my efforts, without
86	any aid, to catch the evading sounds of an uncultivated language with all its
87	uncouthness. ⁸⁸

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Emergem, neste parágrafo, uma escuta “fonética” para captar o que Polak (1894) define como *sons evasivos* e para o registro desta escuta pela *grafia*. Observamos aí um indício do processo da alfabetização do apurinã. Ainda no parágrafo 11, a interpretação de *I have not yet seen it in writing or heard of its being reduced to such* (linhas 74 e 75) é sustentada pelos sentidos de “normas” e de “regras” próprias de uma tradição gramatical; algo que pode ser precisado pelo uso da expressão *reduced to*, patente em muitos instrumentos

⁸⁸ Tradução minha: Essa língua é falada exclusivamente pelos índios da tribo Ipuriná; apenas um ou dois estranhos adquiriram nos últimos anos um pequeno estoque de palavras e muito poucas frases. Esses índios, tendo vivido até agora isolados, sua língua foi confinada a eles, e eu ainda não a vi por escrito ou ouvi dizer que ela foi reduzida a tal, exceto por mim. No início, achei extremamente difícil aprender; mas muito disso se devia à maneira simplista de falar prevalente entre os selvagens, bem como à variedade de formas de uma e mesma coisa; mas sendo obrigado a fazê-lo com o propósito de conversar e ensinar, e não tendo nada - exceto ser guiado pelos próprios índios, que são os piores professores, comecei a trabalhar e elaborei um plano que, como facilidade tem sido um dos meus objetos o tempo todo, acredito que serão considerados fáceis por qualquer novato. Escrevi enquanto ouvia os índios falavam, ou seja, foneticamente, e ao fazê-lo, retive propositalmente o sistema romano, de modo que qualquer novo aprendiz não fosse obrigado a perder tempo adquirindo uma nova variedade de caracteres. Ninguém, exceto aqueles que foram empregados da mesma forma, serão capazes de reconhecer os obstáculos que devo ter encontrado e, portanto, apreciar devidamente as páginas seguintes e meus esforços, sem qualquer ajuda, para captar os sons evasivos de uma língua inculta com toda sua grosseria.

tecnolinguísticos de línguas ameríndias (cf. RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a). Vemos com essa expressão o caráter procedimental da descrição linguística, na direção de sua redução à escrita, à arte gramatical.

No parágrafo 12 (Quadro 31), a seguir, observamos a menção a elementos (plano, notas, volume, conteúdo) que apontam à construção de uma posição-autor do missionário, mediante a autoridade de seu lugar de intérprete do apurinã, como expusemos acima. Isso porque os registros feitos no convívio com os apurinã geram materiais, dentre os quais instrumentos linguísticos. São, entretanto, documentos não totalmente abertos à consulta (artigos, diários, relatórios, cartas, atas, fotografias etc.) que compõem um arquivo sobre os apurinã, cujos originais, publicados e não publicados, se encontram, atualmente, depositados no acervo da *Church Mission Society* na Universidade de Oxford, e que começam a ser arranhado pela história do conhecimento (cf. LINK, 2016).

Quadro 31: Cópia do parágrafo 12 do prefácio.

88	The present notes, though insignificant in quantity, are the result of the closest
89	attention and hardest study imaginable for nearly two years, and this volume is the
90	fifth of the kind I have written. I am far from saying they are complete or
91	namendable; with two or three more years of the course of study I have pursued, I
92	could have made them larger and arranged them better; indeed, had it been merely a
93	matter of acquiring new terms, I could have had thousands more of such; but
94	uncertain of the future, I have worked hard to bring this book to its present state for
95	the use of others who might succeed me ; the contents, however, are genuine, and the
96	pronunciation is correct. I can read any word or sentence with facility, and be
97	understood by the Indians. The language is poor in terms, and this, as well as my
98	limited knowledge of it, as will be seen in the rules below, which are also few, has
99	been a great drawback to me in my endeavours to clearly explain myself to the
100	Indians; taking, however, into consideration their circumscribed state of life, we see
101	at once that their language is adequate to their wants. It is far more defective than the
102	Lingoa Geral, or Tupí Guaraní of South America, which is now so far blended with
103	the Portuguese as not to deserve to be called a savage language. ⁸⁹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

⁸⁹ Tradução minha: As notas presentes, embora insignificantes em quantidade, são o resultado da maior atenção e do estudo mais árduo que se possa imaginar em quase dois anos, e este volume é o quinto do tipo que escrevi. Estou longe de dizer que são completos ou impossíveis de suportar; com mais dois ou três anos do curso de estudos que fiz, eu poderia tê-los aumentado e organizado melhor; na verdade, se fosse apenas uma questão de adquirir novos termos, eu poderia ter mais milhares deles; estando incerto quanto ao futuro, trabalhei muito para trazer este livro ao seu estado atual para uso de outras pessoas que poderiam me suceder; o conteúdo, entretanto, é genuíno e a pronúncia está correta. Posso ler qualquer palavra ou frase com facilidade e ser compreendido pelos índios. A linguagem é pobre em termos, e isso, assim como meu conhecimento limitado dela, como se verá nas regras abaixo, que também são poucas, tem sido um grande obstáculo para mim em meus esforços para me explicar claramente aos índios; levando em consideração, entretanto, seu estado circunscrito de vida, vemos imediatamente que sua linguagem é adequada às suas necessidades. É muito mais defeituosa do que a Lingoa Geral, ou Tupí Guaraní da América do Sul, que agora está tão misturada ao português que não merece ser chamado de língua selvagem.

Ao lado de vários objetos a serem descritos e reportados (sujeitos, hábitos, utensílios, agricultura etc.), a interpretação da língua apurinã é, nesses registros, determinada por um exterior específico, e com isso se produz uma história do saber.

Nesse sentido, assim como para dizer o sujeito apurinã lemos predicções que o inferiorizam (parágrafos 07 e 08, seção 4.1.1.), lemos, também, no parágrafo 12 (Quadro 31), acima, a respeito da expressão *língua apurinã* determinações, traços de memória no fio discursivo, que criam uma imagem pejorativa. Aparecem aí predicções que indicam/constituem a posição do autor. Para ilustrar a incidência do discurso transversal a determinar, de um exterior específico, a interpretação da imagem dessa língua, nós reformulamos por meio de orações relativas alguns de seus adjuntos adnominais e predicativos no texto de Polak (1894):

Uma língua **que é inculta.**

Uma língua **que é grosseria.**

Uma linguagem **que é pobre em termos.**

Como se verá nas regras [da língua], **que também são poucas.**

Uma linguagem **que é adequada às suas necessidades.**

Uma língua **que é selvagem.**

Vemos, por essas reformulações, o modo como, metonimicamente, o apurinã, língua já depreendida como idêntica a si mesma, desde os primeiros viajantes, é nivelado por baixo na representação ocidental que se faz das línguas do mundo, no século XIX. O que lemos, contudo, são efeitos de sentido a estabelecer a comunicação das novidades do Purus. Mas não há, cientificamente falando, línguas selvagens! Não há línguas pobres em termos! Não há línguas incultas! Nesse discurso das descobertas, de modo geral, o que há são evidências ideológicas que produzem “normas” identificadoras a hierarquizar o valor das línguas em que se acha inscrita a posição de Polak (1894).

Essa leitura hierarquizante é, também, constituída-atravessada por uma percepção histórico-comparatista. Nesse sentido, mesmo sem apresentar ao longo de sua obra explicações e exemplos suficientes, este autor argumenta sobre *semelhanças idiomáticas* entre línguas indígenas e sobre a *degeneração* dos dialetos indígenas. É o que podemos ler no parágrafo 13 do prefácio, que reproduzimos no quadro 32, abaixo:

Quadro 32: Cópia do parágrafo 13 do prefácio.

104	It has been interesting to me in my studies to discover existing similarity of idioms in
105	four Indian languages, viz., Lingoa Geral, Ipuriná, Catiána, and Fuegian or Yabgan,
106	and I cannot but conclude that they, as well as numerous others I am unacquainted
107	with, are only so many dialects of the aboriginal language of South America, which
108	has evidently degenerated from its primitive purity. ⁹⁰

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

O autor finaliza esta parte justificando sua preferência pelos verbos enquanto elemento central de uma nomenclatura, a constituir um capítulo apartado das demais classes de palavras. Com isso, ela lega a um segundo plano de seu trabalho lexicográfico as outras classes de palavras na segunda parte de seu vocabulário. Assim:

Quadro 33: Cópia do parágrafo 14 do prefácio.

109	I must here explain that the reason why Vocabulary Part I consists chiefly of verbs
110	and sentences is, because verbs and their use in any language are always more
111	difficult to acquire, consequently I have devoted more time to them. Other parts of
112	speech, however, will be found copiously blended with them. ⁹¹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Um exemplo de uma apreensão enviesada de termos da língua apurinã são os termos *imbarániri* e *kãguiti* por Polak (1894), em sua lexicografia. Eles revelam a inadequação entre as palavras e as coisas, como depreendeu Nunes (1996) em seu estudo sobre a lexicografia jesuíta. Trata-se de uma inadequação na percepção da produção discursiva do referente.

Na tradução-interpretação do termo *imbarániri*, por exemplo, seu equivalente semântico em inglês corresponde a ‘pessoa’, a ‘civilizado’, a ‘branco’, à ‘não selvagem’ e à ‘estrangeiro’. No entanto, quando se consideram os traços e as motivações semânticas próprias dos processos discursivos em apurinã, na relação entre memória e acontecimento, a interpretação é outra. É o que aponta Link (2016): em seu processo de nomear o estrangeiro que entrava em seu território, a interpretação que o apurinã faz do não indígena, dadas às condições de sua própria interpretação do contato, o termo poderia ser interpretado metaforicamente a algo como “aqueles que chegam com a época das chuvas” (LINK, 2016, p. 60). A mesma inadequação também se vê na

⁹⁰ Tradução minha: Tem sido interessante para mim em meus estudos descobrir semelhanças existentes de expressões idiomáticas em quatro línguas indígenas, Lingoa Geral, Ipuriná, Catiána e Fuegian ou Yabgan, e não posso deixar de concluir que elas, assim como muitas outras que eu sou desconhecedor, os dialetos da língua aborígine da América do Sul são poucos, que evidentemente se degeneraram de sua primitiva pureza.

⁹¹ Tradução minha: Devo explicar aqui que a razão pela qual o Vocabulário Parte I consiste principalmente em verbos e sentenças é porque os verbos e seu uso em qualquer idioma são sempre mais difíceis de adquirir, consequentemente, dediquei mais tempo a eles. Outras classes gramaticais, no entanto, serão encontradas copiosamente combinadas com eles.

interpretação-tradução do termo *cángyty*. Esta palavra fora interpretada por Polak (1894) com o sentido literal da designação *ipuriná* quando, na verdade, observadas as condições de sua produção a partir dos traços de memória apurinã, ela quer dizer *gente, pessoa, ser vivo*.

3.1.3. Incompletudes nas observações: um primeiro recorte de saberes

O que passaremos a ver nesta subseção é o adensamento da metalinguagem por meio de inúmeros pontos de autonímia por onde se toma a língua apurinã como corpo de reflexão, como objeto do dizer. Faces da língua da sociedade apurinã se tornam, aí, acontecimentos, mediante a escrita. É nessa direção que temos a primeira descrição sistemática do Apurinã, no sentido da sua redução à arte gramatical com fins utilitários de catequese.

No parágrafo 15 (quadro 34), veremos, na constituição da posição-autor de Polak (1894), seu gesto de leitura sobre a língua apurinã dada à necessidade de completude da língua imaginária em uma tradição gramatical/linguística. Em sua descrição gramatical e lexicográfica, seu objetivo é apresentar essa que é a primeira sistematização do apurinã, um tatear, um sondar, um “cartografar” essa língua para que outros missionários não começassem às cegas. Temos, aí, um processo de transferência linguística como parte de uma transferência cultural mais ampla.

Quadro 34: Cópia do parágrafo 15 do prefácio.

113	No attempt having hitherto been made by anyone to reduce this language into
114	anything like a system, it cannot be expected that the following notes, or the
115	arrangement in the vocabulary, should be perfect, or that all its peculiarities and
116	changes should be exhibited here. The following is merely an essay, but one founded
117	on direct experience, and is only an aid to the discovery of many terms which I now
118	know not, and the development of the language. Nor is it to be expected that a perfect
119	systematic arrangement of the different heads and their contents could at once be
120	attained. Under this head I point out only a few of the prominent features of the
121	Ipuriná. ⁹²

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

⁹² Tradução minha: Nenhuma tentativa até agora feita por ninguém para reduzir esta linguagem em algo como um sistema, não se pode esperar que as notas a seguir, ou o arranjo no vocabulário, sejam perfeitos, ou que todas as suas peculiaridades e mudanças devam ser exibidas aqui. O que se segue é apenas um ensaio, mas baseado na experiência direta, e é apenas uma ajuda para a descoberta de muitos termos que agora não conheço e para o desenvolvimento da linguagem. Nem é de se esperar que um arranjo sistemático perfeito das diferentes cabeças e seus conteúdos pudesse ser alcançado imediatamente. Sob esse título, aponto apenas algumas das características proeminentes dos Ipuriná.

De todo modo, o que vemos é a primeira tentativa de domesticação, de produção de um todo para dizer o não todo da língua dessa sociedade. Nisso, a ideia de “disjunção fundante” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 208) é conveniente para caracterizar, historicamente, a descrição linguística no empreendimento anglicano no Purus. Conforme esta autora, o projeto político que leva a gramatização das línguas nos espaços nacionais europeus é diferente do que ocorreu nos espaços de colonização americanos. Diante disso, a *redução desta língua em algo como um sistema*, nas linhas 113 e 114, no Quadro 34 acima, se inscreve nas mesmas circunstâncias políticas do trabalho linguístico de missionários no Brasil, até então: “teve o objetivo utilitário de possibilitar o contato com os índios e catequizá-los” (*ibidem.*).

É a partir desse caráter utilitário que, nesta parte do prefácio de Polak (1894), lemos, sob o signo de *características proeminentes do apurinã*, as primeiras formulações de ideias linguísticas voltadas a sua sintaxe, morfologia e pronúncia. Acontecimentos a constituir as primeiras ideias linguísticas do apurinã no século XIX.

Assim sendo, no parágrafo 16 (Quadro 35), abaixo, o objeto do dizer metalinguístico é a *pronúncia*. Trata-se de uma ressalva sobre a não uniformidade da pronúncia de alguns termos, ou seja, um “estranhamento” no nível da relação fone/fonema em apurinã. A este respeito, temos como ilustração a formulação da unidade lexicográfica, ‘*Chabéri, Chapyry, to castigate*’, nas linhas 123 e 124. Esta unidade é constituída por uma entrada que é composta pela transcrição do que seriam duas realizações fonéticas para o mesmo significante ‘*Chabéri, Chapyry*’, mais seu desdobramento opacificante na forma da tradução. Vejamos:

Quadro 35: Cópia do parágrafo 16 do prefácio.

122	Uniformity is not observed by the Indians in pronunciation and this necessarily so,
123	seeing that they do not know letters and have no literature, e.g.: <i>Chabéri, Chapyry, to</i>
124	<i>castigate</i> . These are pronounced nearly alike, but a new beginner is more likely than
125	not to be puzzled. ⁹³

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Outra *caraterística proeminente* ou *arranjo sistemático*, com define Polak (1894) em sua representação, tem a ver com a *significação*, notadamente, com a sinonímia em apurinã. Nas duas unidades lexicográficas usadas como exemplo, legíveis no parágrafo 17 (Quadro 36), há como entrada mais de duas formas apreendidas como sinônimas (*Ímimakype* or

⁹³ Tradução minha: A uniformidade não é observada pelos índios na pronúncia, e isso necessariamente, visto que eles não conhecem letras e não possuem literatura, por ex.: *Chabéri, Chapyry*, castigar. Elas são pronunciadas quase da mesma forma, mas é mais provável que um novato fique intrigado.

Camáshirakibybytyry or *Camáshirakibyscarite* or *Camy'mabyryty*, linha 129). Elas são seguidas de sua tradução (*it is difficult*, linhas 129 e 130).

Quadro 36: Cópia do parágrafo 17 do prefácio.

126	Different forms are used to express the same thing; e.g.:
127	<i>Ingetanapanucá</i> or <i>Ichiacapéngari</i> or <i>Mipiyánapani</i> or <i>Mapiyanapani</i> or
128	<i>Inganucapenga</i> , it has become dark, or, it is night.
129	<i>Ímimakype</i> or <i>Camáshirakibybytyry</i> or <i>Camáshirakibyscarite</i> or <i>Camy'mabyryty</i> , it is
130	difficult. ⁹⁴

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

A apreensão do processo *formação de palavras* em apurinã é outra questão pontuada, como podemos interpretar nos dois parágrafos, a seguir. Neste ponto de suas observações, o autor se refere a este processo por meio da sentença *palavras que, tomadas isoladamente, expressam coisas diferentes* no parágrafo 18 (Quadro 37), e *variedade infinita de palavras muito longas*, no parágrafo 19 (Quadro 38).

Quadro 37: Cópia do parágrafo 18 do prefácio.

131	There are also words which, taken singly, express different things, but they are
132	comparatively few; e.g.:
133	<i>Anrirawatachi</i> , to slap with, hand, or strike with a stick. ⁹⁵

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Vemos, nesse sentido, a apreensão indireta do caráter *polissintético/aglutinante* da língua por meio da expressão *very long words* (palavras muito longas), como se lê na linha 134, abaixo:

Quadro 38: Cópia do parágrafo 19 do prefácio.

134	The language abounds in an endless variety of very long words, e.g.:
135	<i>Umurungucáamputiniwa</i> , to hop.
136	<i>Shámynachirawatini</i> , to cleave wood.
136	<i>Kíkinanacabíratini</i> , to stutter.
138	<i>Mitáimynakryrycaçacútacari</i> , big toe. ⁹⁶

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

⁹⁴ Tradução minha: Diferentes formas são usadas para expressar a mesma coisa; por ex.:

Ingetanapanucá ou *Ichiacapéngari* ou *Mipiyánapani* ou *Mapiyanapani* ou *Inganucapenga*, ficou escuro, ou é noite.

Ímimakype ou *Camáshirakibybytyry* ou *Camáshirakibyscarite* ou *Camy'mabyryty*, é difícil.

⁹⁵ Tradução minha: Existem também palavras que, tomadas isoladamente, expressam coisas diferentes, mas são comparativamente poucas; por exemplo: *Anrirawatachi*, dar uma tapa com mão, ou golpear com uma vara.

⁹⁶ Tradução minha: A linguagem é abundante em uma variedade infinita de palavras muito longas, por ex.:

Umurungucáamputiniwa, pular.

Shámynachirawatini, cortar madeira.

Kíkinanacabíratini, gaguejar.

Mitáimynakryrycaçacútacari, dedão.

A *ordem dos constituintes* da sentença é outra realidade linguística pontuada com brevidade pelo autor. Ele a interpreta como uma *inversão comum na sentença*, sem empregar, contudo, terminologia linguística que a caracterize. Traz apenas exemplos que demonstram sintaticamente essa estrutura, como podemos ler no parágrafo 20 (Quadro 39), a seguir:

Quadro 39: Cópia do parágrafo 20 do prefácio.

139	Inversion of sentences is very common; indeed, the language throughout is notable
140	for this ; e.g.:
141	<i>Cúne nimarutú</i> , lit., not I know, i.e., I do not know.
142	<i>Cun'imatari núta</i> , lit., not know I, i.e., I do not know.
143	<i>Núta muní picicá</i> , me to you give, i.e., you give me.
144	<i>Ishitímuni ucachacá</i> , lit., the ground upon it fell, i.e., it fell upon the ground. ⁹⁷

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Há, ainda, no parágrafo 21 (Quadro 40), duas outras observações, feitas do ponto de vista semântico: a formação de nomes que designam realidades genéricas (plantas, animais etc.) e a formação a formação dos antropônimos (nomes próprios de pessoas). Vejamos:

Quadro 40: Cópia do parágrafo 21 do prefácio.

145	With but very few exceptions, there are no generic names for plants, animals, &c.;
146	consequently, in speaking of these, the individual name must be mentioned. By the
147	term <i>Shímaky</i> fishes generally are comprehended, yet not all.
148	Nomenclature derived from names is of common occurrence, e.g.:
149	<i>Mayaky'nry</i> , the fat of a large red fish; it is, however, the name of a man.
150	<i>Makípaca</i> , lit., dirty or unwashed; is also the name of a man, from <i>Kípawa</i> , to wash. ⁹⁸

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Polak (1894) conclui o prefácio de sua obra fazendo observações preliminares sobre certo conjunto de ideias linguísticas do apurinã, aprofundadas no decorrer de sua descrição gramatical: *numeral*, *verbo*, *substantivo*, *eufonia*, *ênfase* e *adjetivo*. Vemos, por meio destas notações, as primeiras constatações das *partes do discurso apurinã*, a partir do prisma da tradição gramatical greco-latina.

⁹⁷ Tradução minha: A inversão de sentenças é muito comum; na verdade, toda a linguagem é notável por isso; por ex.:

Cúne nimarutú, lit., não eu sei, ou seja, eu não sei.

Cun'imatari núta, lit., não sei eu, ou seja, eu não sei.

Núta muní picicá, me para você dar, ou seja, você me dá.

Ishitímuni ucachacá, lit., o chão sobre caiu, ou seja, caiu sobre o chão.

⁹⁸ Tradução minha: Com muito poucas exceções, não há nomes genéricos para plantas, animais etc.; consequentemente, ao falar deles, o nome do indivíduo deve ser mencionado.

Pelo termo *Shímaky* os peixes são geralmente compreendidos, mas não todos.

Nomenclatura derivada de nomes é de ocorrência comum, por ex.:

Mayaky'nry, a gordura de um grande peixe vermelho; é, no entanto, o nome de um homem.

Makípaca, lit., suja ou suja; é também o nome de um homem, de *Kípawa*, para lavar.

A classe dos numerais, ao ser apreendida (*Hánty, Ypy', Itú*), no parágrafo 22 (Quadro 41), abaixo, é usada como conteúdo de comparação entre línguas:

Quadro 41: Cópia do parágrafo 22 do prefácio.

151	Of numerals there are only three, viz.:
152	<i>Hánty, Ypy', Itú</i> , i.e., one, two, three or more, and anything beyond is <i>Itúcananí</i> , a lot
153	or a large number.
154	In this instance there is a remarkable coincidence, both in the Lingoa Geral and the
155	Fuegian language, which also do not count beyond three, e.g.:
156	Lingoa Geral, <i>Muyepé, Mocóin, Moçap y'r</i> , one, two, three.
157	Fuegian, <i>Wcwila, Cumbi'bi, Mútun¹</i> , one, two, three, and <i>Yéla</i> means any number
158	beyond three.
159	1. Pronoun. <i>Ookwáwla, Cumbibi, Múttun.</i> ⁹⁹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

A ênfase, demarcada como realidade atípica na língua pelo autor, revela uma explicitação inicial de traços prosódicos. Vejamos, a seguir, no quadro:

Quadro 42: Cópia do parágrafo 23 do prefácio.

160	Words according to exigencies are emphasized; for this, certain particles and syllables
161	are employed, e.g.:
162	<i>Atapitícara</i> , it is we. Under the head Particles, further on, I will dwell more on this. ¹⁰⁰

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Outro funcionamento linguístico mencionado, ainda na dimensão da prosódia, é a *eufonia*. O autor indica a existência de regras sobre a “pronúncia agradável” entre os grupos fônicos, conforme interpretação a partir de sua tradição gramatical. É o que se exemplifica, abaixo, pela formação da palavra *Aicúan-ra-wánwa*, ao invés de *Aicúan-anwánwa*:

Quadro 43: Cópia do parágrafo 24 do prefácio.

163	The rules of euphony are observed, e.g.: Instead of saying <i>Aicúan-anwánwa</i> , he is in
164	the hut, one says <i>Aicúan-ra-wánwa</i> , the <i>ra</i> , placed between two hyphens, is the
165	euphonic characteristic. ¹⁰¹

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

⁹⁹ Tradução minha: Dos numerais, existem apenas três, a saber:

Hánty, Ypy', Itú, ou seja, um, dois, três ou mais, e qualquer coisa além é *Itúcananí*, um lote ou um grande número.

Neste caso, há uma coincidência notável, tanto no Lingoa Geral e a língua fueguina, que também não contam além de três, por exemplo:

Lingoa Geral, *Muyepé, Mocóin, Moçap y'r*, um, dois, três.

Fuegian, *Wcwila, Cumbi'bi, Mútun¹*, um, dois, três e *Yéla* significam qualquer número além de três.

1. Pronome. *Ookwáwla, Cumbibi, Múttun.*

¹⁰⁰ Tradução minha: Palavras de acordo com as exigências são enfatizadas; para isso, certas partículas e sílabas são empregadas, por exemplo:

Atapitícara, somos nós. Abaixo do cabeçalho Partículas, mais adiante, irei me alongar mais sobre isso.

¹⁰¹ Tradução minha: As regras da eufonia são observadas, por exemplo: Em vez de dizer *Aicúan-anwánwa*, ele está na cabana, diz-se *Aicúan-ra-wánwa*, o *ra*, colocado entre dois hifens, é a característica eufônica.

Por fim, uma última indicação teórica sobre o que o autor chama de *transposição*, no sentido da mudança de classe pelas palavras do apurinã:

Quadro 44: Cópia do parágrafo 25 do prefácio.

166	Transposition. Nouns and adjectives are turned into verbs, and' verbs into nouns.
167	Under Verb I will speak more of this. ¹⁰²

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

De um ponto de vista metalinguístico, o autor oferece, na terceira parte do prefácio, vislumbres de sua descrição por meio da apresentação sumária de alguns funcionamentos linguísticos. Para ilustração de tais funcionamentos, o exemplo é formulado em torno da unidade tanto da palavra – morfologia (*Mitáimynakrycaçacútacari*, big toe, linha 138, por exemplo) quanto da oração – sintaxe (*Núta muní picicá*, me to you give, i.e., you give me, linha 143), enquanto segmentação da cadeia de fala apurinã. De qualquer forma, as categorizações das unidades segmentadas seguem apenas classificações morfológicas como atestamos na análise da gramática (seção 4.2.2.).

Além do mais, o fio discursivo destes exemplos no prefácio possui, para todos os casos, seu exterior discursivo indicado de modo suprasegmental pelo itálico. Contudo, para diferenciar segmentos de outras línguas indígenas, igualmente em itálico, o autor verbaliza sua fonte exterior (Lingoa Geral, *Muyepé*, *Mocóin*, *Moçap y'r*, one, two, three, por exemplo, na linha 320). De todo modo, o desdobramento reflexivo opacificante se dá sempre por uma paráfrase de tradução em inglês (*Hánty*, *Ypy'*, *Itú*, i.e., one, two, three or more, linha 152). Nestas unidades lexicográficas do apurinã, de modo particular, seus desdobramentos em inglês se dão por um acoplamento centrípeto ao elemento de empréstimo X, anteposto à paráfrase em inglês, língua na qual se baliza o sentido.

3.2. A representação da língua-objeto em *A Grammar and a Vocabulary Ipuriná Language*, de Polak (1894)

Considerando-se as reflexões de Nunes (2006), podemos dizer que um instrumento linguístico é um discurso. Isso porque a descrição e a instrumentação de uma língua

¹⁰² Tradução minha: Transposição. Substantivos e adjetivos são transformados em verbos e verbos em substantivos. Sobre o Verbo, falarei mais sobre isso.

(notadamente, as asserções dos gramáticos e dos linguistas) se estabelecem sob a opacidade dessa língua, por meio de um quadro de termos teóricos (deste os mais gerais até os mais específicos). Isso em função dos processos discursivos que produzem a *ilusão referencial* das palavras e expressões; em outros termos, que projetam o efeito de literalidade do que se diz em uma tradição de estudos.

Somado a isso, as condições histórico-ideológicas de produção do discurso nos instrumentos linguísticos, nas quais os termos teóricos e a alusão de suas propriedades emergem, sendo passíveis de juízo de verdade. Podemos falar, por consequência, tanto dos meios técnicos de produção da interpretação gramatical quanto da interpretação lexicográfica sobre uma língua. Assim, distintos processos discursivos fazem com que palavras, expressões e sentenças nos instrumentos linguísticos sejam tomadas como evidências, na forma de verbetes, de categorizações, de regras, de exemplos e de paradigmas.

No caso do dicionário, a nomenclatura (um agrupamento de verbetes) advém de “domínios semânticos” que apontam, necessariamente, para processos discursivos próprios de uma época. Domínios técnicos, domínios do cotidiano, domínios religiosos, domínios artísticos, domínio científico, domínio da guerra etc. Ou seja, a nomenclatura do dicionário sinaliza regularidades de sentidos produzidos em um espaço-tempo discursivo, que vai sendo caracterizado etnográfica e cartograficamente. De um ponto de vista discursivo, a nomenclatura indica, dadas suas condições de produção, os sentidos pelos quais o sujeito olhava, experimentava, aceitava e resistia ao mundo. As palavras, expressões e sentenças, contidas no dicionário, são, metaforicamente falando, a entrada para alma de uma época! Elas evocam sua própria circulação na sociedade, naturalizadas e transparentes na produção e reprodução da ordem humana com seu imaginário.

Segundo Nunes (2006 p. 95), “a nomenclatura de um dicionário pode ser lida como um efeito de discurso”. Apontando para o caso do Vocabulário na língua brasileira – VLB, Nunes observa que “o conjunto as palavras entradas resulta do discurso de catequese produzido no contato entre os europeus e os indígenas” (*ibidem*). O proselitismo religioso dos vocabulários jesuítas no século XVI, a classificação etnográfica dos dicionários naturalistas no século XIX, o utilitarismo pedagógico dos dicionários escolares do século XXI etc. Cada instrumento linguístico, a seu modo, vai instituindo, enquanto atualização da memória de uma época, uma interlocução/interpretação com fins específicos: converter, catalogar, ensinar etc.

No caso da gramática, seus paradigmas, termos teóricos e exemplos, ao fragmentarem da cadeia de fala (sons, morfemas, palavras, orações etc.), apontam as regularidades de uma prática linguística determinada, relativa a um espaço-tempo discursivo de “comunicação”. O nome da língua (*ipuriná/apurinã*, por exemplo) entra aí como um signo evidente e que, desse modo, encobre o real da língua no sentido da fluidez das experiências languageiras, em um espaço-tempo que é recortado para fins de descrição/instrumentação.

Nesse sentido, o nome da língua nos títulos das gramáticas, portanto, funciona como pré-construído, tanto por relação a uma rede de *saberes linguísticos cotidianos*¹⁰³ (quer sejam epilinguísticos quer sejam metalinguísticos) (cf. FERREIRA, 2020a, 2020b) quanto por relação aos *espaços de silêncio* (ORLANDI, 1989) relativos à nomeação das descobertas linguísticas, em que nomes podem concorrer para o mesmo referente. Descartados, eles significam como “o não-dito [não] necessário ao dito [...] o não-dito necessariamente excluído” (ORLANDI, 1989, p. 42).

De todo modo, uma série de termos teóricos é adotada no trabalho de dizer as regularidades próprias dessa massa linguística de mesma origem. Uma terminologia que remonta a toda uma tradição, a todo um saber-fazer especializado dos estudos da linguagem, produzidos gradativamente ao longo do tempo. Nisso, se consideramos as tradições europeias e seu fundo greco-latino, constatamos que essa terminologia se estrutura como um quadro unificado de padrões teóricos de referência geral. Trata-se, na verdade, de palavras-conceito com seus lastros de memória, suas filiações.

A evidencialidade dos nomes de um sistema de notação metalinguística é, portanto, sustentada por uma série de já-ditos, sempre anteriores e exteriores ao momento em que

¹⁰³ Segundo Ferreira (2020b), os *saberes linguísticos cotidianos* são saberes que envolvem “discursos sobre as línguas produzidos no contato/confronto com a alteridade linguística que fazem parte de nosso cotidiano”. É o caso, por exemplo, do saber que temos no Brasil sobre os chamados *sotaques*. Não precisamos ser gramáticos ou linguistas para *saber* sobre os diferentes sotaques do Brasil. Trata-se de “um saber que suscita interesse e curiosidade, e que é movido por afetos, pelo humor, por conflitos, por disputas etc. Um saber linguístico que não é uno ou unívoco, mas que também não é aleatório. Ele está relacionado a saberes já construídos, legitimados ou não, teorizados ou deixados de lado pelas teorias. Saberes que circulam e que significam, para quem e para além do espaço da ciência.” (FERREIRA; FARIA, 2016, p. 594). Vale observar também que, de acordo com Ferreira (2020b), embora os saberes linguísticos cotidianos possam funcionar a partir de “ordens de legitimidade que não são as mesmas que a ordem dos saberes de especialistas” (p. 329), eles, estão sempre de algum modo ligados aos saberes de especialistas. E mais do que isso, conforme a autora, os saberes linguísticos cotidianos podem ser especializados de maneiras diferentes e podem, inclusive, estar presentes no interior mesmo dos saberes linguísticos especializados. Na relação entre diferentes formas de saber sobre a(s) língua(s), “os saberes linguísticos cotidianos podem vir ser absorvidos pela ordem dominante das instituições do saber, mas, como são movidos pelo fluir das línguas, também podem sempre ser produzidos em outros lugares e de outros modos” (p. 324).

termos como ‘verbo’, ‘fonema’, ‘nome (in)alienável/alienável’ etc. vão sendo formulados e reformulados para falar dos aspectos de uma língua. No acompanhamento das predicções para estes termos ao longo da produção do arquivo dos saberes metalinguísticos, observam-se efetivamente repetições, deslocamentos, apagamentos de sentidos nas interpretações dos fatos da língua.

Os saberes em um instrumento linguístico são, assim, produzidos pelo interdiscurso, enquanto lugar de constituição de pré-construídos e dos processos de sustentação. Um vocabulário, uma glosa interlinear, um dicionário etc. se constituem com seus “estoques” de palavras tendo seus sentidos fixados, transparentes, naturalizados. Paralelo a isso, a gramática se constitui como um conjunto de regras que permitem concatenar palavras de uma língua. De modo particular, podemos ir além e dizer que o lexema encaixado na entrada do verbete em uma nomenclatura, ainda que, do ponto de vista morfológico, não seja exclusivamente uma palavra *conceitual* (isto é, seja *procedimental* como uma preposição ou conjunção), funciona como efeito de pré-construído, pois o alcance de seus sentidos se constitui tendo em vista uma série de predicções anteriores balizadas na definição ou na tradução, cujos sentidos são escolhidos e fixados pelo autor; ou seja, cada palavra nesse lugar de encaixe passa a flertar com a autonomia, desvinculando-se de sua “[simples realização] no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.14).

Nessa direção, é importante considerar também, na elaboração do saber lexicográfico na forma de seus verbetes (n-língua ou monolíngua), sua articulação/sustentação; isso tanto no processo de tradução quanto no processo de definição de um elemento (de uma palavra, de um sintagma ou de uma frase). Isto é, a elaboração de um verbete baseia-se no que já está determinado linguístico-discursivamente para uma conjuntura dada. E isso conduzido sempre pelo necessário alinhamento entre a discrepância e a metaenunciação, isto é, pelo *um* e pelo *não um* do sentido na comunicação, ao mesmo tempo no instrumento.

O início da gramatização de uma língua completamente exógena à cultura de seu observador, como é a língua apurinã para Jacob Polak no século XIX, coloca-se como um desafio. Isso diante necessidade de estabelecimento novas correspondências entre a língua observada e a língua do observador, por meio de correspondências regulares em que a língua-alvo passa a ser tributária das descrições/instrumentações da língua fonte.

3.2.1. A ortografia conforme a distinção nome, forma e som

Para Auroux ([1992] 2014), a gramatização pelos europeus supõe a transcrição dos sons de uma língua em caracteres latinos. Supõe um processo de alfabetização (que pode ocorrer “selvagemmente” ou sistematicamente). Além disso, conforme este autor, a explicitação dessa representação gráfica está na base das seções ortográficas e/ou fonéticas que aparecem de modo opcional nas gramáticas. Posto isto, podemos dizer que a simples produção de um caractere (uma letra; um sinal gráfico) para representar o som de uma língua é resultado de um enorme esforço intelectual realizado ao longo do tempo. Um esforço que se volta à domesticação da relação entre a forma e a substância dos segmentos sonoros de uma língua, passíveis do dizer metalinguístico. Objetos do mundo sujeitos à descoberta, à classificação, à nomeação.

Nesse sentido, um ponto essencial que nossas análises mostram sobre a gramatização do apurinã é que sua alfabetização é imediatamente posterior ao reconhecimento pelo ocidental do povo apurinã e da língua que ele fala. Língua já apreendida como unidade homogênea e isotopa, mesmo ainda sem uma nomeação no arquivo para designá-la nos primeiros viajantes do Purus. Como fato marcante disso, cabe recordar, no contato narrado por Chandless (1866), que a língua desse povo já é objeto de aquisição pelos primeiros colonos e práticos do vale deste rio. Processo de aquisição vinculado ao sentido de ‘*apurinã*’, enquanto nome de etnia a circular na região amazônica.

Mediante o curso desse contato, como se opera a alfabetização em Polak (1894), postos os interesses da colonização do Purus a desencadear o início da produção de conhecimento sobre essa sociedade? No sentido da gramatização, como se opera a redução som a caracteres gráficos, neste autor? E, de que modo se fixam os valores ou funções das letras, na ortografia que aí produzida?

Em Polak (1894), vemos, especificamente, que a *ortografia* é uma norma que aparece articulada a uma predicação específica: ela é significada como uma “*chave*” de pronúncia: “ORTHOGRAPHY. KEY TO PRONUNCIATION” (POLAK, 1894, p. 01 – caixa alta do autor). Nesse título, de saída, observamos o estatuto epifonológico que as letras aí desempenham, tanto enquanto caractere como pronúncia. Este autor constrói sua ortografia por relação a valores de ditintas pronúncias. No entanto, na *diferenciação* do alfabeto apurinã,

não há uma enumeração ou sequenciamento tabular das letras no corpo da obra, como ocorre em alfabetos de língua nacionais como os de Nebrija, de Oliveira, de Barros e de Gândavo. Ele confere, entretanto, destaque à explicação de algumas letras adotadas em função de uma perspectiva que ele classifica como “fonográfica” para caracterizar materialidades fônicas consideradas excepcionais, difíceis e peculiares nessa língua.

As letras do alfabeto latino funcionam, em Polak (1894), majoritariamente, como filtro na primeira tentativa de representar os sons do apurinã, ao lado de algumas inovações de sinais gráficos. Diante deste estatuto epifonológico, na constituição da relação caractere/pronúncia, não são explicitadas por propriedades articulatórias para a diferenciação das letras. A letra, nessa descrição da materialidade fônica apurinã, desempenha implicitamente o papel do conceito de fonema na leitura desses novos referentes sonoros. Uma representação que se dá por comparação, isto é, por *contraste* (cf. AUROUX, particularmente em *III. O conceito de gramatização*). E isso na base da transparência dos valores já atribuídos às letras em outros alfabetos. Aí vemos aspectos de uma auscultação fonética, exigida pela alfabetização, essencialmente funcional. Há, com isso, uma tênue relação entre o valor da letra em alfabetos nacionais outros e sua utilização na descrição de uma língua sem tradição escrita.

Nessa descrição, a fineza do ouvido de um locutor não nativo que opera as transcrições é o único “aparato” de aproximação e de diferenciação dos sons. A letra, nessa passagem do oral ao escrito, objetiva a escrita dos sons, a partir do alfabeto e da ortografia das línguas europeias. Vemos que o som apurinã é lido em Polak (1894) por comparação ao modo como cada caractere latino é pronunciado na escrita de línguas europeias (no caso, o francês, o espanhol, o japonês e o alemão).

De modo geral, em relação à gramatização do apurinã, na segunda metade do século XIX, verificamos, tanto em Chandless (1866) como em Polak (1895), os momentos iniciais da *atribuição de uma escrita alfabética*. No primeiro, o gênero discursivo é o relato de viagem em que as primeiras palavras dessa língua são transcritas e traduzidas em uma lista de palavras; no segundo, temos uma gramática e vocabulário em que o apurinã vai sendo descrito em distintos níveis de segmentação/fragmentação.

Quadro 45: Atribuição da escrita alfabética ao apurinã em vários autores.

	Chandless (1866)	Polak (1894)	Ferreira (2014)	Padovani (2020)
Sol	Atocantí	Atúcachi	atokatxi [ato'katʃi]	atukatxi [atukatʃi]
Lua	Cassirí	Cacýrý	kasery [ka'seri]	kasyry [kasiri]
Lenha	Chaminá	Shámýna	xamina [ʃa'mina]	xamyná [ʃamina]
Rio	Wéni	wy'ný	weny ['veni]	weny [weni]
Onça	Anguity	Angití	-----	ãkiti [ãkiti]
Ave doméstica	Patarí	-----	pathary [patari]	pathary [pacari]
Bananas	chí-parí	-----	txipary [-----]	txipari [tʃipari]
Pai	Paté	Pátý	-----	paty [pati]
Mãe	Natú	Natú	-----	natu [natu]
Irmão	Nabirí	py'ri	-----	-yry [iri]
Mulher	Setú	Cítu	Sytu ['situ]	sytu [situ]
Olho	-----	Uký'	Oky ['oky]	Uky -----

Fonte: Feito a partir de Chandless (1866), Polak (1894), Ferreira (2014) e Padovani (2020).

Nas transcrições alfabéticas do apurinã nos autores do século XIX, a letra funciona como categoria de classificação do som por meio de um efeito de coincidência entre escrita e pronúncia. Contudo, como podemos observar no quadro acima, os alfabetos produzidos a partir do século XX, por seu turno, levam em consideração a imagem fonético-fonológica produzida em razão das propriedades articulatórias explicitadas metodologicamente, cuja chave de pronúncia é Alfabeto Fonético Internacional (IPA). Ainda assim, no que pese as tentativas de alfabetização do apurinã, naquele século, a ortografia resultante é praticamente a mesma nos modelos posteriores.

Particularmente em Polak (1894), sua normatização ortográfica resulta como suporte técnico que orienta a pronúncia do apurinã; assim, vemos que os caracteres da escrita alfabética são as bases da descrição e da instrumentação das unidades sonoras desta língua. Politicamente falando, essa primeira representação da materialidade fônica do apurinã não chega a constituir uma base de organização de fronteiras geolinguísticas, isto é, uma delimitação de limites geográficos estratégicos como na constituição das línguas nacionais, pois essa ortografia nunca chegou a ser utilizada massivamente em campo de missão, ou mesmo entre os falantes do apurinã.

Nisso, observamos, a partir da perspectiva de Nunes (1993), que a produção/elaboração da ortografia do apurinã decorre de uma leitura da língua guiada pela noção de letra. Tal noção se desdobra como categoria epilinguística sobre a materialidade fônica. Nesse sentido, Polak (1894) tenta produzir uma descrição/transcrição que ele chama de “fonográfica”; uma operação feita de modo contrastivo, tomando a letra como categoria

evidente de classificação dos sons a partir de tradições europeias: uma letra “tal” na língua apurinã corresponde à pronúncia da letra “tal” em outra língua, já alfabetizada.

Nesta obra, as correspondências se operam de duas formas. De um lado, têm-se os sons vocálicos que são remetidos diretamente ao modo como se dá a pronúncia na escrita das gramáticas latinas e na pronúncia das letras em japonês, inglês e espanhol. De outro, a representação dos sons consonantais se dá a partir das chaves de pronúncia dos alfabetos de línguas europeias. Muitos exteriores discursivos aí são verbalizados. E, justamente, por essa evidencialidade construída sobre o valor da letra, sua pronúncia é tomada como espécie de “todo mundo já sabe”, isto é, uma leitura já homogeneizada. Segundo depreendemos deste autor, a letra é um fato ortográfico naturalizado e por isso não há a necessidade maiores explicações.

Vejam, primeiramente, a indicação do valor das letras que representam as vogais:

Quadro 46: Forma e pronúncia das vogais em Polak (1894).

The vowels are thus pronounced: – a = ă, aa = ah, ae = ăě, ai = ăĩ, au = ăö, ay = aya (in Spanish), ay (v. *ŷ infra*), e = ẽ, ee = ă, ei = ẽĩ, i = ĩ, ii = ee, iu = ĩö, iy = Iyo (Japanese), u = u in put, ua = öă, ue, ui = öĩ, uu = oo in poor, uy = uy in ennuyer (as nearly as possible), uŷ = öŷ (v. *ŷ infra*), y = y in you, ya = ya in yam, ye = ye in yell, yi = yĩ, yn = you, iŷ (v. *ŷ infra*), ŷŷ (a prolongation of *ŷ q.v.*, heard in the word Camŷŷrŷ', a macaw). Öö = u in put¹⁰⁴.

Fonte: Polak (1894).

No caso específico dos valores fônicos destes sinais vocálicos, o autor não os indica apenas por comparação à pronúncia do inglês (uu = oo, in poor; y = y, in you), que é a metalíngua da descrição. Essa comparação se dá também por relação a outros idiomas (ay = aya, in Spanish; iy = Iyo, Japanese). De todo modo, vemos ainda que a pronúncia de algumas destas letras é atribuída de a cordo com sua realização nas gramáticas de latim, mais explicitamente, conforme acentuação em vogais *breves* (por exemplo, a = ă, i = ĩ) e *longas* (por exemplo, ee = ă). No que pese todos esses valores, há inovações na representação gráfica da vogal. Isso porque, para a representação gráfica de *i* em certos contextos sonoros, há a letra grega *y* com ou sem o diacrítico [^]. Veremos a indicação dos valores desta letra adiante.

¹⁰⁴ (As vogais são assim pronunciadas: - a = ă, aa = ah, ae = ăě, ai = ăĩ, au = ăö, ay = aya (em espanhol), ay (v. *ŷ infra*), e = ẽ, ee = ă, ei = ẽĩ, i = ĩ, ii = ee, iu = ĩö, iy = Iyo (japonês), u = u em put, ua = öă, ue, ui = öĩ, uu = oo in poor, uy = uy in ennuyer (quase como possível), uŷ = öŷ (v. *ŷ infra*), y = y em você, ya = ya em inhome, ye = ye em gritar, yi = yĩ, yn = você, iŷ (v. *ŷ infra*), ŷŷ (uma prolongamento de *ŷ qv*, ouvido na palavra Camŷŷrŷ', uma arara). Öö = u em put.

Passemos, agora, a atribuição do valor das letras que designam as consoantes na obra em análise. Em Polak (1894, p. 01), lemos que “The consonants retain their usual sounds throughout”¹⁰⁵. Podemos interpretar, nesta formulação, a expressão ‘sons usuais’ como indicativa do valor fônico atribuído as letras que representam as consoantes. Ao mencionar que estas letras correspondem a sons usuais, leituras já convencionadas a partir da relação nome, forma, som, o autor não exemplifica suas pronúncias por meio de comparações explícitas. Ele já as trata como evidentes. A leitura das consoantes, aí, é tomada numa relação direta letra-som, a partir do funcionamento da ortografia de línguas nacionais europeias.

Com isso, vemos Polak (1894) utilizar-se da unidade da letra como categoria epifonológica. Ela é tomada de modo transparente para a proposição de sua ortografia. De sua posição sujeito, este autor diz/lê os sons do apurinã atravessado/constituído por interpretações ortográficas anteriores, já existente. Ele se apoia em uma imagem prévia e naturalizada da relação nome/forma/som das letras conforme distintas tradições nacionais europeias, todas de fundo greco-latino. Contrastivamente, ele estabelece correspondências e apresenta as letras que não figuram no quadro apurinã. O autor não explicita linearmente as consoantes da língua, mas diz sobre suas ausências por relação às línguas que já têm alfabeto. Assim, ele inicia: “The letters dispensable or not necessary are d, f, j, l, o, q, v, x, z”¹⁰⁶ (POLAK, 1894, p. 01).

Os sons vocálicos do apurinã em Polak (1894) são “capturados”, de modo geral, por comparações a partir do valor das letras de alfabetos de línguas que já têm alfabeto e gramática. O quadro ortográfico produzido a partir da adaptação alfabética dos sons do apurinã será respeitado em seus exemplos gramaticais e em seus exemplos lexicográficos. Ao lado disso, cabe notar que a asserção sobre os sons representados graficamente é negativa, pois Polak (1894) não traça um quadro dos sons que existentes, mas uma relação de sons que não se realizam, os quais são dispensáveis. Apesar disso, este autor abre espaço para refletir explicitamente sobre a representação gráfica de alguns dos sons do apurinã.

Ainda assim, a explicitação do valor dos caracteres (de sua chave de pronúncia), neste autor, possui compromisso com o estabelecimento de uma norma ortográfica para sua prática missionária e não necessariamente com uma abstração teórica sobre a realidade fonético-fonológica da língua. Nesse sentido, a partir de alfabetos cuja interpretação das consoantes se

¹⁰⁵ As consoantes retêm seus sons usuais o tempo todo.

¹⁰⁶ As letras dispensáveis ou não necessárias são d, f, j, l, o, q, v, x, z.

acha relativamente estabilizada, são comentados pelo autor contextos fônicos que não seriam facilmente distinguíveis. Logo, mediante a relação forma-substância na interpretação destes segmentos sonoros (os sons da língua como acontecimentos) na epifonologia de Polak (1894), são destacados os casos de R/L, de N, de η/\tilde{Y} , do Ç, do S e do CH, que apresentaremos nessa mesma ordem.

As letras R/L apontam a uma realidade da língua apurinã apreendida por Polak (1894) como algo *peculiar*, como uma espécie de *transição repentina* em um mesmo contexto fônico.

Quadro 47: Os empregos de R e de L na ortografia de Polak (1894)

R AND L¹⁰⁷

Between *r* and *l* there is a sound peculiar to this language, often heard, and it is very noticeable in words like.

Arí, yes.

Maripuíá, a lake.

Tçurínga, to be alone or unemployed.

Hánrica, softly!

It is a sudden transition from *r* to *l*.

Fonte: Polak (1894).

Neste quadro, vemos, portanto, o “esbarrar” em um funcionamento de uma possível relação de indistinção entre sons foneticamente semelhantes para o mesmo contexto fonológico: a líquida lateral /l/ e a líquida não-lateral /r/. Vinculada a esse contexto, a letra R é fixada em sua ortografia, enquanto que L é considerada como não necessária, sendo descartada. Diante da percepção dessas indistinções fonéticas, lemos em outras ortografias a explicação de outros contextos, tais como, para letra “p, com som indiferenciado entre o ‘p’ e o ‘b’; a letra t, com som indiferenciado entre o t e o d; a letra k, entre o ‘k’ e o ‘g’” (SCHIEL, 2004, p. 52).

¹⁰⁷ R e L

Entre *r* e *l* existe um som peculiar para esta língua, muitas vezes ouvido, e é muito perceptível em palavras como:

Arí, sim.

Maripuíá, um lago.

Tçurínga, estar sozinho ou desempregado.

Hánrica, suavemente!

É uma transição repentina de r para l.

A letra N, no quadro a seguir, além da pronúncia convencional da nasal alveolar /n/ como em *carapanatŷ'* (uma árvore), é usada para marcar a nasalidade de algumas vogais em final de sílaba. Esta segunda forma de registro para o N se vincula às expressões “quando precede a vogal ‘y’”, “quando precede uma consoante” (*carúnganakini*) e “quando é final” (*Upeén*).

Quadro 48: Os empregos de N na ortografia de Polak (1894).

NASAL SOUND OF N¹⁰⁸

Not a single letter in any word is left unpronounced as in English; as in photography, everyone is heard.

The only exception is *n* when it precedes a consonant or is final, then it is nasal, e.g.: –

Carúnganakini, to thunder, or, it thunders, pronounced cãrööng-gã-nã-kĩ-nĩ.

Upeén, a bird; pronounced öö-pěëng.

Besides this, *n* has another nasal hardly recognized when pronounced, and the detection of it is a good test of a quick ear; it is heard in such words as: –

Man-ú, a reddish fish.

Chinatarin-apuán, name of a lake.

When such words occur, I place a hyphen next to the *n* to mark the sound. Also *n* is nasal when it precedes *y* consonant.

Fonte: Polak (1894).

As letras *ŋ* e *Ŷ*, abaixo, são inovações. A apreensão da pronúncia de *ŋ* ocorre apenas pela expressão “comumente usado entre duas vogais” e pela indicação dois exemplos (*Ŷ'ŋa*, molhado e *Niŋatacute*, Eu quero beber). Não há comparação com o funcionamento de letras de outros alfabetos.

¹⁰⁸ Som nasal de N.

Nem uma única letra em qualquer palavra é deixada sem ser pronunciada como no inglês; como na fonografia, todos são ouvidos.

A única exceção é *n* quando precede uma consoante ou é final, então é nasal, por exemplo:

Carúganakini, to thunder, or, it thunders, pronounced cãrööng-gã-nã-kĩ-nĩ.

Upeén, a bird; pronounced öö-pěëng.

Além disso, *n* tem outra nasal dificilmente reconhecida quando pronunciada, e sua detecção é um bom teste de ouvido rápido; é ouvido em palavras como:

Man-ú, a reddish fish.

Chinatarin-apuán, name of a lake.

Quando essas palavras ocorrem, coloco um hífen ao lado de *n* para marcar o som. Além disso, *n* é nasal quando precede a consoante *y*.

A apreensão da pronúncia de \hat{Y} , por sua vez, possui mais detalhamento do ponto vista da exemplificação ($U\hat{y}'gh$, ha! $\hat{Y}'wa$, ele; $Yu\hat{y}k\hat{y}'$, uma fruta) e da comparação com outros alfabetos: “soa como o alemão *ü*, mas pronunciado com uma elevação do dorso da língua, como na pronúncia do alemão *ich*”.

Quadro 49: Os empregos de η e de \hat{Y} na ortografia de Polak (1894)

η AND \hat{Y} ¹⁰⁹

I have introduced two indispensable letters or signs to assist in imitating the Indians as nearly as possible in pronunciation. They are η and \hat{y} . The sound of the first is heard in sing, and is used commonly between two vowels, e.g.: –

$\hat{Y}'\eta a$, wet.

Niḡatacute, I want to drink.

The second sounds like the German *ü*, but pronounced with a raising of the back of the tongue, as in the pronunciation of the German *ich*, so that the vowel is accompanied by a more or less guttural sound, and it is as difficult to pronounce as it is to describe. In the words, $U\hat{y}'gh$, ha! $\hat{Y}'wa$, he; $Yu\hat{y}k\hat{y}'$, a fruit; the sound is very marked.

Fonte: Polak (1894).

De todo modo, para a letra \hat{Y} em particular, vemos a produção de conhecimento a respeito de uma materialidade fônica mais específica, o das *vogais curtas centrais altas não arredondadas* (*i* e *ĩ*) do apurinã, mesmo não tematizada nestes termos pelo autor. É o que podemos depreender pela comparação de alguns exemplos lexicais produzidos na longa duração: ‘cego’ em Polak (1894) é $muk\hat{y}'ta$, em Padovani (2020) é *mukyty* [*mukĩtĩ*], ‘dia’ em Polak é $h\hat{u}nt\hat{y}$, em Padovani é *aũty* [*aũtĩ*], ‘olhos’ em Polak é $uk\hat{y}'$, em Padovani é *ukĩtxi* [*ukĩtĩ*], ‘lenha’ em Polak é $shám\hat{y}na$, em Padovani é *xamyna* [*famĩna*].

Por fim, o autor segue com a distinção dos usos de Ç, S CH. Segundo seus exemplos e comparações, podemos apontar estes caracteres como correspondentes de sons fricativos e africados.

¹⁰⁹ η e \hat{y} .

Eu introduzi duas letras ou sinais indispensáveis para ajudar a imitar os índios o mais próximo possível na pronúncia. Eles são η e \hat{y} . O som do primeiro é ouvido no canto e é comumente usado entre duas vogais, por exemplo:

$\hat{Y}'\eta a$, molhado.

Niḡatacute, Eu quero beber.

O segundo soa como o alemão *ü*, mas pronunciado com uma elevação do dorso da língua, como na pronúncia do alemão *ich*, de forma que a vogal é acompanhada por um som mais ou menos guttural, e é tão difícil de pronunciar como é para descrever. Nas palavras, $U\hat{y}'gh$, ha! $\hat{Y}'wa$, ele; $Yu\hat{y}k\hat{y}'$, uma fruta; o som é muito marcado.

A letra Ç, abaixo, é um caso particular que diz respeito à letra C do alfabeto latino mais um sinal diacrítico debaixo, uma inovação surgida no alfabeto espanhol que fora posteriormente abandonada, mas assumida, no francês e no português, e conhecida em português como c-cedilha. Vejamos sua adoção em Polak (1894):

Quadro 50: O emprego do Ç na ortografia de Polak (1894).

THE CEDILLA¹¹⁰

The cedilla ç, commonly used in French, I have also adopted, it precedes *a*, *u*, and follows *t*, and has always the sound of *ss*; in hiss, e.g.: –

Çarucuwánachi, a wooden join used across the septum.

Çutí, the source of a river or lake.

Yutçárawata, to sew.

Tçurínga, unemployed.

Fonte: Polak (1894).

Não vemos, evidentemente, uma explicitação de propriedades fonético-articulatórias detalhadas do som correspondente a esse caractere. Trata-se de uma aproximação epifonológica. Sua chave de pronúncia é explicada apenas pelo comentário “som de *ss* chiado diante de *a* (*Çarucuwánachi*), *u* (*Çutí*), e segue *t* (*Tçurínga*)”.

Esta atribuição do valor de Ç, baseada na relação forma/som, abre margem, no entanto, para a produção indireta de outro saber em particular, o de TÇ (*Imatçuránga*, Torn) relativo a um segmento fônico específico do apurinã. Assim, no caso do emprego de Ç, vemos, pelos exemplos de Polak (1894), a atribuição indireta de dois valores, /s/ - fricativa - e /ts/ - africada, da língua que serão distinguidos e tematizados como tais a partir gramáticas dos séculos XX e XXI.

Na continuidade de sua ortografia, temos S e CH e a exposição de suas pronúncias. Ao recorreremos ao *corpus* de exemplos lexicográficos e gramaticais deste autor, notamos que o S não tem valor como segmento isolado na escrita e na pronúncia. Ele vem grafado precedendo a letra H, resultando na forma SH. Sua chave de pronúncia é dada por meio de uma comparação com uma palavra grafada em inglês.

¹¹⁰ O Cedilha

A cedilha ç, comumente usada em francês, eu também adotei, ela precede *a*, *u* e segue *t*, e sempre tem o som de *ss*; chiado, por exemplo:

Çarucuwánachi, a wooden join used across the septum.

Çutí, the source of a river or lake.

Yutçárawata, to sew.

Tçurínga, unemployed.

Quadro 51: O emprego de S na ortografia de Polak (1894).

THE USE OF S¹¹¹

S for the most part is used with *h*, which it precedes, and is sounded like *sh* in *shall*, e.g.: –

Shúnginiri, to blow.

Wakýshanga, at once!

Sometimes, though very rarely, it precedes *c*. In all other cases *ç* or *c* is substituted for *s*.

Fonte: Polak (1894).

A chave de leitura de CH, por seu turno, é dada também por comparação, tendo como referência sua realização de outra palavra em inglês. Vejamos, a seguir:

Quadro 52: O emprego de CH da ortografia de Polak (1894).

THE USE OF CH¹¹²

Ch has its equivalent in *cheer*, e.g.: –

Chtcpatd, a fruit.

MacUuiigamatari, to pinch.

Fonte: Polak (1894).

Para estas duas últimas letras, suas realizações na ortografia de Polak (1894), correspondem ao som da fricativa /ʃ/, que podemos depreender pela comparação com os valores já evidentes do SH – *shall* – e do CH – *cheer* – no alfabeto inglês, bem como por seus exemplos em apurinã.

As letras C, Ç, S, SH e CH indicam, do ponto de vista da história da ortografia, a questão da função do caractere na relação com o par forma/som. Pelo que vemos em Polak (1894), podemos pontuar que a função dos caracteres nesta primeira ortografia do apurinã é variável. Ela vai de letras com valores fixos a letras que acumulam ou que repetem valores partilhados com outros caracteres.

¹¹¹ O USO DE S

S em sua maior parte é usado com *h*, que precede, e soa como *sh* em *shall*, por exemplo:

Shúnginiri, soprar.

Wakýshanga, de uma vez!

Às vezes, embora muito raramente, ele precede *c*. Em todos os outros casos, *ç* ou *c* é substituído por *s*.

¹¹² O USO DE CH.

Ch tem seu equivalente em *cheer*, por exemplo:

Chtcpatd, uma fruta.

MacUuiigamatari, beliscar.

C possui os valores de duas consoantes. O primeiro diante de *i* e de *ÿ* (*Ciriwené*, right bank; *Cítu*, Female; *Cý'tý*, Stench,) e o segundo diante de *a*, de *u* (*Ecú*, Spine; *Cachíanri* Soot; *Wácukichi*, Ring of finger).

Ç possui um só valor. Só se usa em diante *a* e *u*. De qualquer forma, Ç repete o valor de C diante de *i* e de *ÿ*. Logo, as letras C e Ç, mediante os contextos determinados, representam a mesma consoante fricativa alveolar.

As formas CH e SH, possuem valores fixos, correspondendo à mesma consoante fricativa palato-alveolar /ʃ/. Aparecem precedendo as mesmas vogais, diante de *i* (*Chiwené*, left bank; *Pashínirityký*, Ashamed), diante de *a* (*Uký'wataicha*, Awake; *Wákýshanga*, At once!), por exemplo. Redundância que é efeito de uma escrita etimológica, isto é, fruto de duas formas gráficas já historicizadas na escrita do inglês e transpostas ao apurinã. Há, portanto, uma conexão entre os valores destas duas formas inglesas e seu uso na ortografia do apurinã.

Nesse experimento alfabético, compreendemos a dificuldade de perceber e de registrar graficamente os sons de uma língua exclusivamente oral; uma dificuldade que advém do fato de seus sons, até então, não estarem nomeados em uma tradição de conhecimento linguístico.

Segundo Nunes (1993), na literalização de distintos vernáculo observados até o século XVII, pode haver variação ortográfica (se consideradas as distintas nacionalidades dos autores a partir de uma imagem já literalizada de língua, vejam-se as transcrições feitas pelos viajantes europeus, alemães, franceses, portugueses etc.); e, pode haver, também, o registro das diferenças de pronúncia a partir de uma mesma tradição (se considerada a materialidade fônica de “uma massa linguística de mesma origem” (AUROUX, [1992] 2014, p. 70) sobreposta a distintas regiões). No caso do tupi jesuítico, por exemplo, registra-se, no percurso de sua gramatização, tanto uma variação ortográfica segundo a nacionalidade dos autores de seus primeiros instrumentos, bem como a própria diferença de pronúncia regional da mesma língua nas gramáticas e vocabulários.

Sob este enfoque de Nunes (1993), podemos notar aqui que não se encontram, no entanto, ao longo da gramática e vocabulário de Polak (1894), inadequações, variações ou “erros” ortográficos no registro dos exemplos em apurinã quanto às letras fixadas e comentadas em sua ortografia. Observa-se isso nas repetições de palavras e de sentenças dessa língua na obra que obedecem sempre ao mesmo padrão ortográfico. Há regularidade na

grafia, inclusive, ao deixar explícito que determinadas letras podem ser confundidas ao se pronunciá-las e escrevê-las.

Como já mencionamos na análise do prefácio, a diferença de pronúncia que pode ocorrer para uma palavra apurinã, a partir dos distintos pontos de coleta, é registrada ortograficamente de modo deliberado. Reconhecem-se as diferenças de pronúncia, e elas são assinaladas graficamente. Nenhuma das pronúncias registradas pelo autor é descartada. Desta forma, o autor ensaia um modelo de interpretação dos sons da língua apurinã baseado no valor que a letra tem na ortografia inglesa (com referência a distintas línguas já literalizadas), a partir da tradição greco-latina.

A ortografia do apurinã de Polak (1894) não é apenas uma representação de sons, mas já implica uma normatização da relação letra-som. Sua ortografia fixa, ao longo de sua obra, uma transcrição alfabética homogênea. Sobre isso, as recorrências das palavras em apurinã na obra mantem o mesmo padrão gráfico. A *letra* pode ser, enquanto categoria epifonológica, compreendida como um meio de registro (iconicidade) e de leitura pelos quais se filtra (se lê) a materialidade fonográfica do apurinã. Do ponto de vista da gramatização, o processo de alfabetização, neste autor, representa uma experimentação técnica preliminar desta língua.

Como resultado, esta ortografia do apurinã funciona como produto tecnológico no processo de transferência linguística. Nessa direção, segundo a documentação da missão, houve, inclusive, em seu espaço, o funcionamento de uma escola para jovens apurinã em regime de internato onde se praticavam aulas em apurinã, em inglês e em português (cf. LINK, 2016). A escrita alfabética, com seus sinais gráficos, foi o aparato tecnológico de uma experimentação tecnolinguística que ofereceu/informou/produziu um primeiro corpo de evidências dos sons do apurinã no século XIX.

A ortografia de Polak (1894), pelo que se pode considerar de suas condições históricas de produção, constitui-se como um importante experimento de instrumentação que colabora com a construção de uma imagem de unidade linguística do apurinã no Médio-Purus. É um marco histórico de reconhecimento singular do observatório ocidental das formas de vida. Tal instrumentação, contudo, não chegou a instaurar uma tradição escrita, não deixando rastros de autores apurinã.

3.2.2. As partes do discurso: categorias, exemplos, regras e paradigmas

Procuramos mostrar, desde os relatos e relatórios sobre o Purus, os elementos ou momentos iniciais da gramatização do apurinã a partir da perspectiva ocidental, no século XIX. “Vasculhamos” em um arquivo que remonta aos discursos das descobertas desse rio, o aparecimento dos primeiros conhecimentos linguísticos que pudessem constituir séries (em diferentes níveis de segmentação da língua) que se prolongam, no tempo, em descrições gramaticais e/ou lexicográficas. Na continuidade de nossos esforços, pontuaremos, nesta seção, as operações metalinguísticas que constituem o primeiro esboço das partes do discurso da fala apurinã, neste mesmo século, com segmentações e classificações de elementos.

Assim sendo, para compreender o modo como se deu o reconhecimento das partes do discurso (isto é, as classes de palavras com suas propriedades, “quedas” ou acidentes) na primeira gramática do apurinã, consideramos três núcleos que são fundamentais e indissociáveis nas observações em história das ideias linguísticas: as *categorias*, os *exemplos* e as *regras*. Três interfaces de um mesmo processo de descrição e instrumentação linguística. Os *paradigmas* (lineares ou tabulares), por seu turno, que “podem por si só ter a função de gramática” (AUROUX, 1894, p. 67), são resultados da conexão entre estes três núcleos.

Estes últimos são modelos de comparação entre elementos que figuram em relação de verticalidade, não linear, que atestam relações *in absentia* por oposição às relações *in praesentia* (*horizontais/ sintagmáticas/ lineares*). Sua funcionalidade é demonstrar e sustentar a existência de propriedades de uma mesma categoria – $C = [Cg, Cp, Cl...]$. Nesse sentido, Colombat, Fournier e Puech (2017) afirmam que os paradigmas “são algo intermediário entre o exemplo e a regra”.

Observamos, nesta gramática, que os paradigmas em si, são realidades intermediárias, no sentido propriamente dito da conexão entre o exemplo e a regra, considerando-se a regra como a operação de explicação que repousa sobre “termos teóricos, sensíveis à possibilidade projetivas desses termos” (AUROUX, [1992] 2014, p. 86), e considerando-se que o exemplo é, em si, “um construto teórico” (AUROUX, [1992] 2014 p. 67).

De nosso observatório em AD-HIL, a partir da tríade categoria-exemplo-regra, a noção de *interdiscursividade* permanece como noção subjacente às nossas interpretações das

ideias/descobertas linguísticas em Polak (1894). Ela atravessa, notadamente, expressões recorrentes em nossas argumentações, tais como “tradição linguística”, “procedimento contrastivo”, “vocabulário teórico próprio” etc. Isso porque estas expressões evocam, invariavelmente, o fato de que os sentidos das formulações metalinguísticas são constituídos *em e a partir* de redes de sentido que remontam ao que Auroux ([1992] 2014) chama de horizonte de projeção ou retrospeção das ideias linguísticas. Ou seja, o funcionamento da memória pelas vias do arquivo com seus processos discursivos aos quais se filiam a atualidade de uma enunciação sobre a língua em uma tradição. Redes abertas à equivocidade diante do avançar histórico em matéria de descobertas linguísticas.

Reforçamos a perspectiva de nosso observatório, porque para ambos os lados da equação *língua fonte* (inglês) + *língua alvo* (apurinã), no processo de exogramatização que analisamos, vemos o papel da memória discursiva, que fala antes, a sustentar com suas repetições as correspondências nos processos de tradução, de comparação e de classificação que são base para a descrição e a instrumentação de uma língua a partir de um observatório exógeno. De ambos os lados da prática contrastiva ou de correspondência regular em Polak (1894), há “relações de substituição, que funcionam entre elementos linguísticos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 148), tanto para o apurinã quanto o inglês.

Podemos ilustrar tais relações com o seguinte exemplo de tradução bilíngue em Polak (1894, p. 15): “*Cúne niperucayúcari shimaký*, I've caught no fish¹¹³”. No caso da gramática em questão, vemos, na bidimensionalidade da escrita, à esquerda o apurinã como língua alvo (língua de chegada) e à direita o inglês como língua fonte (língua de partida). Sendo, notadamente, o inglês a metalíngua de descrição/instrumentação da obra. Com este exemplo, em particular, queremos pontuar que o interdiscurso, o político e o simbólico, são fatos a produzir os espaços, os sujeitos e os sentidos em cada uma das formações sociais.

Nesse sentido, vale apontar para um efeito do funcionamento da memória indígena, de sua interdiscursividade, no discurso de Polak (1894), que é o da necessidade de trazer um exemplo de enunciado com a palavra que se quer definir, atribuir um sentido. A discrepância do interdiscurso está, assim, não dita (pressuposta, “implícita”, dissimulada) no trabalho do gramático/lexicógrafo (ou mesmo do linguista) sobre as línguas postas em correspondência. Trata-se de ver, a partir de redes de sentido indígena e ocidental, em contraste no plano do instrumento linguístico, a constituição da posição sujeito de Polak (1894) enquanto autor de

¹¹³ Tradução minha: Eu não peguei peixe.

uma gramática e de um vocabulário bilíngue, ao aprender a falar uma língua indígena e analisá-la a partir do fundo teórico latino.

Logo, as categorias, os exemplos e as regras (e, conseqüentemente, os paradigmas) que desenham a imagem da língua apurinã neste autor, ao lado das leituras cartográficas e etnográficas, são efeitos de relações interdiscursivas entre elementos de saber da memória indígena e de uma memória ocidental. O que se dá mesmo que não haja, evidentemente, um sistema de notação metalinguística do lado apurinã, como há no caso do inglês como língua nacional. Nestes termos, os exemplos em apurinã na escrita são indícios de uma memória discursiva, com seus efeitos de sentido materializados a partir de processos substitutibilidade nesta língua indígena. Isso porque os exemplos em apurinã são “peças” de *autonímia* no discurso gramatical de Polak (1894). Eles são os objetos das análises linguísticas, objetificação, cuja produção e interpretação repousam em *processos discursivos* próprios da língua apurinã, que ficam dissimulados na obra, mas que, de certo modo, revelam o assujeitamento de seu autor: um “estrangeiro em processo de apurinização”, como apontou Link (2016, p. 288), baseado na leitura do arquivo da *Sociedade Missionária*.

Logo, a atualidade dos exemplos em Polak (1894) se apoia tanto em uma memória discursiva ocidental quanto em uma memória discursiva indígena. No caso do saber discursivo apurinã, este autor o acessa, enquanto tradutor-intérprete, a partir de sua convivência cotidiana com os próprios falantes nativos.

Assim, a afirmação de que uma língua é alvo de reflexão sistemática em dado *instrumento tecnolinguístico* repousa no fato de que nele há um *corpus* de exemplos cuja significação se dá pela *autonímia*. De modo objetivo, vemos a *autonímia* na extensão do exemplo (o apurinã e o inglês linearizados, lado a lado, no mesmo fio discursivo) que dá suporte a uma categorização (que é ao mesmo tempo uma idealização prévia da categoria na língua alvo). É o que vemos, por ilustração, em “*Catánawac' açapanicá, a few days hence he will come*¹¹⁴” (POLAK, 1894, p. 08). Para este exemplo, tem-se a formulação da observação linguística (asserção) que visa afirmar um termo teórico (categoria) mais a transcrição da sequência do apurinã e a transcrição da sequência correspondente do inglês. Com isso se pretende demonstrar, comparativamente, a existência de uma categoria que há na língua de partida na língua de chegada, que, no caso do exemplo acima, é o *futuro definido* (*The Definite Future*) por meio da exposição da adição do afixo *panicá* ao infinitivo na ordem

¹¹⁴ Tradução minha: Ele virá em poucos dias.

sintagmática do apurinã (*aça + panicá*). Vemos nos exemplos de Polak (1894) um processo de gramatização que se desenha tendo a oralidade como ponto de partida e de chegada. A finalidade era ensinar o missionário a se comunicar oralmente com o apurinã e traduzir doutrina cristã para a cultura indígena.

De todo modo, lemos na descrição do apurinã em Polak (1894), como partida de sua análise linguística, uma rede de termos teóricos que atravessam a gramatização do inglês, mas que são uma extensão da tradição gramatical greco-latina. Inclui-se aí a categoria morfológica do *caso* (uma espécie de “conjugação/flexão” do nome/pronome segundo sua função sintática). Entretanto, para caracterizar certos funcionamentos linguísticos do apurinã que não figuram nas línguas flexionais, este autor acopla a esta rede critérios morfológicos que não figuram originalmente no quadro latino, tais como *afixo* e *prefixo*, para dar conta do caráter *aglutinante* das palavras desta língua.

Essa rede de termos teóricos, que aparece em Polak (1894) como desdobramento da tradição greco-latina, tem duas particularidades. Ser auto-evidente na formulação das observações linguísticas (asserções) sobre os recortes gramaticais do apurinã; ou seja, não se lê qualquer definição para esses termos ao longo da gramática. E não ser, em seu funcionamento semântico, autonímico, diferentemente dos exemplos. Quando lemos, ou mesmo produzimos, cotidianamente, a modalização autonímica de uma palavra ou de uma expressão que acumulam menção e uso, operamos uma objetivação da língua.

Mas só surgem termos para dizer (classificar/categorizar/descreve/analisar) uma língua, quando ela é tomada como objeto de saber, isto é, quando ela se opacifica, o que leva, na constituição de um saber gramatical, à necessidade de construção de um *corpus* de exemplos. Nisso, a língua se torna acontecimento histórico-discursivo e exige nomes pelos quais possa ser interpretada (cf. nota 6, *supra*). Consideramos, nesse processo histórico da gramatização do apurinã, a contradição entre o termo teórico e o exemplo que se exigem dialeticamente. Um funciona para o outro na modalidade do não-dito. Não-dito que se explica pelo fato de que um significa como a causa de ser do outro e *vice-versa*, pois um termo teórico pode demandar um exemplo como base empírica, e os exemplos são, ao mesmo tempo, nas palavras de Auroux (2014, p. 67), “construtos teóricos”.

O apurinã, em Polak (1894), é objeto voltado à didática missionária (ensino e tradução). Podemos dizer, portanto, que o *corpus* de exemplos em Polak (1894) é fator

decisivo de sua gramatização. A língua, objetivada pelo sujeito como parte do mundo, deixa de ser apenas uma realidade de troca linguística e se historiciza enquanto uma exterioridade a si mesma, exigindo nomes pelos quais ela seja categorizada.

Considerando que o nome é a primeira forma de estabilizar o acontecimento da língua, é em razão da descoberta de uma *regularidade* linguística que se produz uma nomeação, termo teórico. Deste modo, o nome passa a compor uma terminologia em uma tradição linguística. Terminologia que Auroux (2014, p. 101) definirá como o “vocabulário teórico próprio, mais estável e mais antigo” entre todas as disciplinas científicas. Ou seja, cada termo especializado que surge para dizer um “compartimento” da língua é uma *descoberta* (uma inovação em dado momento no sentido que temos hoje para as descobertas em biologia ou em física, por assim dizer) a compor o sistema de notação de uma tradição linguística.

Sob essa égide, nos três quadros subsequentes, lemos as categorias e subcategorias que figuram na primeira proposta de descrição gramatical do apurinã. Elas são resultado de uma projeção idealizada e contrastiva, pela qual se estabelecem asserções de regras, além de correspondências regulares de exemplos voltados basicamente a aspectos morfológicos.

Quadro 53: Partes do discurso na gramática de Polak (1894).

Denominação	Artigo	Nome	Adjetivo	Pronome	Numeral
Definição	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Acidentes	(-)	(3)	(1)	(3)	(0)
Gênero	-	+	-	+	-
Número	-	+	-	+	-
Posse	-	+	-	-	-
Caso ¹¹⁵	-	-	-	-	-
Modo	-	-	-	-	-
Pessoa	-	-	-	+	-
Tempo	-	-	-	-	-
Grau	-	-	+	-	-
Forma	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹¹⁵ Não marcamos com + a categoria *caso* relativa ao nome, pois mesmo ela sendo enunciada, não se materializam exemplificações que a indiquem na língua.

Quadro 54: Partes do discurso na gramática de Polak (1894) – continuação.

Denominação	Possessivos	Demonstrativos	Interrogativos	Verbo	Relativos
Definição	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Acidentes	(1)	(0)	(0)	(5)	(-)
Gênero	-	-	-	-	-
Número	-	-	-	+	-
Posse	-	-	-	-	-
Caso	-	-	-	-	-
Modo	-	-	-	+	-
Pessoa	+	-	-	+	-
Tempo	-	-	-	+	-
Grau	-	-	-	-	-
Forma	-	-	-	+	-

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Quadro 55: Partes do discurso na gramática de Polak (1894) – continuação.

Denominação	Adverbio	Preposição	Conjunção	Interjeição
Definição	Não há	Não há	Não há	Não há
Acidentes	(0)	(0)	(0)	(1)
Gênero	-	-	-	+
Número	-	-	-	-
Posse	-	-	-	-
Caso	-	-	-	-
Modo	-	-	-	-
Pessoa	-	-	-	-
Tempo	-	-	-	-
Grau	-	-	-	-
Forma	-	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Para dar circularidade a nossa leitura sobre o modo como se dão as descrições gramaticais em Polak (1894), consideramos que suas proposições pressupõem, invariavelmente, a relação entre o termo teórico e o exemplo. Neste rumo, vemos “nascer” um primeiro *corpus de regras* sobre o apurinã, que é, no sentido de Auroux (2014), um conjunto

de asserções feitas pelo gramático a respeito de padrões que se repetem em um espaço-tempo de comunicação, ou seja, a respeito das regularidades das trocas linguísticas entre determinados sujeitos falantes. A formulação destas regras, deste modo, fixa uma interpretação sobre a oralidade voltada ao discurso da catequese, da pregação, da conversão.

Nesta descrição, voltada à oralidade, de modo geral, observamos a proposição da regra como uma interpretação que se volta apenas à *descrição* (constatação) e não se estende a *prescrição* (normatização). Isso porque, conforme Auroux (2014), até mesmo prescrever um uso regular é algo tributário de uma descrição prévia: “Toda gramática é uma descrição linguística”, pois há sempre um saber elementar que se conserva, isto é, uma constatação. A regra, desta forma, funciona como um “raciocínio” que orienta o procedimento de compor/decompôr a cadeia de fala, fixando-se como uma norma moral (o “bom uso”) ou como uma norma técnica (cf. AUROUX, 1991).

Para nossas análises, consideramos que a noção de regra repousa, conforme as ciências da linguagem ocidentais, essencialmente sobre a descrição ou prescrição a respeito de um padrão (de uma regularidade). Por exemplo: Como se conjugam (sentido constativo/descritivo) ou como se devem conjugar (sentido normativo/prescritivo) em português os verbos terminados em *-ar* no *pretérito imperfeito do indicativo*? A formulação de uma asserção que responda tal envolve, fundamentalmente, conforme Auroux ([1992] 2014), a atribuição de categorias aos elementos linguísticos. Nesse âmbito da regra: O que é *conjugam*? O que é *verbo*? O que é *pretérito imperfeito*? O que é *indicativo*? São, notadamente, categorias, que estabilizadas em uma tradição linguística, para explicar, por meio de proposições, a composição/decomposição de uma cadeia de fala.

A proposição de uma asserção sobre dado funcionamento de uma língua (isto é, a afirmação de uma regularidade ou mesmo padrão) constitui, grosso modo, uma interpretação orientada pela relação entre *funcionamentos observáveis*, de um lado e, o *conhecimento desses funcionamentos*, de outro. A produção do conhecimento nas ciências da linguagem é, mediante essa relação, uma leitura de um real. Um real da língua, caracterizado por ser inatingível. Interpretação de um real tratada em termos de conhecimentos metalinguísticos, em objetos-ficção.

Assim, como tais asserções aparecem em Polak (1894) para expressar *regularidades* ligadas à realidade das trocas linguísticas em apurinã?

As regras, elaboradas por este autor, dadas suas conexões com os exemplos e as categorias, se materializam como asserções descritivas/constativas, às vezes negativas (não há nessa língua), às vezes positivas (há nessa língua). De qualquer forma, não existem formulações *prescritivas* nesta gramática (deve-se usar). Ela, como primeira descrição do tipo, é produzida a partir de um *corpus* de exemplos extraído da oralidade e visa a um reconhecimento, o mais aproximado, do uso corrente da língua com vistas à continuidade da missão, isto é, à transferência cultural no sentido da “civilização” que vimos no prefácio (seção 4.1). Deste modo, podemos dizer que as observações gramaticais em Polak (1894) se articulam, portanto, por meio da atribuição de categorias a distintos elementos linguísticos, compondo, nos termos de Aurox (1991), um *corpus* de normas técnicas as quais visam à explicação/informação dos padrões do apurinã aos missionários.

Como ilustração da regra (enunciações/asserções constativas) na gramática em questão, podemos tomar o modo como se explica a formação (*it is a modification of...*), a função (*it is, however, indeclinable*) e as condições de enunciação (*follows the noun it qualifies*) de uma categoria de palavras: “*The adjective is not always pure, more often it is a modification of a noun, a verb, or an adverb; it is, however, indeclinable, and follows the noun it qualifies*” (POLAK, 1894, p. 04). Vemos aí a constituição de um juízo de valor sobre o funcionamento do adjetivo em apurinã. Ou seja, a asserção de uma regra que resulta como um modo de dizer e de estabelecer uma relação com o mundo (cf. NUNES, 2008); isso porque o apurinã, nesse caso, se torna matéria de reflexão. Do ponto de vista histórico, a construção da regra em Polak (1894) resulta da conjunção entre discurso gramatical, discurso religioso e discurso colonizador.

O parâmetro de recorte que abre as descrições é a noção de artigo. Esta descrição parte de uma idealização prévia desta categoria na língua apurinã, pois este contraste sugere que, morfologicamente, o artigo está preso ao nome (*It is included in the word or sentence*) mas, ao mesmo tempo, que ele não existe em apurinã (*Properly speaking, there is none*). Vejamos:

Quadro 56: Projeção da noção de artigo sobre a língua apurinã.

Article¹¹⁶

Properly speaking, there is none. It is included in the word or sentence, according as either of these is employed, e.g.: -

Áanta nicicaí, I give you the canoe.

The *the* is included in *Áanta*.

Aicú uicáma, I am making a hut.

The *a* is included in *Aicú*, and the literal meaning of the two sentences is, I give you canoe, I make hut.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

No sentido da idealização desta categoria, a materialidade linguística que deveria dar suporte à primeira afirmação sobre o artigo não aparece sequenciada/explicitada/marcada objetivamente nos exemplos na língua alvo. Além do mais, duas propriedades definitórias do artigo em inglês também compõem nessa “categorização”. São as ideias de *definição* e de *indefinição* do artigo como formuladas sobre o inglês, que permanecem de modo subjacente à descrição.

Notemos, contudo, que a indicação dessas duas propriedades – definição e indefinição – nas asserções é feita contrastivamente a partir da materialidade linguística do inglês e não por suas notações técnicas. Assim, lemos ‘*a*’ (*The a is included in Aicú*) e ‘*the*’ (*The the is included in Áanta*) encaixados como elementos gramaticais, sem uma explicitação de termos como ‘artigo indefinido’ ou ‘artigo definido’, por exemplo¹¹⁷. Ambos ‘*a*’ e ‘*the*’ assumem, na articulação destas proposições, estatuto de termos integrantes da formulação teórica do autor, sendo predicados respectivamente por ‘is included in *Aicú*’ e ‘is included in *Áanta*’, e não como elementos com funções gramaticais “evidentes” na cadeia de fala, p. ex., ‘*the cat is*’ ou ‘*a cat is*’.

¹¹⁶ Artigo.

Apropriadamente falando, não há nenhum. Está incluído na palavra ou frase, conforme qualquer uma delas for empregada, por exemplo:

Áanta nicicaí, eu te dou a canoa.

O ‘*a*’ está incluído em *Áanta*.

Aicú uicáma, estou fazendo uma cabana.

O ‘*uma*’ está incluído em *Aicú*, e o significado literal das duas sentenças é, eu te dou canoa, eu faço cabana.

¹¹⁷ Não se encontram na terminologia gramatical de Polak (1894) as distinções ‘indefinite article’ ou ‘definite article’ para a categoria em questão. No entanto, estas expressões já circulavam na tradição gramatical inglesa e afetam sua descrição. Nesse sentido, as nomeações para estas subdivisões do artigo já se linearizam, por exemplo, na obra *English Grammar, adapted to the different classes of learners* de Murray (1824).

Nesse arranjo sintático, ‘a’ e ‘the’ passam a exprimir metonimicamente o sentido das propriedades da categoria do artigo em inglês. Contudo, a constatação da ausência desta categoria em apurinã é dada por outra correspondência entre as duas línguas. Uma correspondência que toma como critério a expressão ‘sentido literal’, cuja tradução em inglês não marca o artigo: ‘Áanta nicicái = I give you canoe’ e Aicú uicáma = I make hut.

Tal prática contrastiva segue com asserções voltadas à categorização do nome em apurinã. Inicia por uma afirmação geral segundo a qual o nome, nesta língua, é ‘indeclinável’ (*The noun is indeclinable*). Para chegar a essa constatação, o autor mobiliza a noção morfológica do *caso*, advinda da análise de línguas sintéticas, como o latim. No entanto, o recorte nome como unidade lexical em uma língua *polissintética* – o autor já utiliza este termo – figura como um dado evidente tanto na argumentação da asserção quanto na segmentação dos exemplos:

Quadro 57: O nome em apurinã conforme classificação de Polak (1894).

Noun¹¹⁸

The noun is indeclinable. To distinguish the cases, certain particles are, in some instances, added, while the genitive is denoted by position thus: -

Nom., *Cángýtý*, an Ipurina.

Gen., *Cángýt'áanta*, the Ipurina's (canoe); or, *Cángýtý túichi*, the Ipurina's.

Dat., *Cángýt' (áanta)muní*, to the Ipurina ('s canoe).

Acc, *Cángýt' (áanta)*, the Ipurina ('s canoe).

Voc, *Cángýtý!* Ipuriná.

Abl., *Cángýtý muní*, from the Ipuriná.

In the ablative case, however, it is necessary to use a verb, the simple form does not suffice, thus: -

Cángýtý muní pápa aanké, go and fetch the stick from the Ipuriná.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Ao se servir da noção de caso como medida para recortar a unidade da palavra em apurinã, o autor assevera que elas não declinam, entretanto, afirma, subsequentemente, a

¹¹⁸ Nome.

O nome é indeclinável. Para distinguir os casos, certas partículas são, em alguns casos, adicionadas, enquanto o genitivo é denotado por posição, assim:

Nom., *Cángýtý*, an Ipurina.

Gen., *Cángýt'áanta*, o Ipuriná's (canoa); ou, *Cángýtý túichi*, os Ipuriná.

Dat., *Cángýt' (áanta) muní*, para a Ipuriná (canoa de).

Acc, *Cángýt' (áanta)*, o Ipuriná (canoa de).

Voc, *Cángýtý!* Ipuriná.

Abl., *Cángýtý muní*, do Ipuriná.

No caso ablativo, porém, é necessário o uso de um verbo, a forma simples não basta, assim:

Cángýtý muní pápa aanké, vá buscar a vara do Ipuriná.

necessidade de se adicionar certas partículas para distinguir os “casos”; mais especificamente o dativo (acrécimo de *muní* à palavra) e o ablativo (verbo + acréscimo de *muní* à palavra). Por esses dois contrastes, demonstram-se duas realidades: o nome em apurinã não sofre flexão quanto à “queda” morfológica codificada por desinências conforme a função sintática, bem como a questão da transitividade verbal, ao apontar uma particularidade do caso ablativo: *In the ablative case, however, it is necessary to use a verb.*

As propriedades (acidentes) do gênero e do número dos nomes são conhecimentos que chegam ao leitor por meio desta mesma prática contrastiva. Nos quadros abaixo, lemos marcas para estes dois acidentes do nome apurinã. Para o número há três desinências: *nirí* para plural de ‘coisas inanimadas’ e ‘criaturas irracionais’, *wacurí* para plural de palavras que possuam o traço semântico de homem e *acurú* para o plural de palavras que possuam o traço semântico de mulher:

Quadro 58: A marca morfológica de número em apurinã.

A collective form is made by the addition of *nirí* to the names of irrational creatures and inanimate things, and *wacurí* or *acurú* to those of men and women, the former being masculine and the latter feminine, thus:

Ký'kýwacurí, men.
*Cituwacurú, women*¹¹⁹.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Para o gênero do nome em apurinã, Polak (1894) declara só haver marcação dessa propriedade para homens e animais. Vejamos sua interpretação inicial sobre este fato:

Quadro 59: A marca morfológica do gênero em apurinã.

Except in the cases of man and irrational animals, there is no distinction of genders. V. Particles¹²⁰.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Na sequência, o autor indica dois processos de formação dos nomes em apurinã. O primeiro, por derivação (*Nouns are formed by adding certain terminations to verbs*):

¹¹⁹ Uma forma coletiva é feita pela adição de *nirí* aos nomes de criaturas irracionais e coisas inanimadas, e *wacurí* ou *acurú* aos de homens e mulheres, sendo o primeiro masculino e o último feminino, assim:

Ký'kýwacurí, men.
Cituwacurú, women.

¹²⁰ Exceto no caso do homem e dos animais irracionais, não há distinção de gênero. V. Partículas.

Quadro 60: A formação de nomes em apurinã.

By adding certain terminations to verbs, nouns are formed, e.g.: -

Gashibúca, to wipe.

Gashibucamánetiniwa, what one wipes oneself with, i.e., a towel¹²¹.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

O segundo processo, por composição (*Compound words are readily formed*):

Quadro 61: A formação de nomes em apurinã – continuação.

Compound words are readily formed, e.g.:

Shámýnaký, a gun; *Upani*, powder; *Shámýnakýpani*, gunpowder.

Aanta, canoe; *Puký'*, prow; *Aantapukýta*, canoe-prow¹²².

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Nas indicações destes processos, o recorte dos exemplos se dá por meio de critérios morfológicos. A unidade empírica da palavra é tomada como “dado” para sustentar estas proposições. Notadamente, o que se lê nos dois postulados acima é apenas a atestação um funcionamento geral, exemplificado sumariamente.

Outro achado deste autor é a questão da expressão da posse em apurinã. Uma primeira margem de reflexão sobre o padrão de marcação de posse nesta língua:

Quadro 62: Marcação morfológica da posse atributiva.

Any noun may be turned into the possessive case by prefixing *N* or *Nuta*, *P* or *Pita*, *W* or *Wa*, e.g.: -

Nawiní or *Natawiní*, *Pawiní* or *Pitawiní*, *Awiní* or *Wawiní*, my, thy, his hut; from *Awiní*, a wigwam or hut. V. Remarks under Pronoun¹²³.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹²¹ Adicionando certas terminações aos verbos, nomes são formados, por exemplo:

Gashibúca, limpar.

Gashibucamánetiniwa, aquilo com que se enxuga, ou seja, uma toalha.

¹²² Palavras compostas são prontamente formadas, por exemplo:

Shámýnaký, uma arma; *Upani* em pó; *Shámýnakýpani*, pólvora.

Aanta, canoa; *Puký'*, proa; *Aantapukýta*, proa de canoa.

¹²³ Qualquer nome pode ser transformado em caso possessivo prefixando *N* ou *Nuta*, *P* ou *Pita*, *W* ou *Wa*, por exemplo:

Nawiní ou *Natawiní*, *Pawiní* ou *Pitawiní*, *Awiní* ou *Wawiní*, meu, teu, sua cabana; de *Awiní*, uma cabana ou cabana. V. Observações sob o pronome.

O autor, considerando o espaço de oralidade em que trabalhou, arranha a superfície de uma complexa realidade linguística: os *nomes possuídos*¹²⁴. Notadamente, por meio de seus exemplos sobre a expressão de posse, ele indica suas manifestações linguísticas apenas em construções nominais (posse atributiva), não observando as construções verbais (posse predicativa). A indicação de Polak (1894), de todo modo, é um acontecimento metalinguístico que se sustenta adequadamente pelos exemplos: *Nawiní* = minha cabana, *Pawiní*, tua cabana, *Wawiní* = nossa cabana. Com isso, este autor aporta uma interpretação nova que oferece subsídio à ideia de posse, considerada por alguns linguistas, enquanto “traço universal das línguas naturais”¹²⁵.

A análise do adjetivo é outro recorte que resulta da prática contrastiva de Polak (1894). Espera-se que, projetivamente, tal categoria, por existir e estar objetivada na tradição do inglês a partir do fundo greco-latino, também exista em apurinã, podendo ser objetivada nos mesmos moldes. Assim, o autor assevera, por esta categoria, a existência de palavras qualificativas na língua alvo, ainda que de modo genérico.

¹²⁴ Embora Polak (1894) não fale da posse atributiva em apurinã nos termos de *nomes possuídos*, expressão utilizada pela linguística, já vemos, nesta sua reflexão sobre os nomes que são apresentados com prefixação pronominal presa da posse (*N-*, *P-* ou *W-*), uma distinção contrastiva por relação à descrição da posse em línguas europeias que não possuem prefixação do pronome possessivo. Os nomes possuídos relativos à posse atributiva em apurinã são, conforme Freitas (2017), uma classe de nomes que recebem marca morfológica possessiva e podem ser divididos semanticamente em alienáveis e inalienáveis: *n-apÿkyry-te*, meu milho (alienável); *ny-ãkypa* ~ *n-ãkipa*, meu coração (inalienável).

¹²⁵ Para saber mais sobre as descrições de posse em apurinã, ver Freitas (2017).

Quadro 63: O adjetivo em apurinã conforme Polak (1894).

Adjective¹²⁶

The adjective is not always pure, more often it is a modification of a noun, a verb, or an adverb; it is, however, indeclinable, and follows the noun it qualifies, thus: -

Kýký'ntanu, a tall man, from. *Kýký'*, man, and *Íntanu*, tall, also a long way.

Cituáshanký', a short or little woman, from *Cítu*, a woman, and *Wáshanký'*, small.

If the adjective forms the predicate of the verb *Awapíca* = to be, expressed or understood, it may precede or follow the personal pronoun with or without the verb expressed, thus: -

Hanréca nawapíca nuta, or simply *Núta hanréca*, I am good or well.

Amíyanari núta or *Nut'amíyanari*, I am sick.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Lemos que há uma distinção em relação ao funcionamento das frases adjetivas. Um em que acompanha o nome (*Kýký'ntanu*, a tall man); outro em que predica o nome com o verbo *Awapíca* = to be (*Amíyanari núta* or *Nut'amíyanari*, I am sick). O que já oferece elementos linguísticos para pensar as funções atributivas (sem cópula verbal) e predicativas (com cópula verbal) nessa língua. Subjaz, ainda, às exemplificações deste contraste, a menção à formação do adjetivo por meio de uma relação não explícita entre adjetivos que são “puros” e não “puros”. Porém, a ideia de adjetivo puro permanece como não-dito, uma realidade pré-construída.

O autor diz que a formação do adjetivo decorre de uma “modificação” de um substantivo, verbo ou advérbio. A “modificação” do adjetivo comparece enquanto um dado, sem explicitação do modo pelo qual o autor poderia “constatá-lo”. Trata-se da formulação de uma observação linguística que repousa apenas sobre termos teóricos (*The adjective is not always pure, more often it is a modification of a noun, a verb, or an adverb.*). Assim, a verificação da “modificação” fica a cargo dos exemplos que, ao serem evocados para tal descrição, não a abonam.

¹²⁶ Adjetivo.

O adjetivo nem sempre é puro, mais frequentemente é uma modificação de um substantivo, verbo ou advérbio; é, no entanto, indeclinável, e segue o substantivo que qualifica, assim:

Kýký'ntanu, um homem alto, de. *Kýký'*, homem, e *Íntanu*, alto, também longe.

Cituáshanký', uma mulher baixa ou pequena, de *Cítu*, mulher, e *Wáshanký'*, pequena.

Se o adjetivo forma o predicado do verbo *Awapíca* = ser, expresso ou compreendido, ele pode preceder ou seguir o pronome pessoal com ou sem o verbo expresso, assim:

Hanréca nawapíca nuta, ou simplesmente *Núta hanréca*, eu estou bem ou bom.

Amíyanari núta ou *Nut'amíyanari*, eu estou doente.

Para descrever as frases adjetivas em apurinã, Polak (1894) retoma a noção de caso morfológico como critério contrastivo, concluindo que o adjetivo é indeclinável (*it is, however, indeclinable*). Em outros termos, para o autor, o adjetivo apurinã não sofre “queda” morfológica quanto a sua função sintática, ou seja, ele não flexiona conforme o caso no qual se acha o nome qualificado. No entanto, o autor não oferece uma leitura sobre outras propriedades destas palavras, tais como gênero ou número, por exemplo.

A única subcategorização morfológica que o autor destaca é a que se dá por meio do acréscimo da desinência *támata* (ou *támatachi*) ao final das palavras *Mitá* (large) e *Wáshanký* (*small*) para se que se obtenha, respectivamente, o grau de comparação de superioridade e de inferioridade. Uma explicação que se constrói pela correspondência aos adjetivos curtos (de uma ou duas sílabas) do inglês. Assim, tem-se *mitátamata* correspondendo à *larger than*, no sentido de ‘mais que’ ou ‘maior que’; e, *Wáshankýtamata* correspondendo à *smaller than*, no sentido de ‘menos que’ ou ‘menor que’. Vejamos:

Quadro 64: O grau comparativo dos adjetivos conforme Polak (1894).

The Comparative¹²⁷

The comparative is formed by the use of *támata* or *támatachi*, e.g.: -

Mitá, large.

Mitátamata, larger than.

Wáshanký, small.

Wáshankýtamata, smaller than.

But, instead of the above comparative sign, one more often hears the following: -

Píta itú nitý'rýta, I love thee very much; *Píta wáshanký nitý'rýta*, I love thee very little, equivalent to I love thee more, but *thee* I love less, addressing two different persons.

It should here be noticed that no conjunction is used to join the subordinate to the principal sentence, and the Ipuriná simply says: -

Píta itú nitý'rýta, *Píta wáshanký nitý'rýta*, I love thee very much, I love thee little.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Ainda por meio de um olhar que se volta à morfologia do nome, Polak afirma haver formação de verbos a partir do acréscimo de desinências (*verbal characteristics*) ao adjetivo:

Quadro 65: Adjetivos transformados em verbos.

Adjectives made Verbs¹²⁸

Adjectives, by the addition of certain verbal characteristics, are made verbs, e.g.:-

Tçupý' or *Catçupý'*, white.

Tçúpý'tiniri, to whiten or clean to whiteness. V. Verb.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹²⁷ O Comparativo.

O comparativo é formado pela utilização de *támata* ou *támatachi*, por exemplo:

Mitá, grande.

Mitátamata, maior que.

Wáshanký, pequeno.

Wáshankýtamata, menor que.

Mas, em vez do sinal comparativo acima, ouve-se mais frequentemente o seguinte:

Píta itú nitý'rýta, eu te amo muito; *Píta wáshanký nitý'rýta*, eu te amo muito pouco, equivalente a 'eu te amo mais, mas eu amo menos a ti', dirigindo-me a duas pessoas diferentes.

Deve-se notar aqui que nenhuma conjunção é usada para unir o subordinado à frase principal, e o Ipuriná simplesmente diz:

Píta itú nitý'rýta, *Píta wáshanký nitý'rýta*, eu te amo muito, eu te amo pouco.

¹²⁸ Adjetivos feitos verbos.

Os adjetivos, pela adição de certas características verbais, são transformados em verbos, por exemplo:

Tçupý' ou *Catçupý'*, branco.

Tçúpý'tiniri, para clarear ou limpar até a brancura. V. Verb.

Os pronomes pessoais são apresentados paradigmaticamente. Sua categorização obedece a um critério morfológico que objetiva a unidade da palavra, guiado pela correspondência bilíngue com a grade pronominal do inglês.

Quadro 66: Pronomes em apurinã conforme Polak (1894).

Pronoun.

The personal pronouns are: - Núta, I; Píta, thou; Ýwa, he or she; Áta, we; Píta, ye or you; Ýwa or Únguraniri, they.

Singular.

Nom., Núta or Núca, I.

Gen., Nu, Ni or Núta, of me.

Dat. Abl., Núta muní, to me.

Ac, Núta or Núcu, me.

Nom. Ac., Píta, thou, thee.

Gen., Pi, Pi or Píta, of thee.

Dat. Abl., Píta muní, to, from, thee.

Nom., Ýwa, he, she.

Gen., Ýwa or Ituí, of him, of her.

Dat. Abl., Y'waimuiní, to him, to her, from him, from her.

Ac., Ýwa, him, her.

Plural.

Nom., Áta, we.

Gen., A or Áta, of us.

Dat. Abl., Ata muní, to us.

Ac, Wacú, us.

Nom., Píta, you.

Gen., P, Pi or Píta, of you.

Dat. Abl., Pita muní or Ínta, to, from, you.

Ac, Píta or Ínta,

Nom., Úngura niri. They m., nirú, f.

Gen., Úngura or Y'wantúí, of them.

Dat. Abl., Únguraniri muni or Ínua, to or from them.

Ac, Ínua, them.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Primeiro, produz-se, por essa correspondência, um inventário de formas pronominais canônicas (Núta, I; Píta, thou; Ýwa, he or she; Áta, we; Píta, ye or you; Ýwa or Únguraniri, they); depois, se apresentam suas formas conforme três acidentes. Os pronomes têm, assim, suas subcategorias em função dos seguintes eixos: flexão quanto ao número (singular e plural), quanto ao gênero (feminino e masculino) e quanto à declinação (nominativo, genitivo, ablativo, dativo e acusativo).

Vemos, no paradigma, acima, nos termos de Auroux (1991), um conjunto de regras descritivo-constativas a respeito de uma categoria gramatical, os pronomes pessoais. Isso resulta de uma apreensão contrastiva do elemento apurinã (*Núta* or *Núca*) por relação ao exemplo do inglês (*I*) e ao termo que indica a subcategoria (Nom.).

A classificação dos numerais, por seu turno, não considera explicitamente propriedades flexionais (número e declinação, por exemplo), como no quadro anterior. Embora o caráter de sua apreensão seja morfológico, baseado na unidade da palavra, temos na categorização, abaixo, somente um inventário de formas (*Hánty*, one; *Ýpy'*, two; *Itú*, three) dado por equivalência semântica na forma de tradução bilíngue.

Quadro 67: Numerais em apurinã conforme Polak (1894).

The Numerals¹²⁹

The numerals are only three: -

Hánty, one; *Ýpy'*, two; *Itú*, three or many. *Ýpy'* also means a few. For any larger number, *Itúcanani* or *Mýrýkynýtý'* is equivalent.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Na continuação, o autor retoma ao funcionamento da posse em apurinã (apresentado anteriormente no quadro 67, acima). Do ponto de vista gramatical, esta categorização se dá de modo contrastivo a partir da grade dos possessivos em inglês. Para tanto, a tradução é usada como um critério semântico de recorte e de classificação das unidades.

Quadro 68: A posse em apurinã conforme Polak (1894).

The Possessives¹³⁰

The possessives are: - *Nitúí* or *Nituichí*, mine; *Pitúí* or *Pitúichi*, thine; *Itúí* or *Túichi*, his (singular). *Nitúí niri*, mine; *Pitúí niri*, thine; *Túichiniri*, his or theirs (plural).

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

A interpretação da dêixis espacial proximal (*Íya*, this) e distal (*Ý'wa*, that) na língua apurinã, por este autor, não considera explicitamente propriedades morfológicas (gênero, número, por exemplo). A correspondência lexical bilíngue é o critério de recorte e

¹²⁹ Os numerais são apenas três:

Hánty, um; *Ýpy'*, dois; *Itú*, três ou muitos. *Ýpy'* também significa alguns. Para qualquer número maior, *Itúcanani* ou *Mýrýkynýtý'* é equivalente.

¹³⁰ Os possessivos são: *Nitúí* ou *Nituichí*, meu; *Pitúí* ou *Pitúichi*, teu; *Itúí* ou *Túichi*, his (singular). *Nitúí niri*, meu; *Pitúí niri*, teu; *Túichiniri*, seus ou deles (plural).

classificação destas unidades, o que é feito a partir de um contraste projetivo das significações e das informações gramaticais dos demonstrativos em inglês, língua-fonte.

Quadro 69: Demonstrativos em apurinã conforme Polak (1894).

The Demonstratives.

The demonstratives are: *Íya*, this; *Ý'wa*, that.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

As palavras interrogativas também são objeto da metalinguagem de Polak (1894). Elas são tratadas como partes do discurso, também por uma relação de correspondência bilíngue baseada nas “evidências” de sua significação e de suas informações morfológicas dessa categoria na língua fonte. As interrogativas figuram no grupo das classes de palavras fechadas em apurinã, cuja interpretação também se achará em gramáticas posteriores. Comparado ao inglês, seu inventário, nesta gramática, se restringe a três formas – *Who? Which? What?* – o que pode dar entender não haver outros interrogativos em apurinã, como *Why? When? Where? How many?*

Quadro 70: Os interrogativos em apurinã conforme Polak (1894).

The Interrogatives¹³¹

The interrogatives are: - *Kéripara*, who? *Nikéri*, which? *Kéri* or *Kéripara*, or *Kerítugane*, what? e.g.: -

Kéripara, who, or what person is it?

Nikéri cítu, what woman?

Keritimingane pimashiríca, what are you sewing?

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Embora se encontrem no vocabulário de Polak outros exemplos de palavras interrogativas em apurinã, a formulação sobre as interrogativas indica uma margem de teorização produzida no entroncamento entre o termo teórico e o exemplo, onde se produz um saber linguístico que será retomado em outras gramáticas. A título de ilustração, encontramos no vocabulário do autor as seguintes interrogativas: *When?*¹³² *Nacáripa*; *Whence?*¹³³

¹³¹ As interrogativas são: *Kéripara*, quem? *Nikéri*, qual? *Kéri* ou *Kéripara*, ou *Kerítugane*, o quê? por exemplo: *Kéripara*, quem ou que pessoa é?

Nikéri cítu, que mulher?

Keritimingane pimashiríca, o que você está costurando?

¹³² Quando?

¹³³ De onde?

Níamumi?; Where?¹³⁴ *Nákira?* Or *Níamuni?* or *Kériaámpa?*; Whereinto?¹³⁵ *Nikíriama?*; Wherewith?¹³⁶ *Nikériima?*

Das projeções contrastivas que temos observado até aqui, a partir da nomenclatura da tradição gramatical inglesa de fundo greco-latino, vemos, abaixo, a produção de uma nova asserção negativa no que diz respeito às classes de palavras. Procedimento semelhante à asserção sobre a inexistência do artigo em apurinã (*Supra*). Trata-se da constituição de um saber sobre a codificação de um modo de recursividade linguística em apurinã, mais especificamente o encaixe de subordinadas relativas ou a maneira como se dá sua marcação na morfossintaxe desta língua. Vejamos:

Quadro 71: Os relativos em apurinã conforme Polak (1894).

The Relatives¹³⁷

There is no relative pronoun, but by using the affixes *ký'tý* or *ký'tu* to the verb, the relative is included, thus: -

Cíca, to give; *Niciký'tý*, what I gave.

N.B. - There is danger of not recognising a word pronounced by the Indians through their constantly prefixing part of the personal pronoun to nouns and verbs, and seldom giving a word in its primitive form. Of this, much will be seen in the verbs. V. Noun.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Polak (1894) conclui que os relativos não constituem uma categoria, mas sugere que as relativas são prefixadas na língua por um morfema preso ao fim do verbo, *ký'tý* ou *ký'tu*. Um saber que será não apenas afirmado em descrições posteriores, mas também ampliado com outras formas que marcam sentenças relativas.

Em sua aproximação da morfologia verbal do apurinã, Polak (1894) distingue as seguintes subcategorias: tempo, modo, número, pessoa e forma. De início, este autor traça uma série de comentários descritivo-constativos que vão de asserções baseadas apenas em termos teóricos (*Verbs are, on the whole, very regular in the ending of their roots*) a asserções

¹³⁴ Onde?

¹³⁵ Onde?

¹³⁶ Com o que?

¹³⁷ Não há pronome relativo, mas usando os afixos *ký'tý* ou *ký'tu* para o verbo, o relativo é incluído, assim: *Cíca*, dar; *Niciký'tý*, o que eu dei.

N.B. - Existe o perigo de não se reconhecer uma palavra pronunciada pelos índios através da constante prefixação de parte do pronome pessoal a substantivos e verbos, e raramente dando uma palavra em sua forma primitiva. Disto, muito será visto nos verbos. V. Substantivo.

que articulam termos teóricos e exemplos (*The infinitive endings generally are, ca, kicu, kini, Kiniri, ta, ticu, tini, tiniri*).

Quadro 72: Traços da morfologia verbal em ipurinã conforme Polak (1894).

Verb¹³⁸

Verbs are, on the whole, very regular in the ending of their roots. The infinitive endings generally are, *ca, kicu, kini, Kiniri, ta, ticu, tini, tiniri*. But these finals are not strictly used to characterise the infinitive; they are often heard in the inflection, or in the tenses of the verb. A complete conjugation must not be looked for here; the Ipuriná verb is exceedingly deficient in moods and tenses, and oftener the same form is used either with the addition or omission of certain indispensable suffixes or expletives to signify the mood or tense, or with adverbs of time.

The persons are distinguished by pronominal prefixes, and it is well to remark that the Ipurinás very seldom, in the cases of nouns and verbs especially, give a word in its simple form, but prefix either part or the whole of the personal pronoun. This was at first to me a stumbling-block. Take, for instance, the following: - *Aamýna*, a tree; but if you point to a branch or bough and ask an Ipuriná, What do you call that? he will not say Branch, but Its branch. Thus *Icatý'* instead of *Catý'*, the *I* being the pronominal prefix.

In like manner with the verb, instead of saying *Tý'rýta*, to love, he will say *Itý'rýta*, which means to love, he loves, they love; the *I* being the pronominal prefix. Hence the difficulties which must necessarily be met with by a beginner is evident. We have the verb *Týrýta* or *Týrýtiniri*, to love.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Neste quadro, a descrição inicial gira em torno da subcategorização da forma do infinitivo, para a qual Polak apresenta inúmeras desinências (*ca, kicu, kini, Kiniri, ta, ticu, tini, tiniri*). Trata-se da apreensão de uma base canônica para a comparação paradigmática com outros traços da morfologia verbal. Vemos aí de um procedimento baseado em “uma repartição das partes em função de propriedades imbricadas” (AUROUX, 2014, p. 101) para chegar à unidade da palavra, do verbo. Por esse contraste, ele afirma que esta categoria é

¹³⁸ Os verbos são, em geral, muito regulares na terminação de suas raízes. As desinências do infinitivo geralmente são *ca, kicu, kini, Kiniri, ta, ticu, tini, tiniri*. Mas esses finais não são estritamente usados para caracterizar o infinitivo; eles são frequentemente ouvidos na flexão ou nos tempos do verbo. Uma conjugação completa não deve ser procurada aqui; o verbo ipurinã é excessivamente deficiente em modos e tempos, e mais frequentemente a mesma forma é usada com a adição ou omissão de certos sufixos ou palavras indispensáveis para significar modo ou tempo verbais, ou com advérbios de tempo.

A marcação de pessoa se distingue por prefixos pronominais, e é bom observar que os ipurinás muito raramente, especialmente nos casos de substantivos e verbos, dão uma palavra em sua forma simples, mas prefixam parte ou a totalidade do pronome pessoal. A princípio, isso foi uma pedra de tropeço para mim. Considere, por exemplo, o seguinte: *Aamýna*, uma árvore; mas se você apontar para um galho ou ramo e perguntar a um ipurinã, como você chama isso? Ele não dirá galho, mas seu ramo. Assim, *Icatý'* em vez de *Catý'*, o *I* sendo o prefixo pronominal.

Da mesma maneira com o verbo, em vez de dizer *Tý'rýta*, amar, ele dirá *Itý'rýta*, que significa amar, ele ama, eles amam; o *I* sendo o prefixo pronominal. Consequentemente, as dificuldades que necessariamente devem ser enfrentadas por um iniciante são evidentes. Temos o verbo *Týrýta* ou *Týrýtiniri*, amar.

deficiente de tempos e modos. Outro saber produzido nestas primeiras asserções é a questão dos morfemas pronominais presos (por oposição às formas pronominais livres) à base do verbo para indicar a dêixis de pessoa. Este funcionamento, conforme suas palavras, “foi uma pedra de tropeço”, pois os apurinã sempre prefixam ao verbo parte ou a totalidade do pronome pessoal.

No rastro dos primeiros saberes sobre a morfologia verbal do apurinã, vemos, na descrição deste autor, um único paradigma tabular mostrando “queda” verbal conforme modo, tempo, número e pessoa. Ele oferece, com esse paradigma, para além de uma visão pedagógica, uma visão linguística e histórica importante sobre o funcionamento de um verbo apurinã a partir do contraste com categorizações do inglês. Ressaltamos aqui que, do mesmo modo como no quadro dos pronomes pessoais (cf. Quadro 66), o paradigma exprime uma regra constativo-descritiva das propriedades morfológica do verbo *Týrýta* ou *Týrýtiniri*, amar. Vejamos:

Quadro 73: Primeiro paradigma verbal do apurinã.

The Indicative Mood	
Present Tense	
Singular	Plural
<i>Nity'ryta</i> , I love.	<i>Atý'ryta</i> , we love.
<i>Pity'ryta</i> , thou lovest.	<i>Intý'ryta</i> or <i>Pity'ryta</i> , ye love
<i>Itý'ryta</i> or <i>Utý'ryta</i> , he loves.	<i>Inuatý'ryta</i> or <i>Itý'ryta</i> , they love.
Dual. - <i>Itý'rytacakimi</i> , they two love.	

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

De modo explícito, no mesmo plano tabular, articulam-se, portanto, além dos morfemas pronominais presos (*Ni*, *Pi*, *I* ou *U*, *A*, *In*, e *Inua*), a indicação de tempo (*Present Tense*), de modo (*The Indicative Mood*), de número (Singular e Plural), exemplos de verbo em apurinã (*Nity'ryta*) e seu correspondente em inglês (I love).

A partir da exposição destas primeiras regularidades do verbo (infinitivo, modo, número, etc.), o autor reúne outras marcas morfológicas, ampliando o escopo de sua descrição. Estas outras subcategorias são relativas, especificamente, a modos, a formas e a tempos do verbo em apurinã, com asserções de regras de uso e com exemplificações de sua marcação morfológica. Sendo a exposição destas compartimentações resultantes de contraste categorial, a regra e o exemplo são meramente ilustrativos e sumários, sem a apresentação de mais paradigmas completos.

De todo modo, temos, em Polak (1894), a seguinte listagem de subcategorizações dos tempos, dos modos e das formas do verbo apurinã:

- a) Tempo: *Present Tense, The Imperfect, The Perfect Definite, The Pluperfect, The Definite Future e The Future Perfect.*
- b) Modo: *The Indicative Mood, The Potential or Subjunctive Mood e The Imperative Mood.*
- c) Forma: *The infinitive, The Reflective Form, Interrogative and Negative Forms, Dual Form, Progressive Form e Verbs made Negative.*

Nas descobertas que produzem os primeiros acontecimentos da descrição gramatical apurinã, encontramos, no caso destas subcategorizações, a seguinte estruturação geral: (i) termos teóricos utilizados como nomeação (etiqueta) da subcategoria, (ii) exposição da norma (descritivo-constativa) por meio de uma asserção contendo termos teóricos e exemplos de morfemas, e (iii) outros exemplos de utilização do morfema da subcategoria em exemplos de frases.

A título de ilustração, expomos, abaixo, três destas subcategorizações relativas ao tempo, ao modo e à forma dos verbos em apurinã:

Quadro 74: Perfeito definido em apurinã conforme Polak (1894).

The Perfect Definite¹³⁹

The perfect definite is formed by adding *penga* to the infinitive, thus: -

Nicicapénga, I gave, or have given; or simply *pe*, thus: -
Uímpe, he has come.

When, however, emphasis is desired, other particles are added instead of the above, e.g.: -

Nicapiticara, I have given.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹³⁹ Definido perfeito

O definido perfeito é formado pela adição de *penga* ao infinitivo, assim:

Nicicapénga, eu dei; ou simplesmente *pe*, assim:

Uímpe, ele veio.

Quando, no entanto, a ênfase é desejada, outras partículas são adicionadas em vez das acima, por exemplo:

Nicapiticara, eu dei.

Quadro 75: Modo imperativo em apurinã conforme Polak (1894).

The Imperative Mood¹⁴⁰

The imperative mood is pretty regular, inasmuch as for the greatest part the indicative form is used for it, e.g.: -

Pícicanu hántý! give me one! from *Cíca*, to give.

Paníca ý'wa muni! carry it thither! from *Aníca*.

Shámýna picama! make fire! from *Cáma*.

Am'akípawa, let's go to bathe ourselves; from *Kípawa*, to bathe; and *Ámu*, come thou.

Pimý'n'apuca! bring it! from *My'na*.

Picipénga! begone! from *Ça*, to go.

Pimapé! go sleep! from *Macá*, to sleep.

Am'ambýrý'ηata, let's cross the stream; from *Imbýrý'ηata*.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Quadro 76: Presente contínuo em apurinã conforme de Polak (1894).

Progressive Form¹⁴¹

There is a progressive form, characterised by affixing *áwacanani* or *áwacananiηa*, e.g.:-

Nityrýtiínuawacananiηapíca, I am loving thee, or, I love thee constantly.

The other persons are, hence, easily formed. Add the characteristic endings to the infinitive, as shown below.

Itimpucutáwacananiηapíca, he is promenading.

Ínuayúcingatçatawacananiηapíca, they are stringing.

Niyungárawacanani, I am writing.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹⁴⁰ Modo imperativo.

O modo imperativo é bastante regular, visto que para a maior parte é utilizada a forma indicativa, por exemplo:

Pícicanu hántý! Me dê um! de *Cíca*, dar.

Paníca ý'wa muni! leve-o para lá! de *Aníca*.

Shámýna picama! fazer fogo! de *Cáma*.

Am'akípawa, vamos nos banhar; de *Kípawa*, tomar banho; e *Ámu*, venha.

Pimý'n'apuca! Trata-o! de *My'na*.

Picipénga! vá embora! de *Ça*, ir.

Pimapé! vá dormir! de *Macá*, dormir.

Am'ambýrý'ηata, cruze o riacho; de *Imbýrý'ηata*.

¹⁴¹ Presente contínuo.

Há uma forma progressiva, caracterizada pela afixação de *áwacanani* ou *áwacananiηa*, por exemplo:

Nityrýtiínuawacananiηapíca, estou te amando, ou, eu te amo constantemente.

As outras pessoas são, portanto, facilmente formadas. Adicione as terminações características ao infinitivo, como mostrado abaixo.

Itimpucutáwacananiηapíca, ele está passeando.

Ínuayúcingatçatawacananiηapíca, eles estão amarrando.

Niyungárawacanani, eu estou escrevendo.

As últimas aproximações contrastivas sobre o apurinã, neste autor, se referem a quatro classes fechadas (invariáveis), definidas historicamente a partir da gramatização de línguas europeias (sintéticas e analíticas). São elas: advérbio, preposição, conjunção e interjeição. A aplicação destas categorias ao apurinã (língua polissintética) revela diferenças estruturais.

Quadro 77: A preposição em apurinã conforme Polak (1894)

Preposition¹⁴²

Postposition, rather than preposition, is what this part of speech in this language may properly be called, and the same may be said of many Indian languages, for the words used as prepositions do *not* precede their nouns or pronouns, but *follow* them. Of the three Indian languages I know I give the following instances: -

Lingoa Geral	<i>Ce-r-oca-ký'tý</i>	to my house.
Ipuriná	<i>Nawini muni</i>	„ „
Yahgan (Tierra del Fupgo)	<i>H?uceqtupi</i>	„ „

Where the finals *ký'tý*, *muni*, *tupi*, are the postpositions, and the literal meaning in each case is: -

My house to or towards.

The postposition is not always used in construction; like the adverb, it is often included in the verb; hence the reason of so few in the language, e.g.:-

Cángýtý nicicapénga or *Cángýtýmuni nicicapénga*, I have already given (it or them) to the Ipuriná.

In the first instance there is not the postposition *muni*; but either form does quite as well. The postposition, like the adverb, presents no difficulty in construction, and those I have acquired will be found under the head Preposition, in the Vocabulary.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹⁴² Preposição

Posposição, ao invés de preposição, é como esta parte do discurso nesta língua pode ser apropriadamente chamada, e o mesmo pode ser dito de muitas línguas indígenas, pois as palavras usadas como preposições não precedem seus substantivos ou pronomes, mas os seguem. Das três línguas indígenas que conheço, dou os seguintes exemplos:

Lingoa Geral	<i>Ce-r-oca-ký'tý</i>	Para minha casa.
Ipuriná	<i>Nawini muni</i>	„ „
Yahgan (Tierra del Fupgo)	<i>H?uceqtupi</i>	„ „

Onde os finais *ký'tý*, *muni*, *tupi*, são as posposições, e o significado literal em cada caso é:

Minha casa para ou para.

A posposição nem sempre é usada na construção; como o advérbio, é frequentemente incluído no verbo; daí a razão de tão poucos no idioma, por exemplo:

Cángýtý nicicapénga ou *Cángýtýmuni nicicapénga*, já dei (isso ou eles) aos Ipuriná.

No primeiro caso, não há a posposição *muni*; mas qualquer uma das formas também funciona.

A posposição, como o advérbio, não apresenta dificuldade de construção, e as que adquiri serão encontradas sob a preposição principal, no Vocabulário.

No quadro acima, encontramos uma descoberta importante com margem de continuidade em gramáticas posteriores. Trata-se da descrição das relações de regência do verbo e do nome com outros nomes e/ou pronomes. Nisso, vemos que a partícula *muni*, como se lê nestas asserções de Polak (1894), será tratada explicitamente em Facundes (2000, p. 389) como um “marcador obliquo de meta”, de finalidade, grafado *monhi*, relativo à ‘to’/’para’. De todo modo, para Polak (1894), essas relações gramaticais de regência em apurinã não são tomadas como pertencentes a uma classe de palavra independente, mas como uma marcação morfológica posposta ao nome, ao pronome, enquanto elementos regidos. Nesse sentido, em sua proposta, esses morfemas não são classificados como *preposições*, nem mesmo como afixos, mas como *posposições*. Além de *muni*, encontramos no vocabulário “posposições” relativas a outras relações de regência, tais como: With¹⁴³, *Cáta* or *Caticara* (in composition); Towards¹⁴⁴, *Muní*; From¹⁴⁵, *Muní* (in composition).

Os advérbios em apurinã também são recortados a partir da morfologia referente à formação da palavra. O processo é o mesmo das demais classes: projeção contrastiva do funcionamento dessa categoria a partir de sua aplicação nas línguas europeias.

Quadro 78: O advérbio em apurinã conforme Polak (1894).

Adverb¹⁴⁶

There are good many adverbs; they and adjectives are in some cases interchangeable. Adverbs are sometimes not used singly, but are included in the verbs they qualify; or the verb is so constructed as to include its qualifying adverb, e.g.: -

Cáyamacanántiniwa, to walk droopingly.

Uyaricamánatawa, to walk backwards.

The adverb for the most part precedes the verb. No difficulty is presented in the use of the adverb, therefore it is not necessary to dilate upon it.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹⁴³ Com.

¹⁴⁴ Para.

¹⁴⁵ De, a partir de.

¹⁴⁶ Advérbio

Existem muitos advérbios; eles e os adjetivos são, em alguns casos, intercambiáveis. Às vezes, os advérbios não são usados isoladamente, mas são incluídos nos verbos que eles qualificam; ou o verbo é construído de forma a incluir seu advérbio de qualificação, por exemplo:

Cáyamacanántiniwa, andar incrivelmente.

Uyaricamánatawa, andar para trás.

O advérbio em sua maior parte precede o verbo. Nenhuma dificuldade é apresentada no uso do advérbio, portanto não é necessário dilatá-lo.

Como resultado dessa projeção, para este autor, a modificação adverbial em apurinã apresenta as seguintes particularidades: os advérbios podem vir ou não presos ao verbo e possuem uma distribuição mais solta na sentença, podendo vir antes ou depois do verbo modificado. Embora afirme existir muitas formas dessa classe invariante, ele apresenta poucos exemplos isolados, e nenhum em sentenças, tanto na gramática quanto no vocabulário. Vejamos alguns: Afterwards¹⁴⁷, *Wéereca*; Again¹⁴⁸, *Wáchitana* or *Wáchana*; Altogether¹⁴⁹, *Makýny'ca*; Always¹⁵⁰, *Awapy'týpuri*; Anciently¹⁵¹, *Ký'tapucupénga*.

As interjeições são interpretadas por Polak (1894) como uma parte do discurso propriamente dita em apurinã. Tradicionalmente compreendidas como palavras usadas com finalidades exclamatórias, elas podem apresentar, nessa língua, marcação morfológica ou lexical de gênero.

Quadro 79: A interjeição em apurinã conforme Polak (1894).

Interjection¹⁵²

There is a large number of interjections; indeed there are very few sentences pronounced without one or more, and such is their common usage that they often supersede verbs, especially in the heat of some narrative.

<i>Wachacaté!</i>	be quick!	to a man.
<i>Wachacarú!</i>	„ „	to a woman.
<i>Ah né!</i>	hoa, I say!	a man to a woman.
<i>Ah yú!</i>	„ „	woman to woman.
<i>Citúamarú!</i>	„ „	man to woman.
<i>Ichú!</i>	„ „	woman to man.

There is, however, this peculiarity in the greatest number of them, that they bear, in their forms, the distinctive gender of the person addressed

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

¹⁴⁷ Depois.

¹⁴⁸ Novamente.

¹⁴⁹ Completamente.

¹⁵⁰ Sempre.

¹⁵¹ Antigamente.

¹⁵² Interjeição

Há um grande número de interjeições; na verdade, há muito poucas sentenças pronunciadas sem uma ou mais, e tal é o seu uso comum que muitas vezes substituem os verbos, especialmente no calor de alguma narrativa.

<i>Wachacaté!</i>	be quick!	to a man.
<i>Wachacarú!</i>	„ „	to a woman.
<i>Ah né!</i>	hoa, I say!	a man to a woman.
<i>Ah yú!</i>	„ „	woman to woman.
<i>Citúamarú!</i>	„ „	man to woman.
<i>Ichú!</i>	„ „	woman to man.

Há, no entanto, essa peculiaridade na maior parte deles, que carregam, em suas formas, o gênero distinto da pessoa a quem se dirige.

Por fim, diante da noção de conjunção, as aproximações de Polak (1894) se reduzem a duas asserções de caráter descritivo-constativo: ‘difícilmente existe tal’ e ‘a língua é de tal natureza que pode dispensá-la’.

Quadro 80: A conjunção em apurinã conforme Polak (1894).

Conjunction¹⁵³

There is hardly such; the language is of such a nature that it can afford to dispense with it, e.g.: -

Kéripap'apuca? Camayari, íya Cawapú, íya Yacamá, &c. Who have arrived? Camayari, and Cawapú, and Yacamá; and so a long list of names may be made.

Piwarabírata nu wai wáampuca çáwaký, tell me if he comes or when he comes, where *cáwaký* = if.

Fonte: Elaborado a partir de Polak (1894).

Efetivamente, o autor não oferece um contraste que leve a uma categorização mais ampla e detalhada das formas gramaticais que “traduzem” em apurinã as relações de subordinação ou de coordenação (justaposição) entre orações ou dois termos. Em seu esforço, Polak exemplifica apenas uma ligação coordenativa (*Kéripap'apuca? Camayari, íya Cawapú, íya Yacamá* etc. Quem chegou? *Camayari* e *Cawapú* e *Yacamá*) e uma ligação subordinativa (*Piwarabírata nu wai wáampuca çáwaký*, diga-me se ele vem ou quando vier), que sustentam suas conclusões. Trata-se de uma aproximação inicial com margem de continuidade nas reflexões sobre as ideias da língua apurinã.

3.2.3. Lexicografia: vocabulário de nomes e vocabulário de verbos

Temos visto até aqui que o rio Purus, no século XIX, se torna objeto de saber no discurso das descobertas pelo ocidental. Novas sociedades, novas línguas, novas espacialidades etc., neste lugar, são interpretadas e informadas ao Ocidente. Nesse cenário, desencadeia-se a produção de imagens para línguas autóctones nos moldes das tradições gramaticais de fundo greco-latino. São línguas cujo acontecimento na memória ocidental

¹⁵³ Conjunção.

Difícilmente existe tal; a língua é de tal natureza que pode dispensá-la, por exemplo:

Kéripap'apuca? Camayari, íya Cawapú, íya Yacamá etc. Quem chegou? *Camayari* e *Cawapú* e *Yacamá*; e assim uma longa lista de nomes pode ser feita.

Piwarabírata nu wai wáampuca çáwaký, diga-me se ele vem ou quando vier, onde *cáwaký* = se.

requeriu nomeações específicas. Diante dessa alteridade, radical e desconhecida, o saber sobre estas línguas outras (a produção de discursos sobre elas) cumpre um papel de destaque na colonização brasileira desse território.

Analisamos, nesta seção, o lugar da lexicografia de Polak (1894) na produção da imagem de unidade linguística do apurinã. Tratamos da formação da *nomenclatura* e dos *verbetes* no primeiro vocabulário do apurinã, conforme perspectiva histórico-discursiva de Nunes (1996, 2006). Essa análise permite compreender que os verbetes, além de ser uma descrição sobre a língua, também mantêm uma relação com discursos outros, de uma língua outra – o inglês.

Comparativamente, Chandless (1866) e Polak (1894), resguardados os interesses políticos de seus registros, vinculam-se a mesma posição discursiva enquanto sujeitos de uma prática lexicográfica exógena. Mas, de um para o outro, há, notadamente, um avolumar-se do saber lexicográfico sobre o apurinã, que amplia o espectro de leitura desta língua. A série de verbetes de tradução bilíngue, deste autor, constitui, em particular, uma *configuração lexical localizada* na forma autonomizada própria do instrumento tecnolinguístico, do vocabulário. Trata-se de um *corpus* de unidades lexicográficas inglês-apurinã.

Diante da configuração dos verbetes inglês-apurinã em Polak (1894), cabe uma questão fundamental: em termos de *autonímia*, a formulação do *exemplo lexicográfico* se assemelha a do *exemplo gramatical*?

No caso do exemplo lexicográfico, a finalidade não é outra senão a balizagem (escolha e fixação) do sentido de uma palavra ou expressão por meio de uma paráfrase de tradução. Essa baliza e fixação do sentido caracteriza o *exemplo de língua* na ferramenta lexicográfica. Os verbetes são estruturados essencialmente pela colocação em correspondência de exemplos das duas línguas, duas formas equivalentes, resultando numa junção do tipo X, Y (em que X corresponde ao elemento interior e Y corresponde ao elemento exterior ao discurso, como ilustração, podemos citar ‘Lead, to, *Murúnkicu*’), ao contrário dos exemplos gramaticais (*Infra.*). De modo que a correspondência entre as palavras ou expressões nesse discurso lexicográfico se estabelece pela relação entre uma entrada em inglês (‘Lead, to’ que indicamos por X) como desdobramento interior de uma expressão em apurinã como elemento exterior, portador da autonímia (‘*Murúnkicu*’ que indicamos por Y).

No caso do exemplo gramatical, a finalidade é sustentar a interpretação do termo teórico, isto é, de uma classificação, de uma categorização. Estabelece-se como exemplo na gramática bilíngue, para tanto, uma correspondência entre expressões das duas línguas correspondem e uma estrutura do tipo Y, X, como, por exemplo, em ‘*Upuçú ipucacátucu pucacaú*, when it has boiled, lift it down’. Neste tipo de exemplo, o efeito de literalidade na extensão do vocábulo encontra-se suspenso, na medida em que o que funciona como desdobramento reflexivo e opacificante do dizer (no caso, ‘when it has boiled, lift it down’ que é o elemento interior X) do signo autônomo (‘*Upuçú ipucacátucu pucacaú*’ ou elemento exterior Y) se volta igualmente à confirmação do termo teórico, que no caso deste exemplo, extraído de Polak (1894), seria o da classificação de *upuçú*, lido na asserção como marca morfológica que codifica o ‘futuro perfeito’, classificado idealmente por referência ao inglês.

Nestes termos, podemos dizer que o exemplo gramatical em Polak (1894) é duplamente modalizado: tanto a expressão em apurinã, quanto a expressão correspondente em inglês estão fora da relação palavra-coisa. Isso porque o elemento de empréstimo (Y) da *língua alvo* (apurinã como discurso exterior) e o elemento interior (X) da *língua fonte* (inglês como base do discurso gramatical do missionário) remetem a outras palavras, no caso a interpretação de um termo teórico (que designamos aqui por C). Dito em termos práticos, uma expressão como */amíanata/* desta língua alvo é classificado pela linguística como ‘verbo descritivo’¹⁵⁴ (ou seja, o termo teórico aplicado ao apurinã – Cn) que é relativo em português como língua fonte à forma */estar doente/*, por ilustração. Este correspondente em português é, por seu turno, classificado como uma ‘oração copulativa’ (o termo teórico aplicado ao português – Cm). Nessa correspondência usada, como mostra para a projeção categorial, temos, portanto, ‘n = m’.

De qualquer forma, para os exemplos lexicográficos e os exemplos gramaticais, a suspensão da evidência de sua modalização autonímica, que faz da língua alvo objeto de reflexão, se torna um recurso material sem o qual não há produção do saber metalinguístico. Considerando, pois, a estrutura de significação de um signo autônomo (que designamos por S, conforme Authier-Revuz (1998, p. 137),

¹⁵⁴ *Verbo descritivo* é uma categoria proposta por Facundes (2000) e retomada por Chagas (2007) para designar, em apurinã, o funcionamento dos adjetivos, correspondendo grosseiramente ao que seriam as predicções copulativas nas línguas flexionais.

Temos para o exemplo lexicográfico, a seguinte estrutura:

Farm or cultivated ground, *Kíkiyu*.

X como desdobramento de Y	Signo autônomo Y
------------------------------	------------------

Em que *Kíkiyu* = S, possui como baliza de sua significação ‘Farm or cultivated ground’.

E, temos para o exemplo gramatical, a seguinte estrutura:

Nicicapénga, I gave, or have given. (Indicative Mood/ Perfect Definite = C)

Signo autônomo Y	X como desdobramento de Y = Signo autônomo de C
------------------	---

Em que ‘*Nicicapénga*’ = S, e ‘I gave, or have given’ como baliza do sentido de ‘*Nicicapénga*’. Essa balizagem remete, ao mesmo tempo, a interpretação do termo teórico (C), Indicative Mood/ Perfect Definite.

Em Polak (1894), a estruturação regular dos verbetes do vocabulário facilita a análise sobre a heterogeneidade: os verbetes podem ser lidos como glosas de tradução bilíngue ‘X (entrada), Y (corpo do verbete)’, em que a entrada corresponde a um item do inglês e o corpo a um item do apurinã, sempre nessa ordem: ‘Shake, to, *Íngukiniri*’; ‘Singe, to, *Kíshuticu*’; ‘Squat, to, *Cyángicu* or *Taburiticu*’ etc. Nesse processo de elaboração dos exemplos lexicográficos, tem-se um efeito de uma *não-coincidência do discurso consigo mesmo*, como nos relatos e nos relatórios analisados anteriormente. Por relação à lista de palavras em Chandless (1866), o diferencial é que os termos do discurso outro produzem, no vocabulário de Polak (1894), o descentramento da imagem de uma única unidade linguística, a do apurinã.

Em cada verbete, lemos o *desdobramento opacificante* como elemento do discurso interior (X), discurso do lexicógrafo produzido em função da legitimidade da posição de tradutor-intérprete. Lemos o *signo autônomo* (Y) como elemento de um discurso exterior, discurso do apurinã, do informante, discurso do falante nativo. Este elemento de empréstimo Y, portador da autonomia, é aí auto-referenciado por meio de palavras em inglês (metalíngua). Ou seja, Y para o qual as palavras do discurso interior se desdobram em formas equivalentes da tradução. Diante dessa balizagem da significação por Polak (1894) no desdobramento, a identificação da fonte do discurso outro (Exterior = indígena apurinã) não é explicitada na unidade lexicográfica, sendo, porém, marcada de modo suprasegmental pelo itálico. A verbalização da fonte exterior, no entanto, é marcada no fio discursivo do verbete somente em casos de correspondência com outras línguas indígenas. É o que lemos, por exemplo, no vocábulo “Armadillo, *Cayúana* (Priodontes gigas and Xenurus unicinctus); L.G., *Tatú*”, em que temos essa marcação abreviada, ‘L.G.’ = ‘língua geral’.

Ao unirmos as perspectivas da gramatização (histórica) e da metaenunciação (linguística), podemos descrever a constituição do observatório exógeno (exogramatização) por meio da opacificação de um *corpus* de exemplos por dois eixos: um acoplamento centrífugo inglês-apurinã (Interior-Exterior) na modalização dos exemplos lexicográficos e um acoplamento centrípeto apurinã-inglês (Exterior-Interior) na modalização dos exemplos gramaticais. De modo geral, dado seu caráter bilíngue, o vocabulário de Polak (1894) assinala uma fronteira entre a língua fonte e a língua alvo. Ele assinala, na verdade, uma “interdiscursividade representada” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23) pela referência a elementos de empréstimo (o léxico do discurso apurinã), pela identificação de sua fonte exterior em itálico, e pelo funcionamento pré-construído (naturalizado) no prefácio do nome próprio da língua, já historicizado.

Diante dessa representação da heterogeneidade na relação entre si e o outro, damos seguimento à análise do vocabulário de Polak (1894). Para tanto, consideramos o modo como se estruturam os discursos lexicográficos do verbete (microestrutura) e da nomenclatura (macroestrutura). Buscamos, assim, compreender nas duas partes deste vocabulário – uma de verbos e outra das demais partes do discurso – os seguintes pontos: (1) ordenação das entradas, (2) formas das entradas, (3) domínios semânticos e (4) adequações e inadequações referenciais. Cabe, nesse rumo, comentar que o “recorte” da palavra apurinã, neste

instrumento, observa critérios morfológicos, que orientam as segmentações e podem ser avaliados por relação com a gramática deste autor (cf. seção 4.2.2., *supra*).

Quanto à (1), *ordenação das entradas*, vemos que a ordenação dos lemas (ou seja, das entradas) em inglês no vocabulário de Polak (1894) é alfabética. Tal disposição, contudo, é interrompida, em certos momentos, para a inserção de subentradas subordinadas ao verbete principal. Por este procedimento em torno da unidade lexicográfica do verbete, constroem-se *agrupamentos* cuja ordem interna não respeita o critério alfabético e sim a uma proximidade de significação com o lema. Observa-se, efetivamente, a colocação de exemplos construídos, inventados pelo autor – um sintagma ou uma frase para demonstrar uma aceção ou uma construção sintática do lema – na posição de subentrada. Trata-se, nesse sentido, de uma ordenação alfabética com agrupamentos. Nesse sentido, vejamos as especificidades dessa ordenação das entradas.

No vocabulário de verbos:

Dash foot against, to¹⁵⁵, *Yúkitítini*.

Daub or plaster (clay with hand), to¹⁵⁶, *Pítininu* or *Pítaru*.

Decompose (corpse in grave), to¹⁵⁷, *Iñarúngicu*.

Delineate (ground with fingers), to¹⁵⁸, *Macíngashititicu*.

Deplume, to¹⁵⁹, *Macaracapítíamputiniri* or *Chakícu*.

He is depluming the other¹⁶⁰, *Hántý-r-ichájca*.

Depreciate, to¹⁶¹, *Pashí*.

He depreciates thee¹⁶², *Upashicái*

Descend a ladder, to¹⁶³, *Cachécuatini*.

To descend a hill or mountain¹⁶⁴, *Shírinashiratatini*.

I descend ladder¹⁶⁵, *Nimishírinacuátari* or *tiniri*.

To descend a tree¹⁶⁶, *Shíringicu* or *Shírimpinini* or *Shírinini*.

¹⁵⁵ Bater o pé contra.

¹⁵⁶ Pintar ou engessar (argila com as mãos)

¹⁵⁷ Decompor (cadáver na sepultura).

¹⁵⁸ Delinear (chão com os dedos).

¹⁵⁹ Depenar.

¹⁶⁰ Ele está depenando o outro.

¹⁶¹ Depreciar.

¹⁶² Ele te deprecia.

¹⁶³ Descer uma escada.

¹⁶⁴ Descer uma colina ou montanha.

¹⁶⁵ Eu desço a escada.

¹⁶⁶ Descer uma árvore.

To descend river (in canoe)¹⁶⁷, *Shirimpéetini*.

Love or like, to¹⁶⁸, *Tárata* or *Tý'rýtiniri* or *Mý'nacarawatini*.

These Ipurinás like me¹⁶⁹, *Úya cángiteniri utárata nu*.

I love thee¹⁷⁰, *Nutarataí*.

He likes me¹⁷¹, *Ý'wa utárata nu*.

He does not like me¹⁷², *Cun' itárata nu*.

You love me not¹⁷³, *Cúne pitárata nu*.

I love you all¹⁷⁴, *Ingýny'ca nitarataí*.

He loves us all¹⁷⁵, *Aký'nýc' utárata*.

I love thee, come along with me! You love me, all right!¹⁷⁶ *Nutaratacapií! Pitáratacapi nu!*

Ye love¹⁷⁷, *Intý'rýta*.

They love¹⁷⁸, *Inuatý'rýta*.

I love you, pl.¹⁷⁹; *Ínutanape nity'rýta*.

I am loving thee¹⁸⁰, *Nityrýtinií áwacanañipíca*.

Observamos, nestes vocábulos que, quando há interrupção da ordem alfabética, a relação entrada-subentradas se baseia tanto no paradigma de conjugação do verbo, quanto em articulações verbo-complemento. A este respeito, os verbetes ‘Descend a ladder, to’, *Cachécuatini*’ e ‘Love or like, to, *Tárata* or *Tý'rýtiniri* or *Mý'nacarawatini*’, acima, são bem ilustrativos. Para ‘Descend a ladder, to’, *Cachécuatini*’, há, subsequentemente, três subentradas no infinitivo ‘*To descend*’ articuladas aos complementos ‘*a hill or mountain*’, ‘*a tree*’ e a ‘*river*’, resultando em formas específicas na correspondência em apurinã; há, ainda, uma outra subentrada que é a forma conjugada do verbo na primeira pessoa singular no passado, ou seja, ‘*I descend ladder*’. Para ‘Love or like, to, *Tárata* or *Tý'rýtiniri* or *Mý'nacarawatini*’ a quantidade de subentradas é bem mais expressiva e dá relevo às formas de conjugação do verbo: ‘*I love...*’, ‘*You love...*’, ‘*He loves...*’, ‘*They love...*’ etc.

No vocabulário das demais classes:

Able¹⁸¹, *Púçuta*.

¹⁶⁷ Descer o rio (em canoa).

¹⁶⁸ Amar ou gostar.

¹⁶⁹ Esses Ipurinás gostam de mim.

¹⁷⁰ Eu te amo.

¹⁷¹ Ele gosta de mim.

¹⁷² Ele não gosta de mim.

¹⁷³ Tu não me amas.

¹⁷⁴ Eu amo todos vocês.

¹⁷⁵ Ele ama a todos nós.

¹⁷⁶ Eu te amo, venha comigo! Você me ama, tudo bem!

¹⁷⁷ Você ama.

¹⁷⁸ Eles amam.

¹⁷⁹ Eu amo vocês.

¹⁸⁰ Estou te amando.

Abode¹⁸², *Awapucu*.

Adhesive¹⁸³, *Ucaparétu*.

Alone¹⁸⁴, *Tçurínga*.

I alone¹⁸⁵, *Núticara*.

Day¹⁸⁶, *Húnty*.

The other day¹⁸⁷, *Ký'tatý*.

Many days hence¹⁸⁸, *Camuýn*.

Fish generally¹⁸⁹, *Shimaký*.

A scale fish¹⁹⁰, *Íshaari*.

The Sudis gigas¹⁹¹, *Cunacuri*; L.G., *Pirarucú*.

Any big fish¹⁹², *Catáwanashima*.

A reddish fish¹⁹³, *Man-ú*.

Moon¹⁹⁴, *Cacyry'*; L.G., *Yacy*.

Full moon¹⁹⁵, *Iyútibainatabakínicu*.

New moon¹⁹⁶, *Yakitána*.

What?¹⁹⁷ *Kéri?* or *Kéripara?* or *Keritíngane?* or *Kérimíngane?*

What country or locality?¹⁹⁸ *Nikérishiti?*

What else?¹⁹⁹ *Kérimara?*

Woman²⁰⁰, *Cítu*.

A short or little woman²⁰¹, *Cituáshanký*.

A married woman²⁰², *Kíntaniri*.

Podemos ver por esses verbetes que quando há quebra da ordem alfabética, o agrupamento de subentradas segue como critério de organização apenas a ligação semântica

¹⁸¹ Capaz.

¹⁸² Morada.

¹⁸³ Adesivo.

¹⁸⁴ Sozinho.

¹⁸⁵ Eu sozinho.

¹⁸⁶ Dia.

¹⁸⁷ O outro dia.

¹⁸⁸ Daqui a muitos dias.

¹⁸⁹ Peixe/pescado em geral.

¹⁹⁰ Um peixe escamado.

¹⁹¹ Pirarucu.

¹⁹² Qualquer peixe grande.

¹⁹³ Um peixe avermelhado.

¹⁹⁴ Lua.

¹⁹⁵ Lua cheia.

¹⁹⁶ Lua nova.

¹⁹⁷ O que?

¹⁹⁸ Que país ou localidade?

¹⁹⁹ O quê mais?

²⁰⁰ Mulher.

²⁰¹ Uma mulher pequena.

²⁰² Uma mulher casada.

entre si. Temos, nesse sentido, a significação do lema, indo de uma acepção geral a uma acepção específica (Fish generally, *Shímakÿ* – A scale fish, *Íshaar* – The Sudis gigas, *Cunacuri*; L.G., *Pirarucú*), ou como exemplo de emprego sintático que vão de frases predicativas (Alone, *Tçurínga* - I alone, *Núticara*.) a frases atributivas (Woman, *Cítu* – A short or little woman, *Cituáshankÿ* – A married woman, *Kíntaniri*).

Quanto à (2), *formas das entradas*, elas são agrupadas em relação ao corpo dos verbetes de diferentes modos, conforme a relação dos verbos e das demais classes de palavras.

No vocabulário de verbos:

(i) Uma forma no infinitivo em inglês, seguido de uma ou mais formas verbais equivalentes em apurinã:

Depreciate, to²⁰³, *Pashí*.

Dread, to²⁰⁴, *Mítanatiní*.

Doff, to²⁰⁵, *Cáwacacuri*.

Die, to²⁰⁶, *Áantaca* or *Acapé*.

Pinch, to²⁰⁷, *Machúngamíticu* or *Matçungÿtari* or *Machúngamatari* or *Machúngicu*.

(ii) Duas formas sinônimas no infinitivo em inglês, seguidas de uma ou mais formas equivalentes em apurinã:

Dwell or reside, to²⁰⁸, *Pútyrica*.

Do or make, to²⁰⁹, *Cámaantiniri*.

Make or do, to²¹⁰, *Cáma* or *Cámararuata*.

Desire or want, to²¹¹, *Ámuta* or *Íhamutiniri*.

Know or understand, to²¹², *Marutíniri* or *Ímata*.

(iii) Uma ou duas formas no infinitivo em inglês com complemento, seguida de uma ou mais formas equivalentes em apurinã:

Daub or plaster (clay with hand), to²¹³, *Pítininu* or *Pítaru*.

Delineate (ground with fingers), to²¹⁴, *Macíngashititicu*.

²⁰³ Depreciar.

²⁰⁴ Temer, recear.

²⁰⁵ Tirar, despir.

²⁰⁶ Morrer.

²⁰⁷ Beliscar.

²⁰⁸ Morar ou residir.

²⁰⁹ Fazer.

²¹⁰ Fazer.

²¹¹ Desejar, querer.

²¹² Saber, entender.

²¹³ Pintar ou engessar (argila com as mãos)

²¹⁴ Delinear (chão com os dedos).

Descend a ladder, to²¹⁵, *Cachécuatini*.
 Dig (ground) to²¹⁶, *Ký'çacawaritiniri* or *Ký'çaperawátini*.
 Pound (in a mortar), to²¹⁷, *Yúparawatícu* or *Yúpetá* or *Yúpetiniiri*.

No vocabulário das demais palavras:

(i) Uma palavra em inglês seguida de uma ou mais palavras equivalentes em apurinã:

Duck²¹⁸, *Upaí*.
 Eye²¹⁹, *Ukŷ'*.
 He²²⁰, *Y'wa*.
 Night²²¹, *Ingetá* or *Ínganuca* or *Mapián*.
 Speech²²², *Çángire* or *Ínaanqa*.

(ii) Duas palavras sinônimas em inglês seguidas de uma ou mais palavras equivalentes em apurinã:

And or also²²³, *Íya*.
 Before or in front²²⁴, *Mikití*.
 Customary or usual²²⁵, *Awakícarari*.
 Only or especially, *Mapára* or *Hántycaru*.
 Weak or disabled²²⁶, *Yúngini* or *Cáyaca*.

(iii) Sequência de extensão maior que a palavra – sintagma ou locução – seguida de uma ou mais palavras correspondentes em apurinã:

At first, *Mérapanica* or *Mŷ'nŷ* or *Míchi* or *Mŷ'napani*.
 Baskets of various shapes²²⁷, *Cutarí*, *Cuwánatata*, *Shibatí*.
 Branch of tree²²⁸, *Catŷ'* or *Icat ŷ'*.
 Light-colored body²²⁹, *Çárumana*.
 Ring of finger²³⁰, *Wácukichí*.

Considerando-se (1) *ordenação das entradas* e (2) *formas das entradas*, vistas acima, os correspondentes em apurinã no vocabulário já possuem sua ortografia explicitamente

²¹⁵ Descer uma escada.

²¹⁶ Cavar (solo).

²¹⁷ Bater em um pilão.

²¹⁸ Pato.

²¹⁹ Olho.

²²⁰ Ele.

²²¹ Noite.

²²² Fala.

²²³ E ou também.

²²⁴ Antes ou na frente.

²²⁵ Costumeyro ou usual.

²²⁶ Fraco, inválido.

²²⁷ Cestas de várias formas.

²²⁸ Galho de árvore.

²²⁹ Corpo de cor clara.

²³⁰ Anel.

orientada por uma reflexão epifonológica (cf. seção 3.2.1.). Vemos, além do mais, que há, em relação às partes do discurso representadas nas entradas, classes abertas (verbos, nomes, adjetivos) e fechadas (advérbios, preposições, pronomes, conjunções, interjeições e numerais). A orientação morfológica na segmentação do léxico apurinã é indicada por algumas poucas marcações gramaticais abreviadas nos verbetes, tais como *v.* para verbo, *v.i.* para verbo intransitivo, *pl.* para plural, dentre outras.

Outro aspecto das formas das entradas nestas unidades lexicográficas a ser considerado discursivamente são os efeitos da lematização na correspondência regular entre as línguas. A forma significativa básica – ou canônica – é o infinitivo para os verbos e o singular para nomes e adjetivos. Em relação às classes fechadas (conjunção, advérbio, preposição e interjeições), como não há um paradigma de marcas flexionais e derivacionais, a lematização coincide com sua única forma (por exemplo: *Now*²³¹, *Wácha*; *Yes*²³², *Arí*; *Three*, *Itú*; *Also*, a large number; *There*²³³, *Íwara*). Em relação a numerais e pronomes, todas as formas paradigmáticas são registradas como básicas (por exemplo: *I*²³⁴, *Núta*; *Ye or you*²³⁵, *Píta*; *Thou*²³⁶, *Píta*; *He*²³⁷, *Y'wa*; *We*²³⁸, *Ata*; *They*²³⁹, *Y'wa or Únguraniri*, m., *Únguraniru*, f.).

Diante dessa lematização, efeitos de coincidência absoluta são produzidos na interpretação lexicográfica em Polak (1894). Trata-se de um gesto de leitura sobre o léxico apurinã que leva a concluir que as formas correspondentes desta língua objeto possuem as mesmas propriedades morfológicas das entradas em inglês. Há, em outras palavras, no vocabulário, um espelhamento das propriedades da forma canônica das entradas na representação dos itens equivalentes em apurinã. Algo semelhante ao gesto lexicográfico no relato de Chandless (1866). Traços do efeito de evidência próprio à compreensão da palavra nas línguas flexionais são, de certo modo, preservados na apreensão contrastiva dos elementos lexicais na língua objeto.

²³¹ Agora.

²³² Sim.

²³³ Lá.

²³⁴ Eu.

²³⁵ Você(s), tu/vós.

²³⁶ Vós.

²³⁷ Ele.

²³⁸ Nós.

²³⁹ Eles, elas.

Ao lado disso, ainda que Polak (1894) não explicita uma metodologia relativa aos processos de significação do léxico apurinã²⁴⁰, sua interpretação dos sentidos das palavras-alvo, corresponde aos efeitos de transparência das palavras em inglês, lidos nas entradas dos verbetes. Interpreta-se, pois, o léxico apurinã por relação aos efeitos de sentidos das palavras em inglês. A palavra apurinã é lida como se sua significação fosse determinada pelos mesmos processos discursivos em inglês e não segundo os traços de memória na própria língua-objeto, o que produz, neste *corpus* lexicográfico, alguns pontos de inadequações na apreensão da palavra indígena e seu referente no mundo (ver (4), abaixo, sobre *adequações e inadequações referenciais*).

Quanto à (3), *domínios semânticos*, recordamos que os verbetes da nomenclatura em Polak (1894) podem ser lidos como efeitos de discurso (cf. NUNES, 2006), dadas suas condições de produção. Sob tal perspectiva, podemos indiciar, neste instrumento, “domínios semânticos” (NUNES, 1996, p. 100) que dizem a relação língua-sujeito-espaco em jogo na cena do contato apurinã-ocidental, na conjuntura imperial. Logo, diante dos efeitos de transparência que atestamos na leitura semântica e morfológica dos termos equivalentes apurinã, a consideração dos domínios desta nomenclatura lança luz sobre interpretações do mundo, nesse momento da ocupação do Purus pelo ocidental.

Tais domínios são um observatório discursivo das palavras e expressões (do inglês e do apurinã) no processo de colonização que impôs uma tradução cultural baseada nas relações de poder vigentes. Uma tradução na qual as línguas são partes cruciais da definição destas relações de poder. Assim sendo, para indicamos tais domínios em Polak (1895), nos baseamos na proximidade semântica e associativa que seus lemas mantêm entre si. O que nos permite seguir delineando o trabalho lexicográfico deste autor na produção da imagem da unidade linguística do apurinã. Deste modo, alguns lemas selecionados da obra do autor podem ser agrupados nos seguintes eixos:

Natureza (fauna e flora): Alligator; Armadillo; Birds, various kinds of; Boar, a small wild; Cassada or cassava²⁴¹; Deer, a small kind²⁴²; Dog²⁴³; Fly, a minute²⁴⁴; Fowl²⁴⁵; Fruits,

²⁴⁰ Tais como, a indicação de contextos interlexicais que permitam ler projeções metafóricas, metonímicas, homonímicas, sinonímicas etc. relacionadas ao sentido de uma palavra ou expressão.

²⁴¹ Maniva, mandioca.

²⁴² Veado, um tipo pequeno.

²⁴³ Cachorro.

²⁴⁴ Simulium, mutuca.

²⁴⁵ Galinha.

various kinds of²⁴⁶; Gourd²⁴⁷; The Sudis gigas²⁴⁸; Jaguar or the American tiger²⁴⁹; Kingfisher²⁵⁰; Macaw²⁵¹; Monkey, a big black²⁵²; Nut, Brazil²⁵³; Palm-trees, some²⁵⁴; Plantain²⁵⁵ (*Musa paradisiaca*); Porpoise²⁵⁶; Tapir; Tobacco²⁵⁷; Turkey, a wild²⁵⁸; Turtle, the largest²⁵⁹; Duck²⁶⁰.

Espaços: Abode²⁶¹; Backwoods²⁶²; Bank of rivers, opposite²⁶³; Down river²⁶⁴; Downward²⁶⁵; Earth or ground²⁶⁶; Farm or cultivated ground²⁶⁷; Hut or wigwam²⁶⁸; Lake generally²⁶⁹; Land²⁷⁰; High land²⁷¹; Landing-place²⁷²; Lowland²⁷³; Place or station²⁷⁴; Port or landing-place²⁷⁵; Up river²⁷⁶.

Corpo humano: Belly²⁷⁷; Blood²⁷⁸; Body²⁷⁹; Buttock²⁸⁰; Covetous²⁸¹; Ear²⁸²; Earth or ground²⁸³; Eye²⁸⁴; Eyelid²⁸⁵; Face²⁸⁶; Finger²⁸⁷; Foot²⁸⁸; Gullet, the²⁸⁹; Hair²⁹⁰; Hand²⁹¹; Head²⁹²; Heart²⁹³; Knee²⁹⁴; Lip²⁹⁵; Split lip²⁹⁶; Mouth²⁹⁷.

²⁴⁶ Frutas, vários tipos de.

²⁴⁷ Cabaça.

²⁴⁸ Pirarucu.

²⁴⁹ Jaguar ou o tigre americano.

²⁵⁰ Martim-pescador (Pássaro).

²⁵¹ Arara.

²⁵² Macaco, um grande preto.

²⁵³ Castanha do Brasil.

²⁵⁴ Palmeiras, algumas.

²⁵⁵ Banana.

²⁵⁶ Cetáceo, golfinho.

²⁵⁷ Tabaco.

²⁵⁸ Peru, uma espécie selvagem.

²⁵⁹ Tartaruga, a maior.

²⁶⁰ Pato.

²⁶¹ Morada.

²⁶² Floresta interior.

²⁶³ Margem de rios, em frente.

²⁶⁴ Rio abaixo.

²⁶⁵ Para baixo.

²⁶⁶ Terra, terreno.

²⁶⁷ Fazenda ou solo cultivado.

²⁶⁸ Cabana ou tenda.

²⁶⁹ Lago em geral.

²⁷⁰ Terra.

²⁷¹ Terra alta.

²⁷² Local de desembarque.

²⁷³ Planície.

²⁷⁴ Local ou estação.

²⁷⁵ Porto ou local de desembarque.

²⁷⁶ Rio acima.

²⁷⁷ Barriga.

²⁷⁸ Sangue.

²⁷⁹ Corpo.

²⁸⁰ Nádega.

²⁸¹ Ambicioso.

Cosmologia: Commandment²⁹⁸; Crucify to²⁹⁹; Evil³⁰⁰; Ghost³⁰¹; Heavens, the³⁰²; Immortal³⁰³; Immortality³⁰⁴; Sinner³⁰⁵; Soul³⁰⁶; Spirit³⁰⁷; A Great Spirit living up in the skies³⁰⁸; to bow in adotarion³⁰⁹; They live or are with God³¹⁰; Bad people are with Satan³¹¹.

Utensílios: Axe³¹²; Basin³¹³; Baskets of various shapes³¹⁴; Candle³¹⁵; Comb³¹⁶; Cord³¹⁷; Crockery³¹⁸; Gun³¹⁹; Harpoon³²⁰; Hawk, a³²¹; Line or cord³²²; Paddle³²³; Pin³²⁴; Saucepan³²⁵; Stick³²⁶; Thimble³²⁷.

-
- 282 Orelha.
 283 Terra, terreno.
 284 Olho.
 285 Pálpebra.
 286 Rosto.
 287 Dedo.
 288 Pé.
 289 O esófago.
 290 Cabelo.
 291 Mão.
 292 Cabeça.
 293 Coração.
 294 Joelho.
 295 Lábio.
 296 Lábio rachado.
 297 Boca.
 298 Mandamento.
 299 Crucificar.
 300 Mal, pecado.
 301 Fantasma, aparição.
 302 Os céus.
 303 Imortal.
 304 Imortalidade.
 305 Pecador (a).
 306 Alma.
 307 Espírito.
 308 Um grande espírito vivendo nos céus.
 309 Curvar-se em adoração.
 310 Eles vivem ou estão com Deus.
 311 Pessoas más estão com Satanás.
 312 Machado.
 313 Bacia, vasilha.
 314 Cestas de várias formas.
 315 Vela.
 316 Pente.
 317 Cordão.
 318 Louças, ou o que se come ou bebe.
 319 Arma de fogo.
 320 Arpão.
 321 Um falcão.
 322 Linha ou fio.
 323 Remo.
 324 Alfinete.
 325 Panela, caçarola.
 326 Bastão, vara.
 327 Dedal.

Parentesco: Brother³²⁸; Cousin³²⁹; Daughter³³⁰; Father³³¹; Mother³³²; Nephew or sister's son³³³; Relatives³³⁴; Sister³³⁵; Son³³⁶; Widow or widower³³⁷; Wife³³⁸.

Queremos mostrar com este reagrupamento, considerando-se as noções de língua fluída e de silêncio fundador, a tensão entre a descrição da língua e os processos discursivos que margeiam a lexicografia de Polak (1894). Ou seja, a nomenclatura como lugar de descrição sistematizada – isto é, como um não-todo ordenado – diante do todo da língua fluída, diverso e irrepresentável. Mas, ao mesmo tempo, a nomenclatura como resultado de processos significação em distintas práticas discursivas, políticas e históricas. E, no caso deste autor, considerando-se as práticas religiosa, naturalista e cotidiana.

Em síntese: para além de uma simples descrição lexicográfica de setores do real (religião, corpo, animais, plantas, utensílios etc.), vemos, por exemplo, palavras cujos efeitos de sentido são desdobramentos de uma discursividade naturalista (*Plantain - Musa paradisiaca*) e de uma discursividade doutrinária (*A Great Spirit living up in the skies; to bow in adotarion*).

Quanto à (4), *adequações e inadequações referenciais*, temos o caminho por onde podemos observar as dificuldades postas à percepção pelo sujeito lexicógrafo da referenciação das palavras na língua objeto, da construção discursiva do referente. Um caminho que leva a correspondências regulares acertadas, mas que revela, em determinados momentos, pontos de equivocidade, de falha, de desvio. De qualquer forma, em Polak (1894), este caminhar se baseia apenas em equivalências de termos e expressões entre duas línguas, sem mediação explícita de critérios linguísticos pelos quais se atestem traços próprios dos processos discursivos em apurinã.

Ao trabalhar no entroncamento inglês-apurinã, a interpretação de algumas palavras indígenas, em seu registro, passa a não corresponder precisamente a seus sentidos, conforme sua memória discursiva originária. Elas, em seu ajuste referencial para o inglês, “ganham”

³²⁸ Irmão.

³²⁹ Primo (a).

³³⁰ Filha.

³³¹ Pai.

³³² Mãe.

³³³ Sobrinho ou filho da irmã.

³³⁴ Parentes.

³³⁵ Irmã.

³³⁶ Filho.

³³⁷ Viúva ou viúvo.

³³⁸ Esposa.

novos sentidos a partir da memória ocidental. Isso se materializa na relação entre o lema (a forma canônica, a entrada) em inglês e seu equivalente/correspondente em apurinã.

Nessa direção, ao considerarmos as reflexões de Nunes (1996, 2006) sobre a estabilidade e a instabilidade referencial na equivalência em português dos termos e das expressões do tupi no vocabulário jesuíta, e sobre a discrepância, podemos vislumbrar o movimento discursivo pelo qual se cristalizam e se historicizam não somente os acertos, mas as “falhas” no material do lexicógrafo. Isso deixa exposto no material analisado traços da relação entre o não-todo da língua imaginária e o todo da língua fluída, conforme as reflexões de Orlandi (1985, 2009b), Orlandi e Souza (1988) e Milner (2012).

Ao lado disso, vale notar que o termo *inadequação* não é um sinônimo da noção de discrepância. As adequações e as inadequações referenciais no trabalho lexicográfico jesuíta, descritas em Nunes (2006), são, contraditoriamente, resultados da discrepância. Isso porque a noção de discrepância explicita o funcionamento da produção de qualquer formulação/enunciação por relação ao seu espaço de memória. Recordando: os sentidos de uma palavra, de expressão ou uma sentença em qualquer língua não são transparentes. Isso significa que a discrepância é constitutiva da produção lexicográfica e da busca pela estabilização do sentido nas traduções.

De um ângulo discursivo, a inadequação referencial na equivalência entrada/corpo não anula o caráter material do sentido do elemento lexical indígena. Pelo contrário, ela pega a língua no ponto exato de seu processo histórico de deslocamento, pois, ao ser traduzido no discurso do missionário, o termo de empréstimo vai adquirindo mais “fios” de pregação, “empurrando” sua interpretação para outra posição sujeito, a do colonizador. Para ilustrarmos o equívoco na interpretação do léxico da língua apurinã, mostramos, a seguir, uma série de unidades lexicográficas de tradução bilíngue que localizamos em Polak (1894). Nestas equivalências força-se uma interpretação a partir de traços de referência ocidental, acomodando-o em uma nova significação.

De saída, observamos as unidades lexicais em que se dá a tradução-intepretação de ‘água’:

Water, *Imbarán*.

I pour on rice a proportionate quantity of **water**, *Pín-abataankínca nitáca arroz muni imbarán*.

She has gone for **water**, *Imbaran wampáanta*.

I threw away the **water** that was in your canoe, *Páantari amawácari imbarán núca*.

Por estes exemplos lexicográficos, vemos que, sobre a adequação referencial do sentido, não há “falha” na relação discursiva entre as palavras e as coisas. Aqui, a construção discursiva do referente produz uma simetria em suas relações predicativas, *imbarán*, *water* (água, líquido, bebida etc.).

Vejamos, agora, as unidades lexicais em que se dá a tradução-intepretação de ‘estrangeiro’ ou ‘não-indígena’:

Civilised people, Imbaraniri.

Foreigner, Imbarániri.

We are **civilized people**, *Imbaráaniri-ra-wáta*.

The alligator followed the **civilized man**, *Waancicatikínitari Imbaraniri caikirí*.

What shall I require or want from the **stranger**? *Kéripa ninámuta Imbarániri muní?*

You **civilised people** don't shoot one another. *Cúu' Imbarániri pakyny cúne pishámynakinata*.

Those **strangers** do not speak much, *Imbarániri apácachi maçángirený*.

Nestes outros exemplos lexicográficos, vemos que, para designar o outro não-indígena, o sujeito apurinã, conforme Polak (1894), se utiliza do termo ‘*imbaraniri*’, que deriva de *imabarán*, *water*, água. Podemos dizer que o acontecimento dessa nomeação, isto é, de um etnônimo, que é produzido-estabilizado na memória discursiva apurinã, se dá a partir da forma como ocorreram os primeiros contatos com os ocidentais. Segundo Link (2016), os ocidentais iam inicialmente ao Purus em busca de riquezas da floresta apenas nas épocas das inundações, das chuvas, do “inverno” amazônico. Deste modo, em apurinã, o termo parece significar, em uma tradução livre, “povo da água”. Os não-indígenas, nesse momento da história do contato, passaram a ser significados para o apurinã como “aqueles que chegam com a época das chuvas”, “aqueles que vem das águas”, “os da água”.

No que pese essa explicação de sentido para *imbáraniri*, vemos seus desdobramentos em Polak (1894): *civilised people*, *civilized man*, *foreigner*, *stranger*. Assim, de seu acontecimento na memória apurinã para a memória do inglês, os sentidos que *pegam*, são de humano, de pessoa e de estrangeiro em inglês. Mas não apenas esses sentidos, pois também temos aí outra predicação, constitutiva da memória ocidental, que: “ser civilizado” ou “que é civilizado”. Aqui, a necessidade da simetria se dá pela sobreposição da memória ocidental,

que apaga sentidos da memória apurinã. No entroncamento das línguas, esse efeito de simetria é construído por uma relação entre memórias distintas de sentidos em que uma se sobrepõe à outra, mas de maneira assimétrica, apagando e modificando sentidos da língua apurinã. Neste “ajuste referencial”, portanto, há uma inadequação pela qual se observa um deslocamento de sentido no processo de tradução pelo sujeito lexicógrafo. Um ajuste referencial produzido sob o efeito de uma escala hierárquica de valores entre diferentes sociedades.

Nesse processo, em que se produzem certas inadequações referenciais, novas predicções se cristalizam, com seus efeitos no discurso do missionário que visa à conversão, à mudança cultural na direção do Ocidente. Vê-se aí o caráter material do sentido de um termo perceptível, por exemplo, no seguinte trecho extraído de uma carta de Polak publicada na revista da Sociedade Missionária em março de 1877: “*They do not consider themselves any longer savages. If I ask them are you Hypuinás? No. What are you? ‘Imbarániri’*”³³⁹ (SAMM, 1877, p. 66). Nesta formulação, temos *hypurinás*, que evoca como traço de memória o sentido de “selvagem”, contrastando com *imbarániri*, que evoca como traço de memória o sentido de “civilizado”.

3.3. Mais algumas palavras sobre a obra de Polak (1894)

A descrição gramatical e lexicográfica de Polak (1894) se constitui por distintas ordens de sentidos, apreendidas por meio das marcas de historicização de sua superfície textual: discurso religioso, discurso gramatical, discurso naturalista, discurso do apurinã, discurso cartográfico, discurso etnográfico, para mencionar os “mais evidentes”.

Nesta discursividade, uma imagem de língua emerge orientada por uma “vontade” de homogeneidade, de isotopia, de redução a formas gramaticais comuns. Na produção dessa imagem de unidade linguística, pensamos não apenas seu acontecimento na memória ocidental, com suas fragmentações e nomenclaturas no arquivo.

Pensamos, também, uma política da palavra que, com seus sujeitos da nomeação (coletores, viajantes, regatões, indígenas, missionários etc.), conduz a generalidades, como

³³⁹ “Eles não se consideram mais selvagens. Se eu pergunto vocês são apurinã? Não. Quem são vocês? Imbaraniri”.

observa Lagazzi-Rodrigues (2003, p. 89), mas de um modo diferente das generalidades produzidas por um funcionamento que a autora compreende como sendo de “indistinções sem questionamentos”. No caso do trabalho da autora, em sua análise sobre os artigos do Estatuto da Cidade, formulados no interior da discursividade jurídica, ela mostra que os artigos do Estatuto se caracterizam pela abstração e pela generalidade da lei, com nomeações gerais e abstratas, produzindo efeitos de indistinção. Sob a inspiração do trabalho da autora, podemos compreender, para o caso deste trabalho, que a demanda por um nome próprio que define uma língua imaginária contribui para ocultar sua fluidez, tornando-a menos visível. Desse modo, o que está em jogo nesse processo de descrição do apurinã são generalizações, formuladas enquanto *distinções* sem questionamentos.

No caso da imagem de unidade linguística, diferenças internas de formas fonéticas, morfológicas, sintáticas etc. de um espaço-tempo discursivo podem ser silenciadas sob uma etiqueta, uma categorização, uma norma. Para se produzir tal redução, os traços da diversidade de formas da língua são tratados de modo evidente, ao modo de variantes, a partir de uma forma abstraída como central ou como sendo de mais frequência ou de mais prestígio. Surge daí a problemática da ‘variedade linguística’ pela observação de uma não uniformidade do que é tomado como sendo uma língua. No caso da imagem do apurinã, vemos este efeito de redução em Polak (1894, p. 06): “Uniformity is not observed by the Indians in pronunciation, and this necessarily so, seeing that they do not know letters and have no literature”³⁴⁰.

De todo modo, a domesticação dessas generalidades vai sendo feita pela necessidade de *distinção* de *um povo* e de *uma língua*, sob o efeito da nomeação, *apurinã*. Uma nomeação que atualiza as necessidades-interesses da classificação étnica e da contenção de uma língua fluida.

De qualquer forma, demandadas pelo ocidental em sua prática colonizadora, as *coisas indistintas*, desconhecidas, do Purus passam a ser *distintas* e informadas ao Ocidente. Nesse movimento, desencadeiam-se não somente maneiras de contenção da língua fluida, mas, igualmente, um reconhecimento que vai significando e definindo, no arquivo, as materialidades do espaço de vida e de seus habitantes: “o indígena apurinã”, “a língua apurinã”, “o território apurinã”, “o rio Manoel Urbano”, “o rio Chandless”, “o rio Purus” etc.

³⁴⁰ Tradução minha: A uniformidade não é observada pelos índios na pronúncia, e isso necessariamente, visto que eles não conhecem letras e não possuem literatura.

Distinções pela nomeação, pela construção discursiva do referente da exploração *dessa e nessa* nova região, pelo efeito de pré-construído, com suas possibilidades de articulação na produção de uma consistência discursiva no dizer as descobertas. Ao contarmos, sob esse enfoque, a história da língua apurinã, bem como de suas ideias linguísticas, vemos, portanto, ao mesmo tempo, a *distinção* de uma língua no bojo da *distinção* da identidade de seus sujeitos falantes, e da *distinção* de seus espaços de vida. As delimitações cartográficas, etnográficas e linguísticas, são sintomas dessa necessidade de *distinção* que apaga o que não se pode distinguir, isto é, que apaga o que flui. *Distinções* reproduzidas pelo Estado, pela religião e pela ciência.

Nesse processo de construção discursiva do referente, em que pesa a relação entre memória e o acontecimento, o recorte/registro da língua pela escrita (na direção da generalização, da abstração, da distinção sem questionamento) é a ilusão subjetiva/referencial. Isso porque para chegar à eficácia de seu efeito de unidade, de homogeneidade e isotopia, esse recorte, além de mediado pela ideologia, “descola-se” ficcionalmente do registro das outras materialidades constitutivas da realidade humana – o sujeito e o espaço, como “contrapartes” da língua, idealmente isoláveis. Dá-se com isso a construção de objetos disciplinares, sistematizações estanques.

Um exemplo do que estamos dizendo é o fato de que Matoso Câmara (*apud* NUNES, 2006, p. 67 – itálico do autor), “considera o trabalho linguístico missionário uma disciplinarização da língua indígena a partir do modelo latino, que resultou no que chamamos de *tupi jesuítico*”. É uma separação que produz espaços de dizeres estabilizados logicamente, tais como a Gramática, a Linguística, a Antropologia, a Linguística antropológica (etnográfica), as Ciências sociais, a Geografia, o Urbanismo etc., para citar algumas possibilidades discursivas da produção e divisão do saber. E isso mediante as demandas de uma formação social capitalista/urbana. Uma separação que, como efeito da organização do arquivo ocidental ao longo do tempo, afeta o trabalho do próprio historiador das ideias linguísticas: desestabilizar sentidos e não se conformar com sua evidencialidade em campos ou áreas do saber.

Diante do exposto, pontuamos aqui que a gramática e o vocabulário de Polak (1894) não são simples registros de uma massa linguística de mesma origem; mas artefatos, objetos-ficção que constroem uma língua imaginária. Aqui retornamos a um pressuposto central da Análise de Discurso materialista brasileira, um avanço teórico que guiou nossa leitura de

arquivo sobre o início da gramatização do apurinã: “*sujeitos, sentidos e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre estes termos uma relação constitutiva” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 246). Nesse sentido, tais objetos-ficção decorrem não meramente da descrição da materialidade de práticas linguageiras por um discurso metalinguístico. Eles decorrem, dadas as suas condições de produção, da existência material de sujeitos falantes em contato/confronto, em que também são confrontados seus espaços de sociabilidade, com suas diferentes estéticas, divisões, partilhas, rituais, seu cotidiano etc. A gramatização do apurinã se engendra, desse modo, ao lado do apagamento da historicidade da tríade sujeitos, sentido e espaço, bem como do apagamento do confronto de sentidos diferentes. Apagamentos que se dão por meio de determinadas formas de descrição dos sujeitos, dos espaços e das línguas por esses artefatos, pelo trabalho da ideologia e do inconsciente, isto é, pelo trabalho simbólico e político que assenta a realidade humana.

Cabe, neste rumo, questionar que luzes o trabalho linguístico de Polak (1894) permite lançar sobre sua relação com a compreensão das materialidades do espaço de vida apurinã e de seus sujeitos, para além da compreensão da relação do todo e do não-todo da língua, prevista para o instrumento linguístico. E compreender, inclusive, a partir das descrições metalinguísticas, neste autor, novas formas de espacialidade e de sociabilidade desencadeadas pelo contato/confronto. As respostas seguem as marcas de historicização na própria obra que já apontam inúmeras assimetrias, contradições e desigualdades nas relações de sentidos no prefácio, na ortografia, na gramática e no vocabulário. E isso dado o choque entre as memórias ocidental e apurinã, entre diferentes modos de significar o mundo, de significar-se no mundo e de habitar o mundo.

Para examinar a relação constitutiva língua-sujeito-espaço das formações sociais em jogo no contato/confronto no Purus, e pensá-la relativamente à gramatização do apurinã, podemos, de modo sucinto, olhar para o funcionamento dos *domínios semânticos* e das *inadequações referenciais* na nomenclatura elaborada por Polak (cf. seção 3.2.3., *supra*). Recordemos, para tanto, que toda nomenclatura do apurinã por este autor, que pode ser lida como efeito de discurso, é um exercício de fragmentação da cadeia de fala, pelo qual se produzem unidades lexicográficas.

Assim, mediante a materialidade da unidade lexicográfica, em que certos lemas (ou entradas) designam espaços e sujeitos, nomes em apurinã comparecem como correspondentes em Polak (1894) sob o efeito da autonomia, no corpo dos verbetes. Um trabalho linguístico

que segue na direção da adequação referencial das palavras alvo, como vimos. Porém, alguns sentidos, isto é, algumas predicções – traços da memória indígena – escapam ao olhar, ao registro do lexicógrafo, produzindo interpretações distorcidas ou deslocadas. São palavras apurinã presentes na nomenclatura, para dizer de “realidades” que fazem sentido no discurso do colonizador, mas que não significam da mesma maneira por relação a sua memória indígena. Foi o que vimos no desdobramento reflexivo e opacificante da palavra *cángyty* ~ *cángite* (*gente* ou *pessoa*) e *imbaranirí* (*povo da água*, que se referia, no vocabulário, aos primeiros exploradores não-indígenas itinerantes que subiam o rio na época das chuvas). A primeira palavra é tomada pelo missionário como tradução de *índio apurinã* e a segunda como tradução de *civilizado* ou *estrangeiro*.

Diante da relação constitutiva língua-espaco-sujeito, como realidade sem a qual não se produziria a gramatização do apurinã (suas categorias, normas e exemplos), consideremos, por contraste à nomenclatura de Polak (1894), o funcionamento de alguns nomes em apurinã que ecoam atualmente nos dizeres sobre o Purus. Mais particularmente, alguns etnônimos em apurinã. Nomes que comparecem, atualmente, encaixados nos discursos das ciências (da Antropologia, da Linguística, da História, por exemplo) e que não interditam ou distorcem as interpretações indígenas. Um movimento de “gestão” do simbólico, de uma política da palavra que vai sendo efetuada respeitando os gestos de interpretação pelos apurinã, a partir de uma preocupação de que eles se signifiquem por relação às suas identidades, às suas práticas linguageiras e aos seus espaços de vida. Palavras explicadas a partir do entendimento que os apurinã têm de si como grupo nos espaços em que vivem. Apesar disso, é importante salientar que a relação de contato/confronto continua presente, mas de outros modos. Ao lado disso, vale notar também que esse movimento de “gestão” do simbólico continua a se realizar a partir de um processo de exogramatização, e não de endogramatização.

Sobre isso, ainda, vale retomar uma reflexão que Eni Orlandi faz no livro *Língua e conhecimento linguístico*, no capítulo “Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade”, em que ela coloca a questão do interesse e da necessidade, para os indígenas e não para os cientistas, em gramatizar suas línguas. Ela escreve, por exemplo, o seguinte:

Finalmente, pensando o processo de gramatização de uma língua, pergunto: em relação à língua indígena há interesse em que os índios produzam instrumentos linguísticos? Os instrumentos linguísticos são, *grosso modo*, a gramática e o dicionário. Ora, de um ponto de vista da reivindicação ao nível simbólico (político) do respeito a uma língua não são necessários esses instrumentos, mas quanto à manutenção da língua (na sociedade e no

Estado) e sua relação com a escrita são imprescindíveis. Assim, como em relação à construção de sua unidade e legitimidade como um povo. É possível para o conjunto das línguas indígenas, que são ainda em grande número, construírem-se gramáticas e dicionários (em processo de endogramatização, ou seja, por autores índios), assim como publicar livros em suas diferentes línguas? ([2002] 2013, p. 276-277).

Vimos que, em formulações do arquivo do século XIX, a interpretação da identidade do apurinã vai se dando na cena do contato pelo colonizador, em sobreposição à memória indígena. Veja-se que, nesta interpretação colonialista, o *apurinã* era visto como um “tipo” indígena bem específico na região, os mais aguerridos dentre os demais. No entanto, mais do que a visão ocidental, a identidade apurinã pelo próprio apurinã é, hoje, significada por outras ordens, sobreposições e relações de sentidos. Nessa direção, atualmente, eles se autodesignam em sua língua como *pupÿkary/ru*³⁴¹ que, para o ocidental, teria simplesmente o sentido de *indígena apurinã*.

Além desta autodesignação, há outras nomeações por “clãs” (“nações” ou “metades”), em função de uma simbologia totêmica e ancestral: o apurinã, considerando sua ascendência paterna, se identifica ou como *xoaporuneru* ou como *metumanetu* (cf. SCHIEL, 2004). Atravessado, ainda, por esta divisão totêmica e ancestral, há ainda outras divisões menores que são, geralmente, designadas por um animal (cf. LINK, 2016) – *iÿpiryakury* (povo do japó), *upitaakury* (povo do tambuatá de cabeça chata), *hãkytywakury* (povo da onça), *exuwakury* (povo do tamanduá bandeira), *ximakury* (povo do peixe) etc. E, por essa relação de divisão, podemos, também, situar a nomeação *imbaranirí*, que vimos registrado em Polak (1894). Contudo, não mais como alusão ao não-indígena que vinha com as chuvas pelo rio. Mas, agora, como nomeação para designar, em sua acepção de *povo da água*, a uma dessas divisões menores, uma comunidade, um agrupamento apurinã.

Diante do exposto até aqui, considerando-se os discursos das descobertas do Purus, não tomamos a relação entre o espaço de vida apurinã e sua língua a partir da noção de *covariação* (como na sociolinguística) nem da noção de *analogia* (como na antropologia estruturalista), em que se imprimiria ao espaço e aos sujeitos um caráter de externalidade ao

³⁴¹ Não encontramos nos materiais consultados e analisados qualquer explicação de base linguística sobre a significação de *pupÿkary/ru*, de *xoaporuneru* e de *metumanetu*, no sentido de mostrar seus processos semânticos por relação à memória discursiva desta sociedade em sua língua. O que há, todavia, para o primeiro termo é apenas seguinte reflexão etnográfica: “A palavra *Pupÿkary*, utilizada como um etnônimo, também parece ser um termo recente, provavelmente adquiriu o sentido atual nas décadas de 1970, 1980 e 1990. No entanto, os mais velhos, quando perguntados pelo termo, vão dizer que todos os outros povos indígenas e as outras nações não-indígenas são *Pupÿkary*. Assim, o termo parece fazer referência ao gênero humano como um todo” (LINK, 2016, p. 57).

funcionamento da língua, como uma implicação, apenas um fator de variação ou de mudança linguística. Assumimos que a relação constitutiva espaço-sujeito-língua está presente no contato/confronto entre as memórias ocidental e apurinã no Purus. Nisso, não há uma ordem de predominância ou de precedência estes três elementos, já que, de modo geral, a realidade humana, com suas formas históricas é, justamente, o entrelaçamento da língua com o espaço e o sujeito, em um mesmo movimento, ao longo do tempo, em determinadas condições de produção.

Nisso, vemos que há, notadamente, um “corte simbólico” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005, p. 19) pelo qual se produz a realidade humana apurinã e a realidade humana ocidental. Realidades que colidem no século XIX, dada a produção material dos sentidos da língua, dos espaços de vida e das identidades para ambas as formações sociais. E, a partir desse choque, as separações do conhecimento, caracterizadas como distinções no discurso das descobertas, são disciplinares, didáticas, imaginárias, utilitárias... Objetos-ficção, como define Eni Orlandi (2009) quando fala sobre as línguas imaginárias da gramática, da ciência, do Estado etc., e que aqui podem ser compreendidos de maneira mais ampla em relação ao espaço e ao conhecimento, lembrando sempre que esses objetos, embora sejam ficções, “nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real” (p. 18).

CONCLUSÃO

Uma das buscas fundamentais quando se faz história das ideias linguísticas é determinar, pelo arquivo (do lado da história) e pela memória (do lado da língua), se “O que podemos identificar contemporaneamente como uma fonte de nossas problematizações está diretamente vinculado ao nosso ‘hoje’” (COLOMBAT, FOURNIER, PUECH, 2017, p. 47). Essa busca leva a compreender a produção dessas ideias sob a ótica da Ideologia, dos interesses políticos e econômicos, de condições de produção específicas. Assim sendo, ao considerar as redes de interpretação que se forjam ao longo do tempo e que assujeitam o homem, tanto do ponto de vista “do senso comum (os sentidos das palavras) como das ciências (os sentidos dos conceitos)” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 62), não poderia me furtar, nesta conclusão, de pontuar sumariamente as contradições, igualmente históricas, que surgem na contramão de tudo o que a história das epistemologias tem investigado quanto à constituição, à organização, ao esquecimento, à imaginação, à idealização do conhecimento.

Não me furtando a isso, observo boquiaberto, no momento atual, muitos brasileiros negarem a validade de avanços (continuidades/descontinuidades) tecno-científicos em diferentes campos. As evidências dessas negações são inúmeras e constituem posições-alcunhas, tais como “antivacina”, “terraplana”, “racismo reverso”, “revolução de 64” etc. Frente a estas práticas discursivas negacionistas, este estudo pretende ser uma ode ao estudo dos processos históricos calcados na materialidade dos sentidos pelos quais o conhecimento é produzido, reproduzido, sustentado. Processos estes produzidos pela Ideologia como “trabalho simbólico-e-político sobre o real natural que se opera na/pela língua e do qual resulta e se desenvolve a vida humana” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005, p. 17). Uma ode feita *pelas e nas* vias do arquivo e da memória. Este estudo, deste modo, é um ato político em favor da crença no saber-fazer tecno-científico que tem deslocado-impulsionado o conhecimento em diversas correntes epistemológicas (escolástica, positivismo, materialismo, estruturalismo etc.). Um ato político que não desconsidera a contradição própria às relações de poder presentes na produção do conhecimento nestas diversas correntes.

Porém, mais especificamente uma ode aos estudos sobre a história das línguas indígenas e dos conhecimentos sobre elas. Línguas e conhecimentos que são extremamente atacados no bojo dessas formas de negacionismo. Nega-se, por exemplo, da importância de se

instrumentar políticas para a manutenção de línguas indígenas frente às línguas hegemônicas, oficiais. Neste estudo, portanto, procurei mostrar a importância e a necessidade de se entender o modo como e a razão pela qual o homem, que é animal simbólico e político, produz e se reproduz conhecimento. Busquei entender o modo como e a razão pela qual ele diz o real, e produz a história do saber científico, pela linguagem, pelo trabalho da memória, da escrita e do arquivo. E, nesse rumo, reconheço que todo saber é materialidade linguístico-discursiva, é interpretação, é efeito de sentido entre os interlocutores. Considero, com isso, que a enunciação de qualquer saber (incluindo a mais legítima possível do ponto de vista dos padrões da cientificidade) é sempre determinada ideológica e inconscientemente, de alguma posição, a partir de algum interesse político, de algum jogo de poder.

No que pese tal historicidade do saber, este estudo, de todo modo, se volta a um tipo de saber em particular, o saber metalinguístico, sem o qual não há o desenvolvimento das tradições gramaticais e sem o qual, conforme Auroux ([1992] 2014), as demais ciências modernas não seriam possíveis. “É às ciências da linguagem que devemos a primeira revolução científica do mundo moderno” (*ibidem*, p. 35).

Trata-se do saber em que a língua se opacifica enquanto exterioridade histórica a si mesma, pois a linguagem ao ser representada pela própria linguagem, passa a ser vista como parte do mundo, como objeto. Procurei, diante desse tipo de saber, compreender, então, como uma língua é constituída como objeto de reflexão. Isto é, procurei saber como “uma massa linguística de mesma origem” (*ibidem*, p. 70) é identificada e se torna acontecimento, passa a ter fronteiras, passa a ser nomeada.

É justamente esse o movimento pelo qual se produz a história de uma língua e a história do saber sobre ela, de acontecimento em acontecimento, frente ao seu real inatingível. Uma imagem produzida enquanto objeto de reflexão, de conhecimento, de saber, sob as ilusões referenciais da homogeneidade e da isotopia a que fomos acostumados a partir da ideia de *língua nacional*. O sintoma mais evidente desse costume é a naturalidade com que chamamos as línguas pelo seu nome “próprio”, um pré-construído absoluto que nos é muito caro, que produz nossa “própria” identidade. Um sintoma da história que é efeito da escrita, do urbano e da metalinguagem na longa duração.

No nosso trajeto sobre a história do saber metalinguístico, detivemo-nos, especificamente, sobre a gramatização da língua indígena apurinã em um *corpus*, em que nos

voltamos a lugares de interpretação cartográfica e etnográfica, relacionadas às imagens dessa língua, ao lado de outras, considerando a relação entre língua, sujeito e espaço. De nosso observatório, buscamos o vislumbre do modo como um espaço-tempo de comunicação, caracterizado pela “variabilidade polilectal e polinomala” (AUROUX, 2014 [1992], p. 69), vai sendo discursivamente construído como unidade idêntica a si mesma em função do processo de descrição e de normatização de regularidades gramaticais. Uma construção que nos tem feito acreditar, pela via da tradição gramatical ocidental e por distintos mecanismos sociopolíticos de apagamento e de legitimação, que apenas uma porção de língua (imaginária) pode e deve ser tomada como modelo ideal para uma totalidade de falantes circunscrita geograficamente. Uma construção é que uma ficção contraditória: ela é necessária à produção do saber, mas, em contrapartida, apaga inúmeras dimensões das línguas: a fluidez, a dinamicidade, o movimento, a variabilidade, a diversidade e o próprio acontecimento. Nessa direção, o fato da gramatização é sempre demandado por relações de poder e, por mais conhecimento que produza a descrição e a instrumentação de uma língua, ele só o produz por uma lógica de apagamento e de controle do diverso, do outro, da alteridade.

Esse nosso trabalho nos permitiu, também, o vislumbre da passagem do oral para o escrito da sociedade apurinã (pela primeira atribuição de uma escrita alfabética), além da descrição de suas primeiras regularidades gramaticais por meio de um observatório exógeno, *anglobrasileiro*. E, ao lado destes vislumbres, a determinação destas novas formas de saber a partir de interesses políticos que agenciam, por meio de *instituições* e *autores* e em distintas direções, a relação da língua com a aprendizagem, com o ensino, com a pesquisa, com a pregação etc. Nisso, vemos no Purus, por lentes ocidentais, a descoberta de materialidades históricas “interconectadas”: novas sociedades indígenas, novos espaços geográficos e novas línguas autóctones.

Por meio do nosso trajeto de análise, mediante os pressupostos que o fundamentam, nos detivemos sobre a relação entre língua e história na compreensão do fato da gramatização do apurinã, tendo em vista: (1) a *opacificação* de um *corpus* de exemplos, incluindo aí aqueles, aparentemente, mais despretensiosos; (2) o funcionamento *autônomico* de determinados fragmentos em uma metalíngua (resultantes de segmentação fonética, lexical, morfológica, sintática, pragmática etc.) que se tornam os materiais dos comentários metaenunciativos, isto é, os “dados” para a reflexão do lexicógrafo, do gramático, do linguista.

Diante disso, do ponto de vista da significação das palavras, observa-se o papel fundamental da autonomia em relação às sequências de exemplos. A materialidade linguística do exemplo, ao opacificar um estado de língua e tornar-se objeto do mundo, exige nomeações que, nas categorizações e/ou classificações, já funcionam sob o efeito da literalidade, isto é, sob “o esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14). Em outros termos, o exemplo, fragmento de língua, embora possua estatuto teórico, como afirma Auroux (2014 [1992]), é sempre a base material-objetificada a partir da qual se produz o acontecimento das nomeações das partes do discurso e de termos teóricos. O exemplo é também uma base pela qual se produz a formulação da regra e pela qual se sustenta um paradigma. Na direção da significação das palavras, o funcionamento do termo teórico, na obra analisada, ocorre sob o efeito da literalidade nas formulações metalinguísticas das regras do apurinã, em pelo menos duas modalidades.

Uma delas é a das “asserções empíricas elementares” (AUROUX, [1992] 2014, p. 86) para a qual há, como ilustração, a regra constativa “*The comparative is formed by the use of tāmata or tāmatachi*” (POLAK, 1894, p. 05) na qual estão encaixados morfemas da língua (*tāmata* ou *tāmatachi*), referidos pelo autor em itálico, para dizer o grau comparativo dos adjetivos. Outra modalidade é a das “asserções que repousam só sobre os arranjos de termos teóricos” (AUROUX, [1992] 2014, p. 87) para a qual há a regra constativa “*Except in the cases of man and irrational animals, there is no distinction of genders*” (POLAK, 1894, p. 05), que fala sobre o gênero das palavras em apurinã; formulação esta que se refere à língua alvo apenas por termos teóricos (*distinction of genders*), mas que não comporta exemplos.

Além da significação dos exemplos, das categorias e das regras, as formas metalinguísticas identificadas ao longo do *corpus* se vinculam a um tipo de relação com o interdiscurso, com a heterogeneidade: *não-coincidência do discurso consigo próprio*, em que ocorre um desdobramento marcado pela fronteira entre as palavras do enunciador e palavras de empréstimo, regionais e indígenas. Com isso, observamos que há variação na ordem de acoplagem do termo exterior no fio discursivo da modalização autonímica com graus variados de marcação do elemento de empréstimo e da verbalização de sua fonte. Disposições que desenham movimentos retóricos diferenciados. Vejamos:

(i) Os relatos e relatórios têm em comum o objetivo de informar o Purus ao Ocidente. Nesse sentido, eles conferem um lugar importante às palavras de seu “objeto”, ou seja, da região sobre a qual esses documentos falam. Neles, predomina maciçamente o trajeto

Exterior-Interior, “visando para o grande público a uma reconstituição pitoresca – como se vocês estivessem lá – da vida cotidiana, introduz seu leitor nas palavras do lugar” (AUHTIER- REVUZ, 1999, p. 26). O leitor é apresentado a palavras concernentes à vida cotidiana nos afluentes do Alto Amazonas antes de construir para elas uma tradução.

(ii) Como faces da cartografia e da etnografia do Purus, as listas de palavras, a gramática e o vocabulário que analisamos se voltam à descrição e a instrumentação da língua de uma sociedade indígena em particular no Purus. Esse conjunto de documentos apresenta dois trajetos. O primeiro é o do discurso lexicográfico (lista e vocabulário), cuja disposição única *Interior-Exterior* assegura “a passagem às palavras outras e desconhecidas, a partir de uma informação prévia fornecida em palavras do interior” (AUHTIER- REVUZ, 1999, p. 25), ou seja, o início da modalização autonímica se dá com palavras da língua fonte da descrição lexicográfica, o inglês, seguido de sua versão na língua alvo, o apurinã. O segundo é o do discurso gramatical, cuja disposição é *Exterior-Interior*, assemelha-se aos dos relatos e relatórios quanto à forma; entretanto, o movimento retórico, não é o da reconstituição pitoresca da fala local/indígena, mas sim sustentação das categorizações teóricas dos elementos linguísticos.

Diante desses movimentos retóricos, vê-se que o sujeito apurinã não é um interlocutor efetivo do saber produzido nesse momento da gramatização do apurinã no discurso das descobertas do Purus. Ele, sua língua e seus espaços de vida permanecem como alvos de observação, por meio das categorias ocidentais, para o estabelecimento das políticas de contato sob a jurisdição do Estado brasileiro. Políticas voltadas à transformação do espaço e dos sujeitos na direção do urbano, da “civilização”. A natureza da finalidade dos conhecimentos a propósito dos apurinã oscila entre o utilitarismo administrativo, científico e catequético. Nesse lugar de produção de saber, o trabalho linguístico realizado sobre a língua dessa sociedade, ainda que tênue, visava, por fim, somente à imposição do controle político sobre ela. A história posterior do trabalho do SPI na região do Purus, durante a Primeira República Brasileira, é o exemplo mais emblemático dessa pretensão estatal ao controle social e territorial.

Ainda no sentido do funcionamento das modalizações autonímicas, considerando-se a opacificação dos exemplos, por meio dos quais se produz o descentramento da imagem da língua apurinã, acha-se no vocabulário de Polak (1894) e na lista de palavras de Chandless (1866) o corpo do verbete bilíngue – o correspondente lexical em apurinã – como objeto

opacificado, isto é, como elemento portador da autonomia; sendo a entrada do verbete – a equivalência, a tradução em inglês – seu desdobramento opacificante e reflexivo no discurso interior do missionário e do naturalista. Em um dicionário bilíngue, portanto, as palavras autônomas são os termos da língua-alvo, independentemente de seu lugar na disposição do vocábulo.

Por fim, a imagem de unidade linguística isotópica, homogênea e idêntica a si mesma que, hoje, se interpreta do apurinã é fruto do recorte de regularidades linguísticas relativas a espaço-tempos de comunicação do Médio-Purus. Um recorte exógeno, construído discursivamente por falantes não nativos, inscritos na tradição gramatical ocidental de fundo greco-latino. Para operar esse recorte, projetaram-se categorias (como as noções de língua, de palavra, de partes do discurso etc.) sobre uma língua outra, língua de uma sociedade oral e seminômada. Uma realidade que começa a ser sondada e remetida como um setor do real: seus elementos são objetificados enquanto fatos históricos. Com essas projeções (iniciadas com os primeiros coletores, colonos, regatões e viajantes), os fatos linguísticos passam, enquanto acontecimentos ou descobertas, a cobrar sentidos, a exigir nomes para suas formas, classificações, distinções e agrupamentos. Nisso, a escrita e a metalinguagem são os cerne do processo de objetificação e utilitarismo no encontro do ocidental com a sociedade apurinã, no Purus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo, SP: Livros Técnicos e Científicos, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. 148 p.

ANJOS, Zoraide dos. **Fonologia e Gramática Katukina-Kanamari**. Amsterdam, 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculteit der Letteren, Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

AQUINO, José Edicarlos de. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. Campinas, 2016. 354 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ARELLANO, Fernando. **Historia de la lingüística**: desde sus orígenes hasta el siglo XIX inclusive. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1979. (Tomo I)

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1992]. 142 p.

AUROUX, Sylvain; MAZIERE, Francine. Introduction: Hyperlangues, modèles de grammatisation, réduction et autonomisation des langues. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, tomo 28, fascículo 2, p. 7-17, 2006.

AUROUX, Sylvain. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. **Le Gré des Langues**, Paris, n. 8. p. 40-62, 1995.

AUROUX, Sylvain. Lois, normes et règles. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, tomo 13, fascículo 1, p. 77-107, 1991.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Algumas considerações sobre a modalização autonímica e discurso outro. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 07-30, Jun. 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. 200 p. (Coleção Repertórios)

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal; v. 30).

BEZERRA, Diego Michel Nascimento. A produção histórico-discursiva do nome da língua Apurinã. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**, São Paulo, v.15, n. 2, p. 8-32, Jun. 2020.

BISPO, Antonio Alexandre. Do Purus na ligação do Peru ao Atlântico através do Brasil na sua recepção na Alemanha do século XIX: o livre comércio como constante na história das relações entre a Alemanha e os países latino-americanos. Relendo textos de Adolf Glaser (1829-1915). **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**, n. 141, Jan. 2013.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. **Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação indígena.** Cuiabá, MT: EdUFMT, 2018. 164 p.

CARVALHO, Fernando Orphão de. On the Etymology of the Ethnonym Katukina. **Revista Brasileira de Línguas Indígenas**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 05-16, Jan./Jun. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAGAS, Angela Fabíola Alves. **Aspectos semânticos, morfológicos e morfossintáticos das palavras descritivas em apurinã.** Belém, 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CHANDLESS, William. Ascent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, London, v. 36, p. 86-118, 1866.

CHEVALIER, Jean-Claude; DELESALLE, Simone. **La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914.** Paris: Armand Colin, 1986.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. **Fondations de la linguistique: études d'histoire et d'épistémologie.** 2. ed. Louvain-la-neuve: Duculot, 1997.

CLOUGH, Robert Stewart. The Amazons: diary of a twelve month's journey on a mission of inquiry up the River Amazon for the South American Missionary Society. London: SAMS, 1873?

COLOMBAT, Bernard; FOUNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas.** Tradução de Jacqueline León, Marli Quadros Leite. São Paulo, SP: Contexto, 2017. 300 p.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo diccionario critico e etymologico da língua portuguesa.** Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836. 976p.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 14-35, Jun. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, SP: EdUFScar, 2009. 250 p.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório da exploração do Rio Purus. In: **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre.** Brasília: Senado Federal, 2009 [1863]. p. 197-326.

CULIOLI, Antoine; DESCLES, Jean-Pierre. **Systèmes de représentation linguistiques et métalinguistiques.** Paris: Département de Recherches Linguistiques, Université Paris VII, 1981. (Collection ERA 642)

CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido.** Leandro Tocantins (Org.). Rio de Janeiro: José Olympio; Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Acre, 1986.

DUARTE, Eládia Vieira. **Concepção e elaboração de materiais de ensino para povos indígenas: o caso apurinã**. Belém, 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

EHRENREICH, Paul. **Beiträge zur völkerkunde Brasiliens**. Berlin: W. Spemann, 1891. 80 p.

EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 7-135, 1948.

FACUNDES, Sidney. **The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)**. Buffalo, 2000, 674 f. Tese (PhD em Linguística) – Faculty of the Graduate School, State University of New York, Buffalo, 2000.

FAIVRE, Camille. **Histoire des theories linguistiques: presentation**. Paris. 25 de set. de 2020. Disponível em: <<http://htl.linguist.univ-parisdiderot.fr/laboratoire/presentation>> Acesso em: 24 de dez de 2020.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Notícia histórica da Ilha de Joanes ou Marajó**. [s.l.], [s.d.]. 40 p. Cópia. Manuscrito. Segundo o CEHB, escrito em dezembro de 1783. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Carvalho. ABN v. 3, p. 55. CEHB n. 5.466.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O cotidiano na História das ideias linguísticas. **Língua e instrumentos linguísticos**. Campinas, v. 23, n. 46, p. 4-30, 2020a.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Saberes linguísticos cotidianos. **História das Ideias Linguísticas**. Palmas, v. 6, n. 5, p. 324-351, 2020b.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. **Fragmentum**. n. Especial, Jul./Dez. 2018.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; FARIA, Joelma Pereira de Dialeto/Línguas do Brasil na Desciclopédia. **Rua**. Campinas, v. 2, n. 22, p. 593-613, Nov. 2016.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Uma história da linguística: entre os nomes da linguagem**. Campinas, SP: Editora RG, 2013. 221 p.

FERREIRA, Ana Patrícia Chaves. **Dicionário Apurinã-Português**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014a. 64 p.

FERREIRA, Ana Patrícia Chaves. **Alfabetizando em Pupýkary Săkyri**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014b. 64 p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Selma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p. (Coleção Tópicos)

FREITAS, Marília Fernanda Pereira de. **A posse em apurinã**: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák. Belém, 2017. 427 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FREITAS, ANTÔNIO DE PAULA. Limites do Brasil com a Bolívia. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, tomo XIII, p. 36-50, 1900.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradução de Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 262 p.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 169-191.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**. Campinas, Pontes, 2004, 142 p.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (Século XIX). **Revista de história**, São Paulo, n. 171, p. 49-82, Jul./Dez. 2014.

HENRY, Paul. [1975]. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 43-64, Jul./Dez. 1990.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quarteis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, 351 p.

ISHII, Raquel Alves. William Chandless. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwakürü**: dicionário analítico. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. 339 p.

ISHII, Raquel Alves. **Viagens do “homem que virou rio”**: narrativas, traduções e percursos de William Chandless, pelas Amazônias, no século XIX. Rio Branco: 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

JUNIOR, José Alves de Souza. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, n. 48, 2013, p. 173-211.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Os últimos dias Koimélemong e São Marcos. In: _____. **Do Roraima ao Orinoco**: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Tradução de Cristina Alberts-Franco. São Paulo, SP: UNESP, [1917] 2006, pp. 137-150.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo IV, 2º Boletim, p. 102-116, 1888a.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo IV, 2º Boletim, p. 117-120, 1888b.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Rio Purus**: Notícias. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872, p. 102-120.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Percurso que se cruzam: leituras que se abrem. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 85-93.

LECOURT, Dominique (1972). **Para uma crítica da Epistemologia**. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980.

LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. 220 p.

LINK, Rogério Sávio. Vivendo na terra do meio: o mito apurinã revelando a realidade histórica. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 249-267, Jan./Abr. 2021.

LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos**: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Porto Alegre, 2016. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MARANDIN, Jean-Marie. L'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif. **Langages**, Paris, n. 81, p. 75-89, 1986.

MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 325, Out./Dez., Brasília, Rio de Janeiro, p. 143-180, 1979 [1845].

MATTOS, João Wilkins de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. XIX, n. 21, Rio de Janeiro, p. 124-131, 1856 [1855].

MILNER, Jean-Cloude. **O amor da língua**. Tradução Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. 126 p.

MURRAY, Lindley. **English Grammar**, adapted to the different classes of learners. Bridgeport, Josiah B. Baldwin, 1824. 312 p.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. **Definir/conceituar**: história e sentidos da palavra-conceito cultura em dicionários de línguas e de terminologias. Campinas, 2019. 366 f.

Tese (Dourado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, Jul./Dez. 2008.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes, 2006. 254 p.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: PETTER, Margarida (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo, SP: Humanitas, 2002, p. 99-120.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários**. Campinas, 1996. 267 f. Tese (Dourado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NUNES, José Horta. Processus de littéralisation dans l'“Arte” de José de Anchieta. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, tome 15, fascicule 2, p. 69-95, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele – discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes, 2017. 342 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009a. 100 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009b. 201 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista – Discursos do confronto: Velho e o Novo Mundo**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. 288 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso. In: _____. **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Polissêmico. In: _____. **Por uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 21-63.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Para Uma História das Idéias no Brasil. São Paulo, Cortez, [2002] 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, Jul./Dez. 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993. 171 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 39-46.

ORLANDI, Eni Puccinelli; SOUZA, Tania Clemente de. Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 27-40.

ORLANDI, Eni Puccinelli (1985). **Língua imaginária e língua fluida**. Seminário IEL/Unicamp.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda Soares de. **Estudo do Léxico da Língua Apurinã**: uma proposta de macro e microestrutura para o dicionário Apurinã. Belém, 2020. 453 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

PADOVANI, Bruna Fernanda Soares de Lima. **Levantamento sociolinguístico do léxico da língua Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Aruák)**. Belém, 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux, textos selecionados por Eni Purccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a. 315 p.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015b. 66 p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. 287 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Bethania S. Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b. p. 59-158.

PFEIFFER, Claudia Castelhanos. L'école, la langue maternelle et la langue nationale. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Un dialogue atlantique**: production des sciences langage au Brasil. Lyon: ENS Éditions, 2007. p. 115-125.

PICKERING, Wilbur Norman. **Apurinã Grammar**: Preliminary Version. Arquivo Linguístico Nr. 008. Brasília, DF, S.I.L, 1971. 17 p.

PLON, Michel. A teoria fazia parte da luta de classes, ou melhor, não escapava da luta de classes. In: ADORNO, Guilherme de Oliveira; NOGUEIRA, Luciana (Orgs.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019, p. 245-274.

POLAK, Jacob Evert Resyek. **A grammar and a vocabulary of the Ipuriná language**. London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Co., 1894. 111 p.

RIKCARD, Peter. **The Embarrassments of Irregularity**: The French Language in the Eighteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. 40 p.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 500 p.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da evidência espaço à evidência da percepção sensível: uma abordagem discursiva. In: ADORNO, Guilherme; MODESTO, Guilherme; FERRAÇA, Marielly; BENAYON, Flávio (Orgs.). **O discurso nas fronteiras do social**: uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas, SP: Pontes, 2019, p. 133-142.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: o ocidente como observatório das formas de vida social. **Fragmentum**, Santa Maria, Edição especial, p. 61-90, Jul./Dez., 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Memória e movimento no espaço da cidade: para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas. **Rua Online**, Campinas, Edição especial, p. 259-293, 2014.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das ideias linguísticas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 53(2), p. 197-217, Jul./Dez., 2011a.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino; CASTELO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011b, p. 243-258.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. L'exemple dans les grammaires jésuitiques du guarani. **Langages**, Paris, n 166 (2), p. 112-126, Jun., 2007.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de Observações para uma Teoria Geral das Ideologias de Thomas Herbert. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 15-21, Jun., 2005.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Entre o espaço e seus habitantes. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 65-84.

SAMM (South American Missionary Magazine). Ano 1877. Londres.

SANTOS, Benedito de Sales. **Análise Acústica das Sílabas Tônicas em Apurinã (Aruák)**. Belém, 2013. 76 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte**: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo, 2008. 440 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho**: histórias Apurinã. Campinas, 2004. 533 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SCHRÖEDER, Peter; COSTA, Plácido. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II**: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. 207 p.

SERIOT, Patrick. Langue Russe et discours politique soviétique: analysis des nominalisations. **Languages**, Paris, n. 81, p. 11-41, 1986.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa recopilado**. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. 904 p.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. **Discurso e oralidade**: um estudo em língua indígena. Campinas, 1994. 398 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SPOTTI, Carmem Véra Nunes. Estudo toponímico de origem indígena em Roraima: rio Uraricoera. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, t. 2, p. 1759-1791, 2011.

STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. **Report of the United States National Museum for 1901**. Washington: Government Printing Office, 1903. p. 359-393.

STRADELLI, Ermanno. **Vocabulário português-nheengatu, nheengatu-português**. Cotia: Ateliê Editorial, 2014 [1929].

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, Roraima, n. 3, p.59-83, jan./jun., 2008.

VITAL, André Vasques. **Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios**: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920). Rio de Janeiro, 2016. 342 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

VOLKER, Camila Bylaardt. **Uma superfície líquida, barrenta e lisa**: a paisagem amazônica em Euclides da Cunha e Constant Tastevin. Florianópolis, 2017. 401 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. 299 p.